



A Ditadura de Segurança Nacional

N O R I O G R A N D E D O S U L

1 9 6 4 História e Memória 1 9 8 5

Volume 2

Repressão e Resistência nos "Anos de Chumbo"



A Ditadura de Segurança Nacional

N O R I O G R A N D E D O S U L

1 9 6 4

História e Memória

1 9 8 5

**A DITADURA DE
SEGURANÇA NACIONAL
NO
RIO GRANDE DO SUL
(1964-1985):
HISTÓRIA E MEMÓRIA**

Repressão e Resistência nos "Anos de Chumbo"

Volume 2

Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

Mesa

Presidente: Deputado Ivar Pavan (PT)

1º Vice-presidente: Deputado Luciano Azevedo (PPS)

2º Vice-presidente: Deputado Francisco Appio (PP)

1º Secretário: Deputado Giovani Cherini (PDT)

2º Secretário: Deputado Néelson Härter (PMDB)

3º Secretário: Deputado Paulo Brum (PSDB)

4º Secretário: Deputado Cassiá Carpes (PTB)

1º Suplente de Secretário: Deputado Miki Breier (PSB)

2º Suplente de Secretário: Deputado Raul Carrion (PCdoB)

3º Suplente de Secretário: Deputado Marquinho Lang (DEM)

4º Suplente de Secretário: Deputado Adão Villaverde (PT)

Escola do Legislativo

Presidente: Dep. Adão Villaverde

Direção: Vânia M. Barbosa

Coordenação da Divisão de Publicações: Vanessa Albertinence Lopez

Organizadores

Enrique Serra Padrós

Vânia M. Barbosa

Vanessa Albertinence Lopez

Ananda Simões Fernandes

**A DITADURA DE
SEGURANÇA NACIONAL
NO
RIO GRANDE DO SUL
(1964-1985):
HISTÓRIA E MEMÓRIA**

Repressão e Resistência nos "Anos de Chumbo"

Volume 2

Corag

Porto Alegre

2009

Copyright

Capa - André Rousselet Sardá, Dado Nascimento, Bernardo Berton
Projeto gráfico - André Rousselet Sardá, Dado Nascimento, Bernardo Berton
Diagramação - Bernardo Berton

Equipe técnica de apoio

Alessandra Gasparotto
Claci Maria Gasparotto
Graciene de Ávila
Marcos Machry
Mariana Ferreira e Silva
Marla Barbosa Assumpção

Revisão de Língua Portuguesa

Departamento de Taquigrafia da Assembleia Legislativa RS
Gabinete de Consultoria Legislativa da Assembleia Legislativa RS
Escola do Legislativo

Supervisão Técnica

Sônia Domingues Santos Brambilla - CRB 10/1679
Débora Dornsbach Soares - CRB 10/1700
Divisão de Biblioteca da Assembleia Legislativa RS

Endereço para correspondência

Escola do Legislativo Deputado Romildo Bolzan
Praça Marechal Deodoro, nº 101 – Solar dos Câmara
CEP – 90010-900 Porto Alegre/RS - Brasil

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.
É permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte e mantido o texto original.

Dados Internacionais de catalogação na fonte (CIP – Brasil)

D615 Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985) : história e memória. / organizadores Enrique Serra Padrós, Vânia M. Barbosa, Vanessa Albertinence Lopez, Ananda Simões Fernandes. – Porto Alegre : Corag, 2009. – v. 2 ; 302 p. : il.

ISBN 978-85-7770-088-2

Conteúdo: v. 1. Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964 – v. 2. Repressão e Resistência nos "Anos de Chumbo" – v. 3. A Conexão Repressiva e a Operação Condor – v. 4. O Fim da Ditadura e o Processo de Redemocratização.

Realização: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Escola do Legislativo.

1. Ditadura – Rio Grande do Sul. 2. Golpe civil-militar (1964) – Rio Grande do Sul. 3. Preso Político. 4. Repressão Política. 5. Doutrina da Segurança Nacional. 6. Rio Grande do Sul – História – Legalidade. I. Padrós, Enrique Serra (org.). II. Barbosa, Vânia M. (org.). III. Lopez, Vanessa Albertinence (org.). IV. Fernandes, Ananda Simões (org.). V. Título: Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964. VI. Repressão e Resistência nos "Anos de Chumbo". VII. A Conexão Repressiva e a Operação Condor. VIII. O Fim da Ditadura e o Processo de Redemocratização.

CDU 981.65"1964-1985"(093)

CDU: edição média em língua portuguesa

Responsabilidade: Biblioteca Borges de Medeiros – Bib. Débora Dornsbach Soares – CRB-10/1700

*Dedicamos esta obra aos que ontem
lutaram contra a ditadura
e, também, aos que hoje lutam
por Verdade e Justiça.*

*Quero dizer teu nome, Liberdade,
quero aprender teu nome novamente
para que sejas sempre em meu amor
e te confundas ao meu próprio nome.
Deixa eu dizer teu nome, Liberdade,
irmã do povo, noiva dos rebeldes,
companheira dos homens, Liberdade,
teu nome em minha pátria é uma palavra
que amanhece de luto nas paredes.
Deixa eu cantar teu nome, Liberdade,
que estou cantando em nome do meu povo.*

Thiago de Mello
1966

*Sobrevivi.
Levarei na pele,
na alma,
o nome de meus mortos.*

Pedro Tierra

*"Este tempo de divisas, tempo de gente cortada... É tempo de meio silêncio, de
boca gelada e murmúrio, palavra indireta, aviso na esquina."*

Carlos Drummond de Andrade

SUMÁRIO

Apresentação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul	15
<i>Ivar Pavan</i>	
Apresentação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	17
<i>Temístocles Américo Corrêa Cezar</i>	
Prefácio	19
<i>Luis Fernando Verissimo</i>	
Prefácio.....	21
<i>Enrique Serra Padrós</i>	
<i>Vânia M. Barbosa</i>	
<i>Vanessa Albertinence Lopez</i>	
<i>Ananda Simões Fernandes</i>	
Introdução – Faz escuro, mas eu canto: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os "anos de chumbo" no Rio Grande do Sul.....	33
<i>Enrique Serra Padrós</i>	
<i>Ananda Simões Fernandes</i>	
A ditadura não foi uma criação de "homens maus"	49
<i>Raul Carrion</i>	
A Igreja dos pobres	65
<i>Irmão Antônio Cechin</i>	

A milonga dos vencidos	81
<i>Raul Ellwanger</i>	
"Losada, não olhe para trás"	95
<i>Antônio Losada</i>	
Entre o Estado e a oposição: a atuação de Eloar Guazzelli como advogado de presos políticos (1964-1979)	121
<i>Dante Guazzelli</i>	
Na guerra com batom	135
<i>Ignez Maria Serpa Ramminger</i>	
"Você sabe bem o que está fazendo, filho?"	159
<i>Carlos Alberto Tejera de Ré</i>	
Lembrar, lembrar, lembrar... 45 anos do golpe militar: resgatar o passado para transformar o presente	189
<i>Suzana Keniger Lisboa</i>	
Cronologia – O Rio Grande do Sul e a ditadura civil-militar: repressão e resistência	237
<i>Graciene de Ávila</i>	
<i>Marcos Machry</i>	
<i>Mariana Ferreira e Silva</i>	
<i>Marla Barbosa Assumpção</i>	
Lista de abreviaturas e siglas	255
Anexo I – Deputados estaduais do Rio Grande do Sul cassados (1968-1969)	263
Anexo II - Rio Grande do Sul: militantes mortos e desaparecidos.....	267

O gaúcho

Raul Ellwanger, 1967

Vou pelos campos da minha terra
Sem patrão e sem espera, laçador de boa mão
Tenho o destino da boiada
Rodo, rodo pela estrada, ando atrás não sei de não
Quando eu era bem piá, meu avô mandou me dar
Uma surra de umbigo pra ver se pegava raça
Quando o Satanás passava nem sequer se arrepiar
refrão
Desde então sigo tropeando pelos pampas do meu pago
Pelo amigo dou um braço, pra mulher um doce abraço
Pros milicos trago estrago, pro inimigo outro balaço
refrão
Gaúcho crescendo forte, bom na trova e no baralho
Pouca mágoa e muita sorte, sem ver água nem trabalho
Tenho gozo nesta vida, na vida zombo da morte
refrão
Minha gente vou-me embora, muito grande é o meu Rio Grande
Vou andando campo afora que meu povo está esperando
Para ouvir minhas histórias, só saudade vou deixando
Se eu voltar aqui de novo que me esperem em pé cantando
Me desculpem minha pressa, que uma prenda está chorando.

APRESENTAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

*Ivar Pavan**

Democracia e valorização do Parlamento constituem um dos eixos de atuação da Assembleia Legislativa durante esta gestão em 2009. Destacar importantes datas como a dos 30 anos da Anistia, dos 20 anos da Constituição Estadual e dos 45 anos do golpe de 64 são diretrizes das ações do Poder Legislativo gaúcho.

Esta obra é resultado de um importante esforço de sistematização de pesquisa, testemunhos e reflexões sobre as condições, consequências e perspectivas instauradas no Brasil desde o golpe de 1964 até o período reconhecido como de transição democrática.

A riqueza da abordagem é devida tanto à diversidade de enfoques – produzidos por competentes e comprometidos estudiosos e ativistas de direitos humanos – como à organização em temas que destacam e detalham: o golpe em si; a repressão e a resistência; a Operação Condor; a anistia e a abertura políticas.

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul apresenta, com esta coletânea, mais uma expressão de seu compromisso com a construção da democracia.

* Presidente da Assembleia Legislativa - RS no ano de 2009.

APRESENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

*Temístocles Américo Corrêa Cezar**

O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sente-se honrado em apresentar ao público o resultado da primeira ação da parceria com a Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

A participação de professores e alunos dos cursos de graduação, mestrado e doutorado deste Instituto, na coletânea de livros intitulada *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*, confirma o crescente envolvimento dos cursos do IFCH com a história recente do Brasil e do Rio Grande do Sul.

Nos últimos anos, a UFRGS tem contribuído significativamente na produção de conhecimento específico sobre a temática relacionada com o período da ditadura. De forma concreta, isso pode ser aferido pelas inúmeras pesquisas transformadas em dissertações de mestrado e teses de doutorado e publicações individuais ou coletivas. Por outro lado, essa produção vem acompanhando tanto as atividades de ensino quanto as de extensão, através de eventos regulares oferecidos para a comunidade gaúcha em geral.

* Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS.

Temas como "A Abertura dos Arquivos Repressivos", "o Golpe de 64", "Os Expurgos da UFRGS", "O 68", "O Sequestro dos Uruguaios", "O AI-5", "A luta pela Abertura Política e pela Anistia" e "A Operação Condor", entre outros, têm sido contemplados nas atividades desenvolvidas pela nossa comunidade. Especialistas como Carlos Fico, Marcelo Ridenti, Maria Aparecida Aquino, Jessie Jane V. de Souza, Selva López e Álvaro Rico ministraram cursos e conferências. E a casa acolheu, ainda, sistematicamente, depoimentos de Suzana Lisboa, Cláudio Gutiérrez, João Carlos Bona Garcia, Jair Krischke, Guillermo Rallo, Aurélio Gonzalez, Ignez Serpa, Luiz Cláudio Cunha, Aveline Capitani e Universindo Rodríguez Díaz, entre tantos outros.

Neste sentido, trata-se de obra coletiva que articula o resgate de memórias, através da voz e do texto dos próprios protagonistas, à análise de especialistas, oferecendo um panorama diverso, rico em lembranças, sensibilidades e experiências, escritas sob forte rigor científico. Cumpre, ainda, uma função vital que é um compromisso do IFCH: a divulgação social do conhecimento produzido dentro do âmbito acadêmico.

Assim, o IFCH, cujo nome lhe foi atribuído em 1970 pelo decreto da ditadura militar que fragmentou a universidade em diversas unidades, cumpre, como herdeiro que é da antiga Faculdade de Filosofia da UFRGS, seu papel de protagonista na resistência política e intelectual a todas as formas autoritárias de governo e de sociedade.

PREFÁCIO

*Luis Fernando Verissimo**

A História, segundo um surrado e cínico adágio, é sempre a versão dos vencedores. Uma mentira oficial se instala e se institucionaliza e com o tempo vira verdade. Mas o tempo nem sempre colabora. Com o tempo vem a resignação e a opção por não turvar águas passadas ou reabrir velhas feridas - mas também vem a distância necessária para reexaminar mentiras estabelecidas. O tempo perdoa ou condena, confirma ou desmente. O tempo traz o esquecimento - ou aguça a memória. E nada ameaça mais a versão dos vencedores do que memórias aguçadas.

Depois do fim do regime militar instaurado em 1964 vivemos, no Brasil, num curioso estado de faz-de-conta, exemplificado pela anistia geral dada a vencidos e vencedores. Buscava-se um "desarmamento dos espíritos" (frase muito usada na época, mas inadequada: não foram exatamente espíritos armados que nos dominaram durante 20 anos), mas o verdadeiro objetivo era fingir que nada tinha acontecido. Assim os militares voltaram para as casernas sem remorso ou desculpas, os civis que os apoiaram continuaram suas carreiras políticas sem atos de contrição, as vítimas sobreviventes do regime refizeram suas vidas e - a ideia era esta -

*Luis Fernando Verissimo é jornalista e escritor.

não se falava mais nisso. Mas havia as memórias. Durante estes últimos anos o país conviveu com duas histórias, a oficial, a do deixa pra lá, e a da memória das pessoas. Com o tempo este desencontro se agravou. A memória aguçada - assim como a cobrança dos que reivindicam a verdade apenas para saber onde alguém foi enterrado - exige o fim do faz-de-conta.

E afinal, mesmo aceitando-se a realidade que são os vencedores que contam a história, a exigência não muda. O fim do regime militar foi uma vitória de uma democracia imperfeita e até agora não consolidada, mas democracia. O que se quer é a versão democrática da história do Brasil.

PREFÁCIO

Enrique Serra Padrós
Vânia M. Barbosa
Vanessa Albertinence Lopez
Ananda Simões Fernandes

I.

Este projeto foi, para nós, um percurso singular iniciado no dia 31 de março de 2009, quando relembramos, por meio da exibição do filme *Jango*, de Silvio Tendler, e do Seminário "45 Anos do Golpe de 64 - A Noite que Durou 21 Anos", a data de 1º de abril de 1964, começo de um período que manchou de sangue e vergonha a democracia brasileira. O evento se completou com uma mesa temática que debateu o Golpe e suas implicações.

Participaram do evento os historiadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Carla Simone Rodeghero, Caroline Silveira Bauer, Claudia Wasserman e Enrique Serra Padrós, além da historiadora da Universidade de São Paulo (USP), Maria Aparecida de Aquino.

A boa acolhida por parte do público presente, bem como a avaliação do registro ainda incipiente sobre a história recente do Rio Grande do Sul, foram fatos fundamentais para amadurecer a possibilidade de um novo desafio: a publicação das intervenções dos professores convidados com a complementação de alguns depoimentos que marcaram presença naquele evento original. Após inúmeras reuniões e avaliações sobre o material à disposição, surgiu a ideia de uma coletânea

de textos que pudesse apresentar ao público, em geral, uma visão panorâmica de uma diversidade de manifestações do que foi o embate político no Rio Grande do Sul, entre 1964 e 1985.

Surgiu, assim, o projeto *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*, constituído de quatro volumes: 1) Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964; 2) Repressão e Resistência nos "Anos de Chumbo"; 3) A Conexão Repressiva e a Operação Condor; 4) O Fim da Ditadura e o Processo de Redemocratização.

Esta coletânea de livros torna-se uma espécie de certidão, na medida em que possibilita a compreensão sobre a vida dos gaúchos, cujo destino foi alterado por um "suposto acaso histórico", "um desvio inesperado" que, por uma combinação de forças de poder, tornou-nos estranhos no próprio país.

A obra reúne artigos científicos escritos por especialistas no tema, textos testemunhais redigidos pelos próprios protagonistas e depoimentos orais obtidos por meio de entrevistas, transformando-os em fontes preciosas. É claro que há evidentes lacunas e faltam muitos protagonistas essenciais. Desde já agradecemos, humildemente, toda colaboração que nos ajude a sanar possíveis imprecisões e até algum equívoco; é do ofício, sobretudo quando se parte de uma base de conhecimento ainda não sistematizada, pouco conhecida e restrita à especificidade da pesquisa acadêmica ou à memória individual. Mas é um primeiro esforço no sentido de começar a pensar coletivamente, respeitando a singularidade das trajetórias e as perspectivas das análises, a experiência traumática do período discricionário sobre a população do Rio Grande do Sul, suas instituições e seu cotidiano.

Assim, da construção da coletânea, participaram mulheres e homens generosos ao aceitar o desafio de, com desprendimento e coragem, contribuir para desvendar e lembrar um período da nossa história que não pode se repetir jamais. E, é claro, para o enriquecimento do nosso projeto tivemos a sorte de contar, também, com a colaboração de pessoas e instituições que nos permitiram acesso a arquivos privados ou disponibilizaram fotos e documentos.

II.

Em relação ao período da ditadura civil-militar, o Rio Grande do Sul apresenta as suas peculiaridades em termos das grandes análises de conjunto construídas desde o centro do país. Em primeiro lugar, pelo fato de ter uma forte tradição trabalhista, o que ajudou a configurar um grande apoio às Reformas de Base do governo de João Goulart. Em segundo, a marca deixada no imediato pré-golpe, pela Campanha da Legalidade, fundamental para reverter o quadro golpista deflagrado em 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros.

Além disso, naquele contexto, a condição de ser um estado fronteiro da Argentina e do Uruguai foi uma particularidade que gerou cinco tipos de dinâmicas, não necessariamente simultâneas em termos cronológicos:

– *primeiro*, referente ao fato de constituir uma espécie de *base de projeção* da influência brasileira sobre o espaço platino (lembrando, por exemplo, a preparação da "Operação Trinta Horas" e a construção de uma infraestrutura rodoviária ligando estrategicamente o centro do país com o extremo sul do estado);

- *segundo*, vinculada à percepção geopolítica de fronteiras nacionais ameaçadas tanto pela mútua rivalidade e desconfiança da Argentina, quanto pela presença de "ameaçadoras" forças subversivas, nacionais ou estrangeiras (com a consequente militarização da região e a conformação dela como área de segurança nacional);
- *terceiro*, pela configuração do território estadual como corredor para o trânsito da resistência ("pombos-correio" de Brizola, esquemas para retirar ou reintroduzir perseguidos políticos) e da repressão;
- *quarto*, o reconhecimento de que o Uruguai, país vizinho, virou santuário preferencial do exílio brasileiro entre 1964-1968, enquanto que o Rio Grande do Sul tornou-se uma área acessada por organizações perseguidas naquele país e na Argentina desde o final dos anos 1960 e durante a década de 1970 – o que deu especial conotação ao estado dentro da lógica da Segurança Nacional;
- *finalmente*, o Rio Grande do Sul foi alvo especial da ação da Operação Condor contra cidadãos uruguaios e argentinos.

III.

A memória, na medida em que se relaciona com o passado, constitui um elo indiscutível entre o presente e esse passado (que pode ter, inclusive, uma temporalidade difícil de precisar). Trata-se de uma espécie de ponte que conecta, articula e relaciona elementos temporais, espaciais, identitários e, também, históricos. Deve-se salientar ainda que, assim como a história não é neutra, também não há neutralidade nos registros da memória. As lembranças não são registros passivos ou aleatórios da realidade.

Além disso, a memória não é sinônimo de história ou de realidade histórica passada. Entretanto, a importância da memória para a história não é pequena, pois ela constitui significativa fonte para o trabalho dos historiadores; as lembranças e reminiscências da memória coletiva auxiliam ao historiador que, com o rigor da sua metodologia de trabalho, as transforma em valiosas fontes para a produção do conhecimento científico. Ou seja, a história identifica, contextualiza e analisa as memórias como fonte; entretanto, elas também podem ser o seu objeto de estudo.

É importante destacar que, assim como a história, a memória é lugar e objeto de disputa nas relações de poder em confronto na realidade social. Jacques Le Goff é esclarecedor quando afirma que: "Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva".¹

A análise da temática da memória implica em reconhecer que há, como contrapartida, o esquecimento, os silêncios e os não ditos. O esquecimento pode ser uma opção de restringir ao essencial certos fatos ou informações a respeito deles. Mas também pode ser o resultado de uma ação deliberada de ocultamento. Diante dessa dupla possibilidade, pode ser útil a proposta de Peter Burke de "examinar a organização social do esquecer, as regras da exclusão, supressão ou repressão e a questão de quem quer que quem esqueça o quê e por quê". Essa é a fórmula, para ele, da amnésia social, dos atos de esquecimento.² Na disputa pelo que

¹ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 1996.

² BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

lembrar, é possível pensar em memórias subterrâneas, que surgem e se mantêm nos interstícios dos espaços compreendidos entre o esquecimento e a memória social. Elas expressam as memórias dos excluídos, dos esquecidos da memória oficial.

Sendo a memória coletiva uma construção social e um fator de identidade de uma comunidade, então, como viver com esquecimentos impostos? Como lembrar ou esquecer o que não se permite conhecer? Como conviver diante do apagamento (desmemória)? Para uma dada coletividade, quais os prejuízos implícitos nesse acesso ao (des)conhecido passado bloqueado? Os responsáveis pelos anos de chumbo latino-americanos sabem que o desconhecimento impede o posicionamento consciente; sabem, também, do potencial de inércia que possui o esquecimento coletivo. "*A impunidade é filha da má memória. Sabiam disso todas as ditaduras militares de nossas terras*", bem disse Eduardo Galeano.

Na América Latina do pós-ditaduras, as instituições do Estado, boa parte dos setores políticos e empresariais, as Forças Armadas e importantes segmentos da economia internacional e da política externa norte-americana têm conspirado fortemente contra o lembrar. Se não fosse a resistência pelo resgate da memória e da história, por parte de determinados setores político-sociais, a tendência vitoriosa teria sido a da imposição de um esquecimento total.

O processo de anistia no Brasil, bem como no Chile, Uruguai e Argentina, não só poupou os vencedores da ditadura de Segurança Nacional como os recompensou. E a "redemocratização" fragilizou-se diante da manutenção do entulho autoritário que ainda hoje permanece fortemente arraigado ao poder. A institucionalização do silêncio oficial e a supressão da memória coletiva foram fundamentais para desresponsabilizar os culpados e impor o anestesiamento e a amnésia do

silêncio final. Diante de tamanha manipulação, pode-se coincidir com Yosef Yerushalmi, quando afirma que, em determinadas situações, a antítese da palavra esquecimento – e da palavra silêncio – talvez não seja memória, senão, justiça.³

O conhecimento sobre os acontecimentos das últimas décadas no Cone Sul latino-americano exige o trabalho de resgate das memórias individuais e de elaboração de uma memória coletiva, mas também de recuperação da própria história. Tanto a recuperação da elaboração da memória contra o apagamento/esquecimento induzido/desmemória, quanto a procura da verdade do que foi dito que nunca ocorreu, são compromissos da história e responsabilidade dos historiadores. Isto implica, também, em apurar, cada vez mais, a importância do papel da memória na dinâmica temporal onde o passado é sempre objeto e motivo de reflexão para o presente e até para o futuro. Da mesma forma, isso também se configura para a afirmação do papel que a memória desempenha como matéria-prima sobre a qual o historiador pode produzir, com seus métodos de trabalho, o conhecimento histórico.

IV.

Nessa incursão foi preciso levantar, incansavelmente, o véu do esquecimento que paira sobre a vida dos brasileiros ao longo da história. Mas esse trabalho de investigação nos serviu de estímulo para enfrentar os limites e desafios que, como era de se esperar, o longo trajeto nos impôs.

Eis aqui nossa coletânea aberta e intensa – porém ainda incompleta, porque faltam muitos registros. Outras obras muito revelaram e com certeza outras virão, muito aprimoradas, com a inclusão

³YERUSHALMI, Yosef H. et al. *Usos del olvido*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1989.

de novos fatos, críticas e contribuições. E para elas estaremos de braços abertos, firmes no nosso propósito de apoiar todo projeto voltado à promoção dos direitos humanos.

Deixamos aqui a nossa humilde contribuição; um pequeno grão de areia diante de tudo o que falta por fazer. Uma obra que foi tomando corpo durante a caminhada que se tornou muito especial. Caminhada marcada pela generosidade dos que socializaram suas experiências de luta e resistência vividas e da solidariedade de todos os que se engajaram em este trabalho coletivo. Caminhada... como aquela cantada em outra língua pelo poeta de outro tempo e de outro lugar; caminhada fraterna dos caminhantes que lutaram e lutam pela igualdade social e por um mundo realmente melhor:

*Caminante,
son tus huellas el camino,
y nada más;
caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.*⁴

V.

O volume Repressão e resistência nos "anos de chumbo" inicia-se com o artigo do historiador e deputado estadual pelo PCdoB Raul Carrion intitulado "A ditadura não foi uma criação de 'homens maus'". Neste, Carrion traça um panorama da ditadura brasileira, desde a sua implantação, em 1964, até o seu término, em 1985, passando pelos "anos de chumbo" e pela chamada "distensão política". O autor centra sua análise na institucionalização da repressão – tanto aos movimentos populares quanto à intelectualidade da época – e nos protagonistas da resistência ao governo

⁴ Antonio Machado (Sevilla, 1875 – Collioure, 1939). Proverbios y Cantares. Campos de Castilla (1912).

imposto. Raul Carrion demonstra, então, que a ditadura foi um regime de exceção instituído com o propósito de manter a dominação econômica capitalista nos moldes vigentes e de sufocar as mobilizações sociais.

Irmão Antônio Cechin, conhecido como o "Irmão dos pobres", nos traz suas reflexões sobre o papel dos setores progressistas da Igreja no Brasil durante a ditadura em "A igreja dos pobres". Apesar da cúpula da Igreja ter apoiado o golpe e contribuído com a manutenção dos ditadores no poder, os setores de base tiveram uma importante atuação na resistência ao regime. Os debates que associavam cristianismo e marxismo culminariam com a criação da Teologia da Libertação nos anos 1970. No seu depoimento, Irmão Cechin nos conta sua participação na Conferência de Medellín, em 1968, seu envolvimento com a educação – quando passou a ser considerado "subversivo" –, suas duas prisões e o seu trabalho com as comunidades populares.

O músico e compositor gaúcho Raul Ellwanger transporta-nos para o cenário cultural e, especificamente, musical do Rio Grande do Sul durante seus "anos de chumbo". Jovem músico desconhecido, em 1968 ganhou o segundo lugar no II Festival Sul-Brasileiro da Canção Popular. Entretanto, em 1969, alguém estava faltando no palco da Reitoria da UFRGS... Clandestinidade, enquadramento na Lei de Segurança Nacional, exílio: tudo isso retirou Raul Ellwanger do movimento musical gaúcho por dez anos. Ao voltar, o compositor encontrou um movimento que, contrariando toda a sua potencialidade, ainda não havia conseguido despontar no cenário nacional. Esta é uma das indagações no artigo intitulado "A milonga dos vencidos".

Em "Losada, não olhe para trás", o sindicalista Antônio Losada conta que não esqueceu seu passado e discorre sobre sua trajetória durante a ditadura. Através do seu depoimento, adentramos no universo dos

operários, tão perseguidos e explorados durante a ditadura. Greves e sua proibição, arrocho salarial, sindicatos atrelados ao governo... estes são alguns dos elementos marcantes para os trabalhadores neste período. Losada reflete também sobre a sua militância na luta armada, considerada, por ele, a única via possível de resistência naquele momento. Preso em 1973, ficou detido por seis meses no DOPS, sendo transferido para o Presídio Central. Antônio Losada e seu irmão, José, foram os últimos presos políticos a serem libertados no Rio Grande do Sul, em junho de 1979.

"Entre o Estado e a oposição: a atuação de Eloar Guazzelli como advogado de presos políticos (1964-1979)", do pesquisador Dante Guimaraens Guazzelli, aborda o papel da Justiça na resistência à ditadura, analisando, especificamente, a trajetória profissional e política de Eloar Guazzelli. Conhecido como o "advogado dos direitos humanos", foi o advogado que mais defendeu presos políticos no Rio Grande do Sul. Ao final do texto, o pesquisador aponta qual o perfil dos presos defendidos por Eloar Guazzelli, que, apesar de ser militante do Partido Comunista – logo, contrário à opção da luta armada – não deixou de representar quem tivesse aderido a essas organizações (principalmente entre os anos de 1969 a 1974, durante os "anos de chumbo").

Ignez Maria Serpa Ramminger nos conta que esteve "Na guerra com batom". Integrante da VAR-Palmares, "Martinha" – seu codinome – integrou-se à luta armada no Rio Grande do Sul, ao ingressar na Faculdade de Medicina Veterinária da UFRGS. Ignez Maria narra os sonhos e esperanças de uma geração e de como a ditadura tentou quebrá-los. Presa pelos órgãos repressivos após a tentativa fracassada do sequestro do cônsul norte-americano em Porto Alegre, "Martinha" foi levada para o DOPS e submetida a inúmeras sessões de tortura. É um relato de um regime que se utilizou da repressão e da violência contra qualquer tipo de opo-

sição, mas, também, um relato de uma geração que ousou ter utopias e desafiar a ditadura, apesar das cruéis consequências.

Prosseguimos com o depoimento de Carlos Alberto Tejera de Ré, "Você sabe bem o que está fazendo, filho?". Carlos de Ré inicia seu percurso trazendo-nos suas histórias familiares, que se mesclam com os acontecimentos políticos, dentre eles, o golpe de 1964 e a instalação da ditadura no Brasil. Também contextualiza os acontecimentos na história, com ênfase na vitoriosa Revolução Cubana, que embalou uma geração inteira. Carlos de Ré partilhou desse novo cenário que se descortinava: participou do movimento estudantil do "Julinho" e acabou aderindo à VPR, organização da luta armada. Esteve preso no DOPS, na Ilha do Presídio e no Presídio Central. Seu depoimento, ao mesmo tempo em que demonstra a utilização da violência como um dos fatores primordiais da ditadura, também revela a resistência daquela geração nos "anos de chumbo".

"Lembrar, lembrar, lembrar... 45 anos do golpe militar: resgatar o passado para transformar o presente" – este é o chamamento que Suzana Keniger Lisboa, integrante da Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos, nos faz no título do seu artigo. A autora aborda, inicialmente, o funcionamento dos órgãos de repressão do Estado ditatorial, assim como as torturas às quais eram submetidos os que colocassem em risco a propalada "segurança" deste Estado. Após, Suzana Lisboa narra a luta dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos, desde a busca dos corpos até as ações na Justiça, na qual a omissão de todos os governos federais se fez presente. É uma história em busca da verdade, do não-esquecimento, da justiça e do fim da impunidade.

Para que não se esqueça

Para que nunca mais aconteça!

Os organizadores

INTRODUÇÃO

FAZ ESCURO, MAS EU CANTO: OS MECANISMOS REPRESSIVOS E AS LUTAS DE RESISTÊNCIA DURANTE OS "ANOS DE CHUMBO" NO RIO GRANDE DO SUL

*Enrique Serra Padrós**
*Ananda Simões Fernandes***

*68 foi bala
Sempre alguém sumido de casa
Meu irmão
E a revolução
Difícil de contar
Mas fácil de entender
A razão e a hora
De quem vive um ideal
E a revolução, Nei Lisboa¹*

Repressão e resistência. Essas duas formas de manifestações estiveram lado a lado durante a ditadura que se instalou no Brasil a partir do golpe de 31 de março de 1964. Entre ambas, muitas vezes, o silêncio da sociedade, gerado pela adesão, pela alienação, pelo medo. Entretanto, várias foram as vozes que se levantaram contra o terror do Estado repressivo, de diferentes modos e em diferentes contextos. Essas vozes agora se pronunciarão novamente nesse livro.

O estado do Rio Grande do Sul vivenciou a ditadura como os demais estados brasileiros, estava inserido na mesma dinâmica

* Professor do Departamento de História e do PPG-História/UFRGS.

** Professora do ProJovem Urbano de Porto Alegre. Mestre em História/UFRGS. Autora da dissertação *Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)*, defendida em 2009.

¹ Compositor e cantor gaúcho. Irmão de Luiz Eurico Tejera Lisboa, primeiro desaparecido político da ditadura a ser reconhecido oficialmente pelo Estado como assassinado pelo sistema repressivo.

governamental e repressiva; assim, é impensável tratar seu estudo como uma "história regional". Os mecanismos coercitivos do governo e as modalidades de resistência utilizadas para enfrentar o establishment no nosso estado fazem parte da história recente brasileira e, inclusive, do Cone Sul, visto o Rio Grande do Sul fazer fronteira com o Uruguai e a Argentina.

Devido a essa situação, o estado gaúcho exerceu um papel de baluarte da defesa nacional da ditadura brasileira. Paradoxalmente, para a oposição e para as vítimas da Doutrina de Segurança Nacional, era praticamente uma rota obrigatória de conexão com o exterior. O Rio Grande do Sul, desse modo, passou a ser uma peça-chave no mapa da mobilidade das organizações de esquerda, mas também o foi para os serviços de segurança e espionagem.

Um dos principais elementos que conferiam eficiência à Doutrina de Segurança Nacional foi o conceito de "inimigo interno". Na readaptação desse corpo doutrinário formulada pelos teóricos militares brasileiros, isso não foi diferente. Entretanto, sua força residia na sua indefinição: esse conceito foi flexibilizado constantemente ao longo dos vinte e um anos de ditadura para poder enquadrar todos que, de uma maneira ou de outra, pudessem questionar, opor-se e, de alguma forma, levar à desestabilização do regime. Tornava-se, então, toda a população suspeita, podendo ser controlada, perseguida e eliminada, conforme a necessidade.

Assim, os primeiros "inimigos internos" da ditadura constituíram-se nos políticos e simpatizantes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – principalmente os vinculados às reformas de base do presidente João Goulart –, nos sindicalistas, estudantes e militares legalistas que foram contrários ao golpe e à nova ideologia vigente. O Rio

Grande do Sul, particularmente, foi muito atingido segundo essas disposições. Historicamente, esse estado possuía uma trajetória de resistência a golpes, como quando da tentativa de impedir que o vice-presidente João Goulart assumisse a presidência da República, em 1961, fato que desencadeou a Campanha da Legalidade, liderada, na época, pelo governador Leonel Brizola, tudo isso associado a uma forte vinculação com o trabalhismo e com as propostas das reformas de base do governo João Goulart. Vários foram os políticos e funcionários cassados aqui no estado, além de inúmeros militares que passaram para a reserva por exoneração.

O exílio político foi uma "opção" que muitos dos atingidos pela "Operação Limpeza",² promovida pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1), recorreram. O Uruguai acabou por tornar-se o país do exílio nos anos iniciais da ditadura, devido à sua proximidade com o Brasil, mas, também, por ser uma das mais sólidas democracias da América Latina. Além disso, para os gaúchos, havia a questão dos costumes em comum entre este país e o Rio Grande do Sul. João Goulart, Leonel Brizola, Paulo Schilling, Décio Freitas, entre outros, escolheram o Uruguai para ser o local onde seria planejada e arquitetada a resistência contra a ditadura. Na preparação desses planos, foi importante a atuação dos chamados "pombos-correio", cidadãos brasileiros que continuaram no país e atravessavam a fronteira constantemente, saindo de Porto Alegre em direção à capital uruguaia – Montevideú. Assim, na sua condição de estado fronteiriço, o Rio Grande do Sul serviu para a organização da resistência brasileira no Uruguai, mas também para o estabelecimento da rota repressiva entre policiais e militares de ambos os países.

² Designação pela qual ficaram conhecidas as medidas decorrentes da decretação do AI-1, devido à sua eficácia. Este decreto autorizava, entre outros: a cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais; a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão durante dez anos; a eliminação do direito ao voto, de candidatura e da participação em atividades político-partidárias; a demissão, dispensa, aposentadoria, transferência para reserva ou a reforma de burocratas civis e pessoal militar.

Um mecanismo fundamental da repressão utilizado pela ditadura foi a polícia política de cada estado brasileiro, no nosso caso, o Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS), localizado em Porto Alegre, com sede no Palácio da Polícia. A este órgão competia a coleta de informações e a repressão dos "inimigos internos" do sistema, traduzindo-se em perseguições, interrogatórios, prisões arbitrárias, sequestros, torturas, assassinatos e desaparecimentos. Embora o DOPS/RS tenha sido criado em 1937, durante o governo de Getúlio Vargas, foi com a instalação da ditadura de 1964 que suas diretrizes passaram a acompanhar as premissas da Doutrina de Segurança Nacional. Funcionou até 1982, quando o órgão policial foi extinto pelo governador Amaral de Souza, e teve toda a sua documentação queimada em ato público. Porém, cabe citar outros órgãos responsáveis pela repressão, tais como o III Exército, com sede em Porto Alegre, e a polícia militar. Suas instalações funcionaram como localidades de detenção, bem como a Ilha do Presídio, o Presídio Central, o Presídio Madre Pelletier,...

Um dos casos relacionados à atuação do DOPS no Rio Grande do Sul que gerou muita comoção foi o assassinato do ex-sargento do Exército Manoel Raimundo Soares, que ficou conhecido como o "caso das mãos amarradas". Raimundo Soares, após o golpe de 1964, teve prisão decretada e passou a viver na clandestinidade. Aderiu ao Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26), pequeno grupo remanescente do movimento guerrilheiro liderado pelo coronel Jefferson Cardim em Três Passos e Tenente Portela. Preso em 1966, foi levado inicialmente para a prisão da Polícia do Exército. De lá, foi transferido para o DOPS, sendo, posteriormente, mandado para a Ilha do Presídio e novamente enviado para o DOPS. Em todos estes centros de detenção,

Raimundo Soares foi torturado. Seu corpo foi encontrado, por um pescador, boiando no rio Jacuí com os pés e as mãos atadas às costas, no dia 24 de agosto; não fosse isso, estaria desaparecido. Essas ações foram negadas pelas autoridades competentes do caso. Na versão oficial, o ex-sargento foi liberado no dia 13 de agosto de 1966.* Uma pequena multidão acompanhou o seu enterro em Porto Alegre.

O ano de 1968 foi de contestação, rebeldia e utopia no mundo. No Brasil, esse espírito também esteve presente, manifestando-se, entretanto, durante um período ditatorial. Setores da sociedade brasileira começavam a mobilizar-se contra as diretrizes do governo. Três grandes eixos destacaram-se no ano de 1968 que, em realidade, vinham se desenvolvendo desde antes: o movimento político, o movimento sindical e estudantil e o meio artístico-cultural.

O movimento político teve na formação da Frente Ampla sua principal manifestação, da qual faziam parte Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart, e que foi cassada em abril de 1968. O movimento sindical, paulatinamente, começou novamente a se organizar, resultando em duas grandes greves que marcaram o cenário nacional: a de Contagem, em Minas Gerais (abril), e a de Osasco, em São Paulo (julho). O movimento estudantil intensificou-se a partir das revoltas contra os acordos do Ministério da Educação com os Estados Unidos, conhecidos como acordos MEC-USAID, que propunham, entre outros, uma reforma universitária que gerava descontentamentos em grande parte da sociedade.

Aqui no Rio Grande do Sul era muito forte a atuação dos estudantes secundaristas, através da União Gaúcha dos Estudantes

* NOTA: Diante da gravidade do fato, a Assembleia Legislativa constituiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito para tratar o caso. Ver cronologia deste volume.

Secundaristas (UGES), assim como dos estudantes universitários. Porém, o movimento estudantil pendia tanto para a esquerda quanto para a direita. A juventude não era somente revolucionária; era também reacionária. Isso se traduzia nos questionamentos políticos e sociais, mas também nos morais. Ao mesmo tempo em que se discutia a revolução sexual, o uso de anticoncepcionais, o conflito de gerações, o feminismo – inclusive, em 1967, houve a passeata da minissaia em Porto Alegre, com a detenção de várias mulheres – ainda imperavam os bailes de debutantes, o tabu da virgindade, entre tantos outros. Como canta Nei Lisboa, *Foi um rebuliço lá em casa/ manifestos, passeatas/ Festivais de minissaias/ Meu irmão limpando a arma/ Meu irmão/ E a revolução?*

Ainda em 1967, em março, foi fechado o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFRGS e, em abril, foi a vez do grêmio estudantil do Colégio Júlio de Castilhos – o Julinho – um dos mais combativos contra a ditadura civil-militar. Essas situações se agravavam com a presença de infiltrados dentro das salas de aula, os "ratos", policiais vestidos à paisana, responsáveis pela vigilância de alunos e professores; aliás, alguns alunos e professores também delatavam espontaneamente colegas.

Um dos fatos mais marcantes em relação ao movimento estudantil foi a morte do estudante secundarista Edson Luís Lima Souto, de 16 anos, por um batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro, no dia 28 de março de 1968, por tiros de metralhadora. Os estudantes estavam reivindicando melhorias no restaurante universitário onde almoçavam, o Calabouço, destinado a estudantes pobres. O que era uma manifestação pacífica logo se tornou em um verdadeiro ato de violência. E o que a ditadura pensou ser somente a morte de um estudante pobre transformou-se em uma verdadeira comoção nacional: no Rio de Janeiro,

mais de cinquenta mil pessoas compareceram ao seu enterro no dia seguinte. Nas demais capitais do país, incluindo Porto Alegre, também houve vários protestos contra o assassinato de Edson Luís. Nesse ano também foi realizado o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em outubro, de forma clandestina, pois essa entidade havia sido proibida pela ditadura brasileira. Descoberto pelos órgãos de inteligência, mais de oitocentos estudantes foram presos.

Em relação ao movimento artístico-cultural, vários foram os nomes vinculados à música, ao teatro, ao cinema, entre outros, que se posicionaram de forma crítica e engajada contra a ditadura. Muitos foram indiciados pelo aparato repressivo e, inclusive, perseguidos por grupos de extrema-direita, como foi o caso dos atores da peça *Roda Viva*, com texto de Chico Buarque e direção de José Celso Martinez Corrêa. Na noite de 17 de junho de 1968, durante a temporada da peça em São Paulo, após o término do espetáculo, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) invadiu o teatro Galpão, destruindo o cenário da peça e espancando os atores. Já durante a temporada em Porto Alegre, no dia 3 de outubro, dois atores da peça foram sequestrados no hotel onde estavam e abandonados no meio do mato, também pelo CCC.

Os festivais da canção surgiram em 1966 e revelaram grandes nomes da música popular brasileira em nível nacional. No conturbado ano de 1968, ocorria no Rio Grande do Sul, apresentado pela TV Excelsior, o II Festival Sul-Brasileiro da Canção Popular. O prêmio de segundo lugar foi para um jovem músico iniciante, Raul Ellwanger, com a canção *O gaúcho*; Túlio Piva e seu *Pandeiro de Prata* foram os campeões do festival. Nacionalmente, ocorreria a maior polêmica acontecida em um festival: Geraldo Vandré, símbolo da "canção de protesto" e do cantor engajado, recebia o segundo lugar no Festival Internacional da Canção,

com *Pra não dizer que não falei de flores* ("Caminhando"), música que virou o hino contra a ditadura brasileira. Ao voltar ao palco para sua reapresentação, a plateia clamava indignada com o segundo lugar aos gritos de "é marmelada, é marmelada", ao que Vandrê respondeu: "a vida não se resume em festivais". Não, naquele difícil e combativo ano de 1968, a vida estava marcada pelos que lutavam contra o sistema autoritário, pelos que oprimiam, pelos que aceitavam passivamente, assim como pelos alienados pela miséria-espiritual (opção), mas, também, os alienados pela miséria material, os últimos presentes em enorme medida na nossa injusta e desigual sociedade.

Somou-se a esses eventos a presença da Igreja progressista. Esta se encontrava inspirada, aqui no Brasil, por vários eventos internacionais: de 1962 até 1965, com o Concílio Vaticano II (momento em que ocorreu a abertura e a modernização da Igreja); a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín, em 1968 (quando se passou a discutir e preocupar-se com os problemas da América Latina, visando à criação de uma Igreja popular); a morte de Camilo Torres, conhecido como o "padre guerrilheiro", integrante do Exército de Libertação Nacional, na Colômbia, morto em combate em 1966. Nacionalmente, havia a figura do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, referência para os setores progressistas da Igreja, figura de notável destaque nas denúncias contra as violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura, sendo fortemente perseguido pelo regime em função do seu ideário comprometido com as classes pobres e pela sua atuação política e social. Essa nova corrente da Igreja Católica aproximava cristianismo de marxismo e lançaria as bases para a futura Teologia da Libertação. Apesar de vários setores da igreja terem apoiado o golpe e legitimado a ditadura, é inegável a participação de

outros setores – principalmente os de base – nas lutas de denúncia e resistência ao autoritarismo.

Esses conflitos internos, expostos anteriormente, foram radicalizando-se; a fim de suprimi-los e de se perpetuar no poder, a cúpula militar fechou o Congresso e decretou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), no dia 13 de dezembro de 1968, que estipulava, dentre outros, a cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos, a suspensão do direito de habeas corpus nos crimes contra a segurança nacional, além de gerar a hipertrofia do Executivo. Estava implantado o dispositivo legal para a instalação do Terrorismo de Estado na ditadura brasileira.

O terror passou a ser a mediação entre Estado e sociedade em nome da pretensa "segurança nacional". Esse terror instalado nas ditaduras visava, através da "pedagogia do medo", a fomentar e a disseminar na sociedade a "cultura do medo", gerando o amedrontamento, o autossilenciamento, o autoisolamento, a aniquilação da vontade de resistência ou de transformação. Através da "cultura do medo", o Estado pôde se impor com poderes quase ilimitados. Além disso, um dos seus elementos mais perversos foi o de querer chamar a população para dentro do aparato repressivo, ou seja, transformar os cidadãos em agentes do próprio Estado. Desse modo, práticas como a suspeição e a delação tornaram-se comuns.

A partir da decretação do AI-5, o Brasil passou a viver os "anos de chumbo" (1968-1974),³ período de maior utilização, sistematização e qualificação dos mecanismos repressivos. Isso não significa, porém, que os responsáveis pela violência instituída anteriormente estejam sendo

³ Tradicionalmente, considera-se que os "anos de chumbo" tiveram início a partir da decretação do AI-5, durante o governo de Costa e Silva, estendendo-se até o fim do governo Médici, passando pelos dois meses do período da Junta Militar. Porém, acreditamos que o término dos "anos de chumbo" está identificado com o extermínio da guerrilha do Araguaia pelo Exército brasileiro, no final de 1974, durante o governo de Ernesto Geisel.

eximidos. A partir de 1964, começaram a ser estabelecidas as medidas necessárias para um possível recrudescimento do regime, que acabou por ocorrer em 1968. Assim, é importante frisar que desde o golpe de Estado houve perseguições, prisões arbitrárias, tortura e assassinatos políticos.

Os "anos de chumbo" foram gestados desde o golpe de Estado, sofrendo um processo de maturação ao longo dos quatro anos, durante os quais começaram a ser implementados dispositivos que possibilitaram a sua ocorrência. Além disso, conforme a dialética Estado-oposição foi se modificando ao longo da ditadura, novos instrumentos de coerção foram criados e acionados, principalmente, durante esse período. A máquina repressiva estava sempre em funcionamento: desta vez, seu "inimigo interno" era a luta armada. Entretanto, é importante frisar que os movimentos armados foram uma resposta à instalação dessa nova fase de repressão, e não o contrário.

A deflagração da luta armada no Brasil foi o motivo alegado pela ditadura para ampliar e sofisticar o aparato repressivo, principalmente, através da sua unificação, em 1969, com a criação da "Operação Bandeirantes" (OBAN). Apesar de oposição e Estado estarem imbricados numa relação dialética de forças, que, nos "anos de chumbo" traduzia-se como luta armada e aparato repressivo, a decretação do AI-5 ocorreu em função do acirramento dos conflitos políticos e sociais estabelecidos ao longo de 1964-1968, com ênfase no último ano. O novo "inimigo interno" da ditadura - a luta armada - era necessário para justificar o aumento da violência ditatorial e a intensificação de práticas coercitivas. Assim, a política interna dos "anos de chumbo" foi pautada pela sofisticação e complexificação do aparato repressivo, mas também pela busca de legitimidade entre a população brasileira, através do desenvolvimento do "milagre econômico".

Vários foram os grupos armados – embalados pelo êxito da Revolução Cubana – que atuaram no nosso estado, realizando, muitas vezes, ações conjuntas. O Rio Grande do Sul teve, até mesmo, o grupo Marx, Mao, Marighella e Guevara (M3G), que se restringiu à região de Grande Porto Alegre. Fundado por Edmur Péricles Camargo, o "Gauchão", após romper com as diretrizes apontadas por Marighella para a Ação Libertadora Nacional (ALN), o M3G foi responsável por expropriações a banco, entre junho de 1969 e março de 1970. Em algumas vezes, a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares) participava das ações juntamente com o M3G. Em abril de 1970, após a tentativa fracassada do sequestro do cônsul norte-americano em Porto Alegre, realizado pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), grande parte das organizações da luta armada foi desbaratada pela repressão. A partir desse episódio, os guerrilheiros que se encontravam no Rio Grande do Sul passaram a ser perseguidos e torturados pela máquina repressiva. Além do movimento da luta armada, é importante destacar, também, a atuação dos grupos políticos que estavam clandestinos nesse período: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o "Partidão"; o Partido Operário Comunista (POC), fusão entre a Política Operária (POLOP) e a dissidência do PCB do Rio Grande do Sul; a Ação Popular (AP), de tendência católica, entre outros.

No caso brasileiro, a tortura já era utilizada pelas forças policiais contra os presos comuns – inclusive, seu uso foi constante contra os escravos negros. Entretanto, a ditadura brasileira utilizou de forma massiva e indiscriminada essa prática na luta contra a "subversão", trazendo-a para dentro do aparato repressivo. A tortura foi um método de utilização racional, que acabou se estendendo para praticamente todas as atividades públicas, gerando, até, sua própria burocratização, conforme

se apreende do relatório *Brasil: Nunca Mais*: "o emprego sistemático da tortura foi peça essencial da engrenagem repressiva posta em movimento pelo Regime Militar que se implantou em 1964".⁴ Negada pelos oficiais militares ou, então, tratada como "excessos" de policiais ou militares subordinados, à tortura no Brasil não foi dada a sua real dimensão de terror.

O método utilizado para a detenção das vítimas, a fim de serem levadas para as sessões de tortura, era o sequestro. Eram realizados, muitas vezes, em plena luz do dia, e de forma até ostensiva, pois os agentes repressivos contavam com a impunidade de suas ações. Nas palavras de um ex-agente dos esquadrões de busca, "a operação durava [só] um minuto. Invadiam a casa, rápidos como um raio e voltavam com as pessoas já encapuzadas. Tinham posto os capuzes e as algemas nelas. As pessoas não iam nem saber para onde estavam sendo levadas".⁵

Os sequestros se davam de forma clandestina; logo, a vítima ficava fora de qualquer tipo de controle judicial por um longo tempo. Além disso, privavam familiares e amigos de possuírem algum tipo de conhecimento sobre seu paradeiro. A Lei de Segurança Nacional de 1969 previa que o detido poderia ficar até vinte dias incomunicável com o mundo exterior. Geralmente, era durante esta fase de detenção arbitrária que ocorriam as sessões de tortura.

A tortura não foi aplicada somente na busca de informações de "elementos subversivos", mas passou a ser utilizada contra qualquer pessoa que manifestasse oposição à ditadura. Isso demonstra como ela foi burocratizada e institucionalizada. A tortura tinha como função primordial disseminar o medo e o conformismo entre a população,

⁴ ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. 11. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985. p. 203.

⁵ Depoimento prestado a HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 196.

conduzindo-a ao silêncio e à desesperança, levando à paralisação do corpo social.

A modalidade repressiva mais eficaz para a dissuasão pelo medo foi a política dos desaparecimentos – a "metáfora do poder total". Embora no Brasil esta não tenha sido a modalidade mais aplicada, desde 1964, há casos de desaparecimentos políticos.

Nos "anos de chumbo", a política de assassinatos e de desaparecimentos tornou-se sistemática. A maior concentração desses crimes ocorreu entre 1971 e 1973, período no qual houve em torno de cinquenta mortes por ano. Esse número elevado está relacionado à destruição da guerrilha do Araguaia, da qual poucos militantes sobreviveram, e a maioria dos mortos está desaparecida, contando, inclusive, com quatro gaúchos: João Carlos Haas Sobrinho, Paulo Mendes Rodrigues, Cilon da Cunha Brum e José Huberto Bronca.

O primeiro efeito do desaparecimento foi a ausência de responsabilidade judicial perante a vítima. O Estado não poderia ser considerado culpado dessas mortes, pois a sistemática do terror havia sido utilizada: sequestro, tortura, assassinato e desaparecimento, todos realizados de forma clandestina. Entretanto, seu efeito mais duradouro e persistente é a "rentabilidade do terror", ou seja, a criação da incerteza máxima na sociedade.

Dessa forma, os desaparecimentos produziram os maiores efeitos para a consolidação do Terrorismo de Estado das ditaduras do Cone Sul, dentre elas, a brasileira. A dor, a angústia e o sofrimento gerados pela incerteza, pela dúvida e pela não-aceitação do fato – pois não há corpo para ser chorado e enterrado – tornaram-se os melhores antídotos para as manifestações políticas e sociais, almejando anestesiar a população perante essa prática de terror.

Entre 1968 e 1973 ocorreu a chamada segunda onda de exílio e, consequentemente, a segunda geração de exilados, produzida pela dinâmica desencadeada desde 1964. Composta, principalmente, por integrantes da luta armada e por estudantes, seu destino agora não era mais Montevidéu, mas, sim, a partir de 1970, o Chile de Salvador Allende. Atraídos pela expectativa da "via chilena ao socialismo", muitos brasileiros para lá se dirigiam, a fim, também, de tentar reorganizar a luta armada – seriamente abalada pelos mecanismos de repressão e informação da ditadura – no exílio. Entretanto, nem todos conseguiram exilar-se; muitos tiveram que se refugiar na clandestinidade. O regime também criou a figura dos "banidos", os presos políticos trocados por diplomatas sequestrados por organizações guerrilheiras. Os banidos, ao serem libertados das prisões, assinavam um documento constando que aceitavam sair do país, apesar da perda da cidadania. Passavam a ser apátridas, como foi o caso dos gaúchos Flávio Tavares e João Carlos Bona Garcia, entre outros, por exemplo. Porém, os banidos também sofreram outro tipo de condenação, extrajudicial: caso retornassem para o Brasil, seriam executados pelo aparato repressivo. De fato, os banidos que voltaram antes da Lei da Anistia e foram encontrados pelos serviços de inteligência acabaram executados e desaparecidos.

Por outro lado, os "anos de chumbo" foram legitimados pelo advento do "milagre econômico". A economia da ditadura passou a ser pautada pelo crescimento industrial de bens de consumo duráveis, impondo um específico padrão de concentração de renda. Os setores com maior poder aquisitivo foram privilegiados por essa nova estratégia financeira. Passaram a ter elevação de salários, a fim de se constituírem em um forte mercado interno de consumo desses produtos. Para tal, era necessário desconsiderar as parcelas mais carentes da população,

incapazes de se adequarem às novas necessidades econômicas de consumo.⁶ Além disso, a ditadura garantiu aos investidores estrangeiros uma mão-de-obra barata e controlada. Para os trabalhadores, o "milagre" significou sofrer a intensificação da exploração econômica e o controle e repressão dos sindicatos.

Esse rápido crescimento da economia brasileira ocorreu sem nenhum tipo de reforma estrutural; pelo contrário, acabou por concentrar ainda mais a renda de determinadas camadas da sociedade. Se houve "chumbo" para muitos durante a ditadura, houve "milagre" para poucos. Um dos resquícios mais profundos da ditadura persistente no Brasil é a extrema desigualdade social, herança do seu passado colonial e escravocrata e aprofundada de maneira ímpar durante esse período.

A "vivência do terror" deu-se na tortura, nas prisões, no exílio, na clandestinidade, nos desaparecimentos e nas mortes. Porém, no caso brasileiro, ela ocorreu de forma menos extensa do que nas demais ditaduras do Cone Sul. Essa situação gerou, para a sociedade brasileira, a sensação de "inexistencialismo", isto é, uma realidade que não ocorreu para muitos cidadãos, não sendo incorporada, dessa maneira, à construção coletiva da memória e da história. No momento em que ela não foi agregada, ela não pode ser esquecida. No entanto, os familiares dos mortos e desaparecidos políticos trazem consigo essas recordações na sua memória e história; ficam, contudo, isolados da suposta realidade apresentada à população. Essa é uma das maiores eficiências geradas pelo Terrorismo de Estado: a tentativa da impossibilidade da sua própria culpabilidade, através da negação das práticas do seu funcionamento, consequência do sistema *legalidade x clandestinidade*.

⁶ De forma geral, os setores médios urbanos e determinados setores operários participaram do acesso a esses bens de consumo, inclusive daquele que constituía um grande fetiche da época, o automóvel.

A utilização do conceito de Terrorismo de Estado para o caso da ditadura civil-militar brasileira transcende os aspectos acadêmicos. A defesa de que a ditadura implementou uma estratégia de terror, configurando-se como patrocinadora do Terrorismo de Estado, assume um caráter político de embate. Num país onde o silêncio, o esquecimento e a construção da "desmemória" prevalecem, e que tem a impunidade como sua maior marca – frutos do próprio terror – faz-se essencial denunciar sua história recente, sem fazer condescendências, nomeando essa experiência de acordo com suas práticas e sequelas na sociedade.

Algumas vozes irão testemunhar agora como se configuraram a repressão e a resistência durante a ditadura nas suas vidas. Outras, porém, foram caladas pela violência e pelo terror. Algumas temem em se pronunciar pelo desinteresse e desconhecimento da sociedade; outras clamam bem alto pelos seus mortos e desaparecidos, mas parece que nem governo nem sociedade civil estão preocupados. Entretanto, o ideal de mudança e transformação que acalentou essa geração ainda permanece, pois, como escreveu o poeta Thiago de Mello, em 1965 (quantos anos ainda faltariam para a ditadura terminar!): *"No amanhecer de uma cela solitária, num quartel da Polícia do Exército, no Rio de Janeiro, do catre fedorento em que me estendia, confesso que, desalentado, li gravado na parede suja, em letras fatigadas: faz escuro, mas eu canto, porque a manhã vai chegar"*.

A DITADURA NÃO FOI UMA CRIAÇÃO DE "HOMENS MAUS"

*Raul Carrion**

Relembrar para que nunca mais se repita

A primeira pergunta que devemos fazer-nos quando examinamos os 21 anos do regime militar no Brasil é por que lembrar? Por óbvio, para educar as antigas e as novas gerações sobre o que ocorreu nesse triste período da nossa história, para evitar a sua repetição. Mas como evitar? Só há um caminho: removendo suas causas de fundo – o sistema social excludente e injusto que existe em nosso país, o autoritarismo e o militarismo.

Para isso é preciso apontar os crimes da ditadura, mas – ainda mais importante –, identificar os seus verdadeiros mandantes. Pois o regime militar não foi criação de "homens maus". Foi criação de um sistema de exploração em crise que, para manter-se, precisou assumir uma forma totalitária e repressiva. Expressão disso é a participação de prestigiadas multinacionais e proeminentes líderes empresariais no financiamento e na sustentação da ditadura e de seus aparelhos de repressão e tortura – como a Operação Bandeirantes. Sistema econômico e social que, enquanto não for superado definitivamente, gerará novos monstros.

* Historiador. Deputado estadual pelo PCdoB. Ex-presos político.

Denunciar as atrocidades do regime militar é necessário. Mas, mais necessário ainda, é resgatar a resistência do nosso povo – em especial da juventude brasileira – e mostrar o seu papel na derrota da ditadura. Tenho pena dos "arrepentidos", dos que renegam a luta contra o regime militar – em nome de erros reais ou fictícios. Nós, que participamos de forma ativa, desde o início, dessa resistência, devemos orgulhar-nos de tê-lo feito.

A repressão imediata e as primeiras medidas do regime militar

Ao contrário do que propalam alguns – como a *Folha de São Paulo* –, que a ditadura foi "branda", o regime militar se impôs no Brasil através do arbítrio e da violência.

No dia 9 de abril, o AI-1 suspendeu as garantias constitucionais por seis meses, estabeleceu eleições indiretas para presidência da República e deu ao presidente indicado pelo "Comando Revolucionário" o poder de decretar o Estado de Sítio. Foram suspensos os direitos políticos, por dez anos, de 378 pessoas – incluídos três ex-presidentes, seis governadores, quatro ministros do STF, dois senadores, 63 deputados federais, 300 deputados estaduais, inúmeros juízes e desembargadores.

Milhares de opositores ao regime foram presos e torturados. Diversos foram assassinados ou "desaparecidos". Cinco mil Inquéritos Policiais-Militares foram instaurados, envolvendo 40 mil pessoas. Ao longo do tempo, foram indiciadas com base na Lei de Segurança Nacional 13.752 pessoas, das quais 7.367 foram levadas ao banco dos réus. Dezenas de milhares tiveram que se exilar ou entrar na

clandestinidade. Dez mil funcionários públicos foram demitidos. O expurgo nas Forças Armadas atingiu 112 oficiais, dois mil marinheiros e 800 outros integrantes das três armas.

Houve a intervenção em 452 sindicatos, 43 federações e três confederações. A Central Geral dos Trabalhadores (CGT), o Pacto da Unidade de Ação (PUA) e as intersindicais foram todas fechadas e proibidas. Inúmeras lideranças sindicais foram demitidas e presas. A União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES) tiveram a sua sede, na Praia do Flamengo, incendiada, e foram proibidas. Seus dirigentes, perseguidos e caçados pelos órgãos de repressão. O mesmo ocorreu com as ligas camponesas e suas lideranças.

Para não deixar dúvidas sobre seus propósitos, os generais – que já haviam destituído o presidente legitimamente eleito pelo povo e rasgado a Constituição – revogaram de imediato a Lei de Remessa de Lucros, diminuíram de 30% para 15% os impostos sobre as mesmas e assinaram um "Acordo de Garantia de Investimentos" com os Estados Unidos, obrigando o Brasil a pagar quaisquer danos às empresas norte-americanas instaladas no país. Os decretos de João Goulart relativos à Reforma Agrária e à desapropriação das refinarias privadas foram anulados. As jazidas de ferro, cujas concessões haviam sido canceladas, foram devolvidas à *Hanna Corporation*, que ainda recebeu um porto no estado do Espírito Santo.

Montagem do Estado militar e institucionalização da repressão

Conscientes de que, após os primeiros momentos de repressão, era preciso institucionalizá-la, tornando-a "legal", os militares e civis golpistas trataram de criar todo um arcabouço teórico, jurídico e institucional para a perenização da ditadura.

- I. Teoria da Segurança Nacional: inicialmente, fizeram da "Teoria da Segurança Nacional", formulada pela Escola Superior de Guerra, a teoria do Estado brasileiro, tendo por centro quatro idéias básicas: 1) O mundo encontrava-se dividido em dois blocos – o soviético e o norte-americano – e era necessário o alinhamento automático do Brasil com os Estados Unidos; 2) A democracia civil era demasiado frágil para os desafios que se punham diante dela; 3) O papel das Forças Armadas era o de enfrentar os inimigos internos, mais do que os externos; 4) O fortalecimento do Poder Nacional dependia da modernização do latifúndio, da formação de fortes grupos monopolistas nacionais e de sua aliança com as potências ocidentais. Concepções que norteiam todo o período do regime militar.
- II. Militarização do poder: houve uma hipertrofia e militarização do poder Executivo; além do general-presidente, foram criados seis ministérios militares e o Conselho de Segurança Nacional. Inúmeros outros ministérios passaram a ser ocupados por militares e 18 mil oficiais – da reserva ou da ativa – passaram a ocupar cargos remunerados na administração direta, empresas

estatais, autarquias, empresas mistas ou grupos privados. Toda e qualquer autonomia dos estados e municípios foi eliminada, e se impôs a mais profunda centralização econômica na União.

- III. Expansão das Forças Armadas e mudança de seus objetivos: estas tiveram um aumento de 160%, passando de 114 mil para mais de 300 mil homens. As polícias estaduais foram militarizadas e colocadas sob o comando do Exército. A prioridade absoluta das Forças Armadas passou a ser a "segurança interna" (apenas 6% do currículo da ESG tratava da defesa das fronteiras nacionais).
- IV. Montagem da máquina de espionagem e repressão: o primeiro passo foi a criação do Sistema Nacional de Informações (SNI) – transformado em 1974 em Ministério –, que chegou a ter à sua disposição 300 mil informantes e um milhão de colaboradores. Chegou a "fichar" 250 mil cidadãos. Em cada ministério foi criada uma Divisão de Segurança e Informações (DSI), e em todos os órgãos governamentais, autarquias e empresas públicas foi criada uma Assessoria de Segurança e Informações (ASI). Após transformar os antigos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) em centros de repressão e tortura dos opositores ao regime, este fortaleceu ou criou inúmeros serviços de segurança e centros de repressão e tortura – como o CIE, E-2, CISA, A-2, CENIMAR, M-2, DOI-CODI, S-2 das PMs, entre outros. A "Operação Bandeirantes" – financiada por grandes empresas, como o grupo ULTRA, a Ford e a GM – notabilizou-se como o mais terrível centro clandestino de torturas do país.

- V. Montagem da estrutura "legal" da ditadura: foram extintos todos os partidos existentes e permitida a criação de apenas dois: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – com os apoiadores do regime militar – e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – a oposição consentida. As eleições para presidência da República e para os governos dos estados passaram a ser indiretas. Os prefeitos de capitais, de municípios considerados de segurança nacional e com estações hidrominerais passaram a ser nomeados. Foi criada a figura da "sublegenda" partidária – cujos votos se somavam para efeito do quociente partidário –, com o claro intuito de abrigar na ARENA as distintas facções rivais que apoiavam o regime. A Constituição de 1946 foi substituída pela "constituição outorgada" de 1967, seguida pelas leis de "Segurança Nacional", de "Imprensa", "Antigreve", etc.
- VI. Castração do Legislativo: além da ameaça permanente de cassação do mandato dos parlamentares – o que foi feito em diversas ocasiões – e do fechamento do Congresso e das Assembleias Legislativas a qualquer momento – o que aconteceu por quatro vezes –, os legislativos foram privados de várias atribuições, entre elas a de modificar o orçamento proposto, e tiveram suas CPIs limitadas e restritas ao prédio do Congresso. A criação dos "decretos-lei" e dos "decretos secretos" diminuiu ainda mais o papel dos legislativos.
- VII. Subordinação do Judiciário: a cassação de inúmeros juizes, o fim da inamovibilidade e vitaliciedade dos juizes, a ampliação do número de membros dos tribunais – para possibilitar ao regime militar a nomeação de juizes da sua confiança –, o julgamento de civis pela Justiça Militar, o permanente desrespeito das normas

legais da própria ditadura (84% dos presos eram mantidos incomunicáveis e 12% fora dos prazos legais), fizeram do Judiciário um simulacro em nosso país.

- VIII. Uso indiscriminado do terror contra a oposição: dezenas de milhares de brasileiros passaram pelas prisões e sofreram torturas; mais de dez mil foram exilados e 128 banidos do país. Quase quinhentos foram mortos – muitos nas torturas ou com requintes de crueldade, como a degola dos guerrilheiros do Araguaia – ou simplesmente "desapareceram". Tamanha violência era motivada não só pela busca de "informações", mas também tinha o objetivo de criar um clima de "terror" que desanimasse qualquer resistência.

Institucionalização da repressão aos movimentos populares

Devido ao seu maior nível de organização e luta – o que se comprovou nas primeiras ações de resistência à ditadura –, os movimentos sindical e estudantil enfrentaram uma ação planejada do governo ditatorial, com o objetivo do seu desmantelamento e da criação, nesse âmbito, de movimentos "pelegos" de apoio ao regime.

Só entre 1964 e 1979, mais de cinco mil trabalhadores foram presos; dez mil foram banidos ou expulsos da vida sindical; ocorreram 1.565 intervenções, dissoluções ou anulação de eleições em entidades sindicais (70% dos sindicatos com mais de cinco mil sócios e 38% dos sindicatos entre mil e cinco mil sócios sofreram intervenção). Até 1971, 30 mil sindicalistas foram treinados pelo ICT e pelo IADESIL – entidades ligadas ao sindicalismo norte-americano – no Brasil e nos

Estados Unidos para se contrapor aos "subversivos". Nas eleições sindicais passou a ser exigido um "atestado ideológico", fornecido pelo DOPS, cabendo ao Ministério do Trabalho a aceitação ou não da inscrição das chapas. Foi feito um grande esforço com o objetivo de descaracterizar os sindicatos como órgãos de luta dos trabalhadores e para transformá-los em entidades de caráter assistencialista, voltadas ao atendimento médico e dentário e às atividades de lazer. Por exigência dos capitais estrangeiros, a estabilidade no emprego após dez anos de trabalho – que havia sido essencial para a criação de um movimento sindical forte – foi substituída pelo FGTS.

Através da "Lei Suplicy" foram extintas a União Nacional dos Estudantes, as Uniões Estaduais dos Estudantes, as Federações Universitárias e os Centros Acadêmicos, e criada uma nova estrutura atrelada ao Ministério da Educação – DNE, DEEs, DCEs, DAs. Da mesma forma, foi extinta a União Brasileira de Estudantes Secundaristas e os Grêmios Estudantis foram colocados sob a tutela das direções das escolas. Os estudantes responderam mantendo suas entidades históricas – como a UNE, a UBES – na clandestinidade, ao mesmo tempo que nos níveis inferiores buscaram colocar as entidades instituídas pela ditadura nas mãos de lideranças legítimas. Diante das crescentes mobilizações estudantis, o governo militar promulgou o Decreto-Lei nº 477, determinando a expulsão dos estudantes envolvidos em atividades "subversivas" e, com o Decreto-Lei nº 464, impôs o "jubilamento" (afastamento definitivo) dos estudantes que tivessem um aproveitamento escolar inferior ao definido, o que, na maior parte das vezes, vitimava aqueles que participavam ativamente das lutas estudantis.

A repressão à intelectualidade e à liberdade de imprensa

Mas a repressão nas universidades não se limitou aos estudantes. Em abril de 1964, o ministro de Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, instituiu as comissões especiais de investigação sumária, com o objetivo de expurgar das universidades os professores "subversivos".

Em setembro de 1964, foram dispensados, exonerados ou aposentados 17 professores da UFRGS – entre eles Ernani Maria Fiori, Cláudio Accurso, Temperani Pereira, Luiz Carlos Pinheiro Machado, Demétrio Ribeiro, Edvaldo Paiva, Cibilis da Rocha Viana, Ajadil de Lemos, Ápio Antunes e Antônio de Pádua da Silva.

Em outubro de 1964, os expurgos chegaram à Universidade de Brasília: 15 professores foram sumariamente demitidos. No dia seguinte, 223 professores (90% dos efetivos) demitiram-se em solidariedade aos expurgados.

Em abril de 1969, foram aposentados compulsoriamente três professores da USP, entre eles, Florestan Fernandes. Diante dos protestos da comunidade docente, o próprio Reitor e outros 23 professores foram demitidos.

Os protestos de professores e alunos no Rio Grande do Sul, diante dessas arbitrariedades, levou a uma nova onda de expurgos na UFRGS. Em agosto de 1969, foram aposentados ou exonerados 14 professores, entre os quais Gerd Bornhein, Ernildo Stein, João Carlos Brum Torres, Leônidas Xausa, Joaquim Felizardo e Carlos Fayet. Em outubro do mesmo ano, outros seis professores da UFRGS foram aposentados por terem manifestado solidariedade aos expurgados: Carlos de Britto Velho, Victor de Britto Velho, Carlos Cirne Lima,

Dionísio Toledo, Reasylvia Kroeff de Souza e Maria da Glória Bordini. Ainda em 1969, outros quatro professores se demitiram em solidariedade para com os colegas expurgados, entre ele o prof. Antônio Cheuiche, que viria a ser Bispo Auxiliar de Porto Alegre.

Entre tantos renomados intelectuais e artistas perseguidos, presos e/ou exilados pelo regime militar, podemos citar ainda Paulo Freire, Celso Furtado, Josué de Castro, Oscar Niemeyer, Mário Schenberg, José Leite Lopes, Milton Santos, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Caetano Veloso, Chico Buarque de Holanda, Gilberto Gil, Edu Lobo, Mario Lago, Dias Gomes e Paulo Gracindo.

Mas não cessaram aí as medidas destinadas a eliminar do ensino e da cultura do país as ideias progressistas. A disciplina de História foi substituída pelas disciplinas de "Educação Moral e Cívica" e "Organização Social e Política Brasileira", nos moldes do pensamento militarista dominante. As disciplinas de Filosofia e Sociologia foram eliminadas dos currículos escolares, por serem "subversivas". Os Acordos MEC-USAID e a "reforma universitária" imposta pelo regime militar geraram uma educação acrítica, fragmentada, tecnicista, autoritária e colonizada. O congelamento das vagas nas universidades públicas incentivou a expansão acelerada do ensino privado.

O ataque à cultura e à liberdade de pensamento se expressou, ainda, na censura a cerca de 500 filmes, 450 peças teatrais, 200 livros, 100 revistas, mil letras de músicas, 12 novelas de TV e 20 programas de rádio. À medida que avançava a luta contra a ditadura, os principais jornais do país – mesmo os conservadores – passaram a sofrer censura prévia. A perseguição a jornalistas e a artistas se ampliou, obrigando muitos ao exílio. Alguns foram presos e mortos. Ao mesmo tempo, foi um período de grande difusão da cultura norte-americana no nosso meio e de criação

de grandes monopólios nos meios de comunicação – apoiados pelo regime militar – do que a Rede Globo é o maior exemplo. Heranças que a democratização do país e o tempo ainda não apagaram.

As primeiras ações de resistência ao regime militar (1964-1968)

Já em 1964 surgiram as primeiras mobilizações estudantis em defesa de suas entidades e da autonomia universitária, assim como protestos de intelectuais e religiosos progressistas. A derrota do regime militar nas eleições de 1965, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, levou ao Ato Institucional nº 2, que extinguiu os partidos existentes, instituiu eleições indiretas para a presidência da República e deu poderes ao ditador de plantão para fechar o Congresso a qualquer momento.

As primeiras manifestações de rua contra o regime militar ocorreram em 1965, encabeçadas pelos estudantes – por mais vagas nas universidades públicas, contra o aumento do preço das refeições nos restaurantes universitários, contra os acordos MEC-USAID, contra o Decreto-Lei 477. Em Porto Alegre, a tradicional "Passeata dos Bixos" (calouros) transformou-se em uma criativa manifestação contra o regime militar.

O AI-3, em fevereiro de 1966, impôs eleições indiretas para os governadores e o AI-4 criou o Colégio Eleitoral e os decretos-lei por decurso de prazo, restringiu a autonomia dos estados e delegou ao Congresso mutilado os poderes de Assembleia Constituinte para aprovar a constituição outorgada pelos generais.

Apesar de proibida, a UNE realizou, em julho de 1965, em São Paulo, seu 27º Congresso, que reorganizou a entidade. Em julho de 1966,

em Belo Horizonte, realizou o seu 28º Congresso, onde lançou o "Movimento Contra a Ditadura" e marcou para 22 de setembro o "Dia Nacional de Luta contra a Ditadura". Nessa data, ocorreram grandes manifestações em Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília.

No campo oposicionista, os setores "conciliadores" passaram a defender a não-radicalização da luta e uma aliança com os setores mais "brandos" da ditadura, para combater a "linha dura". Já os setores mais consequentes propunham a ampliação e a radicalização da luta contra o regime militar. Em março de 1967, Costa e Silva – da "linha dura" – sucedeu Castelo Branco como ditador de plantão.

A partir de 1967, o movimento sindical também começou a dar sinais de reanimação. O "Movimento Intersindical Antiarrocho" (MIA) realizou diversos atos em defesa dos salários em São Paulo, no Rio Grande do Sul e em outros estados. As comemorações não-oficiais do 1º de Maio se multiplicaram. Chapas de oposição passaram a disputar a direção dos sindicatos com os pelegos. Ainda em 1967, a UNE realizou o seu 29º Congresso, em São Paulo, articulando as lutas estudantis em todo o país.

Mas o primeiro grande movimento de massas contra a ditadura ocorreu em 1968. Em 28 de março, foi assassinado – em uma manifestação no Rio de Janeiro – o secundarista Edson Luís. As mobilizações estudantis em todo o país, em protesto pela sua morte, culminaram, em junho de 1968, na "Passeata dos Cem Mil" – reunindo estudantes, artistas, intelectuais, religiosos, líderes sindicais e políticos –, em uma grande manifestação contra a ditadura. O 1º de Maio da Praça da Sé, em que as autoridades foram corridas do palanque pelos trabalhadores; as greves metalúrgicas de Osasco/SP e de Contagem/MG; a paralisação dos canavieiros de Pernambuco; tudo isso expressava o crescente isolamento

do regime militar. Acuado, a ditadura respondeu com o recrudescimento da repressão e a fascistização do regime. Em outubro de 1968, o 30º Congresso da UNE, em Ibiúna/SP, é descoberto, e 1.240 estudantes são presos pelos órgãos de repressão do regime.

A luta contra o fascismo (1969-1974)

Em 13 de dezembro de 1968, sob o pretexto de que um pronunciamento do deputado Márcio Moreira Alves havia sido desrespeitoso às Forças Armadas, o regime militar editou o AI-5, fechando o Congresso Nacional por tempo indeterminado, além de seis Assembleias Legislativas e dezenas de Câmaras Municipais. Foram cassados os direitos políticos de 4.877 opositores – entre eles 110 deputados federais, seis senadores, um governador, 161 deputados estaduais, 22 prefeitos, 22 vereadores e três ministros do STF. O AI-7, em fevereiro de 1969, suspendeu as eleições em todos os níveis, em todo o país. A Lei de Segurança Nacional e a Constituição incorporaram a pena de morte, o banimento, a prisão perpétua, a ampliação dos prazos de incomunicabilidade dos presos e a suspensão do *habeas corpus*. As torturas e os assassinatos generalizaram-se. Em outubro de 1969, Costa e Silva, vítima de uma trombose, foi substituído pelo general Garrastazu Médici.

Com o AI-5 e o recrudescimento da repressão, os espaços institucionais de luta reduziram-se ao mínimo. A oposição legal foi calada. A euforia do milagre econômico, com base no endividamento acelerado, anestesiou momentaneamente amplos setores da população. Mesmo assim, nas eleições de 1970, 46% dos eleitores protestaram anulando o seu voto, votando em branco ou abstendo-se. Ações armadas urbanas, realizadas por grupos

"foquistas", se multiplicaram, mas, desligadas das massas, acabaram sendo aniquiladas pela repressão.

Em abril de 1972, na confluência dos estados do Pará, Goiás e Maranhão, surgiram as "Forças Guerrilheiras do Araguaia" – após seis anos de preparação –, um processo de guerrilha rural inspirado nas experiências da China e do Vietnã, sob a direção do PCdoB. Depois de três grandes operações militares das Forças Armadas – que mobilizaram mais de 20 mil homens das três armas e utilizaram desde o confinamento das populações civis até a tortura generalizada e a degola –, a guerrilha do Araguaia acabou sendo derrotada, em fins de 1974.

Mas o "milagre econômico" já havia terminado, em consequência da crise da dívida externa e da crise do petróleo. Crescia o isolamento social do regime, cada vez mais sustentado somente na força das armas. A resistência ao regime, ainda que derrotada, não fora em vão.

Da "abertura" ao fim do regime militar (1974-1985)

O general Ernesto Geisel, que assumira em 1974, percebeu o isolamento da ditadura e tentou – através do que chamou de "distensão política" lenta, gradual e segura – ampliar sua base de apoio. Buscava, na verdade, institucionalizar o regime, dando-lhe uma sobrevida.

Nas eleições de 1974, essa "abertura política" sofreu o teste das urnas. Em um clima de relativa liberdade, o MDB e a ARENA apresentaram suas propostas em programas de TV de grande audiência. O MDB obteve 14,5 milhões de votos contra apenas 10,1 milhões da ARENA, elegendo 16 dos 21 senadores e a maioria das Assembleias Legislativas de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Amazonas e Acre.

A partir de então, o avanço da luta contra a ditadura tornou-se irresistível e o regime perdeu o controle da chamada "abertura". As bandeiras da "Anistia", da "Constituinte" e do "Fim dos Atos de Exceção" centralizaram a luta. Nem a "Lei Falcão", nas eleições de 1976, nem o "Pacote de Abril de 1977" – que fechou o Congresso Nacional, cassou inúmeros parlamentares, criou os senadores "biônicos", aumentou o número de deputados federais dos pequenos estados, cancelou as eleições de governadores e ampliou o mandato presidencial para seis anos – conseguiram detê-la.

Nas eleições de 1978, o MDB fez 18,5 milhões de votos contra 13,6 milhões da ARENA, mas, devido ao "Pacote de Abril", só elegeu oito senadores, contra 36 da ARENA (incluídos os biônicos).

As lutas operárias de 1978 e 1979, a conquista da Anistia em 1979, o aprofundamento da crise econômica da ditadura, as dissensões no seio dos militares, a grande campanha das "DIRETAS JÁ" são alguns dos acontecimentos que culminaram na redemocratização do país em 1985, os quais não tratamos neste ensaio, voltado ao relato dos crimes da ditadura, por falta de espaço.

Conclusão

O regime militar, que durante 21 anos massacrou o povo brasileiro, ampliou a concentração da terra, incentivou a monopolização da economia, concentrou renda e atrelou o país ao grande capital internacional, foi fruto de um sistema de exploração e de opressão que, enquanto não for definitivamente superado, causará a infelicidade da nação.

O fim da ditadura militar não se deveu à bondade dos generais, ao espírito democrático das nossas elites ou aos conciliadores de sempre. Deveu-se, isso sim, à luta destemida do nosso povo – nas ruas, nas escolas, nos campos, nas fábricas, na cultura e na arte –, em especial da nossa juventude. Os sacrifícios da sua resistência, mesmo quando erraram, não foram em vão.

A IGREJA DOS POBRES*

*Irmão Antônio Cechin***

*Eu queria passar o tempo
brincando com as flores,
com os pássaros, com as crianças...
Mas preciso brigar com os homens
que produzem a fome
e matam as esperanças.
Irmão Antônio Cechin*

Sempre trabalhei na área da Igreja, com evangelização, movimentos populares, etc. Houve toda uma caminhada da Igreja no Brasil a partir de Dom Hélder Câmara, que criou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ele foi o bispo da opção pelos pobres. Dentro deste meu trabalho ligado à CNBB, a primeira atividade que desenvolvi foi em torno da chamada catequese, ou seja, as aulas de religião. Daquela catequese de perguntas e respostas passamos para uma Catequese Libertadora, aproveitando o método Paulo Freire e a Teologia da Libertação, quer dizer, levar os alunos e as pessoas, em geral, a refletir sobre o mundo ao seu redor e suas condições de vida.

Trabalhamos com Fichas Catequéticas, elaboradas junto com a minha irmã Matilde. Chamamos de fichas por não se tratar mais de um livro de catecismo. Elas preparavam os professores de religião. A gente tinha nessas fichas uma palestra do professor e depois atividades para os alunos. Então, abandonamos a decoreba das aulas de religião e o aspecto mais doutrinário em função do engajamento na transformação da realidade.

* Depoimento concedido à jornalista Vanessa Albertinence Lopez em 14 de setembro de 2009.

** Irmão marista. Formado em Letras Clássicas e em Direito/PUCRS. "Irmão dos pobres", colabora atualmente na organização dos catadores de lixo de Porto Alegre. Atuou na Ação Católica e foi preso político.

Em 1968, quando trabalhava para a CNBB, participei da famosa reunião dos bispos em Medellín¹, encontro internacional da chamada Catequese Libertadora para toda a América Latina. Nos reunimos e refletimos sobre os princípios da mesma. E foi a partir daí que passamos a elaborar umas fichas mais radicais. Até esse momento, em 1968, lidávamos com a classe média na Igreja, universitários, secundaristas. Meu trabalho com jovens era, principalmente, com o curso secundário.

Aí, o pau comeu. Essas fichas, depois de terem sido mimeografadas e cedidas a professores que havíamos treinado, foram declaradas altamente subversivas. De repente, a Inspetoria Regional de Ensino, ligada ao Ministério da Educação, decidiu por isso. Eu circulava por todo Rio Grande do Sul em função do trabalho na CNBB, na chamada Regional Sul 3, que abrangia os estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Fazia cursos com catequistas e, na hora de eles aproveitarem o curso nas aulas de religião, eu fornecia essas fichas.

As prisões

Em 1969, durante a chamada Semana da Revolução, os ministros de todas as pastas do governo militar apareciam em pronunciamentos na tevê. No dia que correspondia ao ministro da

¹ [Nota dos Organizadores]: A Igreja Católica latino-americana foi fortemente marcada, nos anos 1960, pelos desdobramentos do Concílio Vaticano II (1962-1965), da Conferência Episcopal Latino-americana (CELAM, 1966) e da Conferência Episcopal de Medellín (1968), mostrando a vitalidade dos setores progressistas. Como decorrência disso, importantes segmentos católicos procuraram uma vinculação mais orgânica com a luta dos excluídos. A palavra Libertação sintetizou o entendimento de que havia uma relação histórica de dominação e exclusão a romper através de ações consequentes e de que, no contexto da época, a "violência de baixo" resultava da "violência de cima". Na esteira de tais proposições surgiram movimentos cristãos que se inseriram diretamente na luta social, como a Ação Popular (Brasil), o Movimiento de Sacerdotes del Tercer Mundo (Argentina), os padres sandinistas (Nicarágua), a Teologia da Libertação e as Comunidades de Base (Brasil). Tudo isto, dentro de um profícuo debate integrador entre marxismo e cristianismo.

Educação, Jarbas Passarinho, com grande surpresa minha, se pronunciou na televisão, mostrando nossas fichas catequéticas, identificando-as como "subversivas". A partir daí, fiquei esperando alguma coisa.

Em um determinado dia, de manhã bem cedo, antes de eu levantar, meu irmão provincial, encarregado de todos nós na Província Marista do Rio Grande do Sul, acordou-me dizendo que um amigo dele de Caxias do Sul havia dito que eu seria cassado e preso. Sugeriu, junto com outro irmão que o estava acompanhando, que eu saísse do Brasil. Que eu fosse para o exterior fazer um curso e depois retornasse às custas da Província. Eu disse que estava com trabalhos engajados, encontros, reuniões, tudo isso, e que iria me aconselhar antes de sair.

Primeiro, fui à Assembleia Legislativa falar com Pedro Simon. Ele havia sido meu colega na faculdade de Direito. Expliquei a situação e perguntei o que ele me aconselhava. Ele falou que, se eu tivesse culpa no cartório, o melhor seria ir para o exterior porque, caso contrário, eu seria preso. E que iriam me prender na rua. Disse que, se eu ficasse, ele me aconselhava a nunca sair sozinho na rua.

Da Assembleia, fui ao Palácio Piratini. Guido Moesch, que também foi meu colega, era secretário de governo. Pedi um conselho a ele, que disse a mesma coisa. Nada a fazer. Disse que não tinham influência sobre os militares. Aí, passei na Cúria Metropolitana e aproveitei para tentar falar com Dom Vicente Scherer. Afinal de contas, ele era o responsável pela CNBB e tinha aprovado as fichas. Queria saber como ficava isso. Ele não estava. Encontrava-se em visita canônica a Vila Vasconcelos. No domingo, com dois irmãos meus de sangue, fui até lá, falar com Dom Vicente. Ele, naturalmente, disse: "Estou aqui, tenho mais uns dois dias para fazer a visita pastoral a essas comunidades, mas te dou um cartão e tu vais a Porto Alegre e pede na Cúria para eles te darem um quarto. Quando eu voltar para Porto Alegre, resolvo a tua situação".

Voltei e entreguei o cartão ao meu provincial e ele prometeu, com o cartão de Dom Vicente, falar com o governador do estado, parece que era o [Euclides] Triches naquele tempo.² Ele falou que diria que o cardeal mandava saber o que existia contra o Irmão Antônio.³ A partir daí, passei a viver onde moro até hoje, com meus irmãos de sangue⁴, porque não podia sair sozinho. Eu não tinha um colega marista que pudesse sair sempre comigo.

Fiquei esperando no apartamento dos meus irmãos de sangue. Eu havia dito a Dom Vicente que, por estar com trabalhos inconclusos, não iria logo para a Cúria. Ele falou que, havendo qualquer coisa suspeita, eu deveria me hospedar na Cúria.

Montei um esquema com o padre vigário da Igreja da Conceição, que fica perto do Colégio Rosário e perto de onde eu morava com meus irmãos. Em caso de perigo, da turma me ameaçar ou de eu desconfiar de qualquer coisa, eu deveria correr para o lado da Igreja da Conceição. Com mais algumas pessoas de lá, iríamos em cortejo até a Cúria. Fiquei esperando na casa dos meus irmãos até que, no dia 9 de novembro de 1969, às 16 horas, cercaram toda a quadra. Na manhã desse mesmo dia, Frei Betto havia sido preso, também em Porto Alegre.

Os militares subiram pelo elevador e bateram na porta. Eu estava com meus manos. Não disseram o meu nome direito. Disseram que queriam o padre Cechin (pronuncia Cexim). Acontece que tínhamos, parando conosco, um padre holandês de nome Chen (Xem). Ficou confuso. Eles o prenderam, levaram-no para o camburão. Logo depois,

² [Nota dos Organizadores]: Em realidade, está se referindo ao governador Walter Peracchi Barcelos (1966-1971).

³ [Nota dos Organizadores]: O Provincial dos maristas não procurou o governador tornando mais delicada a situação do irmão Cechin que, de certa forma, tornou-se um alvo exposto. Tal fato ficou como uma marca na memória de Cechin.

⁴ [Nota dos Organizadores]: Dos quinze irmãos biológicos de Antônio Cechin, nove eram religiosos.

voltaram e disseram que era outro. E ameaçaram: "Ou vocês me entregam ele ou colocamos a porta abaixo".

Não teve jeito. Eles ficaram apontando a metralhadora para mim. Desci com quatro metralhadoras dentro do elevador. Empurraram-me para dentro do camburão e fui levado para o DOPS. Lá, na noite seguinte, às 4 horas da madrugada, interrogaram-me, não sobre as fichas, mas sobre Frei Betto e outros⁵, ou se eu tinha ido para a Argélia – porque eu viajava muito⁶. Depois de dois dias, minha irmã Matilde Cechin, em prantos, foi até Dom Vicente Scherer e ele pressionou o secretário de Segurança. De repente, pegaram-me na prisão, botaram-me no carro do secretário de Segurança, que veio comigo e me entregou na Cúria. Isso na primeira prisão.

Em 1971, fui novamente detido. Aí me pegaram e me torturaram. Usaram o soro da verdade, me deram choques, ultrassons, fiquei meio biruta lá pelas tantas. Foram dez dias. Eles já tinham a regulamentação das prisões em que dizia que o mínimo que se podia ficar preso eram dez dias. Massacraram-me. E eu não tinha nada para dizer. Eu não conhecia o pessoal. Eu trabalhava com a juventude. Esses jovens, alguns secundaristas, foram presos também. Nem sabia de muitos deles, do engajamento que eles tinham. Sabia de um, o Alberto Becker. Ele havia se despedido de mim três meses antes porque ia para São Paulo. Ele disse: "Terminei o que tinha que fazer em Porto Alegre. Agora vou morar

⁵ [Nota dos Organizadores]: Segundo o jornalista José Mitchell, os militares acreditavam que Cechin fazia parte ou tinha informações do "esquema de fronteira" organizado por Frei Betto. O mesmo consistia de um conjunto de rotas e de uma rede solidária que, apesar dos enormes riscos implícitos, procurava retirar do país, pela fronteira com o Uruguai, militantes que estivessem "queimados", ou seja, com alto risco de cair nas mãos da repressão. Cf. MITCHELL, José. *Segredos à direita e à esquerda na ditadura militar*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007.

⁶ [Nota dos Autores]: Segundo Cechin, o que deflagrou a sua prisão foi o fato da polícia ter descoberto uma carta com o seu endereço e que era destinada a Frei Betto. Ver: Os pobres me evangelizaram. Entrevista em 4 jul. 2007. Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe>. Acesso em: 21 out. 2009.

em São Paulo". Soube depois que ele participou de assaltos a bancos em função do dinheiro para os guerrilheiros. Ele já estava preso na cadeia de Ilha Grande no Rio de Janeiro. Ele me mandou de lá uma carta que conseguiu passar, diz ele, por baixo da saia, na cintura, da nora do Nelson Rodrigues, que estava grávida. O rapaz era engajado junto com os universitários e foi morto na prisão. Ela o visitara antes disso ocorrer. Aí eu entrei em contato com os pais dele e os mandei para o Rio para visitá-lo na Ilha.

Depois que saí da prisão, depois dos dez dias que fiquei lá, a tortura havia me deixado meio biruta. Depois dos dez dias mínimos, estive lá um irmão marista meu amigo que conseguiu que a turma me libertasse com a condição de eu ser internado em um sanatório psiquiátrico. Ele me internou no Sanatório São José. Os pobres loucos iam para o São Pedro. Quem era de classe média para cima ia para o São José, na Glória. Não fiz qualquer tratamento. Fiquei um mês descansando. Recebi a visita dos amigos, de alguns padres. Como eu não tinha mais campo aqui, fiz uma viagem para a França para ficar seis meses fora e aproveitei para fazer um curso de audiovisuais para catequese em Lyon.

Ao regressar, como me havia especializado em catequese na França, consegui ser liberado das atividades que desenvolvia no Colégio Rosário. Assim, passei a trabalhar formando grupos de catequese. Na prática, depois da prisão, os alunos que eu tinha no Rosário passaram a atravessar a calçada quando me viam, me evitavam. Era como se estivesse pesteadado. Os próprios maristas [companheiros da congregação] diziam: "Como podia ser comunista e ainda ser preso? E é marista? Que vergonha!". Eles fecharam a porta diante do meu nariz.

A opção pelos movimentos populares

Apesar da repressão, continuei trabalhando. Em 1975, participei no Rio de Janeiro do I Encontro Nacional das Comunidades Eclesiais de Base. Lá, reencontrei com os dominicanos que haviam sido presos junto comigo, inclusive Frei Betto, que fora preso em São Leopoldo, no mesmo dia que eu. Vimos que, depois de quatro, cinco anos na cadeia, eles tinham começado a trabalhar na periferia. Senti que dava perfeitamente para trabalharmos a partir das casas das pessoas. Quem pode impedir de reunir um grupo de vizinhos? Acabei dizendo para o Betto: "Eu sabia que tu eras subversivo, mas não sabia que eras tanto assim". A opção pelos pobres da igreja nos facilitou enormemente o trabalho.

Decidi passar a trabalhar com comunidades da periferia. Fui morar na periferia. Comecei a opção pelos pobres no Rio Grande do Sul, de maneira concreta, com as chamadas Comunidades Eclesiais de Base. Isso foi em 1975. Neste meio tempo, fiquei elaborando material em gabinete, fichas e circulares, mantendo reuniões em todo Brasil, mas já quase que em clandestinidade. Sentíamos que éramos vigiados pelos militares. Fazíamos reuniões na sacristia da Igreja Santo Antônio, em Porto Alegre, e os militares colocavam microfones no lado de fora da janela. Fazíamos publicações não-assinadas, tudo clandestino. Inclusive, com a participação de jovens que trabalhavam comigo na ação católica secundarista. Um deles era Júlio Gaiger, filho do desembargador Celso Gaiger, que já morreu. Júlio Gaiger, que morreu em um acidente de moto em Brasília, foi secretário particular de Nelson Jobim. Era um advogado brilhante; eu tinha pedido a ele para que fosse advogado dos índios dentro da organização da Igreja. Chegou a ser presidente da FUNAI [1996-1997]. Em todos esses anos, de 1969 até 1975, em Porto Alegre,

ele tinha no porão da casa do pai um aparelho de mimeógrafo em que todas as nossas publicações foram impressas. O pai nunca soube disso. Um dia falei com ele sobre esse assunto, e afirmou que não tinha conhecimento do que fazíamos. Era a casa do desembargador; por isso, ali não havia muito perigo para nós.

Fui para Canoas. Na periferia ficou mais fácil de trabalhar, diferente do que ocorreu com o pessoal da guerrilha, que marcava pontos de encontro nas cidades, pois não dispunham de base na periferia. Mas, com a Igreja organizada na periferia, no meio dos pobres, os perseguidos tinham segurança quase total. Eram protegidos pelo povo amigo. Comecei a trabalhar na organização das Comunidades Eclesiais de Base em Canoas. Pode parecer que era fácil organizar as pessoas da periferia para lutar. Mas não era bem assim. As pessoas, em Canoas, viviam cercadas por arames farpados, por terem ocupado um pedaço do antigo Prado. Assim, para conversar com elas tínhamos que pular essa cerca. Havia mulheres grávidas, que quatro ou cinco homens tinham de levantá-las para que pudessem passar por cima da cerca sem se machucar. Eu dizia: "Minha gente, está na hora de cortar essa cerca. Ninguém pode ficar impedido de seu direito de ir e vir". Mas não tinha jeito.

Comecei meu trabalho naquela que hoje é a Vila Santo Operário, uma ocupação com quatro mil casas. Era o tempo do Polo Petroquímico. Vieram 10 mil trabalhadores do interior e se estabeleceram em torno de Canoas. A periferia estava superlotada. A cada dia, em cima de caminhões, eles iam até o Polo. Esse era um campo maravilhoso para ser trabalhado. Era gente que chegava do interior imbuída dos valores interioranos. O homem vinha para trabalhar no Polo e a mulher ficava em casa com os filhos. Começamos o trabalho com as mulheres, minha irmã e eu.

No dia 7 de setembro de 1978, fomos para São Gabriel onde, com comunidades eclesiais de todo o Rio Grande do Sul, realizamos o I Encontro de Comunidades de Base. São Gabriel foi escolhida por ser o local onde foi morto Sepé Tiaraju, que, com o seu espírito de luta, serviu de inspiração para embalar essas comunidades nascentes, tanto na roça quanto na cidade. Foi neste dia que aconteceu a primeira ocupação dos Sem-Terra, que ainda não se chamavam assim. Foram as Comunidades Eclesiais de Base que ocuparam a Fazenda Macai. Depois, veio a Fazenda Brilhante e, depois, Encruzilhada Natalino. E, nesse mesmo ano, para não ficarmos para trás, nós, em Canoas, ocupamos todas as terras do Mathias Velho, que era um sesmeiro. A partir daí, fortalecemos o movimento de mulheres, porque nas Comunidades de Base sempre havia mais mulheres do que homens.

Desenvolvemos, também, outras atividades. Em épocas de desemprego, começamos com fóruns comunitários e uma série de ações para alimentar os trabalhadores, como a campanha contra a carestia. Ao mesmo tempo, organizamos as vilas. Em Canoas, conseguimos o primeiro posto de saúde do Rio Grande do Sul em uma zona de periferia. O governador era Jair Soares e o secretário da Saúde, Germano Bonow. Organizávamos o povo, muita gente, como fazem os Sem-Terra até hoje, e fazíamos marchas contra a prefeitura, com gritos. Obrigávamos o prefeito a falar com o movimento e ouvir as demandas das vilas, como linhas de ônibus, postos de saúde, colégios... Realmente aí se começou, de maneira bem forte, a organizar os movimentos populares. A pastoral operária, que era a ferramenta da Igreja para organizar os sindicatos, era um deles. Em Canoas existia o sindicato dos metalúrgicos, que há 17 anos tinha um comando pelego. O hoje senador Paulo Paim, que veio de Caxias do Sul para Canoas, passou a trabalhar com as Comunidades de

Base, com os homens e as mulheres que organizávamos e reuníamos na Igreja Matriz de Canoas. E foi em plena ditadura que derrubamos a direção do sindicato. Foi aí que o Paim começou sua ascensão.

Os militares, naquela época, não se preocupavam com as comunidades de periferia. Só tinha gente pobre mesmo. Inclusive era, até certo ponto, fácil trabalhar, porque os militares intervieram em todos os movimentos populares, determinando, inclusive, líderes sindicais; mas nunca puderam intervir na Igreja. Não dava para tirar um bispo e pôr no seu lugar um militar. Os bispos começaram a se conscientizar e passamos a receber mais cobertura deles. A Teologia da Libertação começou a fazer esse trabalho de opção pelos pobres. Até hoje, no Brasil, a maioria dos bispos é conservadora e só um pequeno grupo vai trabalhando na periferia, junto aos movimentos populares. Ao longo do tempo, houve uma mudança na postura da Igreja. Ela deu um salto qualitativo. Quando ocorreu o golpe, em 1964, os bispos do Brasil se reuniram e cantaram o hino de ação de graças pelo fato do país ter sido preservado do comunismo. Tivemos uma queda violenta da chamada ação católica porque esses leigos jovens, com os quais trabalhávamos e que lutavam conscientemente pela transformação, abandonaram a igreja. Todos eles. Como pode os bispos terem ficado lado a lado com os militares?

A CNBB e a Igreja progressista

Em 1964, começou o Concílio Vaticano II e os militares forneceram de graça o avião para todos os bispos irem a Roma, numa tentativa de cooptar a Igreja. A mudança começou com Dom Hélder, que

era presidente da CNBB. Em função dos bispos serem conservadores, não quiseram mais saber dele como presidente da CNBB. Foi mandado, então, para Recife. Depois, outros bispos como Dom Tomás Baduino (Goiás), Dom Luis Fernandes (Vitória) e Dom Waldyr Calheiros (Volta Redonda), também nos apoiaram. Esse número foi crescendo. Durante muitos anos, os bispos progressistas tiveram estratégias e peso importante na CNBB.

Durante o Concílio Vaticano II ocorreu a primeira reunião da CNBB, com toda a diretoria conservadora. A primeira coisa que fez Dom Vicente Scherer, encarregado dos movimentos leigos no Brasil, foi fechá-los. Foram fechados movimentos como a JUC, que trabalhava com as universidades, como a JEC, com os secundaristas, a JAC, com a juventude agrária, e a JOC, com os operários⁷. Os bispos conservadores fecharam os movimentos. Essa tensão entre Igreja progressista e Igreja Conservadora se mantém até hoje. A maioria é conservadora.

O arcebispo daqui apoia a governadora Yeda Crusius. Começou o Fórum Social da Igreja Católica, há dois anos, no dia 15 de setembro, com a governadora presente e todo o gauchismo que não apoia valores como engajamento e luta, pessoas que não têm consciência. Na Igreja, a análise de classe é fundamental. Até hoje, continuo me reunindo duas vezes por ano com os teólogos da Libertação, no Rio de Janeiro, em função do que vamos fazer para melhorar. Diversas iniciativas foram tomadas. Organizamos um curso para bispos que dura até hoje. Começamos o curso, dando marxismo para eles. Na CNBB, deve haver quase 300 bispos; na linha da Teologia da Libertação nunca conseguimos reunir mais de 80. Mas é um grupo bom.

⁷ [Nota dos Organizadores]: Organizações vinculadas à Ação Católica, conhecidas, em conjunto, como "A, E, I, O e U": Juventude Agrária Católica (JAC); Juventude Estudantil Católica (JEC); Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC); Juventude Universitária Católica (JUC).

Com poucas exceções, os conservadores se perderam na hora das votações nas eleições para a CNBB. Pensávamos em fazer aquilo que Santo Tomás de Aquino fez na Idade Média. Tomás de Aquino, um dominicano, fez uma fusão entre o aristotelismo – sua filosofia – e o cristianismo. Ele criou a chamada Súpula Teológica, que são os livros de teologia que duraram até o Vaticano II. Nós queríamos transformar o mundo. Quem pregou a revolução brasileira fomos nós, a Igreja; achávamos que íamos fazer uma simbiose entre o cristianismo e o marxismo, a revolução, o engajamento, a luta. Mas os golpes militares explodiram em toda América Latina. Houve um momento em que havia 10 mil jovens na cadeia aqui. Tenho um recorte do jornalista Hélio Fernandes que relata isso e pede aos militares que soltem os jovens que estavam mofando na cadeia.

Aquele era o nosso sonho. E realmente, até hoje, por usarmos o chamado Instrumental Global de Análise da Realidade, que é marxista, eles dizem que o cristianismo ficou comunista. Em realidade, a opção pelos pobres é de Jesus Cristo, do evangelho e usamos o Instrumental de Análise da Realidade. O método da ação católica era ver, julgar e agir. Foi um método inventado pelos operários. Primeiro, tinha que ver a realidade. Como atuar se não foi feita uma boa análise da realidade? As pessoas se ressentiam de que nós não escapávamos da realidade, então, não correspondia nossa ação ao que esperávamos.

Foi uma chilena, que agora está em Cuba, chamada Marta Hanecker, que era da Igreja do Chile, que trabalhou com isso. Ela foi fazer um curso na França com o filósofo francês Louis Althusser, ideólogo do Partido Comunista na França. Quando ela voltou, produziu

toda uma bibliografia em brochurinhas⁸. Em doses homeopáticas, colocou ali o marxismo todo. Lembro que ela nos ensinou que o marxismo tem uma metafísica, ou seja, uma filosofia; tem um conjunto de ideias-força, que se chama ideologia, por mudar a realidade; e tem, também, um instrumental global de análise da realidade. Para você conhecer a realidade, tem de partir do econômico, da infraestrutura. A partir da infraestrutura, você vai à superestrutura, que é política, social, cultural, militar. Quando eu trabalhava no Colégio Rosário, passava na Rua Barros Cassal, onde havia uns inferninhos. Eu pensava que tinha de fazer uma catequese para as mulheres que se prostituíam ali. Depois, com o instrumental marxista, percebi o quão ingênuo eu era. A prostituição é um problema econômico, em primeiro lugar. Na hora em que se entra no social tem de ler como está o econômico. O meu caminho na Igreja foi no sentido de abrir os horizontes, a cabeça, trabalhar como gente adulta. Na vida religiosa, dentro dos conventos, éramos muito pequenos, éramos muito infantis.

Desde pequenos eu e minha irmã nos dávamos bem. Antes da prisão, consegui uma bolsa de estudos para ela na França. Ela foi se especializar em catequese. Na volta, foi para a Secretaria de Educação, no Centro de Pesquisas e Orientação Educacional. O que eu fazia nas aulas de religião dos colégios católicos ela fazia nas escolas públicas, que também tinham aula de religião no currículo. No tempo dos militares, ela teve de sair por causa dos vocábulos que utilizava:

⁸ [Nota dos Organizadores]: Refere-se a uma série de pequenas brochuras intituladas *Cadernos de Educação Popular* escritos junto com Gabriela Uribe. Os volumes publicados foram: 1 – Explorados e exploradores; 2 – Exploração capitalista; 3 – Capitalismo e socialismo; 4 – Socialismo e comunismo; 5 – Classes sociais e luta de classes; 6 – Imperialismo e dependência. Todos foram publicados pela Global Editora, em 1980. Martha Hanecker tornou-se conhecida no Brasil principalmente pela obra *Os conceitos elementares do materialismo histórico*, de grande circulação nos nichos da esquerda. A primeira edição também foi publicada pela Global Editora, no ano de 1981.

engajamento, revolução, etc. A nossa revolução não era dar tiro por aí. Era a revolução do pensamento. Os primeiros cristãos da JUC, que haviam lido os livrinhos da Martha Hanecker, não tinham medo. Eles iriam usar o instrumental marxista sabendo que, apesar disso, não eram ateus. Os bispos diziam que os comunistas eram ateus em sua essência.

A Igreja dizia que estávamos imersos no social e não rezávamos mais, que estávamos no horizontal e esquecíamos de Deus, que estava na vertical. Não tinha nada a ver. Fechávamos perfeitamente com os comunistas quando se tratava do engajamento para mudar a realidade. Em determinado momento, também nos demos conta de que os padres eram homens, os teólogos eram homens e o pensamento feminino ficava de fora, que havia a necessidade de sabermos como as mulheres viam o Evangelho e Jesus Cristo. Então, a minha irmã organizou, junto comigo, a Rede Mística Feminina. Deve estar já no 25º ano. Reúne cem líderes mulheres religiosas de todo o estado num encontro de três dias.

Permaneço marista legalmente e juridicamente, mas não vivo no convento⁹. Causo um problema para eles. Eles disseram para eu pedir licença dos votos para sair. Eu disse que não, que tinha um direito canônico: "Se vocês querem me botar para fora que me

⁹ [Nota dos Organizadores]: Depois da prisão "[...] vi que não tinha futuro dentro da congregação, porque eu estava muito engajado no movimento de jovens, com a Catequese Libertadora, com a Teologia Libertadora. Naturalmente, continuo marista [...]." Ver: CASSOL, Daniel. Na luta não se envelhece. Agência Brasil de Fato. 11 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/v01/impresso/anteriores/jornal.2007-06-27.8068227691/editoria.2007-07-11.9636691785/materia.2007-07-11.4038539209>>. Acesso em: 21 out. 2009.

processem". Sugeriram que eu pedisse a exclaustração. Pede-se para viver um, dois anos fora do convento. Mas, depois de assinar o documento, se você não volta, você se autoelimina. Eles têm que me aguentar. Eles querem que eu trabalhe em colégio. Não sou feito para isso. Depois que fui mordido pela realidade, quero trabalhar nas comunidades. Colégios são instituições em que preenchemos um buraco. Na periferia, não. A gente trabalha com entusiasmo.¹⁰

¹⁰ Além de outras tantas atividades desenvolvidas no período focado pelo depoimento, o irmão Antônio Cechin também desempenhou funções diretamente vinculado à CNBB, contribuiu na criação da Pastoral da Mulher Pobre e da Romaria da Terra. Nos últimos anos, a sua intensa atuação tem se concentrado como Agente de Pastoral junto a comunidades periféricas de Porto Alegre, bem como assessor de Comunidades Eclesiais de Base do Rio Grande do Sul, de associações de catadores e recicladores, coordenando o Comitê Sepé Tiaraju e vinculando a ação social da Igreja junto a movimentos ambientalistas.

A MILONGA DOS VENCIDOS

*Raul Ellwanger**

Falta alguém no palco

Nervosismo no palco da Reitoria da URGs em Porto Alegre. Estamos em 1969, é o momento da apresentação da música tropicalista "Ontem, Hoje, Sempre", de Raul Ellwanger. Ali estão Telminho, Nana, Paulinho, Maria Teresa, está Homerinho, estão quase todos do grupo "Os Redondos", mas falta alguém. Falta o próprio compositor. O que terá acontecido?

Semeando um novo momento musical

Desde o começo da década de 1960, vinha crescendo o movimento musical em Porto Alegre. A febre da bossa-nova, com alguns festivais interessantes, a fissura do *roquenrol* espalhando-se pelos clubes de bairro, a divulgação feita por jornalistas e radialistas especializados (Osmar Meletti, Osvil Lopes, Paulo Deniz, Glênio Reis, Vanderlei Cunha, Marcos Faermann), a excelência musical dos conjuntos

* Compositor, letrista, arranjador e cantor. Dirigente e fundador da Cooperativa dos Músicos de Porto Alegre.

melódicos que animavam bailes, tudo parecia preparar a eclosão de um novo momento e um novo patamar para a música feita em nossa cidade. Pouco faltava.

Esse pouco que faltava apareceu com o sucesso dos festivais de música competitivos e programas especializados em música da TV Record, por um lado. Por outro, a crescente ação política dos estudantes também encontrava uma válvula de expressão para seu descontentamento na música, nas rodas de som, nos encontros dos Diretórios Acadêmicos e, por fim, nos grandes festivais de 67-68-69. E os dois grupos de comunicação locais (Caldas Júnior e TV Gaúcha) fizeram sua parte, ao levar ao grande público aquele movimento que já não cabia em seus estreitos limites.

Sentimento *estórico*

Vou relatando aqui alguns aspectos de minha experiência pessoal no movimento musical de Porto Alegre, na segunda metade da década de 1960. São impressões parciais, polidas pela seleção da memória e pelo esmeril do afeto. Nada objetivas, relatam fatos verdadeiros filtrados pela interpretação que o tempo gerou. São uma espécie de "sentimento *estórico*" que me ficou. Seus equívocos fazem parte do meu ângulo de olhar e avaliar fatos reais através do filtro da cabeça e do coração. Sei que os fatos foram únicos, o sentimento foi único e não há como renová-lo, sei que cada um dos que ali esteve faria agora um relato diferente, mas a coisa funciona assim mesmo, cada um é escravo de sua própria cabeça e coração. Talvez por isso eu escreva agora este relato, como uma estória

escrita por seus atores, ditada pelo sentir de um dos atores, e não pela versão dos vencedores como é habitual.

Época agitada

Nosso país viveu anos de muita movimentação cultural e política após o golpe de 1964. No âmbito da classe média, os estudantes secundaristas e universitários estavam em permanente agitação. Ligar a ação política com eventos musicais de massa era uma tendência natural, e assim ocorreu em nossa cidade.

Desde os pequenos eventos secundaristas, até recitais grandiosos em ginásios (como no Grêmio Náutico União, com 5000 pessoas e *xou* de Elis Regina), esse momento de efervescência cultural e social mobilizou milhares de jovens da classe média urbana. Numa época em que nos quatro cantos do planeta a juventude ampliava sua participação social e suas reivindicações políticas, também aqui seu ânimo transformador e transgressor estava sintonizado e atualizado com as tendências principais da época, e isso incluía a criação musical.

Falta alguém na TV Record

Entre os recortes de jornais, folhetos de festivais e fotos que minha mãe "salvou" naqueles anos turbulentos também para ela, está um telegrama da *Western Telegraph Company Limited*, datado de 11 de setembro de 1968, escrito nos termos seguintes: "Raul Moura Ellwanger, Rua Mostardeiro 1023, Porto Alegre = Favor mandar urgente fita gravada et partitura Ontem Hoje et Sempre Abraços Solano pt".

É difícil explicar a maravilha que era para um compositor principiante, sem um disco gravado, vindo de uma província distante, numa época em que gravar um disco era quase impossível, ser classificado finalista no Festival da TV Record de São Paulo. Ali, naquela telinha, nos últimos três anos haviam sido catapultadas as carreiras dos maiores compositores modernos que eram e seguem sendo nossos ídolos: Elis, Chico, Dory, Caetano, Vandrê, Gil, Sergio Ricardo. Ali era o degrau para fazer conhecer seu trabalho em todo o país, para ser contratado por uma gravadora, para realizar os sonhos de todos os compositores e intérpretes, ali era o "Paraíso", o sucesso, a realização, o reconhecimento. Mas a partitura e a fita gravada nunca chegaram ao Solano, a música e o compositor nunca subiram ao palco da TV Record. O que aconteceu?

Grandes eventos

Os grandes momentos para a música de nossa cidade foram os festivais da Faculdade de Arquitetura (1968, 1969) e da TV Gaúcha (1967, 1968, 1969) e os recitais coletivos da Frente Gaúcha da Música Popular (Grêmio Náutico União, Clube de Cultura), precedidos das rodas-de-violão nas faculdades (Arquitetura em especial, DCE-UFRGS, DCE-PUC, Clube de Cultura, Direito-PUC, o itinerante Arqui-Volante), e pequenas mostras em escolas de segundo grau (Bom Conselho, Israelita, Aplicação, São João, Júlio de Castilhos). Em paralelo, crescia o público e os grupos que aderiam ao *roquenorol*; no começo, grupos de bailes pelos bairros que tocavam os sucessos do momento, logo evoluindo para apresentações autorais com perfil próprio. Vale lembrar que não havia nesse momento discos gravados destas novas gerações, sendo sua divulgação feita de forma pessoal e como notícia

jornalística, sem o conteúdo sonoro que atinge milhares de pessoas. Enfim, um movimento musical mais social e mediático, sem aquela base normal dada pela execução pública repetida.

Lá no comecinho da faculdade

No Auditório PUC da Praça São Sebastião, participei de meu primeiro evento sobre um palco organizado. Com Walmor, Rosa Maria, Inara, Griselda, Walney, fizemos uma mostra coletiva de canções de Vinicius e Caymi, que eram nossos ídolos. Apresentei algumas composições próprias, entre românticas e de protesto: estamos em 1966 e tenho 18 anos. A gente achou um sucesso, o pessoal parece que gostou. Claro que a maioria era de amigos... Depois andei cantando pelos clubes (Cotillon, Leopoldina, Cultura), alguns Diretórios Acadêmicos, bares bacanas como o Brahms do alemão Metzger, o Baco's do Flavio Pinto Ribeiro, a SAT em Tramandaí, naquela alegre imitação do Vinicius que fazia muito sucesso com as meninas, incluindo uísque, gelo, cinzeiro, letras manuscritas, isqueiro, com a indefectível mesinha para tanta "aparelhagem cênica". Nestas empreitadas, além de Homerinho, estavam Márcio, Bides, Maurício.

Uma música "nova"?

Como compositor, me interessava muito pela nova tendência que a gente ia armando um pouco às cegas mas com o instinto certo. Procurávamos criar uma estética que fosse moderna, universal, participativa (o que era "normal"), mas com a novidade de ter um conteúdo ligado à nossa própria realidade, a vida de nossa cidade, de nossa geração, de nossa tradição regional transportada para o tempo

atual. Podemos imaginar a variedade, a ambiguidade, a confusão que resultava disso, até pela escassez de antecedentes. Podíamos nos inspirar nas canções "Alto da Bronze", "Rua da Praia", "Piazito Carreteiro", "Os Homens de Preto" e poucas mais. A chamada música "de protesto" de algum modo empalmava com o mito do gaúcho "libertário" e abria algumas possibilidades. A bossa-nova e o tropicalismo agregavam o lado "moderno e atual".

Em 1967, assisti Gilberto Gil no Cinema Cacique, epáft... !!!! Foi a revelação. Seu disco "Água de Meninos" virou minha bíblia, com Homerinho "tirei" todas as canções. Não procurei copiar o "som" de Gil, mas tentei entender seu modo de "olhar" o material sonoro, sua maneira de "sentir" seu mundo baiano e assim captar seu modo de criar canções. Oito anos depois iria encontrar na Argentina a expressão *proyección folclórica* para significar essa estética.

Chegou um postal do Nepal

Acabo de receber um postal, muito bonito e intrigante: trata-se de uma espécie de forno de barro grande, colocado no centro de uma praçinha. Sobre ele cresceu e vive um tipo de figueira já bem crescida, com suas raízes enlaçando a boca do forno e nele penetrando. Estamos no final de 1970, estou estudando Sociologia na *Universidad de Concepción*, 500 quilômetros ao sul de Santiago do Chile. Moro na Cabana Ho Chi Min com Jun, Benê e mais uns vinte chilenos de todas as províncias do país. Andei treinando futebol no *Deportivo Concepción*, mas decidi cuidar dos estudos e participar do processo político da *Unidad Popular*. O misterioso cartão chega de Katmandú, no Nepal, mandado pelo

Homerinho Lopes, integrante até pouco tempo do nosso grupo musical em Porto Alegre. João Alberto anda pelo Peru, Paulinho do Pinho e Mutinho, pela Argentina; alguns "dão um tempo" em São Paulo. Diz-se que um dos nossos está na China!!! O que eles foram fazer lá na Ásia, na América Latina?

A turma da Frente

Há uma foto emotiva e simbólica do coletivo da Frente Gaúcha da Música Popular Brasileira, publicada pela revista *Manchete* em 1968. Sobre o fundo da plateia vazia do Auditório Araújo Vianna, estão quarenta cantores, instrumentistas e compositores muito sorridentes, com um ar de otimismo e confiança. Seriam talvez a metade de todos aqueles que participavam da Frente, um coletivo informal que ajudou a promover eventos e aglutinar esforços esparsos. Vou lembrando alguns nomes de compositores ligados à Frente (e também de alguns "desligados") que foram finalistas em festivais: Paulinho do Pinho, João Alberto Soares, Homerinho Lopes, Laís Aquino, Wanderley Falkenberg, Ivaldo Roque, Mutinho, João Palmeiro, César Dorfman, Paulo Dorfman, Ival Fetter, Zequinha Guimarães, Luis Marcirio, Geraldo Flack, Luis Mauro, Sergio Napp, Cláudio Levitan, Ney Crist, Marcos Rovinsky, Walter Sobreiro Jr., Mauro Kwitko, Dirceu Bisol. Como intérpretes, além dos próprios compositores, predominavam músicos dos conjuntos melódicos de extraordinária qualidade (Norberto Baldauf, Flamingo, Flamboyant) que animavam os bailes e festas do Estado, como Edgar Pozzer, Erica Norimar, Sabino Loguércio, Marlene Ruperti, também músicos jazzísticos de boates como Bambu e Queens'

(Sidinho, Mamão, Sadi, Fernando Collares, Paulo Coelho), além dos novatos Telmo Kotlhar, Ivan Fetter, Paulo Dorfman, Sergio Axelrud, Sandra e Suzana, Liane Levitan, Jorge Schoenfeld, Maria de Lurdes, Vitinho Graef, Nana Chaves, Maria Helena Truda. Nada mau para um movimento semi-amadorístico que começava a se espriar pelos palcos da cidade.

Roda-de-viola

Ao lado do Cinema Marrocos, na Av. Getulio Vargas, o Roxy Bar tem uma sala vazia ao fundo. Ali se juntam Mutinho, Ivaldo, João Palmeiro, Laís, Paulinho do Pinho, Celso Marques, em rodas-de-viola onde o mote é "mostrar" músicas novas de uns para os outros, numa espécie de crítica recíproca, comentários e geração de ideias e parcerias. Algumas cadeiras, a mesa singela, cigarro e muitos violões madrugada afora. Na verdade, uma usina de criatividade contínua, renovada, aberta. Eu sou ali o mais despreparado, mais do que mostrar uma canção nova, são meus ouvidos que estão ligadíssimos nas letras e melodias, são meus olhos que estão grudados na mão esquerda daqueles craques, para memorizar visualmente as "posições" harmônicas para mim desconhecidas e que levavam consigo beleza, originalidade, emoção.

Festivais populares

Como seu nome diz, o Festival Universitário era para acadêmicos, afora alguma parceria oculta. Nele estreou Beth Carvalho,

estrela de um grupo que trazia Paulinho Tapajós, Artur Verocai, Danilo Caimy, Iracema Werneck, Paulinho Machado, Arnaldo Medeiros, Zé Rodrix, Eduardo Conde, Junaldo (canta no disco oficial minha "Sim ou Não"), que formavam uma nova geração que vinha chegando na MPB e logo teria seu espaço e reconhecimento. **Uma feliz parceria oculta foi a da música vencedora em 1968 (Jogo de Viola) de João Alberto Soares e do "não-universitário" Paulinho do Pinho. Naquela canção que eu "não cantei" em 1969, aparece algumas vezes como co-autor Telminho Kotlhar, como garantia para o caso de eu "sumir".**

Já no Festival Sul-Brasileiro a turma era mais encorpada: Túlio Piva, Alcides Gonçalves, Lupicínio Rodrigues, Hamilton Chaves, Paulo Fagundes, Paulo Ruschel, Luis Mauro, Ivaldo Roque, Sergio Napp, com intérpretes experimentados que já eram enturmados naturalmente. A edição de 1968 classificou para a semifinal nacional "O Brasil Canta no Rio", da TV Excelsior, as canções de Túlio Piva (1º lugar), Beto Morgado, Cezar Dorfman, Mutinho e minha (2º lugar), sendo a de Sérgio Napp semifinalista do Festival Internacional da Canção, também no Rio de Janeiro. Após as semifinais no Teatro Excelsior da Visconde do Pirajá, fomos Cezar Dorfman, eu e Túlio Piva para a finalíssima no Maracanazinho. Túlio com grande regional e coro, eu com "Os Redondos" e Orquestra Excelsior, com arranjo de Paulinho Machado e solo de Nicolino "Copinha" Copia. Essas duas canções têm gravações nos discos coletivos do Festival. Nas finais, estavam Ataulfo Alves, Carlos Imperial, Sérgio Bitencourt, Chico Anísio, Ruy Guerra, Toninho Horta, Capiba, os irmãos Valle, com intérpretes já consagrados como Jacó do Bandolim, Dino, Momento-4, Cynara e Cibebe, Taiguara, Roberto Luna, Eduardo Conde e outros.

(Im)possíveis Clubes da Esquina?

Termino de ler um livro maravilhoso: "Os sonhos não envelhecem", de Marcio Borges, uma espécie de relato confessional do Clube da Esquina de Minas Gerais em seus primeiros e vitais 15 anos. É 2009 e estou no Bairro Petrópolis de Porto Alegre, o mesmo bairro onde Marcio "deu um tempo" com sua esposa no final da década de 1960. Nesse livro, emotivo e sincero, a gente percebe o processo de gestação de um movimento musical maravilhoso na sua criação poética e sonora, nos seus intérpretes, na sua postura cidadã, na síntese do universal com o regional, do moderno com o tradicional. Como um pequeno grupo de amigos de bairro, na verdade moradores de quase um só prédio, imersos na mesma atmosfera inquieta e contestadora em que gravitava a juventude brasileira em cada uma de suas regiões, pode gerar todo um universo criativo, popular, desafiador, belo, sutil e singelo para presentear nossos corações sedentos. A pergunta salta aos meus lábios: poderíamos ter tido e sido um clube da esquina, um clube da lomba, da várzea, mas enfim algum "clube"? Poderíamos ter tido essa chance, poderíamos ter sabido ser aquele clube? Nossa música, nosso sentimento regional e cívico, nossa geração, tinha asas para voar essa viagem encantadora que viajaram Marcio, Wagner, Milton e demais associados do Clube?

Na linha do pênalti

Em diferentes momentos e com distintos graus de possibilidade, alguns nomes da nossa moçada, na segunda metade dos anos 60, estiveram perto de colocar sua música no "grande palco" da MPB.

Sucesso em toda a cidade, recebeu o Grupo Canta-Povo, com suas canções autorais, a visita da direção da Philips carioca, decidida a contratá-lo. Clandestino em São Paulo, cruza com Carlinhos Hartlieb, Lais Marques e Hermes Aquino que acabam de vencer um festival paulistano, junto ao grupo Liverpool. Piscamos os olhos em silêncio ao cruzarmos na av. São Luis; é mais prudente que não se fale comigo. Túlio Piva e eu estivemos em pleno Maracanazinho, ao lado de consagrados compositores. Minha canção está classificada para o Festival da Record. Elis grava canções de Mutinho, Napp, João Palmeiro. Erica Norimar é contratada por um selo nacional. Nossas canções se destacam em todos os festivais.

Mas alguma coisa não funciona, fica-se sempre no "quase". Qual será o problema?

A cereja podre

Na *Folha da Tarde* de 27 de abril de 1968, há um longo artigo de "Apresentação" da Frente Gaúcha da MPB, assinado por mim: diz ali que "[...] universitários, profissionais liberais, profissionais da música, trabalhadores e poetas se unem para em definitivo lançar as bases de um novo centro da música brasileira, em condições de equiparação com os demais pólos musicais do país". Em dezenas de recortes, vou descobrindo o potencial dessa turma alegre e atrevida. No quinhão que me toca, leio expressões como "música vigorosa", "segurança total", "em sua música nada é gratuito", "Raul surgiu como um furacão", às quais tem que ser dado o desconto do momento, mas de qualquer modo indicam a boa aceitação do meu trabalho. Tendo ficado de fora do movimento musical

por uns dez anos (entre clandestinidade, condenação pela Lei de Segurança Nacional e exílio), sempre pensava em qual teria sido o destino dessa nossa grande turma. No retorno a Porto Alegre, gravei meu primeiro LP e comecei de novo do ponto onde tinha parado, dez anos antes. Descobri o pior: tudo tinha parado por dez anos. Medo, exílio, perseguição,... alternativas místicas, muito baseado e LSD, cooptação, "pra-frente-brasil", família, trabalho, desinteresse e temores da mídia foram fatores que ceifaram o movimento. A cereja podre e perversa desse bolo é o Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Como em quase tudo no Brasil, o AI-5 cortou pela raiz aquele movimento musical, aquele ímpeto criativo, aquele ânimo participativo.

Viajando no som...

Como o sonho é livre, e já vi um pouco desse filme em outras paragens, deixo correr a fantasia. Vejo o Canta-Povo gravar seus três primeiros discos, arrasando em todo o país, motorizado por uma multinacional de disco. Seus compositores afinam a criação, melhoram arranjos, testam junto ao público. Muitos intérpretes estão gravando canções desse "Clube da Lomba" ficcional, com outros sotaques e abordagens, Laís e Wanderley fazem sucesso na voz de Agostinho dos Santos e Gal Costa. Paulinho do Pinho grava discos com sua levada inigualável ao violão, com um sexteto de craques da Rua Caldas Júnior, esquina Riachuelo. Homerinho incrementa sua parceria com Zé Rodrix. Arranjos de Paulinho, Paulo Dorfman, Paulo Coelho, Telminho vão colorindo os discos. Alguns estudam com Armando Albuquerque, Ester Scliar, Zé Gomes, Alda Gomes, Bruno Kiefer, no Seminário Livre de Música. Erica Norimar estoura na

televisão nacional, Sabino Loguércio grava discos lindos com nossas canções. Elis Regina é nossa embaixadora, coloca nossas canções no disco e televisão. Odeon e Philips contratam nossos artistas, investem pesado na promoção. Carlinhos Hartlieb, Bicho-da-Seda, Liverpool e Hermes estão na cena tropicalista-roqueira. Convidados para o programa de Roberto Carlos, sábado à tarde na TV Record, gravam um disco coletivo que será histórico. Faço bonito no Festival da Record. Gravo meu primeiro disco, algo "esquerdoso". Devo até curtir um exílio suave na Europa, que aproveito para criar parcerias com Gilberto Gil. Mutinho deslancha na parceria com Toquinho e Vinicius. Sua "Valsa dos Compositores" é sucesso na voz de Dorival Caym. Guilherme Araújo apaixona-se pela música do sul e passa a empresariar artistas daqui. Novos programas de TV, novos *xous* e projetos por todo o país, alguns convites para a América Latina, músicas gravadas na Espanha e Portugal. Entrevistas na Revista do Rádio, fofocas, briguinhas, namoros e casamentos mediáticos, críticos bacanas e críticos babacas. Ciúmes, plágios, novas parcerias e melhores canções. Tranquilidade profissional, boas turnês, direitos de autor em dia.

Bom, estou fantasiando livremente, mas essa é uma fantasia bem pobre e tola, pois este delírio que aqui esbocei, com sabor algo paródico e um jeito algo absurdo, seria o "normal" que deveria acontecer, mas que virou "anormal" e terminou por não acontecer mesmo. Na real. Sinto muito.

Milonga dos vencidos

Aquele cidadão que faltou no palco da UFRGS, que não apareceu no festival da TV Record já deu para perceber que sou eu mesmo. Muitas outras coisas aconteceram das quais eu nada sei, pois fui o

mais ausente na continuação. Quero contar a minha parte. Ao se comemorar 30 e 40 anos dos Festivais e da Frente Gaúcha da nossa grande música que poderia ter acontecido, o que se ouviu na cidade, pasmem, foi um grande e (in)sonoro silêncio. Chama a atenção a omissão dos músicos que participaram da época, eu incluído. Chama a atenção o mutismo dos grandes interessados, os Grupos Caldas Jr. e RBS, desmotivados talvez por critérios comerciais. Chama muita atenção o silêncio da UFRGS e seus vários departamentos (Música, História, Letras, Extensão), que têm por objeto esta documentação e resgate. Se o AI-5 correu um telão de silêncio sobre nossas canções, a omissão atual é como uma continuação daquela repressão, é uma mesma espada que cortou a vida musical e segue cortando a memória daquela vida musical. Não interessa saber-se de um grande movimento popular e cultural que houve aqui, na nossa aldeia, no botequim da esquina. A versão que fica é a dos vencedores, a versão da ditadura revigorada em 1968, a versão do silêncio. Espero ter contado aqui um pouco da milonga dos vencidos: "[...] afasta de mim este... cale-se!".

"LOSADA, NÃO OLHE PARA TRÁS"*

*Antônio Losada***

O golpe

O Brasil vinha sofrendo tentativas de golpe desde a redemocratização, em 1947, quando cassaram os parlamentares progressistas. Foi aí que começou a se articular a possibilidade de voltar a um regime de ditadura. No início dos anos 50, houve forte manifestação da esquerda brasileira no sentido de fazer avançar o processo de democratização. Mas ameaças de golpe voltaram e só foram interrompidas com o sacrifício do presidente eleito Getúlio Vargas. O suicídio impediu que o golpe ocorresse e fez com que o movimento popular desencadeasse intensa ação em defesa dos direitos trabalhistas e da reforma agrária, o que obrigou a recuar setores conservadores e retrógrados nacionais e do capitalismo internacional. Na prática, a internacionalização da economia brasileira, defendida por esses setores, exigia, cada vez mais, uma situação de exceção.

A mobilização do povo tomou formas mais avançadas, procurando defender a democracia e os direitos sociais. Isso fez com que a

*Depoimento concedido à jornalista Vânia M. Barbosa em 27 de julho de 2009.

** Sindicalista. Ex-preso político. Último preso político no Rio Grande do Sul sob a ditadura civil-militar.

direita brasileira também se organizasse e não parasse de tentar interromper o processo de liberdade. Esse processo começou a se aguçar em 1960 e, principalmente, depois da renúncia de Jânio Quadros, em 1961, quando a conspiração contra o vice-presidente João Goulart estava em andamento. Foi quando ocorreu, então, o movimento da Legalidade.

Em Porto Alegre, participei deste movimento ao lado de Leonel Brizola, do movimento sindical e dos partidos que se rebelaram contra a tentativa de golpe. Em dois, três dias cadastramos em torno de 200 mil pessoas para resistir ao golpe, que tinha como base as cidades de São Paulo e de Belo Horizonte, através do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. A Legalidade foi um momento de grande mobilização do movimento sindical e do governador Brizola, o que fez com que avançassem as negociações para impedir que o golpe se concretizasse naquele momento. Brizola mobilizou as tropas da Brigada Militar num movimento patriótico em defesa da legalidade e da constituição.

O sentimento de resistência garantiu a posse do vice-presidente conforme constava na constituição. Mais tarde, um plebiscito devolveria os plenos poderes a Jango. Mas as forças conservadoras golpistas e do capital internacional não pararam por aí. Continuaram manifestando-se através da grande mídia, da Igreja Católica e, de certa forma, com apoio de setores industriais e de fazendeiros. Havia toda uma publicidade que explorava o chavão da implantação do comunismo no Brasil.

Entre os anos de 1962 e 1963 ocorreram grande mobilizações populares. Participamos de grandes manifestações no Rio de Janeiro em defesa da reforma agrária, da reforma urbana, de uma nova constituinte que assegurasse espaços mais democráticos e garantias individuais ao povo brasileiro. Por outro lado, Leonel Brizola organizava os denominados "Grupos dos Onze", que se organizaram como estrutura de

resistência. Brizola defendia que a sociedade devia preparar-se para resistir e avançar, e ter um poder político, de comando. A sociedade civil, de fato, tem que ter um controle social. Ela tem que controlar a justiça, o parlamento, os tribunais. Por isso, a ideia era de que onde dava para formar um grupo, formava. Onze, para seguir a simbologia do futebol. Foi a forma que o Brizola encontrou. Onze jogadores.

Eu não fiz parte do Grupo dos Onze, mas fiz parte do grupo do Brizola. Nos reuníamos no apartamento de um hotel, na Avenida Salgado Filho, mas num outro esquema, um esquema militar. Nós, os líderes sindicais, participávamos das reuniões.

As manifestações de Jango e Brizola a favor das reformas, em defesa do petróleo e das refinarias brasileiras naturalmente amedrontaram as forças conservadoras, as quais começaram a apressar o golpe. Em 1964, a grande articulação da direita brasileira estava se concretizando. E, no 31 de março, passou a ter um perfil militar.

Quando se concretizou o golpe, fomos três, quatro mil pessoas para a frente do III Exército pedindo que nos dessem armas. Mas o comandante vacilou. Corria um boato de que Sereno Chaise tinha armas no porão da Prefeitura. Não tinha, não! A população não teve comando nem experiência partidária para resistir. Infelizmente, as cúpulas dos partidos de esquerda, que davam as diretrizes, desapareceram também. Os acordos para que Jango se retirasse do país e assumisse a condição de exilado já estavam feitos.

A tentativa de resistência

Mesmo assim, a concretização do golpe e a instalação da Junta Militar enfrentaram reação popular, tanto dos sindicalistas como da

grande massa. O movimento sindical continuou a luta. Tinha clareza de que o grande objetivo dos militares era rasgar os direitos constitucionais dos trabalhadores como, por exemplo, o direito à estabilidade no trabalho para os dirigentes sindicais atuantes, o que inviabilizaria o trabalho de organização popular e elevação da consciência dos assalariados no interior das fábricas.

A Junta Militar deu início a um mar de prisões, cassações, intervenções em sindicatos e em entidades estudantis. O parlamento ficou atrelado. O movimento sindical procurou resistir para garantir os direitos consagrados em lei. Centrava-se em um comando nacional liderado por algumas categorias consideradas estratégicas, do ponto de vista da economia nacional, que se mobilizavam muito e tinham elevado grau de organização, como os ferroviários, os portuários, os estivadores, os metalúrgicos e os bancários. Tais categorias procuravam realizar manifestações de resistência contra o arrocho salarial e em defesa da estabilidade no emprego - direito fundamental arrancado dos trabalhadores pelas primeiras medidas do golpe militar. Tais medidas visavam a facilitar o incremento da internacionalização da economia e a vinda das grandes empresas capitalistas com garantias de que haveria tranquilidade nas relações de trabalho.

Em Porto Alegre, criamos, num primeiro momento, o "Movimento Antiarrocho Salarial", através do qual fizemos várias manifestações de massas. Nestas, a repressão já mostrava que não tinha vindo só para deixar uma marca. Tinha vindo para se instalar e mexer nas estruturas sociais. A repressão, nestas ocasiões, já se caracterizava por uma violência muito grande. As prisões eram feitas arbitrariamente e carros dirigidos por policiais eram jogados em cima da multidão, indiscriminadamente. Era um método de antiguerrilha urbana em que

jogavam carros em alta velocidade contra a multidão para desfazer as manifestações. Na sequência, vinha uma equipe de policiais preparada para espancar e prender as pessoas, que eram levadas para a Febem e para os quartéis.

A direita começava a trabalhar segundo as regras da Lei de Segurança Nacional e procurava legalizar toda forma de violência e de arbitrariedade. Em determinado momento, chegou a ser proibido que três pessoas conversassem na rua. Aumentava a censura e a delação passou a ser muito grande. Alguns sindicatos tiveram suas diretorias destituídas e substituídas por diretorias policialescas, que colaboravam com a delegacia e o Ministério do Trabalho. Outros sindicatos sofreram intervenções contábeis. Isto é, não podiam fazer despesas sem prestar contas para a ditadura. Foi o que aconteceu com os sindicatos dos gráficos, do vestuário, da alimentação e do comércio.

Esses enfrentamentos duraram, mais ou menos, dois anos, entre 1966 e 1967. As forças populares viram que era muito difícil fazer esse tipo de enfrentamento nas áreas urbanas e passaram a considerar outras alternativas. A Revolução Cubana começava a mostrar ao mundo a possibilidade de que, em uma luta combinada entre campo e cidade, organizada pelas forças populares, era possível derrotar uma ditadura. Como aconteceu em Cuba, onde a cruel ditadura de Fulgêncio Batista foi derrotada.

O espelho da Revolução Cubana, da sua consolidação e das grandes conquistas, como o combate ao analfabetismo e a promoção da reforma agrária, começaram a ter influência no Brasil. Mesmo assim, era elevado o grau de repressão contra lideranças que ainda tentavam mobilizar e articular forças para construir novas formas de enfrentamento à ditadura militar e de defesa de liberdade e de

democracia. Essas novas formas foram se construindo por meio da clandestinidade. Os trabalhadores continuavam promovendo mobilizações, mas sem contar com a estrutura sindical e com as diretorias, pois estas, agora, haviam deixado de colaborar com as greves e manifestações de resistência dos trabalhadores brasileiros. Mais do que nunca era necessário lutar pela autonomia dos sindicatos. Por isso, as lideranças oriundas da esquerda, do movimento sindical consequente, vinham lutando há muitos anos pela ruptura do imposto sindical, que era um mecanismo estatal para controlar o movimento operário.

A espiral repressiva

As formas de luta legal e urbana foram se restringindo, enfrentando, cada vez mais, enormes dificuldades. Nas universidades públicas e particulares houve cassações de professores; muitos foram afastados de suas funções e outros tantos foram obrigados a partir para o exílio. Seja como fosse, nesse contexto, nossa resistência em favor da democracia, da liberdade e pelo retorno das conquistas dos trabalhadores, passava para outro patamar de luta, para uma nova etapa na qual a Revolução Cubana iluminou a luta, tanto no Brasil quanto em toda a América Latina.

Essa luta começou a ser estimulada. Era necessário confrontar a repressão de forma a responder com a mesma violência que ela utilizava contra os trabalhadores. Num enfrentamento de características militares de guerra convencional, não havia forma dos trabalhadores terem sustentação nos centros urbanos. A repressão tinha alto nível de informação e com a criação do Serviço Nacional de Informação (SNI)

estimulou-se, no meio do povo, a delação premiada. Qualquer informação que passasse para a delegacia mais próxima era premiada com importâncias em dinheiro. Não importava se as informações permitiam atingir o aparelho onde os trabalhadores se reuniam ou o sindicato que organizava a resistência dentro das fábricas.

Em 1967 e 1968 ocorrem greves na grande São Paulo, no ABC paulista. Tive a oportunidade de ajudar em algumas. Na região da Grande Belo Horizonte também ocorreram grandes manifestações, greves e enfrentamentos quase insustentáveis para as forças repressivas. Isso foi em 1967 e 1968, quando se começava a definir a visão estratégica dos militares sobre a segurança nacional, quando Golbery lançou frases como a que dizia que o grande inimigo não estava além-fronteiras, mas entre os brasileiros. Ele queria dizer que os inimigos eram os próprios trabalhadores, os próprios explorados. E que devia haver uma censura sobre a grande imprensa. Enquanto isso, o Parlamento, totalmente condicionado àquele estado de coisas, não se manifestava. Ele se adequou rapidamente àquele quadro de ditadura militar, o que deixou as forças populares e revolucionárias totalmente sem caminhos.

A resistência das forças populares contra a repressão se deu com muita dificuldade. Não tínhamos uma experiência anterior. Antes do golpe, pensava-se que as Forças Armadas se dividiriam e que o golpe não se concretizaria. Mas nada disso aconteceu. Posteriormente, houve acumulação das forças populares civis e de alguns militares comprometidos com nossa luta, como Carlos Lamarca e Manoel Raimundo Soares, militares que tiveram uma dignidade e um patriotismo muito grandes, e que lutaram em todos os momentos a favor da liberdade e da luta dos trabalhadores brasileiros. Porém, a nossa experiência era muito incipiente. Vínhamos de uma experiência legalista

dentro do Partido Comunista, do "Grupo dos Onze", de um movimento sindical muito atrelado ao Ministério do Trabalho, ao Estado; então, era muito difícil, diante da nossa pouca experiência, enfrentar as forças armadas organizadas, os grandes latifundiários, os grandes industriais e a pequena burguesia.

Não restou outra saída às forças populares que a de construir uma resistência armada. Buscar, através da luta armada, ações exemplares para fazer com que a luta estratégica do povo brasileiro não terminasse ali, naquelas leis da ditadura e naquela repressão. Começamos a nos mobilizar. O recurso da greve estava se esgotando, pois a Lei 4.330 proibía totalmente tal possibilidade – precisávamos avisar 60 dias antes que haveria uma greve. Ora, a força da greve está exatamente em sua surpresa, sua mobilização repentina e surpreendente, porque, caso contrário, não tem força. O capitalismo e o patronato tinham todos os meios de controle dentro de uma empresa, tinham a polícia e seus informantes. Era difícil conseguir um nível de organização dentro da fábrica. Não restaram formas para sustentar a luta. Ocorria muita violência da polícia na periferia dos bairros; a covardia aplicada pelas forças golpistas era muito grande. Era preciso mostrar que essa dominação absurda, ilegal e criminosa teria uma resistência à altura. Para isso, precisavam-se recursos.

A resistência subterrânea

Começamos a fazer ações para buscar meios, não só dinheiro, mas também infraestrutura. No Rio de Janeiro sempre houve arbitrariedade em cima dos favelados. Então, decidimos que quando

ocorresse alguma violência que atingisse a massa de maneira cruel, os grupos que organizávamos deviam realizar alguma ação contra a delegacia responsável pela violência cometida. Assim, tratava-se, por exemplo, de incendiar uma viatura ou a própria delegacia; era importante fazer alguma ação exemplar para mostrar à massa, tão agredida, que não estava sozinha. Foram ações importantes do ponto de vista de dar esperança estratégica à massa que se rebelava contra a violência. Algumas ações, por exemplo, visavam caminhões de alimentos dos grandes atacados para distribuir alimentos à população pobre. Essas ações não tinham caráter paternalista ou assistencialista. Apresentavam importante nível de organização. Contavam, ainda, com apoio das lideranças das comunidades das favelas. Quando passamos a executá-las, já estávamos imersos na clandestinidade, usando codinomes.

Dentro desse conjunto de lutas, em uma ocasião, em Porto Alegre, tivemos que retirar 56 operários após uma tentativa de greve mal-sucedida. Devido ao elevado nível de organização que havíamos alcançado na fábrica, conseguimos evitar que esses operários fossem presos. Aliás, a prisão era um horror. Éramos presos nas saídas das assembleias, dos sindicatos. Era muito cruel. O DOPS funcionava a todo vapor. Em alguns casos, aplicando tortura física; em outros, tortura psicológica, produzindo um amedrontamento muito grande para as famílias. Nós não podíamos permitir que as pessoas fossem presas.

Outras greves aconteceram na Zivi-Hércules, na Walig, no Estaleiro Só e na Renner. Nesta, conseguimos que os trabalhadores entrassem na fábrica e não trabalhassem, ou seja, que ficassem parados em frente das máquinas. A Renner tinha cerca de dez mil trabalhadores. O grau de exploração era tal que as costureiras não tinham tempo nem de ir ao banheiro, por conta do trabalho em linha de montagem que ali

ocorria, exatamente como se vê no filme *Tempos Modernos*, de Charles Chaplin. Nessa empresa não se aceitavam trabalhadores negros. O Renner acabou eleito o melhor patrão do Brasil naquele ano, ali por volta de 1966 ou 1967. Nestas greves obtivemos algumas conquistas; o aumento conseguido foi por meio da nossa luta. Mas a grande imprensa, na época, divulgou que o aumento havia sido espontâneo, dado pelo Sr. A. J. Renner para melhorar o padrão de vida de seus funcionários. Nem citaram a nossa luta.

Eu queria ser metalúrgico, mas acabei no setor de vestuário. Comecei a trabalhar, com nove, dez anos, na Fábrica Aliança, limpando banheiros e varrendo. Depois, aprendi a profissão de modelista. Fui indo: trabalhei na Aliança, na Lenque, na Ájax (onde estive durante dez anos) – uma fábrica de mil operários –, na Renner. Era comum, em fábricas menores, com 100, 200 empregados, que os trabalhadores, ao receber o envelope com o pagamento, se deparassem com o fato de conter nele metade do salário mínimo correspondente, embora nele estivesse escrito que estava sendo pago o valor de um salário mínimo. Isso gerava conflitos nas famílias. As mocinhas chegavam em casa com um valor escrito no envelope e, dentro dele, só havia a metade. Era uma prática comum de várias fábricas. E a Delegacia do Trabalho, a quem cabia fiscalizar e que tinha estrutura para isso, não fazia nada e se negava a ajudar. Um flagrante, numa situação dessas, só pode ser dado pelo Ministério do Trabalho, não pode ser dado pelos líderes sindicais. Muitas vezes, eu entrava nas fábricas para localizar onde se encontravam esses envelopes. No momento do recebimento, quando as moças estavam com o envelope na mão, empurrávamos o fiscal do Ministério do Trabalho para dentro, para tentar dar o flagrante. Para isso, pagávamos janta e táxi para o fiscal ir lá. Isto é para se ter uma ideia de como funcionavam essas estruturas que,

aparentemente, existiam para, além de fiscalizar, defender e proteger os trabalhadores. Essas práticas, na realidade, se fortaleceram a partir do golpe.

Durante dois anos, conseguimos sobreviver sem sermos identificados, agindo por detrás de codinomes. Por exemplo, a [ministra] Dilma Rousseff me chama até hoje de "Joaquim", meu nome de batalha daquela época. Nós militamos juntos. Ela foi uma das "importações" que fizemos de Minas Gerais para vir nos ajudar no trabalho massivo que realizávamos por meio da União Operária. Ela nos ajudou na organização popular, no início da nossa clandestinidade, pois, até então, nossa experiência havia sido na luta legalista. Quando alguns companheiros caíram presos e foram torturados, nossos nomes de guerra foram conhecidos pela repressão. Nesse momento, a clandestinidade virou sobrevivência. Mas a nossa inexperiência tornou a vida clandestina muito difícil, muito sacrificada.

Em 1969, quando identificaram meu nome, a coisa ficou ruim. Tive que cair na clandestinidade para poder dar continuidade à luta, senão eu ia para a cadeia e para a tortura. Tive que me deslocar para São Paulo, e depois para o Rio de Janeiro, Belém do Pará, Imperatriz e Marabá. O grupo ao qual eu pertencia não tinha a visão explosiva do PCdoB, mas defendia uma visão de luta guerrilheira a longo prazo, visando a construir um embrião de exército revolucionário que permitisse, às lideranças que entrassem na clandestinidade, a se incorporarem a esse grupo em uma área estratégica escolhida com antecedência, ao norte de Goiás.

A nossa visão era de que, no processo revolucionário, as ações que se davam na área urbana deviam fortalecer a implantação de um embrião de exército revolucionário no campo e nas áreas pequenas. Tratava-se de

uma luta combinada que não podia perder de vista a mobilização nas cidades e as greves, potencializando tudo que fosse possível para dificultar a mobilidade das Forças Armadas no enfrentamento deste foco. Por exemplo, no episódio do Araguaia (PCdoB), a mobilização militar concentrada na cidade de Marabá foi uma coisa fantástica porque ali se concentrou, de forma quase estática, a luta implementada pelo PCdoB na época, com toda a valentia. Nossa visão era mais de mobilidade combinada com luta urbana. Não podíamos perdê-la de vista, embora essa luta urbana fosse muito difícil por causa do nível de informação que a polícia possuía.

Tínhamos o objetivo estratégico de implantar o socialismo nas áreas libertadas. O camponês é a alma principal disso. É ele que sabe viver no campo, que resiste a uma caminhada, às questões climáticas. Para nós, da cidade, era muito difícil. Meus pés e pernas ficavam muito inchados, com treinamentos de 10, 15 quilômetros por dia, em péssimas condições. Eu aguentava por causa da ideologia. Tínhamos que ter áreas de treinamento, de segurança, de inserção no meio social, para termos a mesma capacidade de fazer a contrainformação da burguesia. Nos lugares menores, a burguesia conta com o delegado de polícia, o juiz, o promotor. Fazendo um trabalho em Goiás, beirando a grande Transamazônica, tínhamos a colaboração até de alguns médicos para nos inserirmos na base social da região. Isso nos dava muito retorno de informação, de como nos deslocarmos, do que estava ocorrendo do outro lado. Era um trabalho que exigia recursos, sigilo, clandestinidade. Tínhamos meios de comunicação efetivos e difíceis de serem descobertos. Mas através da tortura foram pegando essas informações.

A repressão tinha a prática de prender as pessoas nas fábricas. Os interrogatórios não eram bem dirigidos. Aí, eles importaram uns técnicos

especialistas em tortura e em interrogatório dos Estados Unidos que contribuíram bastante. Lembro de um sargento da Aeronáutica, de nome João¹, que foi pioneiro na articulação da luta armada no país. Ele era dirigente nosso, e ficou seis meses preso. Viajaram com o sujeito por todo o Brasil. Botavam nele bigode, peruca, disfarçavam-no e iam nas agências bancárias, nos quartéis para mostrá-lo e ver se alguém o identificava. Mas não conseguiram. Porém, para sua infelicidade, depois de seis meses de prisão, um outro companheiro acabou detido e, durante o interrogatório, confirmou sua identidade. João foi morto imediatamente.

Todos os que eram presos no Brasil eram imediatamente enviados para São Paulo, onde levavam uma enorme de uma surra. Lá, a violência era muito grande, havia a Operação Bandeirantes. São Paulo era o centro do capitalismo no país. O combate às lutas libertárias, aos partidos de esquerda eram muito maiores, porque havia mais dinheiro na parada. Como o que era obtido através do presidente da Ultragás de São Paulo, Henning Albert Boilesen, responsável por um esquema de arrecadação de recursos junto a empresários para financiar a repressão e que acabou executado por grupos de esquerda.

Anos depois, policiais que me encontravam na rua me diziam: "Losada, quando vocês vão fazer aquilo de novo? Porque eu fiz a minha casa na época". Corria muito dinheiro. Verbas secretas. Não tinham que dar explicação para ninguém. Essa coisa ficou tão abusada que os próprios repressores de São Paulo perguntavam por que tanta gente que não tinha nada a dizer era levada para lá. Falavam: "Perdemos tempo dando laço no cara durante dois, três dias e ele não tem nada a dizer". Por que levar todos esses presos para São Paulo? Para ganhar as diárias. Só

¹ [Nota dos Organizadores]: Losada está se referindo ao sargento da Aeronáutica João Lucas Alves, morto em 6 de março de 1969, em Belo Horizonte.

para isso. Pegava um chefe de família aqui e levava para lá. Aí, os milicos de alta patente de lá mandaram parar com isso.

A experiência da repressão e o Milagre Econômico prejudicaram muito a nossa luta. Aquela propaganda, "pra frente Brasil", de transformar o Brasil em segunda ou terceira potência do mundo, que era o projeto dos militares, atrapalhava nossa luta. Aqueles dirigentes nossos mais preparados teoricamente, de classe média, viram que seria muito difícil manter aquele tipo de luta. Então, ficou muito pouca gente lutando. Eu não quis ir para a França, embora os companheiros quisessem me levar. Como eu tinha um comprometimento muito grande com os operários, com suas famílias, tanto aqui como no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde atuei durante algum tempo, me neguei a ir.

A prisão

Fui preso em 1973, no início do ano, em Porto Alegre, quando saía da fábrica Renner e ia para casa de uns companheiros. A Renner era uma fábrica onde havia um grande número de empregados, por isso, estava lá no dia da minha prisão. Entregava panfletos no horário de saída dos trabalhadores, pois no meio de multidão me sentia mais seguro. Entretanto, me pegaram ali. Já vinham me seguindo há 15 dias.

A minha queda se deu porque o rapazinho que parava comigo em São Paulo sabia tudo daqui, de Porto Alegre. Acabou sendo preso e aí, em uma situação difícil, passou a colaborar. Para justificar, mostrava as feridas que tinha nas costas dele, de três a quatro centímetros de profundidade. Ele também enfrentava problemas particulares muito difíceis e não tinha uma boa formação política.

Na manhã em que fui preso foram detidos outros 16 operários. Com a prisão desses operários, todos ligados à produção e que ajudavam a organizar a resistência, o meu sindicato passou a colaborar na luta. Virou um antro de delação. A partir daí, todo o trabalho de resistência que era organizado teve que sê-lo em reuniões que ocorriam em pensões, terrenos baldios e igrejas, pois o local do sindicato era prisão na certa. Às vezes, até a diretoria delatava para não sofrer intervenção ou cassação do Ministério do Trabalho.

No meu caso, a Delegacia do Trabalho rasgou todos os meus documentos; a direção do sindicato não só foi conivente com isso como ajudou o delegado do Trabalho a destruir livros e atas. Isto me prejudicou muito, pois não pude receber, durante todos os anos em que fiquei preso, o auxílio reclusão que qualquer preso comum recebia.

Eu não tinha formação militar, mas ajudava muito em algumas ações. A minha condenação foi muito elevada. Na Lei de Segurança Nacional (artigo 27) constava que a pena máxima era a pena de morte e a mínima de dez anos de prisão. Recebi dez anos. Mas eles mesmos confessaram que queriam me matar, mas não conseguiram me pegar em uma reunião. Neste caso, poderiam montar o quadro como eles quisessem, como ocorreu em Quintino, no Rio de Janeiro, em um episódio em que prenderam uns companheiros nossos do estaleiro. Eles foram presos, interrogados, tiveram suas crianças ameaçadas; tinha até filho recém-nascido ameaçado com baioneta. Arrancaram o que dava destes companheiros; depois, colocaram eles algemados em dois fucas e simularam um acidente entre os dois automóveis, no qual morreram todos incendiados.

Nosso companheiro Breno², um jovem líder campeão brasileiro de oratória e de natação em Minas Gerais, demorou para ser preso, mas

² [Nota dos Organizadores]: Refere-se a Carlos Alberto Soares de Freitas, o "Breno", desaparecido em 1971, no Rio de Janeiro.

quando o prenderam, o mataram dentro do pátio da Aeronáutica, puxado por um jipe até a morte. Foi um líder estudantil que contribuiu muito para a luta.

Quando ocorreu a morte do Mario Geller, em São Paulo, eu estava lá. Incendiamos seis lojas Pampulha, mas tínhamos consciência de que não iria significar nada. Mataram porque quiseram. Ele poderia ter sido preso, eles tinham todos os dados para fazer isso. Mas não bastava. Foi a mesma coisa, no Rio Grande do Sul, com o Raimundo Soares³, em 1966. Mataram porque quiseram. E o deixaram, algemado, no Jacuí.

Com a clandestinidade e a prisão veio um isolamento total. Quando tu estás sendo muito visado ou estás preso, perdes a tua base social. Em vez da solidariedade aumentar, ela diminui. Às vezes, até da família. O amedrontamento é grande. A covardia do outro lado é uma coisa séria mesmo, como mostram os relatos e os sofrimentos que as famílias contam umas para as outras. Isso já vinha ocorrendo desde a perseguição dos "Grupos dos Onze".

Era difícil descobrir quando as prisões ocorriam. Só se sabia que alguém estava preso porque furava o ponto. Quando isso ocorria, era sinal de que alguma coisa tinha acontecido. Aí, tinha que desmobilizar tudo o que aquela pessoa sabia, porque não se sabia o grau de tortura que essa pessoa suportaria na prisão.

A tortura é muito cruel. É preciso fazer uma opção de vida ou de morte. Quem faz a opção de morte mesmo é o torturador. Tu não diz, não fala e, se ele acha que tu tens que falar, ele te mata. Se você faz a opção de morrer, diz: "agora eu vou morrer". O torturador tenta te arrancar tudo. E com sadismo, crueldade, covardia... Deixar uma mulher nua, toda

³ [Nota dos Organizadores]: Refere-se ao Caso das Mãos Amarradas.

amarrada com fios, no meio de dez homens, dando pontapés, enfiando objetos em sua vagina, dando choques elétricos. Como se fosse uma bola viva... É preciso ter uma capacidade de resistência muito grande para aguentar o sofrimento dentro de uma sala de tortura. Era uma crueldade. E isso era cotidiano no DOPS do Rio Grande do Sul.

Eles podem te botar em um pau-de-arara por uma ou duas horas e te esquecer ali e tu morrer. Não precisa mais nem te dar pau. Mas eles ainda te queimam com cigarro, com choques elétricos nos órgãos genitais, na língua, nos ouvidos, te molham para dar mais efeito no choque elétrico. Tudo com os fios amarrados nos órgãos genitais, tanto nas mulheres como nos homens. E todo mundo nu. Uma covardia. Numa ocasião, uma irmã minha, coitadinha, que já faleceu, falou com um advogado e foi levar um *habeas corpus* para eles. Eu estava apanhando há muitos meses. Ele cobrou uns trocos dela e conseguiu o documento. Mas eles rasgaram o *habeas* na cara dela.

Na prisão, há pouca solidariedade, muita dispersão, muita dificuldade, muita tortura, muita covardia. Fiquei quatro meses apanhando no DOPS. Vieram delegados do Rio de Janeiro e de São Paulo, em vez de eu ir para lá. Eles chegavam bêbados das boates às 4h da manhã para me interrogar. Eu não esqueço. Botavam a fotografia do Guevara na minha frente para que eu dissesse qual era o programa da VAR-Palmares.

O Pedro Seelig entendia alguma coisa, mas a maioria deles era um horror. Só dava pau, queria ver correr sangue. Fui interrogado por ele. Eles tinham pegado um filho de criação do Seelig⁴ que estava envolvido em alguma confusão. Foi levado ao DOPS; pretendiam dar-lhe uma lição. Só que mataram o guri.

⁴[Nota dos Organizadores]: Trata-se de Pedro Aréballo.

Eu fui preso quando o Pedro Seelig estava afastado. Mas como estavam me procurando há muitos anos, ele veio me interrogar. Eu era um preso muito importante pra eles; aliás, todos eles foram promovidos. Seelig veio me interrogar, mas nada oficial, porque estava fora. Quem assinava os papéis era um tal de Barbeiro. Havia, ainda, outros torturadores bagaceiros, como o Pires e o Cunha. O Pedro Seelig me interrogava. As torturas violentas eram comandadas por ele. Eu, minha família, meus irmãos. Todos foram presos. Um delegadinho de polícia qualquer mandava prender e qualquer informante tirava a pessoa do trabalho.

Dentro do presídio, me mobilizei. Fiz contatos internacionais. Um grande teatrólogo me ajudou bastante, o Gerald Thomas. Alguns jornalistas famosos repercutiram meu caso. Fui preso no governo Médici, fiquei todo esse governo preso, e também no do Geisel, e fui solto no do Figueiredo. Três governos militares. Realmente, para mim, são considerados a mesma coisa, com um porém: a violência do período Médici foi maior. Utilizando os espaços da Copa do Mundo de 1970, ia aumentando a tortura nos porões dos quartéis e nas delegacias de polícia.

Houve algum esforço de fora e de setores da Igreja, com muita solidariedade. Mas era uma situação muito difícil. Fui libertado, depois de estar preso durante seis anos, sem o meu processo terminar. Não tive condenação definitiva. Fui um réu preso sem condenação e que apanhou durante seis meses no DOPS e na Polícia Federal. Cada vez que vinha um preso, eles nos pegavam de novo. Mas consegui sobreviver a isso, com muita dificuldade na família, que sofreu muito.

Eu estava no Presídio Central. Eles haviam desativado a ilha [do Presídio]. A opinião publica não suportava mais aquela ilha. No inverno, em barcos vagabundos, as famílias iam levar comida para os presos.

Fiquei no setor dos presos tuberculosos, onde tinha mais uns 20 presos políticos.

Junto a algumas pessoas da Igreja, ajudei a criar uma biblioteca. Ali, fiz o primeiro grau e o segundo grau, e o auditor militar Dorvalino Tonin me autorizou a fazer o vestibular na Unisinos. Fiz o vestibular e, depois de muito sofrimento da minha mulher e da minha família, tirei o 27º. lugar para o curso de Direito. Mas, o mesmo auditor me proibiu de frequentar as aulas com duas custódias em sala de aula. Foi um ato de covardia muito grande.

No Rio Grande do Sul, eu e meu irmão, José Losada, fomos os últimos presos políticos a sairmos da prisão. Por isso, o assédio da imprensa foi muito grande.

Quando fomos libertados fiquei muito feliz. Eles revisaram, no Superior Tribunal Militar, uma condenação de dois anos para mim. A lei já existia há muito tempo. Aí descobriram a lei, depois de eu estar preso há seis anos. Fui condenado nas instâncias daqui a dez anos de prisão e a oito anos de direitos políticos cassados. O mínimo que o artigo 27 da Lei de Segurança Nacional propõe.

Sempre procurei colaborar no presídio. Ajudava nas estatísticas, ajudava a assistente social do presídio, porque quem mobiliza um presídio são os presos, que são quem trabalha efetivamente lá dentro. Na cozinha, na rouparia, na conservação, na parte elétrica, em toda manutenção, eles só não têm as chaves dos portões. Tinha uma equipe de médicos e de assistentes sociais que gostava muito de mim. Aos poucos, todo mundo saía da cadeia; mas diziam para mim que não podiam fazer isso comigo, porque o Serviço Nacional de Informação iria processá-los.

A liberdade

Quando veio a ordem de libertação o carcereiro me disse: "Losada, não olhe para trás". Fomos levados, então, para o auditório da SUSEPE, onde havia muitos jornalistas, que nos haviam acompanhado desde o presídio, batendo fotos. E ali, o responsável pela SUSEPE, o Dr. Vezon, que era promotor público e também foi carcereiro, me ofereceu recursos. Porque saí sem um tostão de lá. Eu agradeci. E pedi que os recursos que queriam passar para mim fossem passados para os presos que continuavam no Presídio Central, naquela tristeza.

Na ocasião, disse que queria aproveitar a oportunidade para denunciar alguns policiais que me torturaram muito no DOPS. Aí denunciei nominalmente cada um deles: Pedro Seelig, delegado Cunha, delegado Pires, Nilo Hervalha – um dos mais sanguinários torturadores do Brasil. Eles usavam nomes falsos. Funcionários públicos dentro de uma repartição usando nomes falsos. O nome do Nilo Hervalha era Saraiva, o do Pedro Seelig, Major.

Sempre pratiquei esportes, futebol. Sou de uma família de jogadores. Joguei em alguns times. O Nilo Hervalha jogou comigo até em uns times amadores. Ele me conhecia pelos olhos. Ele me identificou. Passava a noite batendo com um ferro na nossa cabeça sem nos deixar limpar o sangue que escorria. E ele não usava capuz, era cara limpa. Andava com nossos objetos no pulso, relógio, anéis.

A Associação dos Delegados de Polícia contratou os advogados para mover um processo contra mim por causa das minhas declarações. Fui absolvido em primeira instância, condenado em segunda e absolvido no Supremo Tribunal Federal, com o Dr. Luiz Goulart me defendendo sem cobrar. Esse jovem me ajudou muito.

Em liberdade, fui participar da estruturação do Comitê de Anistia para libertar a Flávia Schiling, o Flavio Koutzi e os presos políticos que ainda restavam no Brasil, como os de Itamaracá. Passei a colaborar com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa no que fosse possível, participando de alguns atos. Mas tudo isso era registrado pela polícia. Pude ver nos documentos aos quais tive acesso que vigiavam tudo o que eu fazia. Também comecei a participar da fundação do Partido dos Trabalhadores. Fui titular do primeiro comitê municipal metropolitano. Participei também da fundação da CUT. Mas a minha participação sempre foi vinculada à base. Nunca participei de coisa de cúpula e, dentro das próprias estruturas de esquerda, nunca quis ser coordenador nacional.

CARTA A DOM PAULO EVARISTO ARNS*

Dom Paulo Evaristo Arns
Eminente Cardeal-arcebispo
Catedral Metropolitana
São Paulo

Dirijo-me a Vossa Senhoria para levar ao conhecimento da COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ alguns aspectos do processo que respondo na Justiça Militar, desde 1973, bem como as torturas sofridas por mim e meus companheiros durante a fase policial.

Fui preso em 17 de outubro de 1973, nesta data foram presos também meu irmão José Losada e minha companheira Sonia Venâncio Cruz, além de vários operários.

Levados ao Dops-rs, aí permanecemos 88 dias, sempre encapuzados, só saindo dos bancos onde dormíamos, para as salas de torturas. Durante este período não tivemos quaisquer assistência: advogado, juiz-auditor ou mesmo familiares.

Nossas residências foram ocupadas por policiais durante semanas, provocando aos nossos familiares traumas e desesperos,

*[Nota dos Organizadores]: Reproduzido de acordo com o original.

inclusive ameaçando minha filha menor, com 9 anos, com a morte dos pais. A mesma já havia presenciado o espancamento da mãe, por ocasião de nossa prisão.

Decretada nossa prisão preventiva, com alterações na data de prisão, para não ferir a Lei de Segurança Nacional!

Em 11 de junho de 1975, fomos julgados em 1ª instância. Fui condenado à pena de 10 anos de reclusão. Os demais foram absolvidos por unanimidade.

Fomos acusados de um assalto a banco ocorrido em março de 1973, seis meses antes de nossa prisão e de colaborar com o governo João Goulart.

Bancários e guardas de segurança foram ouvidos em Juízo e na polícia, não fomos reconhecidos por nenhuma das testemunhas, pois não praticamos assalto nenhum. Os assaltantes não utilizavam disfarces. Não há provas!

No interior do processo o próprio Dops-rs fornece os nomes e apelidos das pessoas que praticaram o referido assalto. Os policiais do Rio e São Paulo que nos interrogaram e nos torturaram disseram que os mesmos já haviam sido executados.

Apesar da falta de provas, a promotoria recorreu ao S.T.M. – processo 41061 – relator Faber Cintra. O S.T.M. em julgamento realizado em 24 de novembro de 1976, sem a presença de advogados de defesa, reformou as sentenças que absolvera José Losada e Sonia Venâncio Cruz em 1ª instância, condenando-os à pena de 10 anos de reclusão. Confirmou a sentença proferida a mim em 1ª instância. Os demais foram absolvidos.

O retorno de José Losada e Sonia Venâncio Cruz à prisão efetuou-se de maneira surpreendente. Sonia trabalhava para dois

hospitais a fim de poder sustentar a sua mãe, viúva, com 66 anos de idade, e a sua filha menor, agora com 14 anos.

José Losada, funcionário público municipal há 27 anos, aposentado por invalidez (acidente de trabalho). Necessita cuidados físico-terapêuticos permanentes. Tem duas filhas menores. Primário, sem qualquer antecedente policial.

Antonio Cunha Losada, preso desde 1973, ex-dirigente sindical, operário da indústria do vestuário há 19 anos. Há três anos espero custódia para levar-me a exame oftalmológico.

Há mais de um ano que estamos aguardando julgamento da apelação feita ao S.T.F.

Somos réus presos desde 1973. Todos primários.

Nós e nossos familiares estão passando sérias dificuldades.

Nosso advogado é de ofício, se propôs a fazer defesa oral no S.T.F. Dr. Luis Dariano.

Solicito em meu nome e de meus companheiros à Comissão de Justiça e Paz que faça o possível no sentido de apressar nosso julgamento no S.T.F.

Venâncio Aires, 15 de fev. 1978.

Antonio Cunha Losada
Instituto Penal de Mariante
Venâncio Aires – RS

Sonia Venâncio Cruz
Presídio Feminino Madre Pellitier
Av. Teresópolis, 2727
Porto Alegre – RS.

CARTA AO COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA*

Ao
Comitê Brasileiro pela Anistia
Seção do Rio Grande do Sul
Porto Alegre

Nós, Antônio Cunha Losada e José Losada, presos políticos, presentemente recolhidos aos Instituto de Mariante, vimos pela presente expor e solicitar o seguinte:

Em 1973 ocorreram várias prisões no eixo Rio/São Paulo que se estenderam até nosso Estado.

Há 17 de outubro do referido ano fomos presos juntamente com dezenas de operários em Porto Alegre. Foram processados Adão Manoel da Graça; Aldir Rodrigues da Silva; Almir Olimpo de Mello; Antônio C. de Souza; Antônio Cunha Losada; José Losada; Octaviano dos Santos; Maria das Dores Cavalcanti e Sônia Venâncio Cruz (esta recentemente libertada). Além destes consta cinco ou seis nomes de militantes revolucionários que desenvolveram trabalho político nesta região.

Evidentemente que a ofensiva repressiva não se limitou às torturas e a formação de processo político/militar contra os militantes

* [Nota dos Organizadores]: Reproduzido de acordo com o original.

operários mais ativos. Foi além disso, tratou de intimidar e destruir a base social a eles ligada e capaz de emprestar alguma solidariedade e ajuda material aos presos. Para tanto a repressão utilizou métodos violentos contra nossos familiares e amigos, através da ameaça, do temor, dos castigos corporais, da perda de cargo e emprego, ocuparam nossas residências por 15 a 30 dias, atemorizando as pessoas que ali chegavam.

Deve-se salientar a condição proletária de todos os presos e processados, isto, sem dúvida, numa sociedade de classes aumenta a agressividade do sistema para tornar exemplar o castigo àqueles que contestaram a ditadura.

Em razão do exposto, nosso isolamento na prisão tornou-se um fato concreto, embora houvesse esforços de algumas pessoas para atender as necessidades prementes, entretanto, esses esforços não foram suficientes para cobrir as despesas de viagens, estadia e de honorários. Em 1976, ficamos impedidos de promover a defesa oral, em julgamento Pleno, no Superior Tribunal Militar por absoluta falta de recursos. O que, de certa forma, contribui para o retorno à prisão de José Losada e Sônia Venâncio Cruz, com pesadas condenações – 10 anos de reclusão.

Hoje, após cinco anos e seis meses de prisão, nosso processo aguarda julgamento no Superior Tribunal Militar. Necessitamos custear as despesas de viagem de nosso advogado a Brasília, em maio próximo, para defender em plenário pedido de Hábeas Corpus impetrado por nós, como não temos meios de cobrir às despesas de viagem, apelamos ao Comitê Brasileiro pela Anistia para que colabore conosco.

Venâncio Aires, 10 de abril de 1979

Instituto Penal de Mariante – Venâncio Aires – C.P. 30 – RS.

ENTRE O ESTADO E A OPOSIÇÃO: A ATUAÇÃO DE ELOAR GUAZZELLI COMO ADVOGADO DE PRESOS POLÍTICOS (1964-1979)

*Dante Guimaraens Guazzelli**

Neste artigo vou tratar da atuação de Eloar Guazzelli nos casos de crimes políticos durante o regime militar. Para isso, vou apresentar um pouco de sua vida, a especificidade de ser advogado de presos políticos e o "perfil dos defendidos" por ele.

Quem foi Eloar?

Eloar Guazzelli nasceu em Vacaria, interior do Rio Grande do Sul, no dia doze de agosto de mil novecentos e vinte e dois.¹ Ele estudou em um colégio interno em Vacaria, posteriormente foi para Porto Alegre estudar no colégio Rosário, onde fez ginásio e pré-jurídico. Em 1944, entrou na Faculdade de Direito, onde teve contato com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), através de colegas.

Eloar, em entrevista em 1991, justifica a escolha pelo Direito com um episódio de sua infância, quando foi com o pai, que era jurado, ver o julgamento de um homem negro, analfabeto e de classe social

* Mestrando em História/UFRGS. Está desenvolvendo a dissertação *Eloar Guazzelli e os rapazes: a atuação de um advogado de presos políticos na Justiça Militar (1964-1979)*.

¹ Cf. Eloar Guazzelli: a defesa como uma razão de vida. *Jornal da OAB/RS*, Porto Alegre, out. 1991, p. 14-15; Verbete Eloar Guazzelli. In: ABREU, Alzira Alves de et al. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ CPDOC. v. 3. p. 2662-2663.

inferior, que havia sido preso por furtar uma ovelha e tinha sofrido violências durante o período de prisão. O advogado de defesa fez duras críticas ao tratamento e às injustiças em relação ao réu. Isto impressionou o jovem Eloar de tal forma que ele se sentiu revoltado ao ver aquele "infeliz receber uma pena tão pesada. Quando voltava a cavalo, disse ao meu pai que seria advogado para que nunca mais injustiças como aquela se repetissem".²

Vale a pena frisar que as razões que Guazzelli levantou para explicar a sua opção pela advocacia – indignação frente à injustiça e à opressão social – parecem também tê-lo levado à militância do PCB. A sua entrada no Partido deu-se através de colegas de Faculdade. Junto deles, Eloar participava de grupos que, além de estudar assuntos relacionados às disciplinas, buscavam "outras fontes de informações que não as oficiais", o que despertou nele "um desejo de lutar pela justiça social"³ e o que, segundo o próprio, estaria presente em suas escolhas profissionais até o fim.

A inter-relação militância político-partidária e atividade profissional foi ressaltada ao longo de sua vida. Um exemplo disso é o fato de seu primeiro caso, durante o Estado Novo, ter sido a defesa do professor e comunista Otto Alcides Ohlweiller, quando este foi acusado na qualidade de diretor da *Tribuna Gaúcha*, jornal vinculado ao PCB. Posteriormente, ele se aproximou do partido no momento em que este foi legalizado, em 1956, um dos momentos de maior popularidade da organização: "[...] Eloar, ainda estudante de direito, passou a atuar como advogado do partido até 1947, quando a agremiação novamente entrou na ilegalidade".⁴

² Eloar Guazzelli: a defesa como uma razão de vida, op. cit., p. 14.

³ Ibid., p. 14.

⁴ Verbete Eloar Guazzelli, op. cit., p. 2662. Na época, era permitido a um estudante atuar como advogado na qualidade de solicitador.

Em 1948, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais – sendo que já atuava profissionalmente antes disso –, e passou a advogar na capital até 1955, quando voltou a Vacaria. Há indícios de sua participação mais ativa na organização até a metade da década de 50, quando da invasão da URSS à Hungria, o que lhe causou muito desgosto. Apesar disso, sua relação com o partido foi sempre muito próxima, pois se mostrava constantemente disposto a ajudar, especialmente defender militantes, acatando as orientações vindas dos dirigentes.

Em 1962, Guazzelli voltou a Porto Alegre com sua mulher e os quatro filhos, fixando residência na casa onde ficaria até sua morte, em 1994. Durante a ditadura militar, ele "notabilizou-se por ter sido o advogado que mais defendeu presos políticos no Rio Grande do Sul",⁵ inicialmente defendendo militares que fizeram resistência ao regime imposto. Estes militares foram alvo da onda inicial de perseguições, expurgos e cassações, a chamada "Operação Limpeza". A partir de então, Eloar ficou reconhecido nesta área de atuação, sendo que, segundo o mesmo, "foram 378 rapazes acusados. De apenas 20 não foi possível evitar a condenação".⁶ É provável, e os números comprovam isto, que o período de maior atividade de Eloar tenha sido a partir de 1968, com a decretação do Ato Institucional nº 5, visto que este período "foi marcado pelo embate entre os grupos de esquerda que optaram pela luta armada e os mecanismos criados pelo Estado para combater esta forma de luta e tudo o que fosse considerado subversão".⁷

É interessante notar o termo utilizado por Eloar para descrever seus defendidos: *rapazes*. Este pode ser explicado de uma forma simples, já que seus clientes neste período eram, em geral, mais jovens que ele –

⁵ Verbete Eloar Guazzelli, op. cit., p. 2662.

⁶ Eloar Guazzelli: a defesa como uma razão de vida, op. cit., p. 14.

⁷ RODEGHERO, Carla Simone. Regime militar e oposição no Rio Grande do Sul. In: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (orgs). *História Geral do Rio Grande do Sul – República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo/RS: Méritos, 2007. V.4, p. 95.

muitas vezes ultrapassando a diferença de vinte anos. Mas, se lembrarmos que estes *rapazes* faziam parte de organizações que romperam com a linha do PCB, optando pela luta armada em suas variadas formas, notamos que o termo passa de uma conotação geracional-etária para uma político-ideológica: eram *rapazes* no sentido de que eram levianos, cometiam um erro infantil e rompiam com a linha do PCB, que era contrário à luta armada.

Devido a esta atuação, que lhe rendeu a alcunha de "advogado dos direitos humanos" – ou "dos subversivos", dependendo da inclinação política –, Eloar ganhou muita popularidade entre os opositores da ditadura militar. Esta popularidade lhe proporcionou um mandato de deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1978. Como ele afirma em seu primeiro discurso na Câmara: "[...] trago, substancialmente, a marca de ter sido eleito porque fui defensor intransigente dos perseguidos por motivos políticos, em razão da onda de violência desencadeada a partir de 1º de abril de 1964"⁸. O que podemos ver a partir desta afirmação é a marca do que esta atuação profissional trouxe para a vida de Eloar: a marca do encontro entre suas convicções políticas e sua vida profissional, algo que lhe deu notoriedade e prestígio dentro da sociedade, mais especificamente entre setores relacionados à esquerda.

Na Câmara Federal, participou dos trabalhos legislativos como membro titular da Comissão de Segurança Nacional e como suplente das comissões de Constituições e Justiça e de Trabalho e Legislação Social da Câmara. Sua candidatura se deu em um momento em que os governos militares levavam adiante o projeto de distensão do regime que visava a

⁸ Causas do aumento do índice de criminalidade no país. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Eloar Guazzelli - uma experiência parlamentar*. Brasília: Centro de Documentação e Informação/Coordenação de Publicações, 1981. p. 7.

uma nova base de legitimidade, buscando "assegurar um afrouxamento da tensão sociopolítica" através de "mecanismos representativos elásticos que pudessem cooptar setores da oposição".⁹

Nota-se, neste período, um fortalecimento da oposição representada pelo MDB, principalmente no Rio Grande do Sul. Este fato é representado na eleição de 1974, quando a sigla elegeu Paulo Brossard e obteve a maioria na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e nas cadeiras destinadas a este estado na Câmara Federal. Com o crescimento da oposição, o governo militar começou a tomar medidas para enfraquecer a votação do MDB, como a Lei Falcão, o que não impediu a vitória eleitoral deste partido em 1978.

Com a extinção do bipartidarismo, Eloar filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e lançou nova candidatura a deputado federal em 1982, porém não se elegeu. Voltou a Porto Alegre em 1982 e retornou à prática da advocacia, o que realizou até o fim da vida em 1994. Manteve-se no PMDB até 1989.

O advogado de presos políticos

Antes de apresentar alguns dados sobre o "perfil dos defendidos" por Eloar, gostaria de refletir sobre este tipo de atuação, a do advogado de presos políticos na ditadura militar brasileira. Uma das funções do Direito é "estabelecer limites para o poder do Estado, criando distinção entre os três poderes"¹⁰, fiscalizando a aplicação da lei, o que implica certa autonomia. Esta era profundamente afetada no caso da Justiça Militar, já

⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru/SP: EDUSC, 2005. p. 223-224.

¹⁰ MACIEL, Wilma Antunes. *Repressão judicial no Brasil: o capitão Lamarca e a VPR na Justiça Militar (1969-1971)*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: USP, 2003. p. 43.

que estava atrelada aos interesses do Executivo. Segundo Wilma Antunes Maciel, é nessa relação

[...] lógica da administração da justiça/lógica do Estado, que se pode compreender o caráter repressivo do regime e do Judiciário, as condenações, o rigor na aplicação das penas e as práticas adotadas ao longo do período em que vigoraram as leis de segurança nacional. O que a administração da justiça aponta em relação à lógica do Estado é a forte presença militar em todos os setores da sociedade, uma presença personificada no Estado.¹¹

Desta forma, o que notamos neste período é a presença massiva de militares em todos os poderes, sempre em uma posição de comando.

Ao mesmo tempo, se comparada às ditaduras ocorridas na Argentina e no Chile, notamos que a Justiça Militar, no caso brasileiro, apresentava certa flexibilidade. Como afirma Anthony Pereira, havia a "existência de um 'espaço judicial', ainda que bastante limitado, no interior do regime", o que significa dizer que "os julgamentos em processos políticos não eram completamente caprichosos ou arbitrários".¹² Mas este espaço de atuação era extremamente dificultado por "uma espécie de consenso civil-militar quanto aos processos e às suas sentenças" que "colocava obstáculos formidáveis à atuação dos advogados de defesa nos tribunais brasileiros".¹³

Da mesma forma, o *Brasil: Nunca Mais* afirma que a Justiça Militar brasileira acabou transgredindo a legislação criada pelo

¹¹ MACIEL, op. cit., p. 39.

¹² PEREIRA, Anthony W. O papel dos advogados de defesa na Justiça Militar Brasileira, 1964-1979: redefinindo o crime político. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime*. São Carlos/SP: Ed. da UFSCar, 2006. p. 125.

¹³ Ibid., p. 120.

Executivo.¹⁴ Isto era devido ao fato de serem aceitos processos mal construídos, com lacunas documentais e, muitas vezes, baseando-se somente nas confissões obtidas através de violências.

Neste contexto, insere-se o advogado, que é um *mediador* entre seu cliente, que está sendo acusado, e a Justiça, que está apresentando uma denúncia. Dessa forma, o advogado, por um lado, tem que lidar com as esperanças e desejos do cliente e, por outro, tem que trabalhar dentro das possibilidades existentes na lei. Ele traduz estas vontades e as encaixa dentro de um argumento baseado em uma lei que, de certa forma, vai de encontro com aquelas vontades.

No caso da Justiça Militar, estas características são potencializadas, visto que, de um lado, os clientes buscavam no advogado uma forma de sair de um sistema repressor e, de outro, existia um aparato legal rígido para enquadrar os acusados. É preciso lembrar que, a partir de outubro de 1965, os crimes políticos passaram da Justiça comum para a Justiça Militar. Isto fez com que tanto a acusação quanto o julgamento de um crime político ficasse a cargo dos militares, acabando com uma potencial independência e autonomia que o Judiciário tinha antes.

O que se nota, no caso dos advogados de presos políticos brasileiros, é uma ampliação da mediação a outras esferas, como a afetiva e a política. Por exemplo, por terem acesso aos presos, após a fase de interrogatório e tortura, os advogados desempenhavam "a função humanitária de elo de ligação (sic) entre os presos e suas famílias", além de que "no cárcere, a presença assídua de um advogado era um indício de vida".¹⁵ Outro papel exercido pelos advogados era o de conselheiros de

¹⁴ ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. 11. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985. p. 176.

¹⁵ ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARZ, Lilia Moritz (org). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4. p. 340.

seus clientes "desempenhando um papel em sua reavaliação da luta armada e na evolução da esquerda armada para um grupo de partidos políticos voltados para as bases e para os movimentos sociais".¹⁶

Além disso, os defensores de presos políticos "serviram como interlocutores entre as autoridades do regime e seus opositores (a maioria jovens, às vezes armados), atuando como uma espécie de 'oposição leal' ao regime, quando esse papel estava extremamente cerceado aos representantes eleitos no Congresso Nacional".¹⁷ Percebe-se o cunho político que acaba tomando a atuação do advogado, sendo que neste contexto "fazer oposição e buscar justiça eram práticas que se sobrepunham e se complementavam".¹⁸

Esta atuação dava-se através de uma argumentação que visava a "tirar lascas do consenso sobre a lei de segurança nacional, conquistando o reconhecimento de alguns direitos para seus clientes e deslocando os limites das interpretações legais nos tribunais", para assim empurrar a "justiça militar para um maior liberalismo".¹⁹ Com isso, os advogados colaboraram "para lançar os alicerces de uma proto-sociedade civil – que demandava maior respeito aos direitos humanos –, a qual saltou para o primeiro plano da política brasileira no final dos anos 1970".²⁰ Isto é muito claro na biografia de Eloar Guazzelli, visto que a atuação dele como advogado de presos políticos deu-lhe notoriedade na questão da defesa dos direitos humanos, o que rendeu-lhe um mandato como deputado federal no final da década de 70.

Por outro lado, esta "flexibilidade" por parte da Justiça Militar possibilitou a sua manutenção. Como afirma Pereira,

¹⁶ PEREIRA, op. cit., p. 124.

¹⁷ Ibid., p. 124.

¹⁸ ALMEIDA; WEIS, op. cit., p. 341.

¹⁹ PEREIRA, loc. cit., p. 120.

²⁰ Ibid., p. 124.

as próprias características do sistema de justiça militar que o tornavam flexível e sujeito à mudança de interpretação – oferecendo, assim, algum alívio aos prisioneiros políticos –, eram benéficas ao regime. Elas lhe permitiam coletar informações sobre opiniões existentes na sociedade, facilitavam a cooperação do sistema legal e abriam espaço para que o regime adaptasse suas leis de forma gradual (o Congresso controlado cumpria mais ou menos a mesma função). Embora flexíveis e maleáveis nas margens, as instituições da ordem legal brasileira eram também "rígidas" em relação a suas características essenciais.²¹

Vemos assim a característica paradoxal da advocacia dentro da Justiça Militar que, ao mesmo tempo em que buscava mais flexibilidade e fazia oposição ao regime, de certa forma, contribuía para sua manutenção. Por um lado, ao participar deste tribunal, ele lhe dá legitimidade, mostrando que este sistema não é arbitrário, já que promove um julgamento com manutenção de direito à defesa do réu. Por outro lado, o advogado busca contestar uma denúncia ou decisão baseando-se na lei pela qual o seu cliente está sendo acusado; desta forma ele busca as contradições dentro da lei. Neste sentido, o trabalho do advogado é andar por entre as brechas dessas engrenagens, o que mostra o caráter independente e, em certo sentido, contestador do defensor.

Eloar, advogado de presos políticos, e seus defendidos

Eloar definiu o início de sua atuação em crimes políticos na ditadura militar como algo que ocorreu quase acidentalmente:

²¹ PEREIRA, op. cit., p. 126-127.

Eu era amigo de um Capitão e ele me pediu que defendesse um grupo de colegas que estavam sendo processados porque tinham o Comando de um Batalhão e tentaram resistir ao golpe de 64. Eles estavam sendo acusados de subversão. Consegui um habeas-corpus em favor deles no Supremo Tribunal Militar e tranquei o processo.²²

Em relação ao "perfil dos defendidos", podem-se dividir os defendidos em três períodos distintos, de 1964 até 68, de 1969-74 e de 1975-79.

No primeiro período, só existem menções a homens de mais de trinta anos, com uma grande presença de militares – tendo um número expressivo de oficiais – e de profissionais diplomados. As organizações presentes neste período são aquelas vinculadas a grupos nacionalistas – FARP, Grupo dos Onze, MNR, MR-26 e o próprio PTB –, ao PCB e PSB. Este período representa, aproximadamente, um quarto do total de casos.

A segunda fase, que corresponde a mais da metade dos nomes, apresenta uma mudança radical: a maioria dos nomes presentes é de pessoas com até 30 anos no início do processo, sendo que, dentro destes, a maior parte tinha até 25 anos. Além disso, estão presentes, neste período, mulheres (em pequeno número, porém significativo, já que não estavam presentes no período anterior). Os militares do primeiro período dão lugar a um número expressivo de estudantes. Em relação aos grupos, estão presentes dissidentes do PCB relacionados ao foquismo – como o M3G, VAR-Palmares e VPR –, grupos derivados da ORM-POLOP – como o COLINA e o POC –, trotskistas – como a FBT e a LCF – e maoístas – como a Ala Vermelha, a AP e o PCdoB.

²² Eloar Guazzelli: a defesa como uma razão de vida, op. cit., p. 14.

Já o último período, que é pouco expressivo numericamente (aproximadamente 10%), tem processos iniciados em 1975 e é composto, principalmente, de integrantes do PCB. É um momento em que, eliminados os grupos que militavam na luta armada, a repressão se volta aos "suspeitos de sempre", parafraseando o capitão Renault do filme *Casablanca*. Neste momento, quase todos os clientes têm mais de 30 anos, sendo a maioria profissionais com diploma. Todavia, deve-se fazer uma observação a respeito de uma especificidade do arquivo que deriva da personalidade de Eloar, que é a presença frequente ao longo dos anos de partidários do PCB. O partido é a terceira organização mais mencionada e está presente em todos os períodos.

Como já foi dito, pelas circunstâncias peculiares da Justiça Militar durante o regime militar, o advogado acabava tendo outras características que não as tradicionais associadas a seu ofício. Além de ser um mediador entre "o Estado e a oposição", ele constituía um elo entre a família e o preso político. Como Eloar afirmou, "as famílias me procuravam para defender, geralmente, os filhos, presos".²³ Esta procura se dava, geralmente, logo após a prisão do cliente, quando ainda não havia sido apresentada denúncia contra este. Assim, Eloar já entrava em contato com o caso quando ele ainda não existia e no momento em que os interrogatórios e as torturas estavam ocorrendo, tentando diminuí-los e se opor ao arbítrio.

Apesar de toda a adversidade e dificuldade proveniente, o que noto em declarações de Guazzelli a respeito desta atuação é que existia nele uma grande vontade de fazer oposição a este regime e, ao mesmo tempo, de tornar sua atividade profissional mais política. Isso remete às

²³ Eloar Guazzelli: a defesa como uma razão de vida, op. cit., p. 14.

declarações que vimos acima, mas também ao que Eliane Garcia afirma a respeito da chamada *frente intelectual* do PCB no Rio Grande do Sul – da qual Eloar fazia parte. Segundo a autora, a intenção principal do partido era que estes

militantes se dedicassem à atividade política nos meios profissionais, sociais e comunitários em que circulassem cotidianamente, certamente aproveitando para fins políticos os conhecimentos, amizades, (sic) e influências que já dispunham.²⁴

Além disso, isso se referia a própria definição de advogado que Guazzelli seguia. Para ele,

Os advogados só podem escolher um entre dois caminhos. Tem aquele que leva ao enriquecimento fácil, o das empresas. Quem escolher esta trajetória fará do Direito uma fonte de prazer para si e seus familiares. E têm os outros, como eu, que preferem protestar sempre contra as violências e arranhar o sistema. Este persegue um ideal, mas não enriquece ao atingi-lo.²⁵

Assim, pode-se notar que, apesar de apresentar certos paradoxos, a atividade do advogado de presos políticos foi de oposição ao regime e ao arbítrio, mostrando-se como voz dos descontentes e oprimidos. Além disso, a atuação do advogado de presos políticos traz consigo questões que serão muito importantes a partir do fim da década de 70, como é o

²⁴ GARCIA, Eliane Rosa. *A ação legal de um partido ilegal: o trabalho de massa das frentes intelectual e feminina do PCB no Rio Grande do Sul (1947-1960)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 1999. p. 109.

²⁵ Eloar Guazzelli: a defesa como uma razão de vida, op. cit., p. 14.

caso dos Direitos Humanos. Apesar de todas as dificuldades iminentes a processos mal formulados e tendenciosos, a possibilidade de trazer mudanças para seus clientes e, ao mesmo tempo, "arranhar o sistema" fazia desta atividade algo valioso para o advogado: estas questões estão muito presentes em Eloar Guazzelli.

NA GUERRA COM BATOM

*Ignez Maria Serpa Ramminger**

Naquele dia, ao sair pra comprar pão e leite no armazém da esquina, deparei-me com uma baita barricada e um monte de soldados armados. Ocorre que morávamos na Venâncio Aires, quase ao lado da Malharia Argentina, na frente do "primeiro" Bar do Beto, próximo ao Colégio Militar e ao quartel da Olavo Bilac. Era manhã do dia dos bobos, 1º de abril de 1964.

Meu primeiro pensamento foi com a segurança de meu tio Ulisses Villar (marido de uma irmã de minha mãe), que era dirigente estadual do Partido Comunista Brasileiro. Ele morava em Uruguaiana. Dias depois, soube de sua fuga de barco pelo rio Uruguai com a ajuda de um outro tio, irmão de meu pai. Soube também que meu pai havia invadido sua casa, junto com militares, para prendê-lo (meus pais separaram-se quando eu tinha nove meses de idade e desde então não mantive muito contato com meu pai).

Anos mais tarde, meu pai teria uma atitude semelhante comigo: após minha prisão, registrou por escrito uma denúncia contra mim. Segundo ele, eu portava um revólver Taurus calibre 38, em minha última visita a Uruguaiana (janeiro de 1970).

* Membro da direção da Central dos Movimentos Populares de Porto Alegre. Ex-presa política, participou da resistência armada à ditadura militar através da VAR-Palmares. Formada em Veterinária/UFRGS.

O golpe militar de 1964 gerou a maior decepção de minha adolescência: a impossibilidade de ir estudar na União Soviética, conforme havia combinado com o tio Ulisses. Estava estudando russo, pois pretendia partir no final daquele ano, após concluir o curso ginásial.

Durante os dois anos seguintes, fiz algumas viagens de trem Minuano até Uruguaiana e de lá para Livramento, onde cruzava a fronteira para encontrar com meu tio. Voltava trazendo cartas e livros escondidos em sacos de viagem cheios de bolacha uruguaia. Ninguém desconfiava de uma mocinha bonita e delicada. Sentia-me importante ao realizar esta tarefa.

Consegui também resgatar os livros que o tio havia enterrado no quintal de sua casa antes de fugir na madrugada do dia 1º de abril. Após cada uso, sempre os escondia. Anos depois, eles sobreviveram ao confisco, realizado pelos agentes do DOPS, de todos os meus livros de filosofia, história, sociologia, economia, entre outros. Os livros eram extremamente preciosos para todos nós que contestávamos o sistema capitalista e a ditadura militar e, para mim, ainda o são. É bom lembrar que naqueles tempos vários autores e títulos eram proibidos e difíceis de encontrar.

Durante o período em que cursei o Científico (antigo Ensino Médio), não participei do movimento estudantil secundarista, porque seguia a orientação de meu tio. Segundo ele, deveria me preparar intelectualmente para embates futuros. Sendo assim, lia, estudava muito e fui fazer teatro amador no Clube de Cultura. Foi nessa época que me joguei, pela primeira vez, das alturas e deslizei pelo ar entre as gaivotas. A sensação de liberdade é indescritível e inesquecível. Uma colega e eu fomos pioneiras na prática do paraquedismo feminino gaúcho.

Porém, a liberdade vivenciada no esporte era inexistente em outros espaços. Vivíamos em pleno regime ditatorial. Havia apenas dois partidos políticos (um dizia "amém" e, o outro, "sim senhor") e o campo da esquerda estava sufocado, quase aniquilado. Não havia espaço de expressão política e a sociedade civil ignorava o que se passava nos "porões da ditadura", preferindo acreditar na política econômica do chamado "milagre brasileiro", cujas consequências – concentração de renda/terras e aumento da dívida pública – permanecem até hoje.

Em 1968, ingressei na Faculdade de Medicina Veterinária da UFRGS e, conseqüentemente, no movimento estudantil universitário. Havia uma efervescência de ideias e de debates. Ingressei no Movimento Universidade Crítica – MUC – do Partido Operário Comunista (POC). O MUC publicava textos para subsidiar debates, entre os quais, cadernos com as aulas de Paulo Singer. Inicialmente pertenci a uma Organização Pré-Partidária (OPP) do POC. Nesta instância, tínhamos aulas sobre marxismo, contexto histórico, economia internacional e nacional, bem como sobre os princípios da organização. Fui aluna do Marco Aurélio Garcia. Também possuíamos um "nome de guerra", apesar de todos se conhecerem e saberem onde cada um estudava ou até mesmo onde morava. Chamava-me Mirna.

Na época, havia uma intervenção no Diretório Central de Estudantes (DCE) da UFRGS e seu presidente era indicado pelo Reitor. No segundo semestre de 1968, as lideranças estudantis resolveram realizar uma eleição direta para a Direção do chamado DCE-Livre. Concorreram três chapas, sendo que a nossa foi a Chapa 1: Raul Pont – presidente e cinco vices: Rogério Amoretti, da Medicina; Jorge Mattoso, da Economia; Joice, da Filosofia; Hamilton, da Geologia e eu, da Veterinária. Nós ganhamos as eleições.

Considerávamos a formação política da militância estudantil importante e nos esforçamos em contribuir para isso através de publicações e debates. Naquela época, isso era muito arriscado. Conseguimos publicar o Jornal do DCE-Livre, em junho de 1969, com subsídios para discussão sobre a missão Rockefeller – "Ajuda ou exploração" – tradução de artigo de Andrew G. Frank. Produzimos também o "Texto nº 2", do qual destaco trechos da introdução:

[...] Sentimos que, mesmo ao nível da vanguarda, existe uma insuficiência sensível quanto à compreensão das potencialidades e limitações dos estudantes na sociedade. O número, relativamente grande de estudantes que se mobilizou, não teve correspondência em uma orientação clara e definida por parte das lideranças. A vanguarda do ME [Movimento Estudantil] gaúcho não conseguiu, ainda, transformar em força material essa potencialidade existente. Isso reflete a falta de uma estratégia [...] de um conhecimento mais profundo das experiências que os estudantes enfrentam mundialmente.

Procuramos sistematizar nos dois primeiros artigos, as proposições sobre as quais fomos eleitos, definindo também formas organizacionais para levá-las à prática. Os artigos 3 e 4 são experiências vividas pelo ME italiano [...]. Publicamos também um documento lançado pelo MUC sobre a crise e as alternativas no Curso de Filosofia [...]. O último documento é a tese elaborada pela IV Internacional em seu último Congresso realizado na Suíça, sobre a "Radicalização Mundial da Juventude", propondo uma orientação ao ME em âmbito mundial, resguardando suas especificidades próprias [...]. É a consciência teórica desta problemática e a execução prática, que nos possibilitará uma prática revolucionária.

Neste mesmo período, constituímos um grupo de estudantes da área da Saúde (Odontologia, Medicina e Enfermagem), da Agronomia e da Veterinária e elaboramos um projeto-piloto interdisciplinar de prevenção à saúde da população da Vila Mapa. Este projeto previa ações de assistência e educação à saúde, a produção de alimentos, cuidados ambientais e o convívio com animais de criação e/ou de companhia. Já tínhamos uma visão de promoção à saúde, bem anterior à incorporação deste conceito pelo futuro movimento da Reforma Sanitária, ao fim dos anos 70. Infelizmente, não conseguimos implantar todas as propostas do projeto, porque o prefeito de plantão nos proibiu de continuar trabalhando na Vila Mapa. Fomos tachados de "subversivos".

No segundo semestre de 1969, houve uma das últimas passeatas promovidas pelo ME (o endurecimento da repressão política produziu, até fins da década de 70, um refluxo dos movimentos sociais, inclusive do movimento estudantil). Esta passeata teve, como principal palavra de ordem, o refrão: "É pacífica, é pacífica!". Lembro que estava acompanhada de uma colega dos tempos do colegial. Era sua estreia em uma passeata. Como acontece ainda hoje, nas caminhadas do Partido dos Trabalhadores, a passeata subia pela João Pessoa, entrava pela Salgado Filho e descia a Borges de Medeiros, até o Largo da Prefeitura. Fazíamos questão de seguir até ali, porque o Consulado Americano ficava na rua Uruguai. Como de costume, à época, fomos encurralados no Largo e barbaramente espancados pelos brigadianos. Conhecendo esta rotina, combinei com alguns gurus que nos ajudassem na hora da correria, pois "homem corre mais do que mulher" – ao menos assim pensava. Ao fugir, levei um baita tombo, mas levantei de imediato, ajudada por um dos meninos. Conseguimos entrar em um edifício e os brigadianos logo atrás. Subimos correndo pelas escadas, por não sei quantos andares, até

encontrar um escritório que estava em reforma e não tinha porta. Entramos e, por sorte, encontramos uma escada de pintor com a qual conseguimos descer para o telhado do prédio ao lado. Lá de cima víamos a pancadaria. Tivemos que nos deitar de bruços sobre as telhas porque começaram a dar tiros. Não sabíamos de onde vinham os tiros, apenas sentíamos as balas cruzando sobre as nossas cabeças. Não sei quanto tempo ficamos lá. Este incidente, para mim, foi a gota d'água e levou-me a optar pela luta armada contra a ditadura.

Há algum tempo vinha discutindo com um colega da Faculdade de Agronomia sobre os argumentos contidos no livro *A Revolução na revolução*, de Régis Debray, que defendia a tática de "focos" de resistência armada (guerrilha) para desencadear a revolução proletária. Em outubro de 1969, ingressei na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), logo após a cisão com a Vanguarda Popular Revolucionária – VPR – do Capitão Lamarca. A VAR-Palmares priorizava o trabalho político com as massas e a VPR, a luta armada. A divisão era entre os "basistas" e os "militaristas". Coerente com a minha trajetória política tanto teórica quanto prática, optei pela VAR, que era uma organização marxista-lenista e lutava por uma sociedade socialista. Inicialmente, atuei no Comando Operário e, posteriormente, no Comando de Operações. Ao escolher meu novo "nome de guerra", homenageei uma negra, empregada doméstica que havia trabalhado na casa de minha família. Este nome continua comigo e muitos companheiros(as) das novas/antigas lutas ainda me chamam por ele: *Martinha*.

Na VAR-Palmares também debatíamos muito sobre estratégias e táticas políticas, sendo nossa inspiração a Revolução Cubana, as lutas de libertação dos povos africanos, as táticas de guerrilha dos vietcongs e os

textos de Régis Debray. Cheguei a traduzir um artigo de Andrew G. Frank, publicado na revista *Les Temps Moderns*, cujo título era "Quem é o inimigo imediato?". Ao contrário do que afirmam alguns companheiros, o verdadeiro inimigo da classe operária, naquela época, também estava camuflado.

Particpei de treinamento militar em sobrevivência na selva, tiro ao alvo e táticas de guerrilha urbana. Nossos treinamentos, em geral, ocorreram às margens da Lagoa dos Patos porque era pouco habitada e os tiros não chamavam atenção. Foram treinamentos precários devido à falta de estrutura. A VAR-Palmares estava iniciando uma organização local, estabelecendo uma rede de militantes e tínhamos que nos preocupar constantemente com a segurança. Algumas ações foram realizadas apenas como treinamento. Foi o caso da expropriação da agência do Banco do Brasil de Viamão. Esta ação foi comandada por Edmur Péricles de Camargo, que tinha um grupo chamado M3G – Marx, Mao, Marighela e Guevara. Ele nos ensinou como planejar e executar uma expropriação. Planejamos também a expropriação de um quartel.

No Comando de Operações da VAR-Palmares do Rio Grande do Sul, eu era a única mulher. Creio que fui convidada a integrar o Comando porque tinha excelente preparo físico e era paraquedista. Cheguei a ensinar aos demais como cair de grandes alturas sem se lesionar.

No entanto, apesar de toda a dedicação à causa revolucionária, existia uma clara intolerância dos companheiros com pequenas vaidades femininas, tais como usar minissaia, salto alto, passar rímel nos cílios e pintar os lábios. Para minha surpresa, meu comportamento, considerado por eles como "pequeno-burguês", foi pauta de uma de nossas reuniões.

Sinceramente não gostei nenhum pouco e disse a eles que, mesmo na trincheira, não deixaria de usar batom. Estava na guerra com batom!

Convém destacar que a esquerda revolucionária, apesar de lutar pela construção de uma sociedade mais justa e solidária, por uma nova humanidade, reproduziu relações machistas com suas mulheres. Este machismo se expressa fortemente quando, nós mulheres, somos relegadas a segundo plano e passamos a ter apenas o papel de "companheiras" de fulano ou sicrano. Não fomos "companheiras" de fulano ou de sicrano, fomos protagonistas de uma história que ainda não foi bem contada: a história das guerreiras de batom!

Na VAR-Palmares namorei dois companheiros. Logo após as primeiras reuniões, meu contato passou a ser o Aurélio – Cláudio Galeno Magalhães Linhares – e acabamos nos envolvendo afetivamente. Não durou muito porque, depois do Natal, ele foi embora para cumprir uma missão. Fiquei sabendo qual era a missão através dos jornais. Em 1º de janeiro de 1970, ele e outros militantes sequestraram um avião da companhia aérea Cruzeiro do Sul e foram para Cuba. Anos mais tarde, reencontrei o Galeno em Paris e conheci sua mulher nicaraguense e suas duas filhas.

No Comando de Operações, conheci o Bicho ou Luiz – Gustavo Buarque Schiller –, companheiro muito inteligente, comprometido com a causa e brincalhão. Ele foi o grande amor romântico de minha vida. Quando o conheci, não sabia quem era e nem de onde vinha. Amei sua essência e seus sonhos, sem influências do tipo origem, classe social ou outras bobagens.

Depois de nossa prisão, fiquei sabendo que ele havia participado da expropriação do cofre – caixa 2 – do Adhemar de Barros, ex-governador de São Paulo. Aliás, esta é uma história muito pitoresca,

porque uma tia emprestada do Gustavo (viúva de um tio dele) foi amante do Adhemar e tinha o apelido de "Dr. Rui". Ela pediu aos pais de Gustavo que guardassem um cofre na casa deles. Eles moravam em uma mansão no bairro Santa Tereza, no Rio de Janeiro. Gustavo identificou a origem do tal cofre e combinou a ação com a direção da VAR-Palmares. Havia cerca de 2,5 milhões de dólares no cofre. Por ocasião da separação da VAR e VPR, este dinheiro foi repartido entre as duas organizações.

Após a ação na agência do Banco do Brasil de Viamão pela VAR-Palmares e M3G e da tentativa de sequestro do cônsul americano pela VPR, fomos presos, em abril de 1970, no período mais duro da repressão política – governo Médici.

Fui presa em casa. Tinha 21 anos de idade. Estava falando com minha mãe sobre a minha militância e a necessidade de sair de Porto Alegre, porque corria o risco de ser presa. Acabara de arrumar uma mochila com objetos pessoais e estava por sair para "cobrir um ponto" (assim chamávamos o encontro) com o Rudi – Athanásio Orth – que faleceu no final dos anos 70, vítima de um acidente de carro. Ele me forneceria uma nova carteira de identidade, dinheiro e o contato na cidade para onde iria (provavelmente, Rio de Janeiro).

Enquanto minha mãe falava com os agentes do DOPS, aproveitei para esconder minha pistola dentro de um saco plástico cheio de meias de nylon rasgadas (guardava-as para dar ao asilo de velhos que fazia tapetes com este material). Olhei pela janela, esboçando uma tentativa de fuga, mas não era possível. Era muito alto. Joguei fora a aliança que usava como álibi quando ia ao "aparelho", onde moravam o Bicho e o Laerte – Maeth Domingos Boff – que foi preso no Chile e torturado pela polícia brasileira à época do golpe do Pinochet. Nosso álibi para a proprietária do imóvel (que morava no mesmo terreno) era de que

nós, Bicho e eu, éramos casados e eu trabalhava em outra cidade, por isso nunca estava lá. Os agentes entraram em meu quarto e reviraram tudo. Senti um frio no umbigo quando pegaram o saco plástico com as meias, mas não perceberam a pistola.

Eles levaram para o DOPS todas as pessoas que estavam no apartamento: minha mãe, meus três irmãos (todos menores de idade) e um amigo de meus irmãos. Durante o percurso, no carro, entreguei à minha mãe meu relógio e anel, porque sabia que costumavam roubar os pertences dos presos políticos. Quando chegamos, fomos levados a uma sala no 2º andar do prédio do atual Palácio da Polícia. Falei que não fazia sentido prender toda minha família, já que procuravam por mim. Temia que os torturassem. Fui levada ao 3º andar e não vi meus familiares durante dois meses, quando, finalmente, permitiram a visita de minha mãe.

No 3º andar, fiquei em uma sala grande com mesas de escritório. Lá conheci o delegado Pedro Seelig. Ele começou a fazer uma série de perguntas sobre o carro utilizado na expropriação do banco, que estava em meu nome. Inicialmente, foi educado e formal, mas logo depois começou a gritar. Eles me mostraram o Bicho e perguntaram se o conhecia. Fiquei chocada quando o vi. Estava todo machucado, cheio de hematomas no rosto e no corpo. No entanto, seu olhar era firme, altivo e não demonstrava medo e nem que me conhecia. A fonte de minha força e coragem foi este olhar de Gustavo.

Durante a tarde, apenas falaram comigo, mas foi só cair à noite para aquele lugar transformar-se em uma verdadeira casa dos horrores! Ouvia os gritos de dor de meus companheiros. Eram gritos horríveis, desesperados, que me deixavam indignada e furiosa com tanta barbaridade e desumanidade. Na prisão, conheci o outro lado da criatura humana: a Besta, o Sádico. É difícil relatar o que vi e vivi nas dependências do DOPS de Porto Alegre.

Então chegou a minha vez. Eles colocaram um capuz preto na minha cabeça que não me permitia enxergar nada. Desci uma escada aos tropeços. Quando me tiraram o capuz, vi que estava em uma sala pequena e escura. Ligaram uma luz forte direto nos meus olhos, deixando-me praticamente cega. Colocaram fios nos dedos de minhas mãos e me deram várias descargas elétricas. A dor era horrível. Depois foram mudando os fios de lugar e os colocaram em várias partes de meu corpo – pés, genitais, seios. Quando colocaram em minhas orelhas, desmaiei. Ao acordar, estava com a língua toda machucada pelos meus dentes. O choque elétrico não deixava marcas aparentes, mas provocava uma dor intensa. Toda a musculatura se contrai. O corpo pula e treme todo, tal é a força das contrações. Mais de uma vez urinei durante a sessão de choques, principalmente quando levava choques nos órgãos genitais, pendurada no pau-de-arara.

Fui torturada, na maioria das vezes, junto com o Gustavo e algumas vezes com o Fernando – Francisco Martinez, também conhecido por Paco. Eles obrigavam o Gustavo, Paco e eu a darmos as mãos para levarmos choque elétrico ao mesmo tempo. Se alguém largasse a mão, todos eram espancados. Se o objetivo deles foi nos desunir ou que assimilássemos o condicionamento à desunião, o tiro saiu pela culatra, pois, para mim, a união produz força e bem estar. Eles torturavam o Gustavo na minha frente para me fazer falar e vice-versa. Confesso que não sei o que é pior: ser torturada ou ver o companheiro ser torturado. Só sei que sofria junto com ele e temia que o matassem. Eles deram tantos socos no rosto do Gustavo que quebraram seu nariz.

Em uma ocasião, eles simularam que iriam me degolar e disseram ao Gustavo que aquela seria a última vez que me veria viva. Colocaram-me encapuzada dentro de uma Kombi e saíram a rodar,

rodar. Pararam e ficaram discutindo. Não conseguia ouvir o que diziam. Ao final, deixaram-me no presídio. Não tenho palavras para descrever o pavor que senti naquele espaço de tempo.

Essas torturas eram acompanhadas de palavrões, xingamentos e coisas do gênero, para humilhar e desmoralizar. A mim, por ser mulher, diziam que éramos putas e coisas parecidas; faziam coisas indizíveis. Alguns destes torturadores eram extremamente sádicos, doentes. Um deles, oficial do Exército, conhecido pelo nome de Malhães, chegou a ejacular e rir durante as sessões de tortura. Ele também era especialista em apertar certos pontos do corpo que produziam uma dor intensa e gabava-se disso. Ele dava aulas de tortura e nós éramos as cobaias. Recebi tanto choque elétrico na vagina que quase perdi meu útero.

Diziam que queriam destruir nossas mentes, porque esta seria a única forma de acabar com gente como nós. De alguma maneira, eles atingiram o objetivo. Anos depois, o Paco morreu em consequência do alcoolismo e o Gustavo cometeu suicídio, em 1985, após retornar do exílio. Quando tive meus filhos, a dor do parto me fazia recordar as torturas.

Foi a crença profunda na possibilidade de construir um mundo mais justo e solidário que me deu forças para resistir àquela situação extrema, limite. Ao sair da prisão, concluí a faculdade, casei, tive filhos e continuei a lutar contra os grilhões que nos aprisionavam e aprisionam ainda.

Mas ao me questionar, ao buscar respostas lá no fundo de mim mesma, sobre como e por que consegui sobreviver emocionalmente às ganas do torturador, percebo que além de minhas convicções política e ideológica, há uma particularidade matricial: nós mulheres possuímos útero e o útero é vida e não morte. Gerar, parir, amamentar e criar os meus filhos fez-me renascer. A maternidade, a energia amorosa que envolve e irradia vida. O amor, criativo e transformador na sua forma mais pura e

cristalina. Esta foi minha fonte de energia para superar o que meus companheiros de tortura não suportaram.

Com o objetivo de homenagear a todos os companheiros que não estão mais aqui, transcrevo um poema do companheiro Athanásio Orth do livro *A companheira e duas três coisas vistas da Ilha das Pedras*¹. O título da poesia é "77 vezes 7 vezes":

*Contra grandes estandartes
Setenta e sete vezes
Sete vezes se desejou
Enfarte dos patrões...*

*Benedictus
Pecata mundi*

*Contra as chaves da opressão
Setenta e sete vezes
Sete vezes danados
Clamamos antes de trancados...*

*Misere
Fructis ventri*

*Contra os horizontes abertos
Setenta e sete vezes
Sete vezes usaram em vão
Ferrolos e tramelas...*

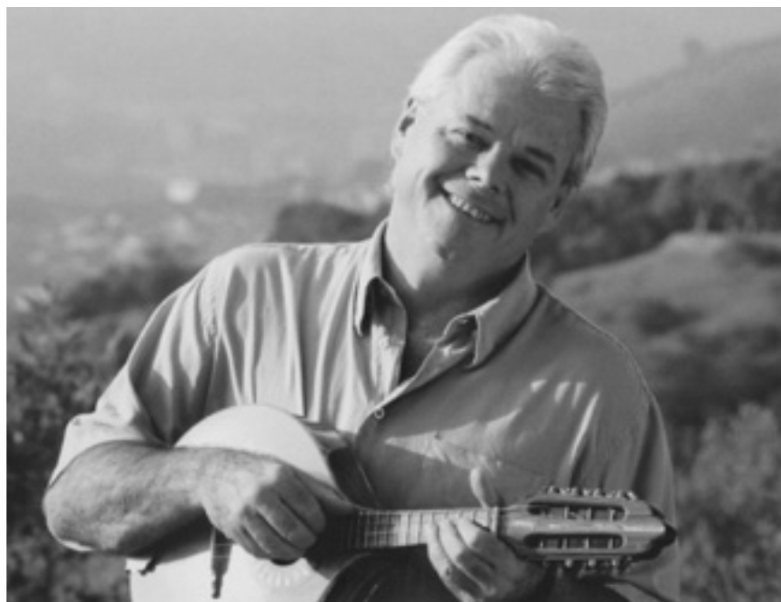
*Ora amem
Hora morti nostri*

*Pérfidos e fétidos
Eles vão apodrecendo
Em feliz ilusão*

¹ ORTH, Athanásio. *A companheira e duas três coisas vistas da Ilha das Pedras*. Porto Alegre: Movimento, 1978.



Manifestação da Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos.
Acervo pessoal de Suzana Lisboa.



Raul Ellwanger. Acervo pessoal.


 RIO GRANDE DO SUL
TV EXCELSIOR RIO CANAL 2
 gentileza do
 CALDO DE GALINHA *know*

o brasil canta no rio



O GAÚCHO
 De: **RAUL R ELLWANGER**

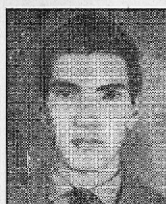
Pra mulher um doce abraço
 Pros milicos trago estrago
 Pro inimigo outro balaço

Vou pelos campos da minha
 Sem patrão e sem espera (terra

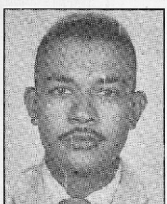
Gaúcho crescendo forte
 Bom na trova e no baralho

Notícia sobre a atuação de Raul Ellwanger no II Festival Sul-Brasileiro da Canção Popular. Porto Alegre, 1968. Acervo pessoal de Raul Ellwanger.

25 dos 47 desaparecidos



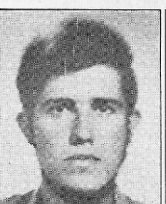
Eduardo Collier Filho



Itair José Veloso



David Capistrano



Hélio Luiz Navarro



Rubens Paiva



Rui Frasso



Stuart Angel Jones



Orlando Bonfim



Walter de Souza Ribeiro



Hiran Lima Pereira



Luiz Eurico Tejera



Wilson Silva



Ana Rosa Kucinski



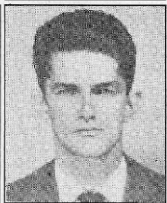
Jane Morone Barroso



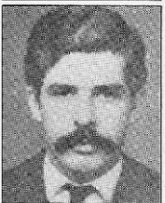
Paulo Stuart Wright



Ísis Dias de Oliveira



Jorge Leal Gonçalves



Carlos Alberto



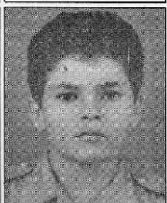
Luiz Ignácio Maranhão



Eleni Telles Guariba



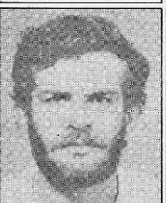
José Montenegro de Lima



Edgar Aquino Duarte



Marcos Antônio Batista

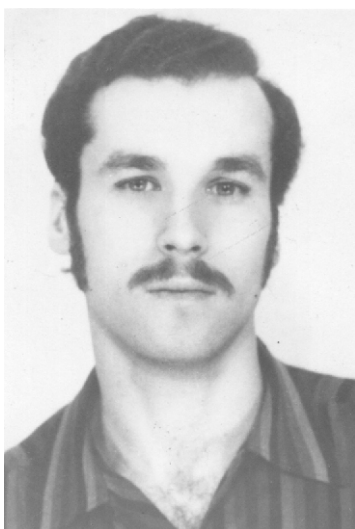


Honestino Guimarães



Paulo de Tarso Celestino

25 dos 47 desaparecidos. *IstoÉ*, São Paulo, 27 set. 1978, p. 25. Acervo pessoal de Suzana Lisboa.



Raul Carrion ao sair da prisão.
1971. Acervo pessoal.










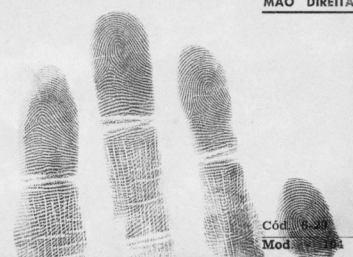


Antônio Losada. Acervo pessoal.



Libertados os irmãos Lousada. *Zero Hora*, Porto Alegre, 14 jun. 1979, p. 1. Acervo pessoal de Antônio Losada

Nome <u>CARLOS ALBERTO TEJERA DE RÉ</u>		Vulgo <u>DANILO - JUCA</u>
Idade <u>19</u> anos: Nasc. em <u>16</u> / <u>2</u> / <u>1951</u>	Caract. morfológ. — Cabelos <u>lis.</u> Fronte <u>ret.</u>	
Natural de <u>Jaguari</u>	Sobrancelhas <u>ret.</u> Palpebras <u>cob.</u>	
Profissão <u>Estudante</u> Est. civil <u>solt.</u>	Nariz dorso <u>ret.</u> base <u>horiz.</u>	
Pai <u>Aldomar Lara de Ré</u>	Boca <u>med.</u> lábios <u>med.</u>	
Mãe <u>Carmem Tejera de Ré</u>	Mento <u>ret.</u> Orelha dir. <u>med.</u>	
Residência <u>Protásio Alves</u> N.º <u>818</u>	Lóbulo dir. <u>livre</u> (cab. cast. med.)	
R. M. <u>9325</u>	Car. cromat.: — tez. <u>br.</u> olhos <u>verdes</u>	
Pront. I. I. _____	Barba <u>rasp.</u> bigódes <u>rasp.</u>	
Data <u>14</u> / <u>12</u> / <u>70</u>		Motivo <u>DOPS (VPR)</u>

<p>Os quatro dedos tomados simultaneamente</p> <p>MÃO ESQUERDA</p> 	<p>Observações _____</p> <p style="text-align: center;">POLEGARES</p> <table border="1" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%; text-align: center;">ESQUERDO</td> <td style="width: 50%; text-align: center;">DIREITO</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">  </td> <td style="text-align: center;">  </td> </tr> </table>	ESQUERDO	DIREITO			<p>Os quatro dedos tomados simultaneamente</p> <p>MÃO DIREITA</p> 
ESQUERDO	DIREITO					
						

Cód. 9-23
Mod. 9-74

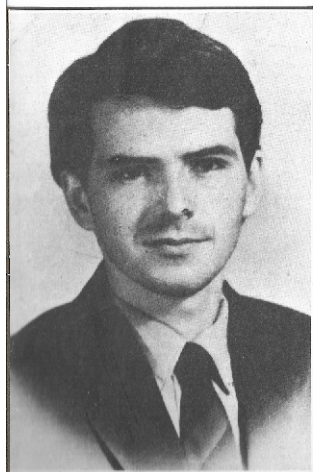
Ficha de Carlos Alberto Tejera de Ré no DOPS/RS.
Acervo pessoal.



Cláudio Gutiérrez, Carlos Alberto de Ré e Suzana Lisbôa em atividades pedagógicas com alunos do curso de História/UFRGS no Colégio Julio de Castilhos. Porto Alegre, 21 de novembro de 2009. Acervo pessoal de Enrique Padrós.

AVITE

LUIZ EURICO TEJERA LISBÔA (★19.01.48 - †03.09.72)



Natural de Santa Catarina. Sua atuação política teve início no movimento estudantil. Foi membro da diretoria da União Gaúcha dos Estudantes Secundários, em 67/68. Pela militância na entidade estudantil, foi processado na Lei de Segurança Nacional, passando a viver clandestinamente. Continuou sua militância através da ALN — Ação de Libertação Nacional. "Desaparecido" a partir de setembro de 1972. Em agosto de 1979, a família e a CBA lograram encontrá-lo enterrado no cemitério de Perus (SP) com nome falso. A versão oficial explicava a morte como "suicídio", da mesma maneira que Wlodo, Fiel Fº e tantos outros.

Hoje, passados 10 anos e, no momento do traslado de seus restos mortais, as circunstâncias da sua morte continuam não esclarecidas.

A homenagem que prestamos, além de reverenciar a memória dos nossos mortos e "desaparecidos", reforça a certeza de que seus corpos ainda clamam por justiça.

EM SÃO PAULO

Dia 2/9/82 às 12h30
Local: ABI (rua Augusta, 555)
ATO EM HOMENAGEM

CBA/SP

NO RIO GRANDE DO SUL

Dia 2/9/82 às 19h30
Local: plenarinho da Assembleia Legislativa
ATO EM HOMENAGEM
Dia 3/9/82 às 16h
Inauguração de rua Luiz Eurico Tejera Lisboa (atual rua 96)
no loteamento Parque Santa Fé, bairro Rubem Berta
e traslado para o Cemitério Eucimérico João XXIII.

CBA/RS
Movimento Justiça e Direitos Humanos
Comissão de Direitos Humanos de AL/RS

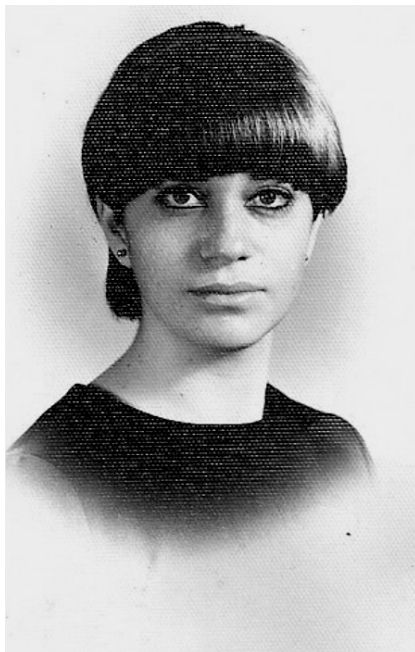
Convite para o ato homenagem e traslado dos restos mortais de Luiz Eurico Tejera Lisboa (Acervo Suzana Lisboa).



Traslado dos restos mortais de Luiz Eurico Tejera Lisboa - Plenarinho da ALRS, 1982 - da esquerda para direita: José Keniger; Suzana Lisboa e Firmo Trindade. (Acervo Suzana Lisboa)



O advogado e defensor de presos políticos Eloatir Guazzelli. Acervo: Dante Guimaraens Guazzelli



Suzana Keniger Lisboa. 1970 na Argentina. Acervo pessoal: Suzana Lisboa.



Ignez Maria Serpa Ramminger.
Acervo pessoal.



Ignez Serpa (Martinha) no Palácio da Polícia - DOPS na época -, em Porto Alegre, sendo apresentada à imprensa nacional e internacional como elemento terrorista altamente perigoso.

"VOCÊ SABE BEM O QUE ESTÁ FAZENDO, FILHO?"*

*Carlos Alberto Tejera de Ré ***

Sou filho de um trabalhador ferroviário e de uma mãe dona-de-casa e trabalhadora, que sempre procurou suplementar nossa renda familiar com trabalhos próprios. Quando criança, tivemos um bar e uma pensão para estudantes. Meu pai foi criado por uma família de comerciantes e minha mãe era filha de fazendeiros, todos do Alegrete.

Desde pequeno, levado por nosso pai, fui com meu irmão, seu parceiro mais permanente, a algumas assembleias de trabalhadores; meu velho era vinculado ao sindicato e presenciei alguns movimentos grevistas em Santa Maria, onde morávamos. Lembro bem das eleições presidenciais em que o Marechal Teixeira Lott, lançado candidato pelo PTB e apoiado pelo Partido Comunista, disputou com Jânio Quadros. Meu pai participou ativamente desta campanha. Mas o episódio político mais nítido, em minha memória, foi o da Campanha da Legalidade, em 1961. Recordo ouvir no rádio as músicas marciais que precediam os noticiários e os batalhões de ferroviários em passeatas pela cidade. Minha mãe inscreveu-se como enfermeira nos voluntários da legalidade, e meu pai participou de toda a mobilização. Éramos quatro filhos, tenho um irmão mais velho e duas irmãs já falecidas, sou o terceiro.

* Depoimento concedido à jornalista Vanessa Albertinence Lopez em 9 de outubro de 2009.

** Assessor da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Ex-preso político.

Veio o Golpe de 1964. Na madrugada de 1º de abril, meu pai acordou meu irmão dizendo: "Acorda rapaz! Os gorilas aí dando o golpe e tu dormindo". Juntos se dirigiram ao Colégio Hugo Taylor, escola profissionalizante mantida pelos ferroviários e que possuía uma gráfica; pretendiam fazer um manifesto contra o Golpe. Entretanto, foram cercados pelo Exército e dispersados; após, dirigiram-se à sede do sindicato, mas já a encontraram cercada por tropas do Exército. Essa foi mais uma das tantas tentativas tênues e desorganizadas de resistência ao golpe, que aconteceram em todo o país.

Na época, eu tinha 13 anos e estudava no Manoel Ribas, tradicional colégio de Santa Maria. Alguns dias depois, um colega meu, que passava em frente à minha casa em seu trajeto para ir até a escola, me contou que a mesma estava cercada por militares. Saí rapidamente e fui para casa. Meu pai tinha sido levado preso. Este fato me marcou muito, pois a prisão de meu pai significou o primeiro ato de violência da ditadura recém-implantada em minha vida, o que me levou a começar, mesmo que de maneira superficial, a refletir sobre as coisas.

Meu velho foi preso em uma unidade do Exército. Eu ia lá, quase diariamente, levar comida e itens de higiene. Ele ficou preso uns três ou quatro meses. A partir daí, ele foi cassado e minha mãe passou a receber uma pequena pensão como se ele morto fosse. Passamos a ter dificuldades, que só não foram maiores por causa da solidariedade familiar. Nossos parentes, principalmente por parte de mãe (mãe e irmãos), que tinham melhores condições econômicas, nos ajudaram muito. Todo mundo ajudou um pouco. O seu único irmão era fazendeiro em Alegrete e integrou o Partido Comunista. Também foi preso em 1964. Lembro de pequenos fatos, como meu pai saindo para arrumar algum trabalho. Racionávamos a carne, que era reservada a ele, quando

voltasse. Minha mãe escondia dele que nós não havíamos comido carne. Embora meu pai não tivesse filiação no Partido Comunista, o sindicato dos ferroviários era composto por pessoas do velho PTB e do Partido Comunista.

Neste período, meu irmão César continuou avançando na sua militância política, originada na Ação Popular, através da Juventude Universitária Católica (JUC), grupo de esquerda de origem católica. Posteriormente, migrou para o Partido Comunista do Brasil.

Em 1965, com a morte de minha avó materna e de posse de uma pequena herança, viemos para Porto Alegre tentar a vida. Chegamos aqui no final de 1966, e abrimos um pequeno comércio. Trazia comigo uma carta de um primo que havia ido para Santa Maria tentar se eleger delegado estudantil para o VI Congresso do Partido Comunista, que aconteceria no ano de 1967. Ele se chamava Luiz Eurico Tejera Lisbôa (Ico). No curto período em que convivemos (ele ficou hospedado em nossa casa), começou a avançar em minha politização, já iniciada pelo meu irmão; passou a me falar sobre questões da burguesia e do proletariado, me dando alguns textos e sugerindo livros que eu deveria ler. Como vínhamos para Porto Alegre, me disse: "Vou te dar uma carta para entregá-la a um professor do Colégio Estadual Júlio de Castilhos. O Julinho é um bom colégio, tu vais gostar". Vim com essa carta e levei até o tal professor, fiz o exame de admissão, fui aprovado e me matriculei na quarta série do ginásio, turno da tarde.

O ano de 1967 foi de extrema efervescência política, um período interessantíssimo, em que o movimento estudantil ocupou um papel importante na resistência à ditadura. O Júlio de Castilhos era um centro de mobilização muito forte e, no ano anterior, tinha sido eleita para o grêmio uma direção ligada ao PCB. Acabei me aproximando dela e passei

a participar de assembleias e movimentos, ou seja, passei a desenvolver alguma atividade política. Foi também nesse ano que o grêmio do colégio foi fechado, o que gerou um processo de resistência. Abrimos, então, uma barraca na praça em frente ao Colégio. Criamos um grêmio livre. A lembrança mais importante que guardo deste momento foi a primeira manifestação da qual participei na Praça da Matriz, em frente à Assembleia Legislativa, quando lutávamos contra o acordo MEC-USAID¹, que ameaçava o ensino público e gratuito. Fomos entregar na Assembleia Legislativa um documento da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Porto Alegre (Umespa) ao deputado Pedro Simon junto com um abaixo-assinado pleiteando a manutenção da gratuidade do ensino. A manifestação que saiu da frente do Júlio de Castilhos, integrada por secundaristas do Julinho, Parobé, Infante Dom Henrique, Aplicação, entre outros, encontrou-se com a manifestação dos universitários. Subimos juntos até a Praça da Matriz, quando fomos cercados pelo Grupo de Operações Especiais (GOE) e pela polícia de choque da Brigada Militar. Fomos obrigados a correr e nos dispersar; uns em direção à Assembleia, outros em direção à Catedral Metropolitana. Estive entre estes últimos. Dentro da Catedral, fomos espancados. O meu amigo recém-conhecido, Laerte Méliga, carregou nas costas durante algum tempo as marcas dos cassetetes do GOE. Para todos nós, isso foi uma espécie de batismo de fogo. Esta manifestação foi motivo para a expulsão da antiga direção do grêmio estudantil do colégio.

Com a expulsão dos companheiros mais experientes, nós, um grupo recém-iniciado, tivemos que assumir algumas tarefas dentro da escola.

¹ [Nota dos Organizadores]: Acordo entre o Ministério da Educação e Cultura do Brasil com a USAID.

Nesse contexto, vivia-se uma ebulição política muito grande. O Partido Comunista estava às vésperas de seu VI Congresso Nacional. Pipocava na cabeça da juventude uma crítica muito forte ao PCB pelo fato de sua proposta de resistência à ditadura abstrair completamente a luta armada. Nós já vivíamos os encantos e a sedução maravilhosa da Revolução Cubana, que entusiasmava a todos. Era um modelo que, por sua beleza, romantismo e valentia, nos enchia de referência. O fato de um grupo de pessoas abnegadas, com algum armamento, que subiram uma montanha e, depois de algum tempo de combate, derrubaram a ditadura de Batista, implantando o socialismo em uma pequena ilha caribenha ao lado dos Estados Unidos, era por demais, sedutor.

Não era essa a proposta do PCB e as bases estudantis começam a ter divergências com o velho partidão.

Régis Debray já havia escrito o livro *Revolução na revolução*, bíblia da esquerda foquista, onde pregava a substituição do partido operário pelo foco guerrilheiro.

1967 foi, também, o ano da Conferência da Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS), em Cuba, com o Brasil sendo representado por figuras como Carlos Marighella. A leitura por Fidel da carta de despedida de Che Guevara, que havia ido lutar na Bolívia, emocionou a todos.

Finalmente, 1967 foi o ano dos rachas no VI Congresso do Partido Comunista, o que originou diversos grupos e subgrupos, cujo único ponto em comum era a luta armada.

No Rio Grande do Sul criou-se a Dissidência do Rio Grande do Sul. Participei de algumas reuniões na casa de um de seus dirigentes, Luiz Pilla Vares, que, aliás, morava bem perto da residência de meus pais. Logo, os secundaristas entraram em confronto com a dissidência; a

demora em encaminhar a questão da luta armada e da organização do foco demonstrava, em nossa visão, que estavam se transformando num pequeno Partidão.

Enquanto isso, meu irmão César, expulso do colégio em Santa Maria, escreveu aos nossos pais relatando o ocorrido: um verdadeiro manifesto político. Logo depois, retornou a Porto Alegre, e o meu primo Ico, também.

A Dissidência propunha uma fusão com a Política Operária (POLOP), organização de esquerda conhecida pela qualidade teórica de seus quadros, o que acabou ocorrendo pouco tempo depois, originando o Partido Operário Comunista (POC). Em novembro de 1967, na Conferência Estadual da Dissidência, os secundaristas já estavam praticamente rompidos com a organização.

Foi dentro desse quadro que resolvemos fazer, embora proibidos pela organização, uma expropriação. Afinal, era preciso começar de algum modo a luta armada. Um coronel do Exército, pai de uma amiga e companheira nossa, tinha, segundo nossas informações, um armamento guardado em casa: metralhadora, granada, pistolas. Propusemos a ação, a organização inicialmente aceitou, depois disse que não era para ser feita. Resolvemos fazer mesmo assim, e a ação foi executada pelo Ico e pelo Cláudio Gutiérrez. Com essa decisão, acelerávamos, assim, o nosso rompimento com a Dissidência.

Logo após a realização da ação, a organização pediu que o Ico e o Gutiérrez saíssem da cidade por um tempo e ofereceu a eles casa e contatos em São Paulo, o que foi aceito, porque isto possibilitava o contato com outras dissidências, algumas já envolvidas com grupos de luta armada que estavam se organizando no centro do país.

Com o retorno dos dois companheiros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) começam a vir a Porto Alegre para reunir-se conosco e com um grupo dirigido pelo advogado Carlos Araújo, que já havia rompido com o Partido Comunista em 1959 e havia militado muito tempo nas Ligas Camponesas de Francisco Julião.

Neste momento, a direção da União Gaúcha de Estudantes Secundaristas (UGES) tinha sido conquistada por Luiz André Fávero e um grupo de pessoas, alguns deles com origem no PCB, que queriam dotar a entidade de uma postura combativa. Após uma reunião, da qual participou o Ico e o Gutiérrez, fomos convidados a integrar a Diretoria da entidade. Aceitamos participar da UGES por considerar a entidade um importante instrumento de luta, além de dispor de um orçamento significativo oriundo das carteiras estudantis, mas sem abdicar da organização do foco guerrilheiro.

Assim, retomamos a rotina das manifestações, agora com mais vigor, pois tínhamos por trás a estrutura de uma entidade com recursos. Lembro que compramos um mimeógrafo elétrico – o cúmulo da tecnologia da época para impressão de panfletos e jornais. Toda a experiência acumulada nas passeatas e manifestações, em 1967, foi aprimorada. Os mastros das bandeiras e das faixas levadas nas manifestações passaram a ser sarrafos grossos, comprados em madeiras, para serem usados também como porretes para autodefesa; também levávamos barras de ferro, gasolina para fabricação de coquetéis molotov, etc.

Lembro que nessas manifestações a Dissidência, com a qual havíamos rompido, usava como palavras de ordem "o povo organizado deruba a ditadura". Nós, por outro lado, gostávamos da palavra de ordem "o

povo armado é que derruba a ditadura". Éramos verdadeiros apologistas da luta armada contra o regime; fora dela, não víamos saída alguma.

O movimento estudantil, em meados de 68, havia retomado seu ritmo de mobilizações. Enquanto diversas faculdades entravam em greve, as escolas secundaristas apresentavam um alto grau de mobilização. Dentro dessa dinâmica, convocamos o 1º Encontro Estadual de Grêmios Estudantis, realizado no mês de junho, no auditório Araújo Vianna. Foi um encontro bastante expressivo. Ao longo do ano, participamos de dezenas de manifestações e comícios-relâmpagos pelo centro da cidade, alguns em companhia de trabalhadores que lutavam contra o arrocho salarial. Aliás, nessa conjuntura, o movimento sindical se reorganizava e também ia às ruas.

Lembro-me bem que, num dado momento, os universitários hegemonizados pelo POC e a AP comunicaram que não convocariam novas manifestações. Nós, amparados pela estrutura da UGES e juntos com a Tendência pela Aliança Operário Estudantil, continuamos a fazê-las, participando, inclusive, da tomada da Faculdade de Filosofia da UFRGS.

Logo após, perdemos a UGES em um congresso, em Santa Rosa, para uma mobilização da direita que incluiu até aviões da Força Aérea Brasileira no transporte de delegados; mesmo assim, perdemos por poucos votos, pois tínhamos feito um bom trabalho nas entidades secundaristas. Daí, a nossa caminhada em direção à luta armada se dá de uma forma bastante rápida. Se o ano de 1968 tinha sido de grandes mobilizações, o ano de 1969, já com a aprovação do AI-5, encontra o movimento estudantil em situação de refluxo. A prioridade passava a ser, novamente, a organização da luta armada.

O fato de possuímos uma metralhadora, fruto da citada expropriação na casa do coronel, mais algumas armas expropriadas logo após – uma carabina e alguns revólveres, um deles surrupiado da Brigada numa passeata –, nos dava um certo respeito numa época em que o armamento era escasso.

O pessoal da VPR, de grande atuação no centro do país, nos contatava com frequência, tentando criar aqui no sul uma unidade da organização.

Em meados de 1969, surge no cenário político da luta armada uma organização importante, que se chamou Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), fruto da unidade de diversos grupos: Comando de Libertação Nacional (COLINA); a parte da POLOP que não aderiu ao POC, com grande atuação em Minas Gerais e Rio de Janeiro; o grupo de Carlos Araújo, do Rio Grande do Sul; a VPR, que atuava principalmente em São Paulo; e outros grupos menores. Esta organização, com esta conformação, teve vida breve, mas se notabilizou pela expropriação do cofre de Adhemar de Barros, ex-governador de São Paulo. Este cofre estava com uma ex-amante sua chamada Anna Capriglione. Esta ação rendeu algo em torno de US\$ 2,5 milhões. Foi um momento importante. Todo este dinheiro, mais o arsenal que a VPR possuía, trazida por Lamarca desde a sua fuga do Exército, dotava esta organização de uma excelente estrutura.

No Rio Grande do Sul, nós, com raras exceções, acabamos aderindo. Eu fui militar junto com o Laerte Méliga e outros companheiros numa base dirigida pelo Ico.

Porém, algum tempo depois da ação do cofre, num encontro destinado para tratar dos detalhes da unidade, houve o rompimento. As propostas eram antagônicas. A VPR tinha uma visão mais foquista e queria a

implantação imediata do foco guerrilheiro e o grupo que acabou permanecendo com o nome de VAR-Palmares, tinha uma concepção política que envolvia uma frente de massas, com trabalho operário e luta política.

Neste momento, a organização de luta armada mais importante no Brasil era a Ação de Libertação Nacional (ALN), de Carlos Marighella, de grande atuação em São Paulo e Rio de Janeiro. Com o rompimento das duas organizações (VAR e VPR), as respectivas direções enviaram representantes aos estados com a intenção de apresentar propostas e ganhar o maior número possível de companheiros. Quando eles vêm ao Rio Grande do Sul, nos reunimos alternadamente com os dois lados. A base era composta por Luiz Eurico Lisboa, Laerte Méliga e mais quatro ou cinco companheiros. Começamos a estudar e a discutir os documentos. Estávamos nesta discussão, buscando saber para que lado iríamos, quando o Luiz Eurico conseguiu um contato com a ALN através do Frei Betto, que estava no Rio Grande do Sul em missão da ALN, organizando rotas de saída para o Uruguai a pessoas que saíam para treinamento de guerrilha em Cuba. Neste momento, o Ico já começa a demonstrar sua simpatia pela ALN. Os demais ainda estavam bastante indefinidos.

Enquanto discutíamos que rumo tomar, companheiros, que já haviam se definido pela VAR-Palmares, procuraram a mim e ao Laerte (éramos muito amigos e estávamos sempre juntos) pedindo ajuda na distribuição do jornal operário da VAR, que circulava dentro e fora das fábricas. Ou seja, éramos solicitados para uma ação de panfletagem deste jornal, de madrugada, nos bairros operários de Porto Alegre e da região metropolitana. Os mesmos eram colocados por baixo das portas e nas caixas de correspondência. Embora já estivéssemos, o Laerte e eu, pretendendo ingressar na VPR, resolvemos ajudar os companheiros da VAR nesta tarefa. Mas, durante a ação, caímos presos na cidade de

Cachoeirinha. Era dezembro de 1969. Eu tinha 18 anos e o Larte, 17. Estavam conosco Luis Goulart Filho e um operário chamado Lauro Goulart, os quais, apesar do mesmo sobrenome, não eram parentes.

Fomos levados ao DOPS. Na verdade, nesta época, a tortura no DOPS consistia, ainda, de alguns empurrões, tapas e muita pressão psicológica. Não havia tortura sistematizada, nada de choques elétricos nem pau-de-arara, por exemplo. Nos mantiveram separados por um tempo para interrogatórios. Ficamos presos entre dezembro de 1969 a meados de 1970. Inventamos uma história ingênua qualquer. Como não havia tortura física maior que nos fizesse confessar, conseguimos manter nossa versão.

Seguindo o ritual da Lei de Segurança Nacional, fomos condenados e enviados ao Presídio Central, local de cumprimento da pena. Na época, você permanecia preso no DOPS até sua condenação. Depois de condenado, ia para o Central. Estávamos cumprindo pena quando um detento, que trabalhava na administração, interceptou um telefonema entre os diretores do DOPS e do Presídio, pedindo a nossa soltura. A ideia era de nos soltarem, considerando que a nossa pena já havia sido cumprida, pois tínhamos sido condenados a seis meses de prisão. Porém, como o nosso advogado de defesa, Eloar Guazelli, e o promotor da Justiça Militar tinham recorrido, enquanto não julgassem os recursos, não poderíamos ser legalmente soltos. O esquema deles era de nos soltar e nos prender, imediatamente, na porta do presídio. Por quê? Porque haviam sido presos diversos companheiros da VPR e da VAR, que tinham falado a nosso respeito, e o DOPS concluíra que nós não éramos tão ingênuos assim. Isso demonstra que havia um certo rito legal neste período. Eles tinham que nos soltar do presídio para podermos ser novamente interrogados pelo DOPS.

Pedimos ao preso que nos avisou que fizesse um telefonema para fora, para o pai do Luis Goulart, que era promotor público e, nesta condição, podia entrar e sair a hora que quisesse do presídio. Assim ocorreu: ele veio até o presídio e contamos o que estava acontecendo. Ele imediatamente contactou familiares, montou uma rede de apoio de advogados, familiares e amigos, e todos se dirigiram ao presídio, aguardando a nossa soltura. Quando fomos soltos, de fato, o DOPS estava lá para nos prender, mas também estava na frente de um grupo considerável de pessoas, testemunhas da nossa nova prisão. Fomos levados ao DOPS para novo interrogatório, mas com todo esse povo esperando lá fora.

Entretanto, naquele momento, vi que o DOPS que eu havia conhecido há tão pouco tempo era outro, com os corredores cheios de presos, encapuzados, machucados pela tortura. Já havia acontecido uma ação importante, que foi um marco na tortura de presos políticos no Rio Grande do Sul: a tentativa de sequestro do cônsul norte-americano em Porto Alegre, Curtis Cutter, pela VPR.

A tortura em presos políticos em nosso estado teve momentos bem definidos. Logo após o golpe militar de 1964, até o assassinato do sargento Manoel Raimundo Soares, em 1966, marca um período. Após, passa por um arrefecimento – afinal, a principal oposição à ditadura naquele momento era o movimento estudantil e suas passeatas. Não que neste período não tenha havido torturas, mas não como método corriqueiro de interrogatório.

Antes da tentativa de sequestro do cônsul norte-americano, a repressão tinha um tipo de comportamento. Depois dessa ação, passou a ter outro. Foi a partir desse momento que as unidades de repressão mais sofisticadas do Rio de Janeiro e São Paulo (DOI-CODI e OBAN), já

testadas no combate à guerilha, desembarcam no estado, e reorganizam o aparato repressivo gaúcho. Os presos que estavam no DOPS – companheiros da VPR, VAR-Palmares, M3G e outras organizações – até aquele momento, haviam sido torturados na Delegacia de Furtos e Roubos, situada abaixo do DOPS no Palácio da Polícia.

Há um fato que precisa ser dito: a denúncia sobre a tortura, essa ojeriza toda que se criou sobre ela, essa consciência de que é um crime de lesa-humanidade, só se dá no Brasil quando nós, presos políticos, grande parte filhos da classe média, fomos torturados. Mas também é verdade que a tortura existe no Brasil desde que o primeiro navio de escravos aqui chegou. Muitas das torturas que aplicaram em nós são muito similares às praticadas nos escravos, como o pau-de-arara, e que eram sistematicamente aplicadas nos "corpos" dos que cometiam os chamados delitos comuns.

Com a tentativa de sequestro do cônsul, o DOPS criou o seu local de tortura, com instalações apropriadas chamadas pelos policiais de "fossa". Nós, após a detenção na porta do presídio, fomos interrogados e soltos na mesma noite. Porém, entrou imediatamente um recurso do Superior Tribunal Militar mandando nos prender novamente. Assim, voltamos ao Presídio Central, onde aguardamos a sentença final.

Impressionados com o grande número de companheiros presos, sentimos que a situação havia mudado completamente. O Luis Goulart e o Lauro seguiram seu caminho e abandonaram a luta armada. O Laerte, que havia sido solto antes, por ser menor de idade, entra na VPR e é transferido para São Paulo. Eu, logo que me vejo em liberdade, faço o mesmo. Imediatamente quando saí do presídio, consegui contato com a organização. Meu irmão, Cesar, já militava na mesma, e, como eu estava "queimado", ou seja, como era conhecido por ter estado preso, a organização pro-

pôs que eu fosse militar em São Paulo. Eu aceitei, mas até minha ida para lá, enquanto permanecia em Porto Alegre, entrei para uma unidade de combate da VPR e fui fazer ações armadas. Participei de várias.

Essas ações eram, basicamente, expropriações bancárias e de empresas, com o objetivo de conseguir dinheiro para manter a estrutura clandestina da organização. Significaram, também, roubo de armamento – roubamos uma loja de armas na Cristóvão Colombo –, diversas expropriações de carros para as ações e, ainda, colocamos fogo no Clube Militar. Foram ações deste tipo. Eu estava morando com meus pais, mas, no momento em que começo a fazer esse tipo de ação, vou para a clandestinidade.

Com meu irmão era diferente. Ele militava na VPR, mas era o que chamávamos de "fachada legal". Tinha um trabalho e uma vida regulares, ocupava-se dos contatos que a organização tinha em núcleos importantes, como na cidade de Santa Maria. Meu irmão, fruto de sua militância no movimento sindical e estudantil, possuía muitos contatos. Seu papel era este.

A VPR passava por um período de reorganização, pois estava bastante abalada com grandes quedas de companheiros, após a tentativa de sequestro do cônsul. Inclusive, uma área de guerrilha que estava sendo implantada no Alto Uruguai, perto do município de Três Passos, também havia caído.

Passado um tempo, fui para São Paulo, aproximadamente em setembro de 1970. O Laerte já estava lá. O Luiz Eurico havia entrado para a ALN. Aqueles contatos com o Frei Betto o conduziram a ele e sua companheira, Suzana, para a ALN. O Gutiérrez, outro grande parceiro do movimento estudantil, tinha ido para o Uruguai. Estando lá, a ideia era que se integrasse aos *Tupamaros*. Ele acabaria indo lutar nos

remanescentes do exército de "Che" na Bolívia. Mas, até então, eu não sabia nada disso.

Um fato interessante aconteceu ao chegar em São Paulo. Peço à organização um contato com o Laerte. O nome de guerra dele na época era "Sebastião". O meu nome em São Paulo era "Juca". Aqui, "Danilo". O comandante da organização disse: "Sabemos que vocês dois são gaúchos e amigos. Vamos facilitar um encontro seu com ele, mas não queremos que vocês marquem encontros paralelos à organização, porque isso pode representar um furo de segurança". Perfeito. Eu era um garoto, tinha feito 19 anos, não conhecia São Paulo, uma megalópole. Para marcar os pontos, comprei um mapa da cidade para poder me organizar. Um dos primeiros pontos que fui cobrir era em Santo Amaro. Olhei em meu guia de ruas que deveria pegar o ônibus no viaduto do Chá, onde circulam milhares de pessoas. Quando vou subir no ônibus, para me dirigir ao ponto, olho para a porta e dele vem descendo o Laerte. Uma enorme coincidência, em uma cidade de milhões de pessoas, nos encontramos assim, casualmente. Conteí que recém havia chegado. Ele ficou feliz em me ver. Deu-me um relato de que as coisas estavam muito difíceis, que havia escapado de um tiroteio pesado junto com outro companheiro.

Nós, de maneira absolutamente inconsequente, nos encontramos mais umas duas ou três vezes, por fora da estrutura da organização; almoçamos juntos algumas vezes, até cancelarmos estes encontros. Meses depois, assassinaram meus dois contatos, Quaresma e Fujimore. Fiquei perdido.

Na tentativa desesperada de retomar contato com a organização, voltei sistematicamente aos lugares em que havia almoçado ou caminhado com o Laerte, tentando ver se coincidentemente o encontrava de novo. Não o encontrei. Estava terminando meu dinheiro, o

que eu tinha mal dava para pagar o aluguel do local onde eu estava e comprar uma passagem de volta ao Rio Grande do Sul, onde recuperaria contato com a organização através do meu irmão.

Cheguei em Porto Alegre febril, gripado, cansado e mal-alimentado. Mas não sabia como estavam as coisas por aqui. Não podia ir até a casa dos meus pais. Então fui para um hotel na Rua Voluntários da Pátria, único tipo de lugar que eu poderia pagar. Pretendia dormir ali. Vi que no quarto ao lado aconteceu uma briga entre um cafetão e uma prostituta. Me dei conta de que era um furo de segurança enorme estar ali. Era preferível ficar caminhando na rua a ficar lá; poderia haver uma batida policial e eu acabar preso, pois andava armado. Saí do hotel e fiquei caminhando. Naquele tempo, tinha um bar que ficava aberto 24 horas em Porto Alegre, o Fedor, no Bom Fim. Era um bar antiquíssimo, que nunca fechou. Fui lá e fiquei tomando cafezinho a noite toda.

De manhã cedo, fui ao trabalho do meu irmão e fiquei aguardando-o na calçada até ele chegar. Me disse que estava tudo bem, que não tinha problema algum de eu ir até a casa dos meus pais, o que realmente fiz. Nada como mão de mãe para curar qualquer gripe ou febre. Canja e mão de mãe são um santo remédio. No dia seguinte, já recuperado, retomo os contatos.

Naquele momento, a organização pediu que eu permanecesse em Porto Alegre mais uns dias, pois faríamos uma ação importante que exigia pessoas com experiência em combate para executá-la. Depois, voltaria a São Paulo. Fiquei, participei da ação e, no outro dia, fui preso, era dezembro de 1970. Um ano de diferença entre uma prisão e outra.

Foi uma ação grande, a expropriação do Grupo Hospitalar Conceição. Tinha um banco Itaú-América dentro. Era dia de pagamento de todo o grupo. Havia, então, muito dinheiro e iríamos aproveitar,

também, para pegar medicamentos. Tínhamos pequenos ambulatórios clandestinos nos quais alguns estudantes de medicina da UFRGS, que faziam parte da VPR, ficavam de prontidão enquanto executávamos as ações, no caso de haver feridos, pois não podíamos recorrer à rede oficial. Queríamos alguns medicamentos, anestésicos, etc. Foi necessário um grupo grande de companheiros para fazer essa expropriação. Foram reunidos companheiros de duas organizações: a VPR e um agrupamento menor, uma dissidência do POC que se chamava Movimento Comunista Revolucionário (MCR).

Esses dois grupos executaram a ação. No dia seguinte, fui à casa de meus pais despedir-me, porque voltaria para São Paulo. A situação estava tranquila, não tinha nada a temer. Fui à loja de meus pais na Avenida Protásio Alves, mas só encontrei a minha mãe. Beijei-a e ela perguntou-me se eu não iria despedir-me do meu pai. Eles, obviamente, não sabiam que eu ia para São Paulo. Eu dizia que ia para outros lugares. Nunca disse o que eu fazia, mas eles suspeitavam.

Aqui, uma reminiscência: quando fui para São Paulo pela primeira vez, fui pegar uma mala. Meu pai estava tirando um cochilo; entrei pé por pé no seu quarto. Ele acordou quando peguei a mala, perguntou o que eu estava fazendo. Eu disse que viajaria para o Nordeste. Aí, ele falou algo muito interessante: "Você sabe bem o que está fazendo, filho? Você não acha que está indo longe demais?". Eu disse: "Pai, não é nada disso". Ele me interrompeu e falou: "Não precisa me enganar. Só quero saber se você tem certeza do que está fazendo". Eu falei: "Absoluta". Então ele disse: "Está bem, meu filho". Havia coisas que não eram ditas, mas nem precisavam. Meus pais nunca souberam exatamente o que eu fazia, mas certamente não suspeitavam que fossem ações armadas.

Pois bem, naquele dia em que fui me despedir de minha mãe, disse que estava viajando de novo, que passaria uns tempos fora, e ficaria um tempo sem poder vê-los. Ela disse que eu não poderia ir embora sem me despedir de meu pai. Perguntei onde ele estava. Ela respondeu: "Na inauguração de uma agência bancária da Caixa Econômica Estadual, ali na esquina da Rua Santa Cecília com a Protásio Alves". Pensei: "Vou lá, me despeço do meu velho e ainda aproveito para 'levantar' o banco para passar para a organização".

Fui até lá. Encontrei meu pai, "levantei" o banco ao ver onde ficava a mesa do gerente, a localização do cofre, etc. Voltei para casa, pois, antes de despedir-me do meu velho, havia deixado minha pasta com a minha arma na loja. Não ia levá-la, obviamente, para a inauguração. Quando estou chegando para apanhar a minha pasta, olho e identifico o delegado Pedro Seelig, que já conhecia da prisão anterior. Levantando o dedo e apontando em minha direção, disse: "Preciso falar contigo, rapaz". Vacilei um segundo sem saber se eu corria para dentro da loja para pegar minha arma e resistir ou se corria em direção à rua. Neste segundo de distração, senti uma coronhada na nuca e rapidamente fui jogado dentro de uma caminhonete. Ninguém percebeu o que aconteceu comigo. Era início da noite, por volta das 19 h.

A irresponsabilidade infantil de ter ido me despedir de meus pais, naquelas circunstâncias, causou a minha nova prisão, pois havia sido reconhecido na expropriação do Conceição e o DOPS já sabia do endereço pela prisão anterior, pois era o que constava no processo.

Dentro da caminhonete na qual me jogaram, estavam, além dos policiais, dois companheiros: um deles, algemado às costas, com os olhos vendados e sem camisa, era queimado no peito com a brasa de cigarro do policial postado ao seu lado. A caminhonete fedia à carne queimada, era

meu companheiro e amigo desde os tempos do colégio Júlio de Castilhos, Flávio Gil Reis, o Flavinho, que eu tinha contatado e colocado em uma instância da organização, que chamávamos de simpatizantes. Este companheiro foi muito importante porque, no período em que fez serviço militar, por ser culturalmente bem preparado, se distinguia do resto da tropa. Assim, acabou como ajudante de ordens do comando do III Exército e, nesta condição, tinha muita facilidade para roubar documentos secretos dos militares, aproveitando o intervalo do almoço. Alugamos um pequeno apartamento na Rua da Praia, perto do QG do III Exército e, neste intervalo, fotografávamos os documentos para micro-filmarmos e enviá-los à direção da organização em São Paulo. Depois, ele devolvia os documentos. Era o tempo necessário de tirar a fotografia e devolver os documentos, enquanto os comandantes almoçavam.

Na caminhonete, fui atirado no banco da frente. O que foi um erro da própria polícia. Era o motorista, eu e mais um policial. Atrás, dois policiais e o Flavinho. Na cachorreira o outro companheiro e mais dois policiais. Dois carros escoltavam a nossa caminhonete, um à frente e outro atrás. Ao todo, deveriam ser uns 12 policiais. Seguimos em desabalada carreira pela Protásio Alves. Entraram à esquerda para seguir na Avenida Ipiranga em direção ao Palácio da Polícia, onde ficava localizado o DOPS. Neste momento, eu sabia que as condições de minha prisão eram completamente diferentes da primeira. Havia entre nós vários tipos de soluções para as prisões. Cada um imaginava como se comportaria. A minha era de que eu procuraria morrer porque não sabia das minhas condições de resistir à tortura, que bem sabíamos que existia. Pensei: "Vou me agarrar na direção e entrar Arroio Dilúvio adentro. Se não morrer, pelo menos, tento me salvar".

O momento exigia uma solução drástica. Mas lembrei-me do Flavinho algemado às costas e o fato de eu o ter colocado na organização. Eu estava sem algemas. Aí eu pensei: "Que eu faça isso comigo e com o outro companheiro, também combatente, tudo bem, mas fazer isso com ele não é justo....". Aí, não fiz.

Chegamos ao DOPS e a polícia estava em pânico porque a ação do Conceição havia sido muito grande. E, na saída, ocorreu um tiroteio, o companheiro Correa (Diogenes Sobrosa de Souza), atuando na segurança, havia metralhado o motor de um carro dos seguranças do hospital que havia tentado nos seguir. A polícia estava toda temerária. Lembro que entrei no DOPS apanhando, aos empurrões, socos e pontapés, e o Pedro Seelig me exibia para os outros policiais como um troféu, dizendo: "Estão vendo seus merdas, estão aí cagados para ir para a rua e são tudo uns fedelhos, como esse bosta". Aí, foi um massacre. O Pedro me jogou em uma sala, pegou o meu amigo, o Flavinho, que já estava bem machucado, e levou-o para a sala de tortura.

E passaram a me interrogar. Um interrogatório, inicialmente, só na base da porrada, sem grandes sofisticções, com um cara do SNI e outro da Inteligência do Exército, que estava por ali, e mais os policiais do DOPS. Um monte de perguntas, bofetões, etc. A bofetada é algo interessante. De todas as torturas é a menos "eficaz". Primeiro, porque, depois de um certo tempo que você está apanhando, o corpo adormece. Dói muito menos. É por isso que não se tortura só batendo. Tem que fazer variações, porque a dor diminui de intensidade. O corpo incha e fica adormecido, como se estivesse anestesiado.

Para entender a mecânica dos interrogatórios é preciso entender a prática de segurança das organizações. Você tem todos os dias um ponto. Esse ponto era marcado, normalmente, em horários cheios. Por

exemplo: 88. Isso significava 8h da manhã e 8h da noite, com tempo de tolerância de espera de cinco minutos. Entre estes horários, havia o que chamávamos de ponto-polícia, que era o ponto que você contava à polícia em caso de prisão. Este ponto era coberto passando-se ao longe, de táxi ou de ônibus. Se o companheiro estivesse lá, era sinal de que havia sido preso. Você só cobria o ponto seguinte se ele não tivesse comparecido no ponto-polícia. Portanto, a primeira informação que a polícia procurava saber era o nosso ponto. Esse ponto era sempre variado. Mas todo militante tinha, pelo menos, um ponto diário.

Portanto, a primeira pergunta sempre era: "Qual é o seu ponto? Onde é o seu ponto?" A segunda era: "Onde fica seu aparelho?". Aparelho era onde residíamos. Porque também era comum residir mais de um combatente em cada aparelho. Então, as perguntas sistemáticas eram: "Ponto? Aparelho? Ponto? Aparelho?". Esse era o interrogatório. O aparelho era barbada. Disse que morava na casa dos meus pais. Eles diziam: "Não é verdade, não é verdade, não é verdade!". Eu dizia: "É verdade, é verdade, é verdade!". Aí ficava aquela coisa.

E o ponto? Como aquilo não surtia efeito e eu não conseguia lembrar onde era meu ponto-polícia, imediatamente me levaram para a sala de tortura; para isso tiraram o Flavinho e me empurraram para dentro. Arrancaram minhas roupas deixando-me nu, só de capuz. Aí apertou. Passei, no início, pelo que eles chamavam de sessão de esquentamento, com muita porrada. A nudez e a cegueira fragilizam muito. Isso tem um efeito psicológico brutal. Você apanha bastante, com socos e pontapés. Posso garantir que aquilo tudo que se vê em filmes é mito. Ninguém desmaia. É muito difícil desmaiar de tanto apanhar. Chegou uma hora em que eu estava apanhando tanto que pensei justamente em me fingir de desmaiado. Numa porrada bem dada, caí simulando um desmaio. Me deram um chute no saco e eu já voltei

do "desmaio". Eles sabiam, por larga experiência, que para uma pessoa apagar apanhando era muito difícil. E nos torturavam com acompanhamento médico.

Depois do esquentamento, mandavam você juntar os punhos, que eram atados. Mandavam você sentar no chão e amarravam as suas canelas. Aí, você já sabia que vinham outros tipos de tortura. Mandavam juntar os punhos atados com os joelhos em posição fetal. E enfiavam um ferro entre os seus braços e pernas, levantando a pessoa sobre dois cavaletes. Isso é o pau-de-arara.

Quando você está pendurado no pau-de-arara, o saco escrotal fica quase sobre o ânus e as nádegas. Aí batem em você com palmatórias de pneus (pirelli) na bunda e, volta e meia, pega no saco, nos testículos. Qual é o instinto natural de um homem que apanha no saco? É levar a mão para se proteger, o que se torna impossível por estar amarrado. É uma dor lancinante e doida. Sua cabeça fica completamente para baixo. Eles molham panos e espremem no nariz do torturado, provocando a sensação de afogamento. Passa um tempo assim e aí vem o pior de tudo, que é o choque elétrico. Ainda naquela posição, amarram os fios elétricos no dedo mindo do pé e no polegar da mão, dando o primeiro choque. A pessoa sente o corpo inteiro estraçalhar. Parece que você roda no pau-de-arara.

O primeiro choque que levei foi uma sensação tão absurda que as dores que eu estava sentindo simplesmente desapareceram e a dor do choque sobressaiu-se a todas as outras. É tão forte que, depois, quando eu estava na cela, após a tortura, verifiquei que tinha um buraco no meu joelho. Foi quando me dei conta de que eu mesmo tinha provocado este ferimento mordendo-o. Aí começava. Choque, choque, choque, ponto e aparelho, ponto e aparelho. Esta era a primeira informação. Enquanto ela não fosse dita, não se pedia outra. Ponto, aparelho, ponto, aparelho, ponto, aparelho.

Eles iam inventando os lugares para dar choque: na língua, no pênis, nas orelhas, etc..., – o pior do choque nas orelhas é que você perde toda e qualquer capacidade de articulação e raciocínio. Já o pênis fica escuro, queimado pelos choques. Isso tudo é com telefone de campanha, daqueles que têm uma manivela. O choque é proporcional à velocidade com que se gira a manivela. E ponto, aparelho, ponto, aparelho. Lá pelas tantas, acharam que aquilo era pouco. Tinha um ventilador que, embora eu não o enxergasse, por estar encapuzado, eu ouvia que funcionava pelo barulho. Eu ouvi que alguém disse: "Dá na tomada". Eu só ouvi o ventilador parar. Aí, senti um choque mais forte do que estava levando. Eles começaram a dar choque direto na rede elétrica.

Não lembro de quando eu falei alguma coisa. Só lembro quando me tiraram do pau-de-arara, me atiraram um balde d'água e me tiraram o capuz. E berrando, perguntavam: "Mas onde em Petrópolis?". A história era a seguinte. Eu tinha um ponto no outro dia, na Assis Brasil, perto da Massey Fergunson, às 9 e pouco da manhã. Eu disse 10h da manhã em Petrópolis, porque não consegui lembrar meu ponto-polícia. Eu lembro que havia posto na cabeça essa informação: 10h em Petrópolis. Isso quando estava apanhando com bofetadas na sala do delegado, antes de ir para a sala de tortura. Não sei quando disse 10h da manhã em Petrópolis. Só sei que repetiam histericamente em meus ouvidos: "Onde em Petrópolis?". Desde que eu havia chegado a Porto Alegre, sempre moramos em Petrópolis. Conhecia o bairro como minha mão. Apesar disso, não conseguia lembrar o nome de nenhuma rua, tamanho era o atordoamento.

Para escapar daquela situação disse o seguinte: "Não sei o nome da rua. Só sei ir lá". Eles disseram: "Para o pau". Isso devia ser por volta de 2 ou 3h da madrugada. Me levaram para um banheiro, me sentaram em

um banquinho e me jogaram muita água. Me deram uma lavada geral, um médico me examinou, me jogaram nu em uma cela. Por volta das 6h, antes de nascer o dia, me vestiram. Eu não conseguia caminhar. O pau-de-arara te imobiliza as pernas. Me enfiaram na mesma caminhonete que me prenderam e me levaram para Petrópolis.

Mandaram-me dizer onde. Eu pensei: a única coisa que eu preciso é decorar o caminho. Disse para eles seguirem a Protásio Alves. Na Carlos Gomes, falei para dobrarem à esquerda. contei uma, duas, três, não lembro quantas quadras e falei para virarem à esquerda. Mais uma, duas, três quadras tinha um campo e eu falei: "É aqui". Aí veio a questão: quem iria entrar no ponto? Eu, louco para não apanhar mais, pensei que tinha que criar algo fantástico que os deixassem saciados. Disse que entraria no ponto o Batista, nosso comandante, bastante procurado. Eles vibravam, pois Batista, eles bem sabiam que, por sua condição de comandante, tinha contato direto com a direção nacional da VPR, talvez até com o Lamarca. As decorrências disso seriam fantásticas, mas também sabiam que comandante não entra sozinho em ponto. Que certamente ele entraria com a sua segurança. Aí me perguntaram: "Qual é a segurança?". Eu disse: "Quatro pessoas". Eles continuaram: "Qual o armamento?". Exagerei: "Duas calibre doze e duas metralhadoras". Eles deliraram, num misto de temor e contentamento.

Próximo ao local do ponto frio que acabava de dar tinha um restaurante localizado num plano mais elevado, onde se tinha uma visão geral de tudo. Foi arrombado por eles para que pudessem controlar visualmente o campo. E montaram no entorno deste descampado um enorme aparato policial. Foram invadindo as casas e colocando coisas e policiais disfarçados de jardineiros, pipoqueiros, casais de namorados em

carros. Me puseram em um banco, com um policial de cada lado, algemado nos pés e nos punhos. E rádios. Tudo muito discreto.

Eu disse que o ponto seria às 10h da manhã. Nesta hora, não entrou ninguém. 10h30, não entrou ninguém. 11h, não entrou ninguém. Eles foram ficando indignados. Lembro do Pedro Seelig dizendo assim no rádio: "Traz esse Zé Piroca imediatamente para cá que ele está nos enrolando". Desmobilizaram todas as pessoas. Todos foram para os carros. Eu, aliás, entrei no carro já levando porrada. E eu berrava: "Eu não tenho culpa se o cara não entrou no ponto, por favor, eu falei a verdade, falei a verdade!".

Naquele tempo, a carteira de identidade só era feita no Palácio da Polícia. Quando chegamos, tinha uma fila grande de pessoas para fazer o documento. Não quiseram nem saber. Quando desembarcamos do carro, dois policiais, um de cada lado, me sustentavam, pois eu não conseguia caminhar. Quando chegou o carro em que estava o delegado Pedro Seelig, desceu junto um torturador chamado Nilo Ervelha, que me deu uma coronhada na nuca com um mosquetão na frente de todas as pessoas que ali se encontravam. Passou por cima de mim, me agarrou pelos braços e me levou arrastado por todo o pátio do Palácio da Polícia. Subiu desta maneira comigo pelas escadas, me arrastando, me chutando. Quando chegou ao andar do DOPS, me levou imediatamente para a sala de tortura.

Recomeçaram as torturas, mas, subitamente, me retiraram da sala, pois havia caído outro companheiro, que já se encontrava bastante machucado. Ele tem até hoje uma deficiência na perna em consequência da enorme selvageria com que foi torturado. Acabara de ser preso também em um furo de segurança: fora à casa de seus pais levar um dinheiro para ajudar um parente que estava hospitalizado.

Fui, então, encapuzado e levado a um salão onde me puseram sentado em um banquinho. Este ritual se repetiu por aproximadamente uns quinze ou vinte dias, os interrogatórios, as torturas, o banquinho.

Por baixo do capuz, discretamente, pude vislumbrar que no salão se encontravam outros prisioneiros.

Um dia, livres dos capuzes, fomos levados para uma cela e nela reencontro companheiros. Apesar de bastante machucados e muito abalados, conseguimos nos animar um pouco com as informações trocadas. As quedas haviam sido muito sérias, mas a estrutura principal da organização resistia, um grupo razoável de companheiros continuava a luta. Esta constatação nos elevou a moral.

Agarrados a esta esperança, passamos o Natal de 1970 e vimos nascer o ano de 1971.

Certo dia, anunciaram que iríamos receber visitas. Depois de todo o horror, finalmente teríamos a alegria de falar com nossos familiares: meu pai, minha mãe e minhas irmãs vieram ver-me em horários alternados.

No dia anterior à liberação das visitas, um companheiro, reservadamente, me informou saber que meu irmão, ainda em liberdade, era militante da organização e incumbiu-me de passar uma informação (ponto) para fora, dizendo que esta era a única possibilidade de contatar um companheiro que se encontrava perdido. Por ser importante assim o fiz. Subitamente tudo mudou, as celas foram trancadas, as visitas proibidas, e um rádio colocado junto à porta da cela tocava música alta para impedir que ouvíssemos o que os companheiros que estavam sendo torturados diziam.

Sucederam-se novas prisões. O Inferno recomeçara.

Era mês de janeiro e a nossa cela era insuportavelmente quente.

O ar penetrava apenas por uma pequena fresta de cinco centímetros de altura por 80 de comprimento, revezávamo-nos subindo em um beliche e grudando ali o nariz para respirar um pouco melhor. Outro grupo, com o ouvido colado à porta, tentava, em meio ao barulho, identificar quem tinha "caído".

A insalubridade das celas afetava a todos. Um dia trouxeram um médico para nos atender. Ao abrir a porta da cela, era tamanho o mau cheiro que, com uma expressão de nojo, recusou-se a entrar. Chamou um dos companheiros no corredor, e, num rápido exame, diagnosticou sarna. Deixou alguns remédios com os policiais e receitou banho duas vezes ao dia.

O chuveiro situava-se ao lado da "fossa" e, nas idas ao banho, descobrimos aos poucos quem eram os novos presos. Foi quando, pelo pigarrear característico, descobri que meu irmão havia "caído". Fiquei muito abalado.

À noite, fui chamado para um novo interrogatório. De olhos vendados, ouvi o torturador mandar um policial aumentar o volume do rádio. Sabia o que me esperava. Um delegado perguntou ao policial se eu já havia jantado. Evitavam torturar quem estivesse com o estômago cheio, pois o risco de morte aumentava. Respondi que sim, mentindo, pois despejara minha comida no vaso sanitário, impossibilitado de engolir qualquer coisa.

Fui, então, devolvido à cela, com a promessa de que mais tarde "voltaríamos a conversar". Havia chegado ao meu limite e considerei, seriamente, a ideia de suicídio. Durante a madrugada, confidenciei a um companheiro o meu intento. Mas fui demovido por ele, argumentando durante toda a noite que eu, por já estar preso há tanto tempo, não teria nada a dizer e que, talvez, nem voltasse a ser torturado. Tudo poderia ser só momento de sadismo dos policiais.

De manhã cedo, antes do café, vieram me buscar. Fui então "apresentado" a uma nova equipe de torturadores formada por oficiais do DOI-CODI do Rio de Janeiro. Os seus métodos eram ainda mais bárbaros. Pendurado novamente no "pau-de-arara", fui obrigado a engolir uma esponja de aço que só não era totalmente ingerida porque seguravam a ponta na qual eram colocados os fios elétricos. O choque, agora, era também interno, queimando a garganta e, aos berros, perguntavam quem da minha família de "canalhas" havia levado aquele "ponto" para fora.

Um dos torturadores gritava sem parar: "Foi seu pai? Sua mãe? Ou qual de suas irmãs?".

O outro retrucava: "Vamos prender todo mundo e pendurar no pau-de-arara que a verdade aparece".

Em princípio neguei tudo, dizendo que isto não passava de uma loucura. Foi então que fiquei sabendo que o comandante da organização no Rio Grande do Sul havia sido preso e, para que suspendessem as torturas, sua companheira grávida havia feito um acordo com a polícia e entregue todas as informações, culminando, alguns dias depois, com a sua ida à televisão para renegar suas ideias, sua luta.

Embora tivesse sido minha mãe que levava a informação, menti que havia sido meu pai, afinal ele, que já havia estado preso, estava, sem dúvida, mais preparado para suportar aquela situação.

Meu único consolo desta que, sem dúvida, foi a mais difícil decisão de minha vida, é que meu pai não só me perdoou como entendeu que não havia outra saída.

Depois não retornei à cela. Voltei ao salão e ao banquinho até que, dias depois, fui levado novamente à "fossa" para mais uma sessão de tortura, que me pareceu inexplicável, pois nada me perguntavam, só

batiam, com extrema violência, deixando marcas por todo o corpo, culminando por arrancarem com um alicate a unha do "dedão" do pé. Neste estado fui levado à presença de meu pai, e ele, quase enlouquecido, foi finalmente solto.

Após alguns dias, fui transferido, junto com o Flavinho, para o 18º RI e, depois, de nova passagem pelo DOPS, fomos levados ao VI Regimento de Cavalaria, na cidade do Alegrete, para onde já haviam sido transferidos vários companheiros, entre eles, meu irmão. Mais tarde fomos para a Ilha do Presídio, em Porto Alegre, e, após condenados, ao Presídio Central para o cumprimento de pena.

Em fevereiro de 1973 fui, finalmente, solto em livramento condicional.

LEMBRAR, LEMBRAR, LEMBRAR...

45 ANOS DO GOLPE MILITAR: RESGATAR O PASSADO PARA TRANSFORMAR O PRESENTE

*Suzana Keniger Lisboa**

Com este verbo repetido – *lembrar, lembrar, lembrar* –, Steven Spielberg respondeu à pergunta sobre por que havia filmado *A Lista de Schindler*. Spielberg, então, se dizia preocupado com o ressurgimento do nazismo e com as crescentes afirmações de que os crimes cometidos por Hitler não seriam, afinal, tão bárbaros assim.

O aplauso aos processos de punições aos nazistas – ainda hoje – é unânime no Brasil e no mundo.

Mas, no Brasil, a ideia de reparação vem sendo construída num caminho tortuoso, onde a verdade e a justiça são relegadas a um plano secundário ou mesmo ignoradas. Nenhum pedido oficial de perdão à Nação ou de reconhecimento pleno e total sobre a responsabilidade do Estado nas torturas, mortes e desaparecimentos ocorreu até hoje.

A lei de anistia política de 1979, apesar de se proclamar ampla, geral e irrestrita em nome da pacificação da família brasileira, não atingiu todos os presos políticos, não reparou as perdas infligidas aos seus familiares, não anistiou todos os atingidos pelo arbítrio, não afastou os torturadores do serviço público e referiu-se aos desaparecidos políticos como *mortos presumidos*. A partir de então, as sequelas dessa lei pairaram sobre as tentativas de elucidação dos crimes cometidos.

* Integra a Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos e atua na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

A prática da tortura durante a ditadura é admitida por alguns poucos oficiais das diferentes armas, mas somente como ação isolada de alguns e não como política de Estado.

O país mudou, e muito! A Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) publicou, em 2007, o livro com o título *Direito à Verdade e à Memória*¹, com o corajoso relato dos casos de mortos sob tortura e dos desaparecidos que foram examinados pela Comissão Especial do governo federal. Essa publicação foi, sem dúvida, uma grande vitória. Com esse mesmo nome, importantes atividades de resgate da história dos militantes assassinados têm sido feitas pela SEDH.

Mas isso não basta – não há memória sem verdade, e não há verdade sem justiça.

Passados 45 anos do golpe militar, é possível encontrarmos juntos – dificilmente com os mesmos propósitos – os que lutaram em campos opostos. Mas não mudaram as instituições a ponto de assumirem e investigarem os crimes, punir os criminosos e, assim, construir o futuro. E se não reconhecem os crimes, se dizem que não houve torturas, como podem falar em autoanistia?

Os ditadores que assumiram a presidência do país ainda são vistos, em especial dentro das Forças Armadas, como heróis do combate ao comunismo. Prova disso é a homenagem que prestou, em 2006, a turma de formandos da Escola Preparatória de Cadetes do Exército – que se intitulou *Presidente Emílio Garrastazu Médici*, e o celebrou como patrono. Que ensinamentos tiveram esses alunos sobre as práticas criminosas do ditador para escolher seu nome? Em nota, o Exército

¹ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <<http://www.sedh.gov.br>>.

afirmou que a escolha do nome foi uma decisão da turma de formandos e respeitada de acordo com a prática e a efetivação dos valores democráticos vigentes e cultuados pelo Exército brasileiro – ou seja, a escolha refletiu a mentalidade do comando, e não dos alunos.

Ficam as perguntas... O Exército mudou? O que aprenderam esses jovens? O que farão nos próximos 45 anos, quando acharem que a Pátria está ameaçada? Vão decepar cabeças, como fez o herói que o Exército lhes ensinou a cultuar?

Não há notícia de que qualquer medida tenha sido tomada pelo presidente da República ou pelo Ministério da Defesa para corrigir o conteúdo histórico transmitido aos alunos e coibir a mentira.

A tarefa dos familiares de mortos e desaparecidos políticos tem sido a referida por Spielberg – *lembrar, lembrar, lembrar...* – em uma luta constante pela Verdade e por Justiça. Não como uma reverência ao passado, mas para a construção do futuro – para que nunca mais aconteça!

É a impunidade dos crimes cometidos pela ditadura que inspira e alimenta os crimes hoje cometidos contra os movimentos sociais e contra os pobres e marginalizados. Assim foi com a morte do sem-terra Elton Brum, em 21 de agosto de 2009, durante ação policial para reintegração de posse da fazenda Southall, em São Gabriel/RS. Elton Brum foi morto com um tiro calibre 12 nas costas. Outras 13 pessoas ficaram feridas na ação de despejo de 550 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) executada por cerca de 300 policiais militares.

A primeira informação divulgada por notícia de rádio, transmitida pela Brigada Militar dizia que ele tinha morrido de *mal súbito*. O mesmo *mal súbito* que foi usado pela ditadura militar, em 1970, para justificar a morte de José Maria Ferreira de Araújo, marinheiro assassinado e desaparecido político. Passados 39 anos, felizmente, nossa

democracia permitiu que, em questão de minutos, a falsa versão oficial da morte de Elton Brum fosse desmentida – ele morrera alvejado pelas costas por integrante da Brigada Militar. Já o marinheiro José Maria até hoje não se sabe em que circunstâncias foi morto, nem onde foi parar seu corpo.

Em 1994, o deputado Marcos Rolim², em discurso proferido por ocasião dos 30 anos do golpe militar de 1964 afirmou da tribuna desta Casa:

[...] Inventando evasivas, alegando compromissos urgentes e inadiáveis, muitos ainda se recusam a sentar nesta mesa política onde se serve o prato triturado e amargo do balanço histórico e cobram-se as necessárias atitudes de justiça. Precisamos voltar os olhos para o futuro, chegam a dizer certos senhores com o cinismo habitual. A pergunta, então, poderia ser: em que museu de nosso país estão expostos o pau-de-arara, o choque elétrico, o magneto de telefone, a prancha, a cadeira-do-dragão, o pênis de boi, a luz intensa, o amoníaco, a injeção de éter, o torniquete, os socos, os pontapés, os alicates, as roldanas? Quantos destes instrumentos encontram-se, ainda, em nossas delegacias e presídios? Estamos mesmo a falar do passado ou, sinceramente, de futuros diferentes e possíveis? [...] Lembrar os 30 anos do golpe militar seria mesmo chover no molhado; seria chover no molhado se o molhado não fosse sangue [...].

² Discurso proferido pelo deputado Marcos Rolim na tribuna da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, no dia 31 de março de 1999. Íntegra em "Discursos", sob o título "Seria chover no m olhado se o molhado não fosse sangue". Disponível em: <<http://www.rolim.com.br>>.

O funcionamento dos órgãos de segurança

O Conselho de Segurança Nacional, presidido pelos generais presidentes da República e tendo como secretário geral o chefe da Casa Militar da Presidência, coordenava a política de atuação dos organismos repressivos. Seu braço central era o Serviço Nacional de Informações (SNI). Cada uma das três Armas possuía seus próprios sustentáculos: o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), além das segundas seções de cada uma delas destinadas, em princípio, à ação repressiva dentro de suas fileiras, mas, na prática, assumindo funções repressivas aos movimentos sociais e aos cidadãos e diretamente vinculadas ao SNI.

A decretação do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, sepultou definitivamente qualquer tentativa de clamor popular, concedendo ao governo militar poderes praticamente absolutos. Em ato complementar editado na mesma data, a ditadura fechou o Congresso Nacional, passando não só a legislar como também a utilizar-se sistematicamente da censura na imprensa e em todas as manifestações artísticas.

Foi, então, criada a Operação Bandeirante (OBAN), para o fim específico de combate à chamada subversão, sendo financiada pelas principais multinacionais – *General Motors*, *Ford*, Grupo Ultra, Camargo Corrêa, entre outras.

Ao mesmo tempo, a Junta Militar que então governava o país adotou as penas de morte e banimento, recrudesceu as penas previstas na Lei de Segurança Nacional (LSN) e preparou o sangrento mandato de Emílio Garrastazu Médici, quando a tortura e os assassinatos passaram a

ser mera rotina, e os desaparecimentos políticos um método de eliminação das pessoas – de sua vida e de sua luta –, como se não assumindo a morte, fosse possível desaparecer com a história de cada um dos combatentes assassinados.

Oficiosamente, a OBAN, composta por efetivos do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal, Polícia Civil, passou a comandar a luta contra os opositores do regime. Seu sucesso, advindo principalmente da impunidade quanto aos atos cometidos, inspirou o Conselho de Segurança Nacional a criar, no início de 1970, o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), sob o comando do Exército, ao qual passaram a ser subordinados os organismos repressivos das outras armas, a Polícia Federal e as polícias estaduais. Junto a cada CODI foi estruturado um organismo operativo – Destacamento de Operações de Informações (DOI). Os DOI-CODIs, sob o comando de coronéis ou majores do Exército, passaram, então, a coordenar o esquema repressivo.

No âmbito estadual, vinculados aos governos estaduais através das secretarias de Segurança Pública, comandadas normalmente por oficiais superiores do Exército, funcionavam também os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), compostos por policiais civis. Suas atuações foram mais ou menos efetivas nos estados onde não foram estruturados os DOI-CODIs.

Enquanto isso, cada organismo – CIE, CISA, DOPS, CENIMAR, Polícia Federal – continuava a ter operações próprias, muitas vezes concorrendo entre si na busca de mostrar melhores resultados. Todos investigavam, prendiam e torturavam. Muitos matavam e faziam desaparecer, utilizando-se de intensa teia que envolvia os institutos médicos legais (IMLs), os institutos de criminalística, os cemitérios e outros órgãos.

A legislação brasileira previa a pena de morte, mas a ditadura militar, ao invés de condenar judicialmente à pena máxima, optou por matar na ilegalidade.

Como eram as torturas: modos e instrumentos

O *Projeto Brasil: Nunca Mais*, coordenado pela Arquidiocese de São Paulo, envolveu o exame dos processos políticos arquivados no Supremo Tribunal Militar que tramitaram na justiça entre abril de 1964 e março de 1979. Mais de um milhão de páginas, reunidas em 707 processos completos e dezenas de outros incompletos trouxeram à luz as denúncias de torturas, mortes e desaparecimentos feitas pelos presos políticos nas sessões de julgamento nas auditorias militares, e a realidade de funcionamento da Justiça Militar brasileira como braço repressivo da ditadura. Reunidos em 12 volumes, dos quais foram tiradas apenas 24 cópias, os volumes do Projeto não são de domínio público³. O volume I, Tomo V do *Projeto Brasil: Nunca Mais*⁴ registra, às fls. 72 e 73, diversos tipos de tortura, extraídos dos depoimentos dos presos políticos contidos nos processos examinados (ver Anexo I, no final deste texto).

As sínteses de tais métodos de tortura foram resumidas em documento enviado pelos 35 presos políticos então recolhidos ao Presídio de Justiça Militar Federal de São Paulo – conhecido como Presídio do Barro Branco –, ao presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em 23 de outubro de 1975. O documento foi feito em resposta a declarações de que não havia

³ A coleção de 12 volumes do *Projeto Brasil: Nunca Mais*, recebida pelo Comitê Brasileiro pela Anistia do Rio Grande do Sul (CBA/RS), foi doada para a Biblioteca da Assembleia Legislativa, onde pode ser consultada.

⁴ Retirado do *Projeto Brasil: Nunca Mais*. Tomo V. Volume I: A Tortura. Fls. 72 e 73.

"especificações objetivas" por parte de pessoas presas irregularmente ou de arbitrariedades policiais. Os presos abordaram a descrição dos métodos e instrumentos de tortura utilizados pelos órgãos repressivos, os nomes de torturadores e agentes envolvidos, as irregularidades jurídicas que dominavam os processos contra eles, e narraram casos de mortos ou mutilados pelas torturas. Seus testemunhos são a nossa verdadeira Memória.⁵

[...] A 'sala de interrogatório' é revestida com material isolante, forma de tentar impedir que os gritos dos presos torturados se propaguem e cheguem aos ouvidos da vizinhança. Na sala, espalhados pelo chão, encontram-se cavaletes, cordas, fios elétricos, ripas de madeira, mangueiras de borracha, etc., enfim todos os instrumentos usados na tortura.

Descreveremos, a seguir, os principais métodos e instrumentos de tortura empregados nos órgãos repressivos. Começaremos por aqueles que experimentamos em nossa própria carne:

Pau-de-arara: Também conhecido por "cambão", é um dos mais antigos métodos de tortura. Aplicado já nos tempos da escravidão para castigar escravos rebeldes, consiste em amarrar punhos e pés do torturado já despido, e sentado no chão, forçando-o a dobrar os joelhos e a envolvê-los com os braços; em seguida, passar uma barra de ferro de lado a lado – perpendicularmente ao eixo longitudinal do corpo – por um estreito vão formado entre os joelhos fletidos e

⁵ A íntegra do documento está publicada no volume II dos anais da Comissão Mista sobre Anistia do Congresso Nacional, presidida pelo senador Teotônio Vilela, fl. 500. Assinaram o documento os presos políticos: Alberto Henrique Becker, Altino Rodrigues Dantas Jr., André Tsutomu Ota, Antonio André Camargo Guerra, Antonio Neto Barbosa, Ariston de Oliveira Lucena, Antonio Pinheiro Salles, Artur Machado Scavone, Aton Fon Filho, Carlos Vitor Alves Delamonica, Celso Antunes Horta, César Augusto Teles, Diógenes Sobrosa de Souza, Elio Cabral de Souza, Fabio Oscar Marengo dos Santos, Francisco Carlos de Andrade, Francisco Gomes da Silva, Gilberto Luciano Beloque, Gregório Mendonça, Hamilton Pereira da Silva, Jair Borin, Jesus Paredes Soto, José Carlos Giannini, José Genuíno Neto, Luiz Vergatti, Manoel Cyrillo de Oliveira Netto, Manoel Porfírio de Souza, Nei Jansen Ferreira Jr., Osvaldo Rocha, Ozeas Duarte de Oliveira, Paulo de Tarso Vannuchi, Paulo Radtke, Pedro Rocha Filho, Reinaldo Morano Filho e Roberto Ribeiro Martins.

as dobras do cotovelo. A barra é suspensa e apoiada em dois cavaletes, ficando o preso dependurado. A posição provoca fortes e crescentes dores em todo o corpo, especialmente nos braços, pernas, costas e pescoço, ao que se soma o estrangulamento da circulação sangüínea nos membros superiores e inferiores. A aplicação do pau-de-arara é acompanhada sistematicamente de choques elétricos, afogamentos, queimadura com cigarro ou charutos e pancadas generalizadas, principalmente nas partes do corpo mais sensíveis, como órgãos genitais, etc. Esse tipo de tortura é responsável por deformações na espinha, nos joelhos, nas pernas, nas mãos e nos pés, além de outros problemas ósseos, musculares, neurológicos, etc. Durante o período em que se é vítima dessa tortura, fica-se impedido de andar e com as mãos e pés inchados, sintomas que permanecem geralmente por longo tempo (sendo isso, às vezes, o fator determinante no prolongamento da incomunicabilidade do preso, para que desapareçam os mais perceptíveis vestígios da violência de que foi vítima). É bom frisar, desde já, que a aplicação demorada do pau-de-arara tem sido causa de muitas mortes, particularmente quando se trata de cardíacos.

Choque elétrico: é a aplicação de descargas elétricas em várias partes do corpo do torturado, preferencialmente nas partes mais sensíveis, como por exemplo, no pênis e no ânus, amarrando-se um pólo no primeiro e introduzindo-se o outro no segundo; ou amarrando-se um pólo nos testículos e outro no ouvido; ou ainda nos dedos dos pés e mãos, na língua, etc. (quando se trata de presas políticas, os pólos costumam ser introduzidos na vagina e no ânus). Para conseguir as descargas, os torturadores utilizam-se de vários aparelhos: magneto (conhecido por maquininha na OBAN e maricota no DOPS-RS); telefone de campanha (em quartéis); aparelho de televisão (conhecido por 'Brigitte Bardot' no DEOPS-SP); microfone; pianola, aparelho que, dispondo de várias teclas, permite a variação controlada

da voltagem da corrente elétrica e ainda choque direto de tomada em corrente de 110 e até 220 volts. O choque queima as partes sensíveis do corpo e leva o torturado a convulsões. E é muito comum a vítima, recebendo as descargas, morder a língua, ferindo-a profundamente. Consta de compêndios médicos que o eletrochoque aplicado na cabeça provoca micro-hemorragias no cérebro, destruindo substância cerebral e diminuindo o patrimônio neurônico do cérebro. Com isso, no mínimo, provoca grandes distúrbios na memória e sensível diminuição da capacidade de pensar e, às vezes, amnésia definitiva. A aplicação intensa de choques já foi causa de morte de muitos presos políticos, particularmente quando portadores de afecções cardíacas.

Cadeira do dragão: é semelhante a uma cadeira elétrica. Constitui-se por uma poltrona de madeira, revestida com folhas de zinco. O torturado é sentado nu, tendo seus pulsos amarrados aos braços da cadeira, e as pernas forçadas para baixo e presas por uma trava. Ao ser ligada a corrente elétrica, os choques atingem todo o corpo, principalmente nádegas e testículos; as pernas se ferem batendo na trava que as prende. Além disso, há sevícias complementares: capacete elétrico (balde de metal enfiado na cabeça e onde se aplicam descargas elétricas); jogar água no corpo para aumentar a intensidade do choque; obrigar a comer sal, que além de agravar o choque, provoca intensa sede e faz arder a língua já cortada pelos dentes; tudo acompanhado de pancadas generalizadas.

Palmatória: é a utilização de uma haste de madeira, com perfurações na extremidade, que é arredondada. É usada de preferência na região da omoplata, na planta dos pés e palma das mãos, nádegas, etc., causando o rompimento de capilares sanguíneos e ocasionando derrames e inchaço, que impedem a vítima de caminhar e segurar qualquer coisa.

Afogamento: é um método de tortura cuja aplicação varia de um órgão repressivo para outro. Uma das formas mais comuns consiste em derramar-se água, ou uma mistura de água com querosene, ou amoníaco, ou outro líquido qualquer pelo nariz da vítima já pendurada de cabeça para baixo (como por exemplo, no pau-de-arara). Outra forma consiste em vedar as narinas e introduzir uma mangueira na boca, por onde é despejada a água. Outras formas, ainda, são: mergulhar a cabeça do preso em um tanque, tambor ou balde de água, forçando-lhe a nuca para baixo; 'pescaria', quando é amarrada uma longa corda por sob os braços do preso e este é lançado em um poço ou mesmo em rios ou lagoas, afrouxando-se e puxando-se a corda de tempo em tempo.

Telefone: consiste na aplicação de pancada com as mãos em concha nos dois ouvidos ao mesmo tempo. Esse método de tortura é responsável pelo rompimento de tímpanos de vários presos políticos, provocando, em alguns, casos de surdez permanente, em outros, labirintite, etc.

Sessão de karatê ou corredor polonês: o preso é colocado no centro de uma roda formada por vários torturadores, que aos gritos passam a agredi-lo com socos, pontapés, golpes de karatê, etc. Esse processo de tortura deixa muitas marcas e tem determinado o prolongamento da incomunicabilidade do torturado. Por vezes essa "sessão" se desenvolve com os torturadores usando pedaços de pau, ripas de madeira, cassetetes, mangueiras de borracha, vergalho de boi ou tiras de pneu.

Soro da verdade: para os órgãos repressivos, 'soro da verdade' é o nome que dão ao pentotal. O pentotal sódico é um sal de sódio do pentotal, isto é, um barbiturato (os barbitúricos e outros hipnóticos produzem um efeito progressivo, primeiro sedativo e, em seguida, de anestesia geral e, finalmente, de

depressão gradativa dos centros bulbares). Geralmente sua aplicação é feita com o torturado preso a uma cama ou maca, sendo-lhe a droga injetada por via endovenosa, gota a gota. É do nosso conhecimento que, em medicina, a utilização dessa droga se dá sob estrito controle, já que ela promove graves efeitos colaterais e até mesmo a morte no caso de doses excessivas.

Tamponamento com éter: consiste em aplicar uma espécie de compressa embebida em éter particularmente em partes sensíveis do corpo, como boca, nariz, ouvidos, pênis, etc., ou introduzir buchas de algodão, ou pano, também embebidas em éter no ânus do torturado, geralmente quando no pau-de-arara (no caso das presas políticas, as buchas são introduzidas também na vagina). A aplicação demorada e repetida dessas compressas e buchas provoca queimaduras, advindo daí muita dor.

Sufocamento: consiste em tapar a boca e o nariz do preso com pedaços de pano, algodão, etc., produzindo intensa sensação de asfixia e impedindo-o de gritar. Aplicado intermitentemente, o sufocamento provoca tonturas e desmaios do torturado.

Enforcamento: resume-se em apertar o pescoço do preso com tiras de pano ou pedaços de corda, provocando sensação de asfixia, desmaios, etc.

Crucificação: embora conhecido por tal nome, na verdade este método consiste em pendurar a vítima pelas mãos ou pés amarrados, em ganchos presos no teto ou em escadas, deixando-a pendurada e aplicando-lhe choques elétricos, palmatórias e outras torturas usuais.

Furar poço de petróleo: o torturado é obrigado a colocar a ponta de um dedo da mão no chão e correr em círculos, sem mexer o dedo, até cair exausto. Isso ocorre sob pancadas, pontapés e todo tipo de violência.

Latas: consiste em obrigar o torturado a equilibrar-se com os pés descalços sobre as bordas cortantes de duas latas abertas, geralmente do tipo daquelas utilizadas para a comercialização de leite condensado. Por vezes, isto é feito até os pés sangrarem. Quando a vítima se desequilibra e cai, intensificam-se os espancamentos.

Geladeira: o preso é confinado em uma cela de aproximadamente 1,5m por 1,5m e de altura baixa, de forma a impedir que se fique de pé. A porta interna é de metal e as paredes são forradas com placas isolantes. Não há orifício por onde penetre luz ou som externo. Um sistema de refrigeração alterna temperaturas baixas com temperaturas altas fornecidas por outro, de aquecimento. A cela fica totalmente escura na maior parte do tempo. No teto, acendem-se, às vezes, em ritmo rápido e intermitente, pequenas luzes coloridas, ao mesmo tempo em que um alto-falante instalado dentro da cela emite sons de gritos, buzinas e outros, em altíssimo volume. A vítima, despida, permanece aí por períodos que variam de horas até dias, muitas vezes sem qualquer alimentação ou água.

Outras formas de tortura: além das já descritas, muitas outras formas de tortura foram utilizadas contra nós. Eis algumas: queimar com cigarros nádegas e saco escrotal do torturado (quando se trata de presas, queimam-se principalmente os seios); arrancar com alicate pelos do corpo, particularmente os pelos pubianos; obrigar o torturado que se encontra com sede – às vezes provocada pela ingestão de sal – a beber salmoura; introduzir buchas de aço no ânus e nelas aplicar descargas elétricas; vestir o preso em camisa de força e obrigá-lo a permanecer durante horas algemado ou amarrado em camas ou macas ou ainda mantê-lo por muitos dias com os olhos vedados ou com um capuz na cabeça; amarrar fio de nylon entre os testículos e os dedos dos pés e obrigar a vítima a caminhar; manter o preso sem comer, sem beber e sem dormir por vários dias, confinando-o por longos períodos em celas fortes

(também chamadas de 'cofre', que são pequenos cubículos sem janela e sem ventilação); acender refletores de luz muito intensa, fazendo-a incidir nos olhos da vítima.

[...]

Além de todos os métodos e instrumentos de tortura até aqui descritos, e que conhecemos na própria carne, ainda há outros a citar. Quanto a estes, embora não sofridos diretamente por nós, somos testemunhas presenciais de sua aplicação em outros presos políticos e mesmo convivemos com companheiros de cárcere que sofreram, além de possuímos informações seguras de sua utilização em outros presos políticos. São eles:

Coroa de cristo: consiste basicamente de uma fita de aço que envolve o crânio e possui uma tarraxa com dispositivo para ir apertando.

Injeção de éter: é a aplicação de injeções subcutâneas de éter, o que provoca dores lancinantes. Normalmente esse método de tortura ocasiona o necrosamento dos tecidos atingidos, cuja extensão depende da área atingida pelo éter.

Churrasquinho: consiste em molhar com álcool algumas partes do corpo e atear-lhe fogo em seguida;

Violação sexual: são inúmeros os casos de presas políticas violentadas pelos torturadores, geralmente aproveitando-se de momentos em que as vítimas estão desfalecidas.

Outras torturas: introdução de cassetetes ou objetos semelhantes no ânus dos torturados (nos casos das mulheres, também na vagina); puxar com alicate o bico dos seios das presas políticas, etc. [...].

Os 35 presos listaram no documento 233 torturadores, muitos identificados apenas por codinomes – nenhum dos torturadores foi punido e alguns ainda exercem função pública.

Punição aos torturadores

A Lei nº 6.683, sancionada pelo último dos ditadores militares, João Baptista Figueiredo, no dia 28 de agosto de 1979, concedeu anistia aos que *cometeram crimes políticos ou conexos com estes*, excetuando-se dos *benefícios da anistia os que foram condenados por prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal*.

A vontade dos militares era excluir os que participaram da luta armada, e a consequência foi que os presos já condenados – todos participantes da luta armada contra a ditadura – não foram atingidos. Estes não saíram das prisões pela anistia, mas sim em função da reformulação da Lei de Segurança Nacional, que atenuou as penas, cumprindo liberdade condicional por muitos anos.

A anistia da ditadura foi parcial e restrita. Por isso, foi concedida individualmente. O governo militar divulgou, por meio de apresentação de listas, os nomes das pessoas anistiadas no Diário Oficial da União – algumas reproduzidas em jornais da grande imprensa. Foi rigoroso o controle sobre os efeitos da lei de modo a não perder o pleno domínio sobre aqueles que não deveriam ser anistiados. Não havia como se fazer uma autodeclaração de anistia – era necessário que a Justiça Militar se pronunciasse, e esta o fazia individual e nominalmente.

Assim é que foi concedida anistia àquelas pessoas processadas formalmente pela Justiça Militar, enquadradas na Lei de Segurança

Nacional. Aquelas cuja prisão não chegou a ser oficializada pelos militares, não foram anistiadas, apesar de terem sido sequestradas, presas – clandestinamente ou não –, torturadas, perseguidas e intimidadas pelos agentes policiais.

Há, no entanto, uma interpretação da lei que passou a ser quase um dogma: a de que os torturadores no Brasil teriam sido anistiados, o que não corresponde ao texto da lei. É verdade sim que os militares que permitiram a aprovação da lei tiveram essa intenção, mas isso não foi colocado no papel. Não obstante a lei ter sido editada sob a vigência da ditadura militar, os crimes praticados pelos agentes estatais foram tão bárbaros que não houve condições políticas para anistiá-los. A descrição das torturas não deixa dúvidas da bestialidade dos criminosos, que agiam em nome do Estado.

A interpretação política da lei é que foi manipulada, de modo que, ao anistiar aquelas pessoas que cometeram *crimes conexos*, estendeu-se de maneira arbitrária a ideia de que a anistia abrangia os crimes dos torturadores, o que não é verdade. Os torturadores não foram processados, tão pouco condenados e, portanto, não foram anistiados. Muitos deles não eram nem ao menos conhecidos, e até hoje não o são, pois continuam ocultos sob o uso de codinomes. Mas todos passaram a ser considerados pela mídia, por políticos e pelo próprio Judiciário como se tivessem recebido o benefício da anistia. Plantou-se a ideia de anistia recíproca, que surgiu nos porões da ditadura, fez parte do discurso oficial dos ditadores e repercutiu até os dias de hoje.

Em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, em 18 de dezembro de 1992, sob o título "Crimes sem Anistia" e reproduzido no livro *Mortos e Desaparecidos Políticos: Reparação ou Impunidade?*,⁶ organizado por Janaína Teles, o jurista Dalmo de Abreu Dallari afirma:

⁶ TELES, Janaína (org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

[...] Sob pretexto de interesse da segurança nacional, praticou-se a tortura mais covarde e desumana, escondendo-se os torturadores sob máscaras e apelidos, símbolos denunciadores de seu medo e de sua covardia.

Vítimas absolutamente indefesas foram entregues a torturadores profissionais, que agiam superprotegidos por homens armados e pelo mascaramento de sua identidade, além de gozarem da proteção de militares, políticos e agentes públicos intolerantes e sem barreiras morais. Empresários sem escrúpulos enriqueceram o cenário, fornecendo dinheiro para que fossem comprados os mais sofisticados instrumentos de tortura. Interpretando todo esse apoio como garantia de impunidade, alguns torturadores foram mais longe e mataram suas vítimas.

Agora vivemos numa situação nova. Estão recuperadas no Brasil a liberdade de expressão e a possibilidade de responsabilizar juridicamente todos os criminosos. E começa a ser revelada a identidade dos torturadores. É tempo de considerar a validade e o alcance da anistia concedida em 1979, que vem sendo invocada como obstáculo para sua punição.

Um ponto, desde logo, pode ser deixado absolutamente claro: os torturadores homicidas, aqueles que mataram suas vítimas, nunca foram anistiados, não podendo se esconder atrás da Lei da Anistia para fugir à punição. A própria Constituição impedia que eles fossem anistiados.

Com efeito, a Lei da Anistia, lei 6.683, de 28 de agosto de 1979, foi editada quando vigorava, no Brasil, formalmente, a Constituição de 1967, com a nova redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº 1, de

1969. Essa Constituição estabelecia expressamente, no artigo 153, que os crimes dolosos, intencionais, contra a vida seriam julgados pelo Tribunal do Júri.

É ponto pacífico, entre os doutrinadores e na jurisprudência dos tribunais, que não tem validade jurídica uma disposição de lei que contrarie a Constituição. A anistia de 1979 foi concedida por meio de lei ordinária, segundo a qual não seriam punidos os que tivessem cometido crimes políticos ou conexos com este.

Sem necessidade de maiores considerações ou de análise aprofundada, pode-se afirmar, desde logo, que os dispositivos da Lei da Anistia não podem prevalecer contra a Constituição. Como existia norma constitucional determinando que os crimes dolosos contra a vida fossem submetidos ao Tribunal do Júri, uma lei ordinária não poderia tirar desse Tribunal a competência para o julgamento desses crimes.

Os torturadores que mataram suas vítimas cometeram homicídio, que é crime doloso contra a vida. Eles não foram obrigados a torturar e, muitas vezes, por vontade própria, impuseram às vítimas um sofrimento que, por natureza e intensidade, levaria à morte qualquer pessoa normal. Além disso, os torturadores eram servidores públicos civis ou militares que agiam profissionalmente, mediante remuneração, não podendo alegar objetivos políticos. O crime por eles praticado é autônomo em relação ao crime político praticado pelos dirigentes. Se algum deles quiser sustentar que agiu sob coação deverá esclarecer quem deu a ordem para que torturassem, e o Tribunal do Júri decidirá se a prova dessa alegação é convincente.

Os torturadores homicidas, e possivelmente outros, nunca foram anistiados. Agora existem condições para que eles sejam submetidos a julgamento público e imparcial, com a garantia de que não serão torturados para confessar e de que terão plenamente assegurado o direito de defesa. É hora de fazer justiça [...].⁷

Tantos anos se passaram e a atualidade desse artigo é impressionante. O Brasil ainda titubeia no seu caminhar...

A leitura distorcida da lei passou a fazer parte do cotidiano político brasileiro, tomando conta da opinião pública. Juristas renomados, políticos da oposição e até mesmo beneficiados pelo instituto da anistia passaram a acreditar no absurdo e difundi-lo. E se deixaram imobilizar diante do medo e da intimidação de que estariam apostando no retrocesso político se denunciassem a presença de torturadores nos postos de mando, se exigissem a punição dos torturadores ou se fizessem a simples denúncia da existência de torturadores. Não se podia – e ainda hoje não se pode – denunciar a presença de torturadores em cargos públicos, que logo vozes poderosas aparecem invocando a anistia para não tratar do assunto, ou o que é pior, para deixar como está: torturadores ocupando postos importantes. Qualquer interpretação distinta da *anistia recíproca* provoca pânico, sendo considerada grave ameaça aos avanços democráticos. Ainda hoje são tachados de revanchistas os que exigem a investigação dos crimes e a punição dos culpados.

A anistia foi parcial para dividir os brasileiros, colocando-os em dois campos: os que mereciam perdão e os que deveriam ser eternamente condenados. Mas foi, sem dúvida, uma conquista e uma grande vitória

⁷ DALLARI, Dalmo de Abreu. Crimes sem anistia. In: TELES, Janaína (org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. p. 31-33.

das forças populares. A campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita foi o primeiro movimento nacional e unificado contra a ditadura militar e representou a maior frente política de caráter progressista da história brasileira. Trouxe exilados, banidos e perseguidos de volta para o convívio familiar e social e devolveu a liberdade à maioria dos presos políticos. A sociedade brasileira revigorou-se para conquistar uma constituinte livre e soberana e elaborar uma carta constitucional sob a égide de princípios democráticos.

Ao mesmo tempo, a promulgação da lei da anistia marcou, para os familiares dos mortos e desaparecidos, a perda definitiva de seus parentes. A anistia conquistada trouxe ao país os presos políticos, exilados e clandestinos, mas os mortos e desaparecidos não voltaram sequer na forma de um atestado de óbito.

A luta dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos: breve histórico

A luta dos familiares iniciou-se ainda na primeira metade dos anos 70, e se estende até os dias de hoje. Os grupos de familiares, em diferentes estados, começaram a se organizar para denunciar não somente as mortes e desaparecimentos, mas também as torturas e as péssimas condições pelas quais passavam os presos políticos.

Essa atuação tornou-se mais intensa quando cresceu o número de desaparecidos, a partir do final do ano de 1973 e durante o ano de 1974, quando não houve vítimas oficiais – todos foram desaparecidos.

Muitos dos familiares – os pais em especial – que foram precursores dessa luta, morreram sem respostas. Aos que a iniciaram e ainda vivem na busca dos seus desaparecidos, já com mais de 80 ou 90

anos, dedicamos todos os dias de nossa perversa batalha: Maria Augusta de Oliveira, mulher de Davi Capistrano da Costa; Felícia Mardini de Oliveira, mãe de Ísis Dias de Oliveira; Elzita Santa Cruz Oliveira, mãe de Fernando Santa Cruz Oliveira.

Desgastada politicamente e alarmada com a caótica situação de sua política econômica, a ditadura se lançou em uma chamada *abertura democrática* sob os auspícios do então presidente, general Ernesto Geisel. Dizia Geisel que não havia mais repressão política, porque dizimada estava a chamada subversão⁸. Em consequência, todos os presos assassinados durante o ano de 1974 e até julho de 1975 foram desaparecidos. Geisel, que por total desconhecimento de quem o faz, muitas vezes ainda é tratado como o responsável pela abertura política, acabou com as versões oficiais de suicídios, atropelamentos e tiroteios para as mortes ocorridas: do final de 1973 a julho de 1975, desapareceram, sob as ordens do presidente Geisel, cerca de 80 presos políticos. Essa era a ordem do general presidente: matar sem deixar vestígios.⁹

No Congresso Nacional, durante a votação do projeto de anistia, que concedia um atestado de morte presumida aos familiares dos desaparecidos, foi denunciada a descoberta do corpo de Luiz Eurico Tejera Lisbôa, enterrado com nome falso no Cemitério Don Bosco, em Perus, na periferia de São Paulo. Foi o primeiro desaparecido a ser localizado. Em 1982, seus restos foram trasladados para Porto Alegre, onde foi sepultado, após homenagem no Plenarinho da Assembleia Legislativa. A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH/RS), criada em junho de 1980 pelo Parlamento gaúcho e

⁸ COMISSÃO de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos; Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 22.

⁹ RIBEIRO JR., Amaury. A ordem é matar. Istoé, São Paulo, 24 mar. 2004. Também disponível em: <http://www.terra.com.br/istoe/1798/brasil/1798_especial_a_ordem_e_matar.htm>.

pioneira nos parlamentos do país, foi responsável pelo ato; assim, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul foi a primeira casa legislativa a receber os ossos e homenagear um guerrilheiro.

Em abril de 1995, durante visita à CCDH/RS, o secretário-geral da Anistia Internacional Pierre Sané cobrou publicamente uma posição do governo brasileiro com relação aos desaparecidos. A partir de então, com a pressão e o apoio de outras entidades internacionais, o governo federal encarregou José Gregori de redigir um projeto de lei.

O governo anunciava que iria tratar da questão dos desaparecimentos políticos somente e ninguém acreditava que fosse possível ir além. Políticos e parlamentares aconselhavam os familiares a terem cautela nos protestos, sob pena de nada conseguirem.

Persistentes, os familiares se reuniram com José Gregori, graças à intermediação de Belisário dos Santos Jr., então secretário de Justiça de São Paulo. Convencido e comovido com os relatos e o posicionamento dos familiares, José Gregori se comprometeu a abranger também os nomes dos oficialmente assassinados.

Apresentado o projeto para votação em caráter de urgência, sem a possibilidade de emendas, foi promulgada, em 5 de dezembro, a Lei 9.140, quando o governo federal finalmente reconheceu a morte de 136 desaparecidos políticos e criou uma comissão¹⁰ para exame de outros casos. Seguiu-se a Lei 10.536, em 2002, que ampliava o prazo de abrangência para corrigir o fato de terem ficado de fora da lei anterior, desaparecidos argentinos no Brasil em 1980; e a Lei 10.785, em 2003, que ampliou os critérios de abrangência, incluindo os mortos em manifestações públicas, mortes em supostos conflitos armados, mortes em supostos suicídios, mortes em decorrência das torturas.

¹⁰ A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

As reivindicações dos familiares não foram atendidas pela Lei 9.140 e seguintes, e continuam as mesmas desde o início da luta: o esclarecimento circunstancial das mortes e desaparecimentos, a localização, identificação e entrega dos restos mortais e a punição dos responsáveis.

As principais críticas dos familiares à Lei de 1995 persistem:

- eximiu o Estado da obrigação de identificar e responsabilizar os agentes que estiveram envolvidos com a prática da tortura, morte e desaparecimento de opositores ao regime ditatorial;

- não responsabilizou o Estado pela apuração das circunstâncias das mortes e desaparecimentos, cabendo aos familiares o ônus da comprovação das denúncias apresentadas. Com isso, os atestados de óbito dos desaparecidos fornecidos aos familiares são como um escárnio: os cartórios atestaram que, de acordo com a lei, o desaparecido está morto – sem data, sem local, sem *causa mortis*;

- não obrigou o Estado a proceder à localização dos corpos dos desaparecidos, somente agindo frente a indícios apresentados pelos familiares.

- a exigência de que o requerimento fosse apresentado apenas pelos familiares, tratando a questão dos mortos e desaparecidos unicamente como uma 'questão familiar' e não como um dever do Estado e direito de toda a sociedade.

Após muitas tentativas de ampliar o projeto de lei sem sucesso, os familiares aceitaram participar da Comissão, deixando claro que a luta não se encerrava com a lei.

Foi uma tarefa insana! Aos familiares coube a árdua, extenuante e desesperadora tarefa de buscar, nos poucos arquivos a que tiveram acesso, as provas para contestar as versões de suicídios, atropelamentos e tiroteios. Solitariamente, os familiares analisaram documentos, laudos periciais e necroscópicos, tentando extrair, com lentes e lupas, as marcas de tortura nos rostos crispados pela morte, assumindo, enfim, o estranho e fundamental papel de reescrever a história.

Aí residiu a maior conquista advinda da Lei 9.140: os familiares provaram, com documentos, testemunhos e laudos – por mais de 130 vezes conforme votação da maioria dos membros da Comissão – que a ditadura militar mentira ao divulgar suas versões oficiais para encobrir as mortes sob tortura.

Todas essas questões, que durante anos ficaram submersas, sufocadas sob a pecha da morbidez e o pretexto de evitar discursos revanchistas são, na realidade, fatores determinantes para que a impunidade e a violência sejam, hoje, marca registrada de um país que convive com o extermínio oficial e anônimo de marginalizados e um cotidiano com tortura.

A busca de corpos

Vala de Perus (São Paulo)

No dia 4 de setembro de 1990, foi aberta a vala de Perus, localizada no cemitério Dom Bosco, na periferia da cidade de São Paulo.

A abertura da vala se deveu ao trabalho do repórter Caco Barcelos, que preparava um programa para a Rede Globo sobre o assunto.

Na vala, foram encontradas 1.049 ossadas de indigentes. De acordo com as pesquisas feitas pelos familiares de mortos e desaparecidos políticos, seis presos políticos deveriam estar enterrados nesta vala: Dênis Casemiro e seu irmão, Dimas Antônio Casemiro, Flávio Carvalho Molina, Francisco José de Oliveira, Frederico Eduardo Mayr e Grenaldo de Jesus da Silva, assassinados em 1971 e 1972. O programa feito por Caco Barcelos foi censurado pela Rede Globo e somente exibido em 1995, quando o governo federal encaminhou o assunto para o Congresso Nacional. Entre 17 de setembro de 1990 e maio de 1991 instalou-se na Câmara Municipal de São Paulo uma CPI para investigar as irregularidades da vala de Perus.¹¹

O Cemitério Dom Bosco foi construído pela Prefeitura de São Paulo em 1971, quando era prefeito Paulo Salim Maluf, e, desde o início, passou a receber cadáveres de pessoas não-identificadas, indigentes e vítimas da repressão política. Fazia parte de seu projeto original a implantação de um crematório, o que causou estranheza e suspeitas até da própria empreiteira chamada a construí-lo. Este projeto de cremação dos cadáveres de indigentes, do qual só se tem notícia através da memória dos sepultadores, foi abandonado em 1976.

Os familiares tiveram conhecimento da existência da vala em 1979, mas nada pôde ser feito para investigação da vala comum, devido à repressão política vigente no país e à total falta de apoio político. Somente em 1990, com a investigação de Caco Barcellos sobre a violência policial,¹² feita também nos laudos necroscópicos do IML/SP, foi aberta a vala clandestina, fato que alcançou grande repercussão na imprensa e fez

¹¹ Relatório Final da CPI na Câmara Municipal de São Paulo que investigou a Vala de Perus. Disponível em: <<http://www.desaparecidospoliticos.org.br>>.

¹² Caco Barcellos trabalhava na elaboração do livro *Rota 66 – a história da polícia que mata*.

com que, pela primeira vez, os familiares tivessem o apoio de uma autoridade constituída para investigar os fatos: a prefeita Luiza Erundina, que criou a Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus, integrada, dentre outros, por representantes da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, os quais, por sua vez, solicitaram que as ossadas fossem transferidas para o Departamento de Medicina Legal da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)¹³. Entre 17 de setembro de 1990 e maio de 1991, instalou-se na Câmara Municipal de São Paulo uma CPI para investigar as irregularidades da vala de Perus.

Em 1992, obtiveram-se duas identificações de ossadas da vala clandestina: Dênis Casemiro, trasladado para Votuporanga (SP), e Frederico Eduardo Mayr, trasladado para o Rio de Janeiro.

O trabalho da Comissão estendeu-se para outros cemitérios e alguns outros guerrilheiros que haviam sido enterrados com nomes falsos puderam ter seus corpos resgatados, identificados e entregues aos familiares para sepultura.

Do Cemitério de Perus foram resgatados Hélber José Gomes Goulart e Antônio Carlos Bicalho Lana, trasladados para Minas Gerais, e a gaúcha Sônia Maria de Moraes Angel Jones, trasladada para o Rio de Janeiro. Flávio de Carvalho Molina foi somente identificado e trasladado para o Rio de Janeiro em 2005, graças à interferência do Ministério Público Federal de São Paulo, após longos 15 anos de tentativas frustradas e do descaso criminoso da Unicamp.

Foi também identificado Luis José da Cunha, o comandante Crioulo, em 2007, trasladado para Recife. Seus restos haviam sido exumados em 1991 e o descaso da Unicamp retardou a identificação.

¹³ COMISSÃO de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos; Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. *Dossiê ditadura*, op. cit., p. 25.

No local onde se encontrava a vala, no Cemitério Dom Bosco, foi erguido um memorial, de autoria do arquiteto Ricardo Othake, inaugurado em 26 de agosto de 1993.

Unicamp perpetuou o crime

A partir de 1993, com o término do mandato da prefeita Luiza Erundina, passaram-se anos de evasivas e desinformação. A Unicamp nunca prestou contas do trabalho técnico que realizou nem tampouco do que recebeu financeiramente para tal.

Um ano depois, os familiares conseguiram que Fortunato Badan Palhares fosse substituído, mas o substituto também não cumpriu seu papel. Acionada, a Procuradoria da Unicamp tampouco se comprometia com a verdade dos fatos.

Somente em abril de 1997, os familiares receberam cópias do relatório "Projeto Perus", primeiro documento escrito e assinado pelo DML/Unicamp a respeito das ossadas – um documento evasivo e dedicado a elogiar o DML.

Em fevereiro de 1998, por determinação do governador de São Paulo, Mário Covas, foi criada uma Comissão Especial para sugerir as providências necessárias à conclusão dos trabalhos de identificação, presidida pelo médico legista Antenor Chicarino e composta por familiares e representantes das secretarias da Cultura e da Justiça do Estado de São Paulo.

A Comissão Especial, após realizar vistoria nas dependências da Unicamp, constatou e fotografou um crime: o vergonhoso acondicionamento das ossadas e o consequente comprometimento das

investigações – muitos sacos de ossos estavam abertos, sem identificação, jogados ao chão sujo de lama, e com pesados móveis por cima. A Unicamp, ao invés de preservar, vilipendiara!

Diante de tal descalabro, a Comissão indicou, dentre outras providências, a imediata transferência das ossadas para a Universidade de São Paulo (USP). Corria o ano de 1998, que terminou sem que a transferência se efetivasse.

Em março de 1999, o então secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo, Marco Vinícius Petroluzzi, comprometeu-se a dar uma resposta ao que tinha sido proposto um ano antes. O secretário pediu um prazo de 15 dias para inteirar-se do ocorrido, e nunca respondeu.

Somente em janeiro de 2001, após a interferência do Ministério Público Federal (MPF) de São Paulo, as ossadas em poder da Unicamp foram transferidas para o Cemitério do Araçá.

Uma representação do MPF foi encaminhada à Procuradoria da República em Campinas para averiguação de eventual improbidade administrativa por parte da Unicamp no que se refere às ossadas da Vala de Perus.

Cemitério de Campo Grande (São Paulo)

Em 1992 foi resgatado o corpo de Emanuel Bezerra dos Santos, trasladado de São Paulo para Natal. Em 2003, foi trasladado o corpo de Manoel Lisboa de Moura.

Cemitério de Vila Formosa (São Paulo)

Diversas buscas foram feitas durante a gestão da prefeita Luiza Erundina, buscando a localização das sepulturas dos desaparecidos José Maria Ferreira de Araújo, Antonio dos Três Reis de Oliveira e Virgílio Gomes da Silva, e dos militantes Antonio Raimundo Lucena, e da metalúrgica gaúcha Alceri Maria Gomes da Silva, assassinados em 1970. Os poucos registros referentes à localização exata das quadras de indigentes, além da plantação de um bosque sobre as quadras, impediram a localização.

Cemitério Ricardo de Albuquerque (Rio de Janeiro)

No Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1991, o Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM/RJ) obteve apoio para exumar 2.100 ossadas de uma vala clandestina do Cemitério Ricardo de Albuquerque. Graças às pesquisas iniciadas em 1990, o grupo confirmou que, naquele cemitério, foram enterrados como indigentes 14 corpos de mortos e desaparecidos.

Infelizmente, as ossadas, quando transferidas do ossário geral para a vala clandestina foram totalmente misturadas, formando um conjunto de cerca de 430 mil ossos, dentre os quais não se distingue sequer um esqueleto completo.

Os 14 presos políticos enterrados nesta vala são: Ramires Maranhão do Vale e Vitorino Alves Moitinho, desaparecidos; José Bartolomeu Rodrigues da Costa, José Silton Pinheiro, Ranúsia Alves Rodrigues, Almir Custódio de Lima, Getúlio de Oliveira Cabral, José Gomes Teixeira, José Raimundo da Costa, Lourdes Maria Wanderley

Pontes, Wilton Ferreira, Mário de Souza Prata e Luís Guilhaudini, todos assassinados sob tortura pelos órgãos de segurança.

Cemitério de Santo Amaro (Recife)

No cemitério de Santo Amaro, em Recife, Pernambuco, há os despojos dos mortos da conhecida "Chacina da Chácara São Bento", quando, em 1973, o delegado da polícia paulista, Sérgio Paranhos Fleury, guiado pelo agente policial infiltrado José Anselmo dos Santos, mataram sob tortura seis militantes da VPR: o marinheiro gaúcho Evaldo Luís Ferreira de Souza, Eudaldo Gomes da Silva, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva, Pauline Reichtul e Soledad Barret Viedma.

Não foi possível realizar as investigações na vala clandestina, pois as ossadas ali jogadas não estavam separadas em sacos plásticos, o que torna praticamente inviável o trabalho de investigação.

Escavações no Paraná

Em agosto de 2001, a Comissão Especial do Ministério da Justiça realizou escavações para a busca de restos mortais de militantes da VPR em Nova Aurora, no oeste do Paraná. A informação, dada por um ex-militar, dava conta que os corpos estariam enterrados em um antigo campo de aviação, distante cerca de quatro quilômetros da cidade. Nada foi encontrado.

Nova tentativa foi feita em 2005, a partir da pesquisa feita por Aluizio Palmar¹⁴, dessa vez no Parque do Iguaçu, também sem sucesso.

São desaparecidos no Paraná seis militantes que voltaram do exílio direto para a morte, levados para uma emboscada montada pelo agente policial infiltrado Alberi Vieira dos Santos: o ex-sargento Onofre Pinto, os irmãos Daniel José de Carvalho e Joel José de Carvalho, José Lavechia, Vitor Carlos Ramos e o argentino Enrique Ernesto Ruggia, com apenas 18 anos de idade.

Buscas no Araguaia

Cerca de metade dos desaparecidos políticos de que se tem denúncia foram sequestrados e mortos no sul do Pará durante a guerrilha do Araguaia, entre 1972 e 1974. Essa região compreende uma área de 6.500km², entre as cidades de São Domingos e São Geraldo, às margens do rio Araguaia. Havia, na região, uma população de aproximadamente 20 mil habitantes e nela atuaram 69 guerrilheiros militantes do PCdoB e cerca de 17 camponeses, que se integraram ao movimento.

Somente sobreviveram ao massacre os guerrilheiros aprisionados até dezembro de 1972 – a partir de então, todos foram desaparecidos.

Desde outubro de 1980, os familiares dos guerrilheiros mortos no Araguaia percorreram diversas vezes a região em busca de informações a respeito de cemitérios clandestinos, tendo resgatado dois corpos de guerrilheiros desaparecidos.

Em abril de 1991, os familiares do médico gaúcho João Carlos Haas Sobrinho, através da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, foram à região, acompanhados de advogados, deputados e outros familiares.

¹⁴ Sobre a emboscada e o assassinato dos seis militantes, Aluizio Palmar publicou o livro *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

Foram feitas escavações no cemitério de Xambioá, e retiradas duas ossadas: a de uma mulher jovem, envolta em tecido de paraquedas, e a outra de um homem idoso. Uma outra ossada exumada, que fora apontada como sendo a de João Carlos, e que tinha as mãos e pernas amarradas com cordas de nylon, foi abandonada pelo legista Fortunato Badan Palhares na mesma sepultura sem justificativa, apesar do inusitado do fato.

As duas ossadas foram levadas para o DML da Unicamp e sequer foram periciadas pelo legista, apesar da pressão exercida pelos familiares. Badan Palhares fizera uma escala em Brasília e, em entrevista para um canal de TV, declarara que o corpo de mulher certamente era de uma guerrilheira. Mas após seu encontro com Romeu Tuma, mudou a fala e a atitude: não examinou as ossadas e, mesmo sem qualquer perícia, afirmava ser de uma moça que vivia na região e fora morta porque não atendera à ordem de uma patrulha do Exército.

Somente em 1996, Palhares reconheceu que a ossada pertencia à guerrilheira desaparecida Maria Lucia Petit da Silva, quando fotos do seu corpo envolto em paraquedas, publicadas pelo jornal *O Globo*, não deixavam dúvidas de que era dela o corpo exumado e abandonado por ele.

A ossada referente ao homem idoso, negro, que poderia ser de Francisco Manoel Chaves, permanece sem identificação. Está depositada no columbário do Cemitério do Araçá, em São Paulo, junto com as ossadas da Vala de Perus que aguardam identificação. Além de não terem sido localizados seus familiares, a Marinha, em cujas fileiras Francisco Manoel ingressou quando era muito jovem, ainda não forneceu qualquer dado para sua identificação, apesar da solicitação formal que lhe foi enviada.

Em missão de busca no Araguaia promovida pela Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), em 1996, com a participação da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF), foi feita a exumação da ossada anteriormente exumada, deteriorada e abandonada por Badan Palhares em 1991 no Cemitério de Xambioá, e que fora apontada como sendo de João Carlos Haas.

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, aguardando uma confirmação científica, resistiu às pressões de alguns militantes e de setores que afirmavam não ter dúvidas de que aquele corpo seria do médico gaúcho, e que deveria ser entregue para sepultura. Exames de DNA somente foram conclusivos em 2004, feitos na Argentina, e atestaram a incompatibilidade com o DNA dos irmãos de Haas. Também foi negativo o DNA feito na mesma época com outras famílias de desaparecidos do Araguaia.

Em 2009, novos exames, agora realizados no Brasil, pelo Laboratório Genomic, que detém as informações do Banco de DNA feito pela SEDH¹⁵, foi identificada a ossada como sendo do guerrilheiro cearense Bérqson Gurjão Farias, o primeiro dos militantes a ser morto pelo Exército no Araguaia.

Também na reserva indígena de Sororó foi localizada uma cova com restos mortais na busca feita em 1996. Na cova, restavam somente alguns ossos de dois corpos que ali estiveram. Foram encontradas as pernas, ainda com os fios de nylon que amarraram em volta dos pares de meias, dentes e projéteis de arma de fogo. A ausência de crânios e o estado de deterioração desses ossos, entretanto, não permitiram, ainda, exame pericial para identificação. Apesar de não ser possível a identificação dos corpos, esperava-se que o Exército informasse quais foram os militantes

¹⁵ Em 2006, a SEDH atendeu antiga reivindicação dos familiares de mortos desaparecidos, com a criação do banco de DNA.

que foram mortos e enterrados dentro da reserva indígena, mas o silêncio ainda impera.

No total, em 1996, foram feitas escavações em oito locais apontados pelas pesquisas dos familiares: pátio do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), em Marabá; cemitério de Xambioá; local conhecido como Xambioazinho; Serra das Andorinhas; Fazenda Caçador; Fazenda Oito Barracas; Reserva Indígena de Sororó; Fazenda Brasil-Espanha.

Outras tentativas de resgate de corpos foram feitas nos anos seguintes pela CEMDP e pelo MPF, sem resultados concretos. A história da Guerrilha do Araguaia, entretanto, passou a ser desvendada através dos depoimentos tomados pelo MPF.

Ações na Justiça

Em 1982, familiares de desaparecidos políticos da Guerrilha do Araguaia ajuizaram ação contra a União para que fossem indicadas as sepulturas de seus familiares, lavrados os atestados de óbito e para que fosse apresentado relatório oficial do Ministério da Guerra acerca das atividades militares na região.

A ditadura militar contestou a ação, alegando não haver provas dos confrontos, e sequer da presença dos guerrilheiros, muito menos de suas mortes. Após 21 anos de recursos consecutivos da União, a juíza Solange Salgado proferiu memorável sentença em 2003, reconhecendo o direito dos familiares, determinando a quebra de sigilo das informações militares relativas a todas as operações realizadas no combate à Guerrilha do Araguaia, com prazo para que fosse informado o local de

sepultamento dos desaparecidos. Determinou, ainda, que fossem intimados a prestar depoimento todos os agentes militares que tivessem participado de quaisquer das operações, independentemente dos cargos ocupados à época.

Mas o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva decidiu recorrer da sentença. E a advocacia geral da União repetiu, em seu recurso, argumentos da ditadura militar. Em carta aberta ao presidente, os familiares manifestaram sua indignação e revolta. O governo criou uma Comissão Interministerial para tratar do assunto, desrespeitando a CEMDP, mas ela não cumpriu seus objetivos.

Sucessivos recursos da União protelaram a execução da sentença, que transitou em julgado em 2007. Passados mais outros dois anos, a sentença judicial ainda não foi executada.

Recurso à Comissão Internacional de Direitos Humanos

A morosidade do governo federal em responder às questões dos mortos e desaparecidos fez com que a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, *Human Rights Watch* e o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), em agosto de 2005, recorressem à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), pedindo o julgamento do governo pela detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de desaparecidos na região do Araguaia.

Após mais de uma década de espera por respostas das autoridades do País, e não vendo cumpridas suas recomendações, a

CIDH, em 26 de março de 2009 se declarou insatisfeita com as respostas do governo brasileiro e encaminhou a demanda para a Corte Interamericana de Direitos Humanos para julgamento, solicitando que seja determinada a responsabilidade internacional do Estado brasileiro por violações continuadas aos direitos humanos no País. Dentre outras, a Comissão pediu ao governo brasileiro que tomasse providências para identificar os responsáveis pelos desaparecimentos e para impedir que a Lei de Anistia prejudicasse o andamento dos processos na Justiça, além de recomendar a indenização dos familiares das vítimas, a admissão do papel do Estado nos desaparecimentos e aulas de direitos humanos aos militares.

Notificado, o Brasil tem até o dia 2 de novembro para apresentar sua defesa. O caso deverá começar a ser julgado no primeiro semestre do ano que vem. A possível condenação internacional fez com que o governo brasileiro organizasse uma midiática e onerosa expedição ao Araguaia, a cargo do Ministério da Defesa, que excluiu a participação dos familiares de mortos e desaparecidos e que encerrou os trabalhos deste ano sem qualquer resultado, com a promessa de retomar em 2010.

A Justiça declara: Carlos Alberto Brilhante Ustra é torturador

Em setembro de 2006 foi aceita uma ação inédita de responsabilização de um dos notórios torturadores brasileiros. O juiz da 23ª Vara Cível de São Paulo acolheu Ação Declaratória impetrada por Maria Amélia de Almeida Teles, Cesar Teles, seus filhos Janaína Teles e Edson Luís Teles, e Criméia Alice Schmidt de Almeida, que foram

sequestrados e torturados entre 1972 e 1973. A família assim procedeu por entender que o direito de acesso à Justiça, aquele que garante o cumprimento de todos os demais, é atributo fundamental da democracia. A ação requer o reconhecimento da ocorrência dos fatos e a responsabilização do réu, sem exigir indenização ou punição criminal.

Ações do Ministério Público Federal de São Paulo¹⁶

A participação efetiva dos procuradores Eugênia Augusta Gonzaga Fávero e Marlon Alberto Weichert, em especial, tem garantido conquistas e alimentado esperanças de Justiça.

Em 2008, os procuradores protocolaram representações nas Procuradorias da República nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e na Procuradoria da República no Município de Uruguaiana (RS), pedindo a abertura de procedimentos criminais contra autoridades responsáveis por crimes de assassinato e sequestro durante a ditadura.

Na Procuradoria da República no Município de Uruguaiana (RS) e na do Rio de Janeiro foram pedidos a instauração de procedimento criminal para apurar fatos relacionados à *Operação Condor*. Em Uruguaiana, o pedido é em relação ao sequestro de Lorenzo Ismael Viñas, cidadão ítalo-argentino, sequestrado em 26 de julho de 1980.

No Rio de Janeiro, os procuradores pediram a apuração do sequestro de Horácio Domingo Campiglia, cidadão ítalo-argentino, e Monica Susana Pinus de Binstock, cidadã argentina, ocorrido em 13 de março de 1980, no aeroporto do Galeão, na cidade do Rio de Janeiro, por autoridades públicas federais.

¹⁶ Ver Anexo II.

Em São Paulo, requereram a anulação de decisão judicial que extinguiu processo contra a União e o Estado de São Paulo por omissão na apuração da morte do operário Manoel Fiel Filho, em 1976, no DOI-CODI, em São Paulo.

E, em agosto de 2008, ajuizaram ação civil pública contra a União e os dois ex-comandantes do DOI-CODI do II Exército, em São Paulo, no período de 1970 e 1976, os militares hoje reformados Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Santos Maciel. Na ação, o MPF diz que o Exército é responsável por sigilo indevido de documentos do DOI-CODI de São Paulo e pede que ex-chefes do órgão sejam pessoalmente responsabilizados por tortura, mortes e desaparecimentos. Na ação, o MPF busca aplicar no Brasil conceitos já pacíficos no âmbito da Organização das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos em relação a autores de crimes contra a humanidade. A ação foi distribuída à 8ª Vara Federal Cível de São Paulo, sob o número 2008.61.00.011414-5. Nela, os seis procuradores e procuradoras da República que assinam a petição, requerem:

- O reconhecimento do dever das Forças Armadas de revelar o nome de todas as vítimas do DOI-CODI de São Paulo (não apenas de homicídio e desaparecimento, uma vez que o órgão deteve mais de 7.000 cidadãos), circunstâncias de suas prisões e demais atos de violência que sofreram, bem como tornar públicos todos os documentos relacionados ao funcionamento do órgão;
- A declaração de que Ustra e Maciel comandaram um centro de prisões ilegais, torturas, homicídios e desaparecimentos forçados no DOI-CODI de São Paulo;

- Que Ustra e Maciel sejam obrigados a reembolsar à União os custos das indenizações pagas na forma da lei 9.140/95 (lei de mortos e desaparecidos políticos) às famílias das 64 vítimas daquele destacamento durante a gestão dos demandados;
- Que ambos sejam condenados a não mais exercerem qualquer função pública.

A ação é cível e não implica em condenação penal. Para os procuradores da República Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, Marlon Alberto Weichert, Adriana da Silva Fernandes, Luciana da Costa Pinto, Sergio Gardenghi Suiama e Luiz Fernando Gaspar Costa, que assinam a ação, *"a mera passagem institucional de um governo de exceção para um democrático não é suficiente para reconciliar a sociedade e sepultar as violações a direitos humanos ocorridos no bojo de conflitos armados ou de regimes autoritários"*.

O MPF realizou em maio de 2007 o Debate Sul-Americano sobre Verdade e Responsabilidade, em São Paulo, que reuniu juristas do Brasil, Peru, Chile e Argentina. O evento apontou, na Carta de São Paulo, *"a grave omissão da Justiça e do governo brasileiros para cumprir as obrigações constitucionais e internacionais de promoção dos direitos humanos na transição do período de ditadura para o democrático"*.

Após o evento, o professor Fábio Konder Comparato representou ao MPF em São Paulo para que fossem adotadas medidas visando à aplicação do dever de regresso pelo Estado brasileiro em face dos causadores dos danos que geraram o pagamento das indenizações previstas na Lei 9.140/95.¹⁷

¹⁷ Disponível em: <<http://www.prsp.mpf.gov.br>>.

A luta continua

Passados 45 anos do golpe militar, o ônus da prova ainda cabe aos familiares, sem que os arquivos da repressão política, em especial os das Forças Armadas, tenham sido abertos para consulta. O Estado reconheceu que matou, mas não se propõe a dizer como, quais os envolvidos diretamente e onde estão dos corpos. A verdadeira história da ditadura militar – salvo exceções – não é transmitida aos educadores e, consequentemente, os jovens não sabem o que se passou. Não é à toa que a sociedade brasileira não se mobiliza, como no Uruguai, por exemplo, onde chegam a se reunir 200 mil pessoas, em Montevideu, para lutar por Memória, Verdade e Justiça.¹⁸

O Brasil precisa avançar! A verdadeira democracia não será construída sobre os cadáveres insepultos dos combatentes assassinados na luta por liberdade e sob a mão impune dos seus assassinos.

Continuamos a exigir a abertura incondicional de todos os arquivos dos órgãos de repressão política, em especial os arquivos das Forças Armadas, que existiam em 1994 (conforme relatórios apresentados pelas três armas ao então ministro da Justiça Mauricio Correa) e hoje dizem que foram destruídos – não se sabe quando, nem por quem.

Queremos uma Comissão da Verdade e Justiça, conforme aprovado na 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, que tenha o poder de apurar toda a verdade sobre o período da ditadura, sem

¹⁸ [Nota dos Organizadores]: Refere-se à Marcha pela anulação da *Ley de Caducidad* (lei que dá imunidade ao Terrorismo de Estado no Uruguai), ocorrida em Montevideu no dia 20 de outubro de 2009, como ato de mobilização para a participação da cidadania no plebiscito de 25 de outubro (e que, entretanto, confirmou a manutenção da referida lei). Os dados sobre a Marcha foram registrados pelo jornal *La República*, de 21 de outubro de 2009.

restrições, incluindo a possibilidade de recomendar investigações criminais contra presumidos perpetradores. Queremos a abertura de todos os arquivos da repressão política. A Comissão deve ter acesso aos arquivos do Estado, incluindo os arquivos das Forças Armadas, e o poder de convocar as pessoas envolvidas com estas informações e de visitar os locais onde se encontram os arquivos.

Pela Verdade e por Justiça.

Para que não se esqueça.

Para que nunca mais aconteça!

TIPOLOGIA DOS MÉTODOS DE TORTURA¹⁹

I – Coações morais e psicológicas – genéricas – tentadas e consumadas:

Ameaças – ameaça violação sexual – ameaça arrancar culhões – ameaça família – ameaça torturar irmãos – ameaça enterrar formigueiro – ameaça cortar membro – ameaça física e moral – ameaça matar filho – ameaça lavagem cerebral – ameaça decepar dedos – ameaça de matar a família – ameaça de jogar de avião – ameaça de baratas – ameaça de cães – ameaça de cobras – ameaça de jogar no rio com cimento na barriga – ameaça enterrar vivo – ameaça jacaré – ameaça jogar corpo represa Três Marias – ameaça jogar corpo na Barra da Tijuca – ameaça ferir olhos – ameaça cortar orelha – ameaça com ratazana – ameaça jogar rio – ameaça afogar rio Iguaçu – ameaça cortar seios – ambiente de terror – arbitrariedades – coação moral – coação psicológica – constrangimento moral e psicológico – pressão moral – pressionado – vexames – cuspir no rosto – calúnias – dançar com urna mortuária – difamações – extorquidas

¹⁹ Retirado do *Projeto Brasil: Nunca Mais*, Tomo V, Volume I: A Tortura. Fls. 72 e 73.

– humilhações – insultos – injúrias – infâmias – injúrias família – palavras de baixo calão – provocações.

II – Coações físicas – genéricas – tentadas e consumadas:

Açoites – agredido – apanhou – agarrado – bolos mãos – bolos pés – borrachadas – bofetada – bastão – cassetete – chibata – chicote – chutes – ciranda (roda empurrando) – corredor polonês – cotoveladas – cuteladas – golpes na cabeça – coronhadas – empurrões – esmurrado – espancado – esbofetear – golpes de judô – golpes de karatê – golpes – joelhadas – roda de karatê – maricota (tubo de borracha) – palmatória – pancadas – pau louco (roda de palmatória) – pauladas – pescoções – pisoteado – pontapés – pancada nos lábios com mangueira – reguadas – socos – safanões – surra – tapas – telefone – trompanas – murros – barbaridades – brutalmente tratado – crueldades – perversidades – sevícias – sevícias físicas – torturas – tortura chinesa – torturado frente à esposa – violência física – violências – maus-tratos – tortura filhos – tortura mulher – tortura pais – torturas no irmão – violência com família.

III – Coações físicas – especificadas e consumadas:

Violências sexuais:

Amarrar pênis para não urinar – introdução de bastão elétrico no ânus – introdução de cabo de vassoura no ânus – introdução de objeto não identificado no ânus – introdução de dedo no ânus – enfiar vela acesa no ânus – enfiar cigarro aceso no ânus – introdução de barata no ânus – órgãos genitais furados com agulha – pendurado pelos testículos – testículos amarrados – testículos esmagados – bater nos testículos – enfiar

cabo de madeira na vagina – estupro da mulher presa – violência sexual mulheres – violência sexual com esposa presa – violência nos órgãos genitais.

Torturas com instrumentos pérfuro-contundentes, cortantes e queimantes:

Alicate para apertar unhas – arrancar pelos do corpo – alicate para apertar partes do corpo – arrancar barba – cortado com gilete – dedos martelados – picar de faca – marteladas nas juntas do corpo – unhas arrancadas – unhas enfiar canivete – unhas marteladas – fogareiro à baiana – queimaduras de cigarros – queimaduras de maçarico – queimaduras com papel aceso.

Torturas com aparelhos mecânicos:

Amarrado nas grades da cela – arrastar pelo chão – arrastar pelas ruas amarrado – amarrado em árvore – obrigado a andar – arrancar os bigodes – braços abertos com pau no meio – amarrar as barbas na grade – puxar os cabelos – arrastar com corda no pescoço – crucifixo – cela com perna acorrentada – corda amarrada no pescoço e testículos – ficar de cócoras – obrigado a ficar deitado – equilibrar sobre latas – exercícios físicos forçados – ficar em pé – ficar de joelho – ajoelhado sobre cacos de telhas – pendurado na grade com braços para cima – pendurado pelos pés com braços suspensos – pendurado punhos por argola – obrigado a ficar sentado – pau-de-arara.

Torturas com aparelhos elétricos:

Cadeira do dragão – choques elétricos – choques elétricos pênis e ânus – choques elétricos vagina e seios – maricota (aparelho de choque).

Torturas contra sinais vitais:

Afogamento – afogamento no pau-de-arara – asfixia (tamponamento boca e nariz) – estrangular – esponja de água na boca – hidráulico (afogamento) – imersão – mergulho tanque de água – enforcamento.

Torturas complementares a torturas:

Amarrado – algemado – água para piorar choques – banho de água gelada – despido – geladeira – sem comer – sem dormir – encapuzado (vendado) – ácido (aplicação no corpo) – álcool no corpo mais ventilador – amoníaco (na boca) – boca com sal – beber água salgada – cela sem iluminação e vedada – cela sem luz – cela isolada – gás asfixiante (jatos) – injeção de éter – injeção de pentotal – luz nos olhos (refletor) – água salgada no nariz – éter nos olhos – óleo jogado no rosto – banho de óleo – sabão nos olhos – comer e beber sal – sala de luzes – sala de sons – sem beber – sem dormir – obrigado a ingerir tóxicos – sal no corpo para piorar choques.

IV - Torturas atípicas:

Amarrado em lancha e puxado na água – utilização de baratas – utilização de cães – água na cela – gás lacrimogêneo na cela – cavar a própria sepultura – utilização de cobras – obrigado a comer fezes – fuzilamento simulado – utilização jacaré – carregar merda com as mãos – roleta russa – beber a própria urina – urinar no rosto – beber água da latrina – enfiar cabeça urina e fezes.

AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DE SÃO PAULO²⁰

Tipo	Data	Autor	Ementa
Ação Civil Pública – Inicial	06.06.2006	Marlon Alberto Weichert	Inicial Ação Civil Pública – Mortos e Desaparecidos Políticos – DOI-CODISP
Representação	11.06.2008	Eugênia Augusta Gonzaga Fávero e Marlon Alberto Weichert	Homicídio – Luiz José da Cunha
Representação	09.06.2008	Eugênia Augusta Gonzaga Fávero e Marlon Alberto Weichert	Operação Condor – Representação à Procuradoria da República no Município de Uruguaiana para apurar o sequestro de Lorenzo Viñas
Representação	09.06.2008	Eugênia Augusta Gonzaga Fávero e Marlon Alberto Weichert	Representação à Procuradoria da República no Rio de Janeiro para apurar o sequestro de Horacio Domingo Campiglia e Mônica Susana Pinus de Binstock
Representação	03.12.2007	Marlon Alberto Weichert	Homicídio – Vladimir Herzog

²⁰ Disponível em: <<http://www.prsp.mpf.gov.br/prdc/area-de-atuacao/direitos-humanos/ilicitos-cometidos-na-ditadura-representacoes-a-area-criminal>>.

O RIO GRANDE DO SUL E A DITADURA CIVIL-MILITAR: REPRESSÃO E RESISTÊNCIA*

Graciene de Ávila

Marcos Machry

Mariana Ferreira e Silva

*Marla Barbosa Assumpção**

Este pequeno texto objetiva apresentar de forma sucinta algumas reflexões pertinentes ao período da ditadura civil militar no Brasil e no Rio Grande do Sul. Ao focar na perspectiva da repressão e da resistência, a partir de uma concepção da dinâmica histórica e dialética, permeiam - se de forma esboçada estes dois elementos. Situa-se a repressão como um dos principais subsídios constitutivos do Terror de Estado praticado por meio de providências concretas no país por mais de vinte anos.

Consolidava-se, em 1964, e estender-se-ia até 1985, uma ditadura civil-militar que depôs um presidente e instaurou um regime político, social, econômico e cultural baseado em práticas estatais discricionárias. Esta nova realidade, instaurada pelo golpe desferido pelos militares, em 31 de março de 1964, sustentou-se em uma enorme campanha de difamação e perseguição contra os

* É importante destacar que as cronologias dos quatro volumes complementam-se entre si.

* Graduandos em História/UFRGS.

comunistas, contra o governo João Goulart e contra todos os políticos que apoiavam a constitucionalidade deste governo. Entre estes políticos estava o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola que já, em 1961, havia sustentado a Campanha da Legalidade, a qual havia garantido a posse de Jango. Desta forma, no Rio Grande do Sul houve importante foco de resistência ao golpe de diversos setores sociais e políticos desde o princípio; esta situação, da mesma forma como ocorreu em outros estados, prolongou-se durante toda a ditadura, dentro das possibilidades concretas de cada momento conjuntural.

O Rio Grande do Sul foi um cenário qualificado de luta e resistência durante este período. Sua localização privilegiada com as importantes fronteiras com o Uruguai e a Argentina (que faziam parte dos esquemas de fuga para a oposição perseguida), bem como a existência de organizações engajadas na resistência militante (como os movimentos estudantis e a resistência armada) articuladas com o resto do Brasil, tornou este estado um lugar marcado singularmente pela repressão e pela resistência. Os avanços nos estudos e análises sobre este período, surgidos nas últimas décadas, contribuem para atender uma demanda por informações, dados, registros, fontes e análises que permitam preencher as inúmeras lacunas ainda existentes.

Esse momento histórico foi composto por uma diversidade de lutas e ações de resistência. O cinema, o teatro, a música, as artes, a cultura em geral, ou seja, qualquer forma de produção cultural engajada politicamente serviu de palco para denunciar os crimes perpetrados pelo regime. Desde as perseguições, prisões, torturas, assassinatos, desaparecimentos, censura, tudo era exposto de uma

forma ou de outra. Durante este período, diversas ações marcaram a resistência: no campo das artes, da luta armada, dos movimentos sociais ou da política institucional.

Ao lançarem mão de diferentes estratégias, decorreram diferentes formas de embate, mas todos permeados pela necessidade e pela tentativa da resistência. Os Festivais de Música, bem como os encontros estudantis, as manifestações populares, os atos políticos, as greves, as ações de expropriação dos movimentos armados, a persistência dos nanicos da imprensa, etc., tudo isso marcou a resistência de parte da sociedade gaúcha. Evidentemente a reação por parte da ditadura surgia eficaz e urgente através do recrudescimento das práticas repressivas sustentadas dentro da lógica da Doutrina de Segurança Nacional e do combate ao "inimigo interno". Não obstante, a resistência nunca deixou de existir, apesar de momentos muitos duros e da adesão ao silêncio e a convivência de parte da população. Apesar disso, sempre houve militância política, rebeldia, organização de debates, espaços de vivências, de solidariedade, lutas diárias e cotidianas.

Ainda que o Rio Grande do Sul estivesse inserido de forma diferenciada nos movimentos de resistência à ditadura, muito mais centralizados no Rio de Janeiro e São Paulo, foi possível levantar uma boa quantidade e qualidade de eventos ocorridos. Estes movimentos variavam entre a luta sindical, a defesa da educação e da universidade pública (manifestações estudantis), a persuasão dos movimentos artísticos – através da sensibilidade, da ironia, da inteligência em mascarar as críticas ao regime para fugir à censura, e da própria ação política.

Esta cronologia tenta dar um primeiro passo na tentativa de sistematizar fatos já mais conhecidos com outros ainda quase imperceptíveis. Isto porque as lacunas desta história ainda são evidentes, o que deve servir de estímulo para novas gerações de pesquisadores.

CRONOLOGIA
*Os fatos referentes às questões do
Rio Grande do Sul encontram-se em itálico.*

1968

Fevereiro

- 24 *Chico Buarque realiza um show em Torres, acompanhado de Toquinho.*

Março

- 13 *Protesto dos alunos excedentes do curso de Arquitetura da Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS). Vigília conquista ampliação de vagas.*
- 20 *Greve na Faculdade de Arquitetura (UFRGS).*
- 22 *Detidos em Caxias do Sul dois estudantes após a conferência sobre o arrocho salarial, com deputados do MDB, promovida pelos estudantes da Faculdade de Direito.*
- 26 *Assembleia convocada pelo Sindicato dos Bancários de Porto Alegre: crítica à política salarial e apoio à greve de outros sindicatos.*
- 27 *Greve geral na Faculdade de Medicina (UFRGS).*
- 28 *Greve na Faculdade de Geologia (UFRGS).*
- 28 *Assembleia geral dos estudantes da UFRGS, convocada pelo DCE - Livre, decreta greve na universidade, com adesão de várias unidades, por aumento de vagas e verbas.*
- 28 *O estudante Edson Luís de Lima Souto é morto pela Polícia Militar no restaurante Calabouço (Rio de Janeiro); os estudantes entram em greve nacional.*

- 30 O ministro da Justiça determina que as passeatas estudantis sejam reprimidas em todo o país.
- 30 *Manifestações, em Porto Alegre, contra a morte do estudante Edson Luís.*

Abril

- 1 Passeatas e protestos estudantis se multiplicam pelas capitais brasileiras.
- 1 *Manifestação em Porto Alegre contra o aniversário do golpe militar de 1964. É preso o estudante Luís André Fávero, presidente da UGES.*
- 2 *Costa e Silva visita o Rio Grande do Sul e vai até a Reitoria da UFRGS. Carro da Brigada Militar é incendiado em manifestação (comícios-relâmpago) de estudantes: vários estudantes são feridos e presos pelo DOPS.*
- 4 *Explosão de uma bomba na Catedral Metropolitana de Porto Alegre.*
- 4 *Missa de sétimo dia da morte do estudante Edson Luis (Igreja N. Sra. da Conceição): dois estudantes são presos. A Polícia Montada ataca milhares de pessoas na saída da missa.*
- 6 *Preso o “terrorista subversivo” Sérgio Simon, responsável pela bomba na Catedral.*
- 8 *Explosão de uma bomba no edifício Tabajara: o DOPS prende dois estudantes.*
- 9 *Estreia, em Porto Alegre, a peça censurada, Álbum de Família, de Nelson Rodrigues.*
- 16 Greve dos metalúrgicos em Contagem, Minas Gerais.
- 30 *Associação de Pais e Mestres e o Centro de Professores do Colégio Júlio de Castilhos divulgam um manifesto, criticando a precariedade salarial.*

Maio

- 1 *Manifestação do Dia do Trabalhador: presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional o estudante Júlio César Marques e o bancário Valneri Neves Antunes.*
- 1 *Manifestações na Volta do Guerino: presos, pelo DOPS, o deputado Lauro Hagemann, o vereador Sommer de Azambuja e dois estudantes.*
- 3 *Manifestações estudantis na Praça da Matriz.*
- 6 *Manifesto dos estudantes em solidariedade aos presos políticos.*
- 9 *Julgamento de militares subversivos da Brigada Militar.*
- 10 *Estudantes tentam reabrir os grêmios estudantis dos colégios Júlio de Castilhos e Aplicação (UFRGS).*
- 15 *Realização de comícios populares proibidos: violência da Brigada Militar com apreensão e muitos feridos.*
- 21 *I Encontro Estadual de Grêmios Estudantis, realizado pela UGES, contra os acordos MEC-USAID; vários estudantes são presos.*
- 25 *Manifestação estudantil na Praça da Alfândega e na Reitoria (UFRGS): quatro estudantes são presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional.*
- 25 *Centro Acadêmico do Direito (UFRGS) organiza uma busca por estudantes desaparecidos.*
- 26 *É realizada a Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, pedindo justiça e liberdade.*
- 26 *Em São Paulo, um carro-bomba explode no Quartel General do II Exército e mata um soldado.*
- 27 *Confronto entre populares, estudantes e brigadianos durante a concentração para uma passeata: jornalistas são espancados pela Brigada Militar, estudantes e populares são agredidos e presos no quartel da Brigada.*

- 27 *Estudantes fazem fogueira na Faculdade de Filosofia.*
- 30 *Atentados à bomba nas Faculdades de Arquitetura e Filosofia (UFRGS).*

Julho

- 9 *Luiz Eurico Tejera Lisbôa, relações públicas da UGES, e o ex-estudante Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez são presos pelo DOPS e enquadrados na Lei de Segurança Nacional, quando pretendiam reabrir o grêmio estudantil do Colégio Júlio de Castilhos (fechado em 1967 pela repressão sob a justificativa de “fugir de suas funções específicas”).*
- 10 *Realização do II Festival Sul Brasileiro da Canção Popular: 1º lugar, “Pandeiro de Prata”, de Túlio Piva; 2º Lugar, “O Gaúcho”, de Raul Ellwanger.*
- 16 *Greve dos metalúrgicos, em Osasco, São Paulo.*
- 17 *O Conselho de Segurança Nacional proíbe as manifestações de rua.*

Agosto

- 14 *Faculdade de Direito (UFRGS) inicia uma mobilização para impedir o ingresso de alunos “paraquedistas” (transferidos de outras instituições de ensino). Quer se evitar que os alunos identificados como “ratos” (agentes da repressão e de grupos de direita infiltrados para atividades de espionagem) se utilizem mecanismo.*
- 30 *Invasão da UnB pela polícia.*

Setembro

- 9 *Estreia da peça “A ópera dos três vinténs”, de Bertolt Brecht, em Porto Alegre.*

- 15 *Crise no Colégio Júlio de Castilhos: o diretor, professor Antônio Magadan, fecha o Centro de Estudos Julianos, acusando os alunos de atividades subversivas.*

Outubro

- 2 Denunciadas, na Câmara, tentativas do brigadeiro João Paulo Moreira Burnier de envolver o Para-Sar em atos de terrorismo.
- 2 *Estreia da peça Roda Viva, de Chico Buarque, em Porto Alegre.*
- 3 *Censura da peça Roda Viva: os atores são sequestrados pelo CCC, em Porto Alegre.*
- 12 VPR executa o capitão do Exército norte-americano Charles Chandler, acusado de pertencer à CIA.
- 12 Prisão de cerca de 700 participantes no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, São Paulo.
- 15 *Estudantes da UFRGS mandam um telegrama ao general Costa e Silva, repudiando a repressão aos colegas presentes no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, entre eles, o presidente do DCE Livre, Luiz Carlos Prado.*
- 17 *Realização de passeatas e comícios - relâmpago de protesto contra o governo por estudantes universitários e secundaristas de Porto Alegre, Canoas e Gravataí: sete pessoas são presas.*
- 21 Lei nº 5.536 cria o Conselho Superior de Censura.
- 25 *Decretada, sob solicitação do DOPS, a prisão preventiva dos estudantes gaúchos Luiz Carlos Prado (presidente DCE - Livre), já detido, e José Vieira Loguércio (presidente do Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt da Faculdade de Filosofia/UFRGS), que estava foragido.*

Novembro

- 7 *Lançamento, pelo DCE/UFRGS, de um novo manifesto contra a política governamental de extinção das entidades estudantis e contra a instituição de voto indireto.*

- 10 *Raul Pont é eleito presidente do DCE - Livre da UFRGS, através de eleições diretas.*
- 23 *Procurados seis “guerrilheiros gaúchos”, supostamente exilados no Uruguai: João Carlos Haas Sobrinho (líder estudantil), Amaro Luiz de Carvalho, José Huberto Bronca, Paulo Assunção Gomes, Ari Olgin da Silva e Manuel Luiz Vieira, todos acusados de subversão.*
- 28 *Lei nº 5.540 cria a Reforma Universitária nos moldes e sob os desígnios do governo militar.*

Dezembro

- 13 *O Ministério da Justiça, através do Conselho de Segurança Nacional, anuncia em rádio e televisão o Ato Institucional nº 5, que suspende os direitos políticos e garantias institucionais – incluindo a do habeas corpus –, a possibilidade de intervenção do poder federal em estados e municípios e o fechamento do Legislativo.*
- 13 *Telmo Thompson Flores, da Arena, é indicado prefeito de Porto Alegre.*
- 19 *Extinção de 29 cargos do poder Executivo pelo governador Walter Peracchi Barcelos.*

1969

Março

- 14 *Sete deputados estaduais do MDB são cassados: Darcilio Ivo Giacomazzi, João Brusa Netto, Lauro Hagemann, Mozart Bianchi Rocha, Pedro Gomes Nunes, Rubem Machado Lang e Terezinha Gisela Irigaray Chaise*
- 31 *Telmo Thompson Flores assume a prefeitura de Porto Alegre.*

Abril

- 30 *Quatro deputados estaduais do MDB são cassados: Flávio Antônio Lopes Ramos, Moab Caldas, Renato Souza e Walter Bertolucci.*

Julho

- 1 Criação da OBAN. A associação do órgão com os bandeirantes apela para os emblemáticos paulistas que, no século 17 teriam "desbravado com coragem e ousadia regiões inóspitas e selvagens" do país. Ao mesmo tempo, diz respeito a um grupo que empregava uma violência extrema na captura e na sujeição dos índios.

Agosto

- 31 Após sofrer trombose cerebral, Costa e Silva é afastado da presidência.
- 31 Decretado o Ato Institucional nº 12, pelo qual a Junta Militar assume temporariamente a presidência da República.

Setembro

- 4 Sequestro, no Rio de Janeiro, do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, por militantes da ALN e do MR-8, para exigir a libertação de presos políticos.
- 8 Ato Institucional nº 13 estabelece a pena de banimento do território nacional.
- 9 Ato Institucional nº 14 estabelece a pena de morte.
- 17 *A Divisão de Segurança e Informações do MEC proíbe o uso nas escolas de todo o Rio Grande do Sul das publicações "Crescei" e "Viver", de autoria do Irmão Antônio Chechin, por serem consideradas de cunho nitidamente subversivo.*
- 27 Editada a nova Lei de Segurança Nacional.

Outubro

- 15 Reabertura do Congresso, fechado desde a edição do Ato Institucional nº 5.
- 30 Posse do general Emílio Garrastazu Médici.

Novembro

- 4 Assassinato de Carlos Marighella pela equipe policial chefiada pelo delegado Sérgio Fleury.
- 9 *Prisão de Carlos Alberto Libânio Christo, Frei Betto, integrante do “grupo do Marighella” e responsável pelo “esquema de fronteiras”. Detido pelo DOPS, foi mantido nas dependências e interrogado pelo coronel Jaime Mariath, secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, e pelo delegado Fermino Perrez Rodrigues.*
- 10 *Viagem do delegado Sérgio Fleury até Porto Alegre para interrogar Frei Betto e levá-lo para o DOPS de São Paulo.*
- 18 *Declaração dos Bispos Superiores Provinciais e Representantes dos padres do Rio Grande do Sul e Santa Catarina “aos cristãos e a todos os homens de boa vontade” contra as detenções de sacerdotes, religiosos e leigos por suposto envolvimento em atividades subversivas.*

Dezembro

- 12 *Indiciados, no inquérito do DOPS remetido à Justiça Militar, o Irmão Antônio Chechin, Vera Idiart e os estudantes Luis Eurico Tejera Lisboa e Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez.*

1970

Janeiro

Começam as atuações do DOI-CODI.

Fevereiro

- 14 Nova legislação estabelece a censura prévia a livros e revistas.

Março

- 11 Sequestro do cônsul japonês Nobuo Okuchi, em São Paulo, pela VPR.

Abril

- 5 *Fracassa, em Porto Alegre, a tentativa de sequestro do cônsul dos Estados Unidos, Curtis Cutter, pela VPR.*

Junho

- 11 Sequestro, em São Paulo, do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, pela VPR e ALN.

Outubro

- 24 O militante da Ação Libertadora Nacional – ALN, Joaquim Câmara Ferreira é capturado e torturado até a morte.

Dezembro

- 7 Sequestro, no Rio de Janeiro, do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, em uma ação conjunta da VPR e do MR-8, chefiada por Carlos Lamarca.

1971

Março

- 15 *Euclides Triches é nomeado governador do Rio Grande do Sul.*

Abril

- 15 Morte do empresário colaborador da Operação Bandeirantes (OBAN), Henning Boilesen, em São Paulo, por militantes do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e da ALN.

Setembro

- 15 Carlos Lamarca é morto no interior da Bahia.

Novembro

A ditadura investe-se do poder de editar decretos-secretos.

1972

Março

Criada a Escola Nacional de Informações (EsNI).

Abril

- 12 Começa o combate à guerrilha do Araguaia (no Pará, Maranhão e Goiás), organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que se estende até 1974.

Setembro

- 30 *Morrem Maurício Grabois e João Carlos Hass Sobrinho, ambos da comissão militar da guerrilha do Araguaia.*

1973

Outubro

- 7 Inicia-se a terceira campanha do Exército no Araguaia. (em abril de 1974, com a morte de "Osvaldão", a guerrilha seria derrotada).

FONTES

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru/SP: Edusc, 2005.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. 11. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

CASTRO, Celso; SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 1994.

_____. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne. *A guerrilha Brancalene*. Porto Alegre: Proletra, 1999.

HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique (orgs.). *1968: contestação e utopia*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

HOLZMANN, Lorena et al (orgs.). *Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

PADRÓS, Enrique Serra. *O Rio Grande do Sul e a conexão repressiva no Cone Sul: do exílio brasileiro no Uruguai ao voo rasante da Operação Condor*

em Porto Alegre. Ciências e Letras, Porto Alegre, n. 41, p. 359-389, jan./jun. 2007.

RODEGHERO, C. S. Regime militar e oposição no Rio Grande do Sul. In: GERTZ; René GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (orgs.). *História Geral do Rio Grande do Sul – República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo/RS: Méritos, 2007. v. 4. p. 83-112.

JORNAIS

Correio do Povo
Última Hora
Zero Hora

SITES

<<http://www.al.rs.gov.br>>
<<http://www.cpdoc.fgv.br>>
<<http://www.fgv.br>>
<<http://www.folha.uol.com.br>>
<<http://www.fpabramo.org.br>>
<<http://www.institutojoaogoulart.org.br/jango3atos>>
<<http://www.revistadehistoria.com.br>>
<<http://www.senado.gov.br/sf>>
<<http://www.torturanuncamais-rj.org.br>>
<<http://www.ufmg.br>>
<<http://www.ufrj.br>>
<<http://carosamigos.terra.com.br>>

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA	<i>Alianza Anticomunista Argentina</i>
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ADiex	Adidos do Exército
ADIAer	Adidos da Aeronáutica
ADIDAL	Adidos da Marinha
ADP	Ação Democrática Popular
AEP	Associação de Educadores e Pesquisadores
AI	Ato Institucional
AI-1	Ato Institucional N° 1
AI-5	Ato Institucional N° 5
AID	Agência Internacional de Desenvolvimento
ALN	Ação Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ARI	Associação Rio-Grandense de Imprensa
ARS	Aliança Republicana Socialista
CADA	<i>Comisión Administradora de Abastos de Carne</i>
CBA	Comitê Brasileiro pela Anistia
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CEEE	Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense
CEJIL	Centro pela Justiça e o Direito Internacional
CELAM	Conferência Episcopal Latino-americana

CEMPD	Comissão Especial Mortos e Desaparecidos Políticos
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CFMD	Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos
CGIOR	Centro Geral de Instrução para Oficiais da Reserva
CGT	Comando Geral de Trabalhadores
CIA	Agência Central de Inteligência
CIDE	<i>Comisión de Inversiones y Desarrollo Económico</i>
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIE	Centro de Informações do Exército
CIEx	Centro de Informações do Exterior
CISA	Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNT	<i>Convención Nacional de Trabajadores</i>
COLINA	Comando de Libertação Nacional
COPESENI	Comando Operacional do Serviço Nacional de Informações
CRT	Companhia RioGrandense de Telecomunicações
CUTR	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central de Estudantes
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DINA	<i>Dirección de Inteligencia Nacional</i>
DNII	<i>Dirección Nacional de Información y Inteligencia</i>

DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSI	Divisão de Segurança e Informações
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
DVS	Destaque para Votação em Separado
EC	Emenda Constitucional
ELN	<i>Ejército de Libertación Nacional</i>
ENE	Encontro Nacional de Estudantes
ERP	<i>Ejército Revolucionario del Pueblo</i>
ESG	Escola Superior de Guerra
ESMA	<i>Escuela de Mecánica de la Armada</i>
EsNI	Escola Nacional de Informações
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FARP	Forças Armadas Revolucionárias do Povo
FAU	<i>Federación Anarquista Uruguaya</i>
FBT	Fração Bolchevique Trotskista
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FEUU	<i>Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay</i>
FIDEL	<i>Frente Izquierdista de Liberación</i>
FUSNA	<i>Fusileros Navales</i>
GAU	<i>Grupos de Acción Unificadora</i>
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas
IEPES	Instituto de Estudos Políticos e Sociais
IML	Instituto Médico Legal
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial-Militar
ITT	<i>Internacional Telephone and Telegraph</i>
JAC	Juventude Agrária Católica
JCR	<i>Junta Coordinadora Revolucionaria</i>
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JID	Junta Interamericana de Defesa
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
JUP	<i>Juventud Uruguaya de Pie</i>
LCF	Lei Complementar Federal
LSN	Lei de Segurança Nacional
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MFPA	Movimento Feminino pela Anistia
MIR	<i>Movimiento de Izquierda Revolucionario</i>
MJDH	Movimento de Justiça e Direitos Humanos
MLN-T	<i>Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros</i>

MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
MPB	Música Popular Brasileira
MR-26	Movimento Revolucionário 26 de Março
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MRO	<i>Movimiento Revolucionario Oriental</i>
MRT	Movimento Revolucionário Tiradentes
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTR	Movimento Trabalhista Renovador
MUC	Movimento Universidade Crítica
M3G	Marx, Mao, Marighella e Guevara
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN	Operação Bandeirantes
OCOA	<i>Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas</i>
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OLAS	Organização Latino-Americana pela Solidariedade
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OPP	Organização Pré-Partidária
OPR-33	<i>Organización Popular Revolucionária – 33 Orientales</i>
ORM-POLOP	Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PL	Partido Liberal
POC	Partido Operário Comunista

PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCU	<i>Partido Comunista Uruguayo</i>
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POC	Partido Operário Comunista
POLOP	Política Operária
PPS	Partido Popular Socialista
PRP	Partido de Representação Popular
PRT	<i>Partido Revolucionario de los Trabajadores</i>
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PP	Partido Popular
PVP	<i>Partido por la Victoria del Pueblo</i>
RBS	Rede Brasil Sul de Comunicação
ROE	<i>Resistencia Obrera Estudiantil</i>

SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SEEB	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
SID	<i>Servicio de Inteligencia de Defensa</i>
SIJAU	<i>Secretariado Internacional de Juristas por la Amnistía en el Uruguay</i>
SN	Segurança Nacional
SNI	Serviço Nacional de Informações
SOPS	Seção de Ordem Política e Social
STM	Superior Tribunal Militar
TDE	Terror de Estado
TFP	Tradição, Família e Propriedade
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

DEPUTADOS ESTADUAIS
DO RIO GRANDE DO SUL
CASSADOS (1968-1969)

Movimento Democrático Brasileiro (MDB)

Darci Ivo Giacomazzi

Teve seu mandato cassado pelo Senhor Presidente da República em 14 de março de 1969 nos termos do Art. 4º, do Ato Institucional nº 5.

Flávio Antônio Lopes Ramos

Em 29 de abril de 1969 teve seu mandato cassado pelo Senhor Presidente da República, nos termos do Art. 4º, do Ato Institucional nº 5.

João Brusa Netto

Em 13 de março de 1969 teve seu mandato cassado pelo Senhor Presidente da República, nos termos do Art. 4º, do Ato Institucional nº 5.

Lauro Hagemann

Em 13 de março 1969 teve seu mandato cassado pelo Senhor Presidente da República, nos termos do Art. 4º, do Ato Institucional nº 5.

Moab Caldas

Teve seu mandato cassado em 30 de abril de 1969.

Mozart Bianchi Rocha

Em 13 de março de 1969 teve seu mandato cassado pelo Senhor Presidente da República, nos termos do Art. 4º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Pedro Gomes Nunes

Em 13 de março de 1969 teve seu mandato cassado pelo Senhor Presidente da República, nos termos do Art. 4º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Renato Souza

Em 29 de abril de 1969 teve seu mandato cassado pelo Senhor Presidente da República, nos termos do Art. 4º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Rubem Machado Lang

Em 13 de março de 1969 teve seu mandato cassado pelo Senhor Presidente da República, nos termos do Art. 4º, do Ato Institucional nº 5.

Siegfried Emmanuel Heuser

Cassado em 17 de outubro de 1969.

Terezinha Gisela Irigaray Chaise

Deputada mais votada, com 51.462 votos. Em 13 de março de 1969 teve seu mandato cassado pelo Senhor Presidente da República, nos termos do Art. 4º, do Ato Institucional nº 5.

Walter Bertolucci

Cassado em 30 de abril de 1969.

Aliança Renovadora Nacional (ARENA)

Ary da Silva Delgado

Em 13 de maio de 1969 teve seu mandato cassado pelo Senhor Presidente da República, nos termos do Art. 4º, do Ato Institucional nº 5.

FONTE

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. *Parlamentares gaúchos: das cortes de Lisboa aos nossos dias (1821-1996)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1996. p.155-157.

BIBLIOTECA VIRTUAL - ALRS. Legislaturas. Disponível em <<http://www.al.rs.gov.br/biblioteca/legislaturas.asp>>

RIO GRANDE DO SUL: MILITANTES MORTOS E DESAPARECIDOS*

Alceri Maria Gomes da Silva

Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Nascida em 25 de maio de 1943, em Porto Alegre, filha de Oscar da Silva e Odila Gomes da Silva. Ainda pequena, mudou-se com a família para Canoas, onde estudou até o 2º grau, trabalhando no escritório da fábrica Michelletto. Nessa época, iniciou sua militância política. Em setembro de 1969, viajou para São Paulo. Foi assassinada no dia 17 de maio de 1970, juntamente com Antonio dos Três Reis de Oliveira, desaparecido desde então. O corpo de Alceri, enterrado como indigente no cemitério de Vila Formosa, em São Paulo, não foi entregue aos familiares.

Alfeu de Alcântara Monteiro

Foi o único militar assassinado dentro de uma unidade por ocasião do golpe militar, e sua história tem sido obscurecida. Nasceu em 31 de março de 1922, em Itaqui (RS), filho de João Alcântara Monteiro e Natalina Shenini Monteiro. Ingressou em 1941 na Escola Militar do Realengo, depois foi para a Escola da Aeronáutica e chegou a coronel aviador, tendo uma folha de serviços prestados repleta de elogios. Mas não acompanhava o pensamento dominante no Exército. Era

* Informações organizadas por Suzana Keniger Lisboa

nacionalista e defendeu a posse de Jango em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros. Nessa época, assumiu o comando da 5ª Zona Aérea em Canoas (RS) e impediu que os caças da base voassem para bombardear o Palácio Piratini, onde resistia o governador Leonel Brizola. Mas nesta mesma Base Aérea de Canoas, quando os militares assaltaram o poder, Alfeu foi fuzilado em 4 de abril de 1964. No dia 31 de março de 1964, Alfeu também não se postara ao lado dos militares golpistas, permanecendo na Base Aérea de Canoas, junto aos soldados e sargentos, enquanto os oficiais voavam para o Rio de Janeiro em apoio ao golpe. Com o retorno dos oficiais golpistas, os sargentos foram presos e Alfeu transmitiu o comando para Nelson Freire Lavanere Wanderley. Na mesma sala de transmissão de cargo, o novo comandante deu-lhe voz de prisão. Nos corredores, os militares ouviram os gritos de Alfeu, revoltado, dizendo que retirasse a ordem de prisão – era ilegal, ele defendera a autoridade legítima, os eleitos pelo povo! A verdade sobre o que aconteceu a seguir ainda não foi restabelecida. A discussão se acirrou, e outro coronel – Roberto Hipólito da Costa, adentrou a sala e fuzilou Alfeu pelas costas. Diz o inquérito que Alfeu teria atirado primeiro e atingido o comandante, mas nunca apresentaram provas dos fatos. Com base nos depoimentos de vários oficiais, a família moveu um processo incriminando o responsável pelos disparos que, apesar das inúmeras evidências, foi absolvido.

Ângelo Cardoso da Silva

Nasceu em 27 de outubro de 1943, em Santo Antônio da Patrulha (RS), filho de João Cardoso da Silva e Celanira Machado Cardoso. Militante do Marx, Mao, Marighella e Guevara (M3G). Era motorista de táxi e iniciou seus estudos primários aos 24 anos, quando passou a se

interessar pelas questões políticas do país. Foi preso no início de abril de 1970, na Rua Santa Maria, em Viamão, onde morava com a mãe e os irmãos. Assassinado em 23 de abril do mesmo ano, quando cumpria pena no Presídio Central de Porto Alegre. As autoridades da época afirmaram que se suicidara em sua cela com um lençol. Não foram encontradas provas ou perícia de local. Foi enterrado pela família no cemitério de Viamão.

Ary Abreu Lima da Rosa

Nasceu em 28 de maio de 1949, em Porto Alegre, filho de Arcy Cattani da Rosa e Maria Corina Abreu Lima da Rosa. Era estudante de Engenharia na UFRGS, conhecido pelo apelido de Peninha, e não há referência de sua participação em organizações clandestinas. Ari fora preso, em 9 de janeiro de 1969, durante manifestação de estudantes que denunciava a falta de vagas na universidade e pela participação no DCE-Livre. A diretora da faculdade, Belchis Maria Smith Santana, chamou o DOPS, que o prendeu e a outro estudante. Em março do mesmo ano, foi condenado a seis meses de prisão e, ao invés de cumprir a pena junto aos presos políticos, foi recolhido, talvez por influência de seu pai, à Base Aérea de Canoas, onde, segundo a versão oficial, se suicidou em 28 de outubro de 1970, cortando as veias do braço. Choca, em sua história, ainda não esclarecida, não apenas o motivo da prisão, mas a via crucis antes dela. Suas ideias de liberdade e sua rebeldia juvenil foram tratadas como doença mental, e foi sistematicamente internado em hospitais psiquiátricos, de onde lograva fugir vez ou outra, e ainda serviram para justificar o suposto suicídio. O médico psiquiatra José A. Godoy Gavioli, que o atendeu em casa certa vez, diagnosticou reação esquizoparanoide, escrevendo que Ary "passou a apresentar ideias reformistas,

principalmente de natureza materialista, identificando-se com os princípios esquerdistas, socialismo ou mesmo comunismo." Algum tempo depois, o mesmo médico afirmava que "tendo em vista ter realmente se envolvido em política estudantil de esquerda, onde procurava, dentro de sua psicopatologia esquizoparanoide pôr em prática certos aspectos quase delirantes das concepções que morbidamente defende, sugerimos a baixa, que foi aceita pelo paciente".

Avelmar Moreira de Barros

Nasceu em 11 de março de 1917, em Itapuã (RS), filho de Avelmar de Barros e Vergilina Moreira de Barros. Era chacareiro e foi preso em 22 de março de 1970, por militância na VAR-Palmares. Foi assassinado dois dias depois, com a versão oficial de suicídio no DOPS/RS. A necropsia informou um corte na carótida, e descreve ainda ferimentos no rosto e punhos. Segundo a imprensa da época, baseada nas versões oficiais, Avelmar teria se suicidado com uma lâmina de barbear, estranhamente alcançada a ele dentro do DOPS gaúcho, dois dias após sua prisão, e enquanto era interrogado e torturado.

Baiano, Maneco, ou José Carlos da Costa ou ...

Nascido em Sergipe, oriundo de família humilde, teria por volta de 35 anos quando foi preso em Belém do Pará pelo então major Carlos Alberto Brilhante Ustra e desaparecido em circunstâncias totalmente desconhecidas – não se sabe em que cidade ou em que data foi morto. Pertenceu à Ala Vermelha e atuou como militante e dirigente da VAR-Palmares em São Paulo, no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Em Porto Alegre, residiu por um longo período. De sua vida, não resta nem ao menos uma foto ou sequer seu nome é conhecido. A vida e a morte de

Baiano permanecem ocultas desde 2 de dezembro de 1973, data de sua prisão em Belém.

Bernardino Saraiva

Segundo sargento, servia no 19º RI de São Leopoldo. Assassinado em 14 de abril de 1964, segundo denúncia do livro *Torturas e Torturados*, de Márcio Moreira Alves.

Celso Gilberto de Oliveira

Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Nasceu em Porto Alegre, filho de João Adelino de Oliveira e de Julieta Pedroso de Oliveira, em 26 de dezembro de 1945. Era corretor de imóveis. Foi preso em 10 de dezembro de 1970, por integrantes do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), no Rio de Janeiro, e levado para o centro de torturas do Exército, à Rua Barão de Mesquita, onde foi torturado até a morte, com o testemunho de outros presos políticos. Relatórios dos ministérios militares divulgados em 1993 confirmam sua prisão pelo CISA e entrega ao DOI-CODI e afirmam que, em 29 de dezembro, após admitir sua participação no sequestro do embaixador suíço, conduziu equipes para um suposto encontro, conseguindo fugir. Mas nem ao menos essa versão oficial que encobriu seu desaparecimento foi divulgada na época ou esclarecida posteriormente. Os arquivos que atestaram tal informação em 1993, oficialmente entregues pelas Forças Armadas ao ministro da Justiça, e que citam o relatório da Operação Petrópolis, feito pelo Exército, e ainda os relatórios da Marinha e Aeronáutica, que comprovam as informações do Exército, simplesmente ainda não foram localizados novamente pelos respectivos órgãos militares ou pelo ministério da Defesa, que afirmam terem todos os arquivos sido destruídos, ignorando que em 1993 tais documentos existiam.

Cilon da Cunha Brum

Integrou as Forças Guerrilheiras do Araguaia (PCdoB), onde era conhecido como Comprido ou Simão. Nasceu em 3 de fevereiro de 1946, em São Sepé (RS), filho de Lino Brum e Eloá Cunha Brum. Estudou Economia na PUC/SP. Participava ativamente do movimento estudantil, tendo sido presidente do Diretório Acadêmico e do Diretório Central de Estudantes. No dia 25 de dezembro de 1973, o acampamento em que se encontrava foi atacado pelo Exército, mas Cilon conseguiu escapar e a última informação de seus companheiros é de 30 de dezembro de 1973, sendo desaparecido desde então. Depoimentos de guias que atuaram na guerrilha comprovam sua prisão pelo Exército, tendo ficado detido na base de Xambioá, e as informações dos relatórios das Forças Armadas de 1993 informam sua morte em 27 de fevereiro de 1974.

Darcy José dos Santos Mariante

Nasceu em 29 de novembro de 1929 em Caxias do Sul (RS), filho de Maria Cândida dos Santos Mariante e Theotonio Mariante Filho. Militante do PTB na década de 1960, mais tarde se integrou ao Grupo dos Onze. Darcy era capitão da BM. Em janeiro de 1965, foi preso e sofreu torturas. Enquadrado no AI-1, foi alijado de suas funções profissionais, o que o fez mergulhar em profunda depressão. Em 8 de abril de 1966, matou-se com um tiro no peito. Seu caso tornou-se conhecido a partir do requerimento de sua família à Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos.

David Capistrano da Costa

Dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nasceu em 16 de novembro de 1913, no distrito de Jacampari, do município de Boa Viagem (CE), filho de José Capistrano da Costa e Cristina Cirilo da

Costa. Participou da ANL e da revolta em 1935, tendo sido preso e condenado a sete anos de prisão. Cumpria pena no presídio da Ilha Grande, no Rio de Janeiro, de onde fugiu a nado. Em 1936 integrou a Brigada Internacional, combatendo, ao lado dos republicanos, o fascismo na Espanha. Logo em seguida, lutou ao lado dos comunistas franceses contra a ocupação nazista. Preso, e enviado para o campo de Gurs, na Alemanha, onde ficou por 8 meses, tendo sido libertado pesando apenas 35 quilos. Em 1944, foi novamente preso, já no Brasil, de novo no presídio da Ilha Grande, sendo anistiado e libertado em abril de 1945. Em 1946 elegeu-se deputado pelo PCB em Pernambuco. Cancelado o registro do PCB em 1947, foi cassado e partiu para a clandestinidade, viajando para Moscou, onde ficou por dois anos. De volta ao Brasil, atuou no Amazonas, Pará e Ceará. Em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, foi novamente preso e enviado para a ilha de Fernando de Noronha. Com o golpe de 1964, teve seus direitos políticos cassados. Em 1972, destacado pelo PCB para organizar as atividades de solidariedade internacional, foi para Tchecoslováquia. No regresso ao Brasil, em 18 de março de 1974, foi sequestrado com José Roman, quando entravam no Brasil através de Uruguiana.

Edmur Péricles Camargo

Nasceu em 4 de novembro de 1914, em São Paulo, filho de Tomás Benedito Moura Camargo e Maria da Penha Amaral Vilaça. Mais conhecido como Gauchão e jornalista de profissão, em 1952 trabalhou em Porto Alegre no jornal Tribuna Gaúcha, órgão oficial do PCB. Exilou-se no Uruguai após o golpe militar, regressando em 1967. Em 1969 retornou para Porto Alegre, quando organizou e foi dirigente do grupo Marx, Mao, Marighella e Guevara (M3G). Foi preso em Porto

Alegre, em janeiro de 1971, e banido do país no mesmo ano, integrando o grupo de 70 presos políticos trocados pelo diplomata suíço Giovanni Enrico Bucher. Viveu no Chile até o golpe militar, em setembro de 1973, seguindo para a Argentina, desaparecendo desde então. De sua vida no Rio Grande do Sul, teria deixado uma filha, que talvez não conheça sua história e o destino do pai.

Edu Barreto Leite

Nasceu em 20 de agosto de 1940, em Dom Pedrito (RS), filho de Assis Waldemar Leite e Idê Barreto Leite. Edu era 3º sargento do Exército e trabalhava no serviço de Rádio do Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro. A morte de Edu, em 13 de abril de 1964, foi anunciada pelo regime militar como suicídio, ao atirar-se da janela do apartamento onde morava, para fugir à prisão. O IPM localizado não contém provas.

Elvaristo Alves da Silva

Nasceu em 28 de dezembro de 1923, em Ibirama (RS), filho de Julieta Alves da Silva e Francisco Alves Dias. Militante do PTB, revê sua casa cercada e vasculhada pelo Exército e Marinha. Elvaristo era agricultor pobre e tinha uma numerosa família. Por ser brizolista, foi perseguido e preso várias vezes após o golpe. No final de março de 1964, foi novamente preso em sua casa, com a justificativa de que se negara a renegar o apoio a Leonel Brizola. Ficou detido no Quartel de Três Passos e, em 23 de abril de 1965, foi morto no 1º Quartel de Cavalaria Motorizada de Santa Rosa (RS), sendo apresentada a versão oficial de suicídio.

Evaldo Luis Ferreira de Souza

Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Nasceu em Pelotas (RS), em 5 de junho de 1942, filho de Favorino Antonio de Souza e Maria Odete de Souza. Muito jovem, entrou para a Marinha de Guerra, atuando na Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Com o golpe de 1964, foi expulso da Marinha e ficou preso durante 9 meses. Em 1966, foi condenado a cinco anos de prisão. Exilou-se por oito anos, vivendo cinco deles em Cuba. Preso e morto sob torturas em 7 de janeiro de 1973, juntamente com outros cinco companheiros da VPR, em uma chácara no município de Paulista, em Pernambuco, no chamado Massacre da Chácara São Bento. As mortes foram o último trabalho que prestou aos órgãos de segurança o infiltrado cabo José Anselmo dos Santos, amigo de Evaldo desde os tempos da marinha.

Guilherme Gomes Lund

Integrou as Forças Guerrilheiras do Araguaia (PCdoB), onde era conhecido como Luiz. Nasceu em 11 de julho de 1947, na cidade do Rio de Janeiro, filho de João Carlos Lund e Júlia Gomes Lund. Atuou no movimento estudantil, sendo preso em 1968 na Passeata dos 100 mil. Condenado à revelia a seis meses de prisão, mudou-se para Porto Alegre em 1969 e, no ano seguinte, viajou para integrar o movimento guerrilheiro organizado pelo PCdoB na região do Araguaia. Desaparecido desde 25 de dezembro de 1973, quando estava doente, com malária; o acampamento em que estava foi atacado pelo Exército.

Gustavo Buarque Schiller

Militante da VAR-Palmares. Nasceu em 19 de novembro de 1950, no Rio de Janeiro, filho de Sylvio Brandon Schiller e Yedda de Paula Buarque Schiller. Teve participação no movimento estudantil e na luta armada contra a ditadura no Rio Grande do Sul. Foi preso pelo DOPS/RS em 30 de março de 1970 e levado para o Rio de Janeiro. Banido do país em 1971, exilou-se na França, cursando Filosofia, Sociologia e Economia na Sorbone. Retornou ao Brasil com a Anistia política em 1979. Atingido emocionalmente pela violência das torturas que sofreu em Porto Alegre e no Rio de Janeiro, não conseguiu se recuperar para a vida. Viveu um período em Porto Alegre e no Pará, antes de voltar ao Rio de Janeiro, onde se suicidou, em 22 de setembro de 1985.

James Allen da Luz

Dirigente da VAR-Palmares. Nasceu em 21 de dezembro de 1938, na cidade de Buriti Alegre (GO), filho de Rolandina Martins da Luz e Cassiano Diniz Filho da Luz. Morreu em um acidente de carro em Porto Alegre, em 24 de março de 1973. Fora preso em 1966, em Goiânia, transferido para Brasília e depois para o Rio de Janeiro, de onde empreendeu uma fuga espetacular da prisão localizada na Fortaleza de São João. Atuou em diversas cidades do país e também no exterior. Sua foto estampava os principais cartazes de procurados pela ditadura militar. Atuava no Rio Grande do Sul quando sofreu o acidente de carro, fato que acabou por ser comprovado após o encontro do inquérito sobre ao acidente e a localização de testemunhas dos fatos. Seu corpo, entretanto, não foi entregue aos familiares. Em razão da morte acidental, seu caso foi indeferido pelos membros da Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos.

João Batista Rita

Militante do Marx, Mao, Marighella e Guevara (M3G). Nasceu em 24 de junho de 1948, em Braço do Norte (SC), filho de Graciliano Miguel Rita e Aracy Pereira Rita. Morou em Criciúma até completar o curso ginasial. Mudou-se para o Rio Grande do Sul, e morava em Cachoeirinha, região metropolitana de Porto Alegre. Participava ativamente do movimento estudantil secundarista gaúcho em 1968. Preso em 1970, foi banido do Brasil em 1971, em função do sequestro do embaixador da Suíça no Brasil, viajando para o Chile com outros 69 presos políticos. Com o golpe do Chile, asilou-se na embaixada da Argentina, em Santiago, onde ficou alojado por muito tempo. Resgatado para a Argentina, preparava seus documentos junto ao Departamento de Imigração, sob a proteção da ACNUR, quando foi preso, em 5 de dezembro de 1973, juntamente com Joaquim Pires Cerveira, em ação articulada pelo capitão do Exército Diniz Reis. Desde então, Catarina, como era conhecido João Batista no RS, faz parte da lista dos desaparecidos.

João Belchior Marques Goulart

Nasceu em 1º de março de 1919, em São Borja (RS). Jango foi dirigente nacional do PTB, ministro do Trabalho durante o segundo governo Vargas, vice-presidente da República de 1956 a 1961 e presidente da República de 1961 a 1964, quando foi deposto pelos militares em função do golpe de Estado em abril deste mesmo ano. Em 2 de abril, Jango chegou a Porto Alegre de onde pretendia organizar a resistência, mas em 4 de abril de 1964, asilou-se no Uruguai. Em 1974, a família Goulart se mudou para a Argentina devido à insustentável situação vigente no Uruguai. Jango morreu no dia 6 de dezembro de 1976

no município de Mercedes, Argentina, vítima de ataque cardíaco. Embora atestada como morte natural, há fortes indícios de que ele tenha sido envenenado, vítima da "Operação Escorpião", perpetrada em conjunto pelas ditaduras do Cone Sul.

João Carlos Haas Sobrinho

Integrante das Forças Guerrilheiras do Araguaia (PCdoB), onde era conhecido como Doutor Juca. Nasceu em 24 de junho de 1941, em São Leopoldo (RS), filho de Ildefonso Haas e Ilma Haas. Coursou o primário e o ginásial no Ginásio São Luiz, em São Leopoldo, e o científico no Colégio São Jacó, em Novo Hamburgo, e no Colégio Anchieta, em Porto Alegre. Em 1959, ingressou na Faculdade de Medicina da UFRGS, formando-se em dezembro de 1964 e trabalhando no Hospital Ernesto Dornelles, em Porto Alegre. Foi presidente do Diretório Acadêmico da Medicina e da União Estadual dos Estudantes (UEE/RS). Fez curso de treinamento na China e ao retornar, em 1967, montou um pequeno hospital em Porto Franco (MA). Procurado pela repressão, foi viver em São Geraldo, povoado às margens do Araguaia, onde é lembrado com orgulho por toda a população. Escreveu vários trabalhos sobre malária e leishmaniose. Na guerrilha, participou de diversos combates, sendo ferido em um deles, em 1972. Foi metralhado e morto em 30 de setembro de 1972, sendo desaparecido desde então.

João de Carvalho Barros

Nasceu em 24 de julho de 1908, em São Borja (RS), filho de Antônio de Carvalho e Maria Barros de Carvalho. Morto em 2 de abril de 1964. Militante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Era veterinário e trabalhava em um matadouro no bairro São Paulo, em Belo Horizonte.

Em 2 de abril de 1964, invadiram sua casa cerca de 30 homens fortemente armados, todos vestidos de terno e gravata, e o atingiram mortalmente. Feriram gravemente sua filha na região torácica-dorsal e sua esposa com um tiro de raspão. Os demais filhos foram ameaçados. Em seguida, a Polícia Civil compareceu ao local da chacina providenciando a remoção do corpo de João de Carvalho Barros para o IML e de sua filha para um pronto-socorro. Seu caso, apresentado mediante dois requerimentos (371/96 e 95/02), foi indeferido por não ter sido comprovada a motivação política do crime.

Joaquim Alencar de Seixas

Nasceu em Bragança (PA) no dia 21 de janeiro de 1922, filho de Estolano Pimentel seixas e Maria Pordeus Alencar Seixas. Operário, iniciou sua militância política aos 19 anos. Mudou-se para o Rio Grande do Sul em 1954, e após um período no Rio de Janeiro, retornou em 1964, participando aqui do movimento de resistência à ditadura. Trabalhou na Varig, Aerovias e Panair como mecânico de aviões e também na Pepsi-Cola de Porto Alegre. Em 1970, vivia em São Paulo, já como dirigente do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Foi preso em São Paulo junto com seu filho Ivan, que tinha 16 anos de idade. No dia seguinte, foram presas sua mulher Fanny Akserud Seixas e as filhas Ieda e Iara. Seixas foi morto em 17 de abril de 1971 no DOI-CODI/SP. Após sua morte sob torturas, testemunhada pela família, Fanny e os três filhos foram trazidos ao DOPS/RS, onde foram interrogados e torturados.

Joaquim Pires Cerveira

Militante da Frente de Libertação Nacional (FLN). Nasceu em 14 de dezembro de 1923, em Pelotas (RS), filho de Marcelo Pires Cerveira e

Auricela Goulart Cerveira. Major do Exército, passou à reserva pelo Ato Institucional nº 1, em 1964. Estudioso de línguas estrangeiras, dominava o inglês, francês, alemão e japonês. Preso em 10 de abril de 1970, com sua mulher e filho, foi torturado no DOI-CODI/RJ. Banido do país em função do sequestro do embaixador da Alemanha no Brasil, viajou para a Argélia com outros 39 presos políticos. Depois de percorrer diversos países, inclusive o Chile de Salvador Allende, estabeleceu-se na Argentina, residindo em Buenos Aires, onde foi preso, em companhia de João Batista Rita no dia 5 de dezembro de 1973. Desde então, faz parte da lista dos desaparecidos políticos.

Jorge Alberto Basso

Militante do Partido Operário Comunista (POC). Desaparecido na Argentina, onde foi preso no dia 15 de abril de 1976, em Buenos Aires. Nasceu em 17 de fevereiro de 1951, em Buenos Aires, filho de Jorge Victor Basso e Sara Santos Mota, e era naturalizado brasileiro. Estudante do Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, era ativo militante do movimento secundarista gaúcho, pertenceu à direção da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Porto Alegre (Umespa). Em 1971, foi para o Chile, ingressando no curso de História da Universidade do Chile. Com o golpe que derrubou Salvador Allende, viajou para a Argentina, onde trabalhou como jornalista até a data de sua prisão e desaparecimento. Teria sido visto na penitenciária de Rawson, localizada na Patagônia, onde ficaram detidos presos políticos.

Jorge Oscar Adur

Nasceu em 19 de março de 1932, na província de Entre Ríos, Argentina. Militante e capelão montonero. Ordenou-se sacerdote em

1961, pela Ordem dos Agostinhos de Assunção, em Olivos, Buenos Aires. Em junho de 1980, veio ao Brasil por ocasião da visita que o papa João Paulo II faria ao país. Portava uma lista de desaparecidos que havia recebido das Madres de Plaza de Mayo e pretendia entregá-la ao pontífice em Porto Alegre. Foi preso e desaparecido em 26 de junho de 1980 a partir de Uruguaiana, na fronteira do Brasil com a Argentina, enquanto viajava em ônibus da empresa General Urquiza.

José Huberto Bronca

Integrou as Forças Guerrilheiras do Araguaia (PCdoB), onde era conhecido como Fogoió, Ruivo ou Zeca. Desaparecido na Guerrilha do Araguaia desde 13 de março de 1974. Nasceu em 8 de setembro de 1934, em Porto Alegre, filho de Humberto Atteo Bronca e Ermelinda Mazaferro Bronca. cursou o primário no Colégio Rosário e Mecânica de Máquinas na Escola Técnica Parobé. Formou-se em Mecânica de manutenção de aeronaves e trabalhou na Varig durante vários anos e depois na Indústria Micheleto. Iniciou sua militância política antes do golpe militar de 1964. Esteve na China, para treinamento e foi um dos primeiros a chegar à região do Araguaia. Pertenceu ao comando das forças guerrilheiras, tendo sido visto pela última vez no dia 25 de dezembro de 1973, quando seu acampamento foi atacado pelas Forças Armadas. O relatório do Ministério da Marinha de 1993 diz que foi morto em 13 de março de 1974. Sua mãe, Ermelinda, tinha 90 anos quando recebeu, das mãos do presidente Fernando Henrique Cardoso, a indenização prevista na Lei 9.140/95, escolhida por ser a mais idosa dentre as mães vivas, em 1996. Ao receber o dinheiro, disse que o usaria para realizar o sonho de sua vida: encontrar o corpo do filho. Pouco depois, foi o que fez, ao ajudar financeiramente os familiares que foram

ao Araguaia, no mesmo ano, para buscar informações dos desaparecidos. Infelizmente Ermelinda, como a maior parte das mães dos desaparecidos, não viveu para realizar o sonho de dar ao filho uma sepultura.

José Roman

Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nasceu em 1º de outubro de 1904, em Jaú (SP), filho dos espanhóis Manoel Roman e Trenida Gonzalez. Era metalúrgico e, desde 1950, participava das lutas da categoria. Na época em que desapareceu, trabalhava como corretor de imóveis em um esquema operado pelo PCB. Desapareceu, em 19 de março de 1974, juntamente com David Capistrano da Costa, a quem fora buscar no exterior, durante o percurso entre a cidade gaúcha de Uruguaiana e a capital paulista, onde morava.

Leopoldo Chiapetti

Nasceu em 17 de junho de 1906, em Garibaldi (RS), filho de Serena Pianta Chiapetti e Giacomo Chiapetti. Sob a acusação de pertencer ao Grupo dos Onze, Leopoldo foi preso em sua casa, na cidade de Mariano Moro (RS), em 30 de abril de 1964, pela PM gaúcha. Foi duramente torturado na Delegacia Regional de Polícia de Erechim. Em maio de 1964 foi internado em decorrência das lesões provocadas pelas torturas, ficando sob custódia no Hospital Santa Terezinha, em Erechim. Em 21 de maio, foi posto em liberdade, mas sua saúde ficou definitivamente abalada, e, decorrente dos maus-tratos que passou na prisão, veio a morrer em 21 de maio de 1965.

Lorenzo Ismael Viñas

Nasceu em Buenos Aires, Argentina, no dia 20 de junho de 1955, filho de Boris David Viñas e Maria Adelaida Gigli Valeiras. Militante montonero. Estudou Ciências Sociais em Buenos Aires. Em 1974 foi preso em Buenos Aires, ficando detido por nove meses no presídio de Villa Devoto. Viveu no México e no Brasil, onde ficou de novembro de 1977 a junho de 1979. Desaparecido a partir de Uruguaiana, em 26 de junho de 1980, quando viajava em um ônibus da empresa Pluma com destino ao Rio de Janeiro, de onde pretendia seguir para o exílio na Europa. Vítima da Operação Condor, foi sequestrado no Brasil e levado para os centros clandestinos de tortura e assassinatos na Argentina.

Luiz Eurico Tejera Lisbôa

Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Nasceu em Porto União (SC), em 19 de janeiro de 1948, filho de Eurico de Siqueira Lisbôa e Clélia Tejera Lisbôa. Fez o primário no Colégio Santa Terezinha e o ginásial no Colégio do Carmo, em Caxias do Sul. Coursou o clássico no Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre. Pertenceu à direção estadual do PCB, militou na Dissidência do Rio Grande do Sul e foi da direção estadual da VAR-Palmares. Integrou a direção da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES), em 1967-1968, tendo sido condenado a seis meses de prisão, em novembro de 1969, juntamente com Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez, também dirigente da UGES, pela absurda tentativa de reabertura de entidade ilegal – no caso o grêmio do Colégio Júlio de Castilhos. Passou à clandestinidade, foi para Cuba no final de 1970, fez treinamento militar e voltou em outubro de 1971. Preso em São Paulo em circunstâncias desconhecidas, foi morto no dia 2 de setembro de 1972, com a versão de suicídio constante de um

contraditório IPM, tendo sido enterrado com nome falso no Cemitério Dom Bosco, em Perus. No dia 22 de agosto de 1979, durante a votação do projeto de anistia no Congresso Nacional, foi feita a denúncia do encontro de seu corpo, o primeiro dos desaparecidos políticos localizados. Luiz Eurico foi trasladado para Porto Alegre, em setembro de 1982, sendo enterrado após receber homenagem na Assembleia Legislativa.

Luiz Renato Pires de Almeida

Nasceu em 18 de novembro de 1944, na localidade de Formigueiro, à época município de São Sepé (RS), filho de Lucrécio de Almeida e Doca Pires de Almeida. Foi criado no campo, junto aos nove irmãos, onde seu pai era pequeno proprietário. Mudou-se para Santa Maria para completar os estudos, ingressando na Faculdade de Agronomia, onde começou a participar do movimento estudantil. Luiz Renato foi preso em 1966, em Porto Alegre, ficando durante oito meses na Ilha-Présidio do Guaíba. Ali se encontrava quando, em 14 de março de 1966, chegou, em sua cela, o sargento Manoel Raimundo Soares. Neste mesmo ano, Luiz Renato depôs na Assembleia Legislativa denunciando as torturas e o assassinato de Manoel Raimundo. Solto em outubro, viajou para o Rio de Janeiro e de lá para Moscou, onde estudou na Universidade Patrice Lumumba. Lá se reuniu a outros estudantes latino-americanos e partiu para a Bolívia, participando da guerrilha comandada por Oswaldo Chato Peredo, do Exército de Libertação Nacional (ELN). No início de outubro de 1970, nas regiões de Masapar e Haicura, a 300 km de La Paz, Luiz Renato e outros companheiros foram mortos pelas tropas bolivianas, estando desaparecido até hoje.

Manoel Custódio Martins

Nasceu em 22 de maio de 1934 na cidade de Rio Grande (RS), filho de Eleodoro Custódio Martins e Hercília Reis Martins. Militante do PTB. Foi professor de francês da Escola 25 de Julho, em Novo Hamburgo. Estudava Filosofia em São Leopoldo e Direito em Passo Fundo. Foi suplente de vereador em Novo Hamburgo. Perseguido após o golpe de 1964, exilou-se no Uruguai e, em 1965, mudou-se para o Chile, onde sobrevivia lecionando português. Morreu no exílio, por suicídio, no dia 7 de fevereiro de 1978, resultado de profunda depressão ocasionada pelo exílio e perseguições políticas.

Manoel Raimundo Soares

Militante do Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26). Nasceu em 15 de março de 1936, em Belém do Pará, filho de Etelvina Soares dos Santos. Fez curso de aprendizagem industrial, trabalhando em uma oficina mecânica até os 17 anos, quando se mudou para o Rio de Janeiro. Em 1955, ingressou no Exército. Em abril de 1964, teve sua prisão preventiva decretada, passando a viver na clandestinidade. No dia 11 de março de 1966, em frente ao Auditório Araújo Vianna, foi preso por dois militares à paisana: sargento Carlos Otto Bock e Nilton Aguiadas, da 6ª. Companhia da Polícia do Exército, por ordem do comandante capitão Darci Gomes Prange. Foi levado para a PE, e torturado pelo tenente Glênio Carvalho Souza, pelo 1º tenente Nunes e 2º sargento Pedroso. Transferido para o DOPS, onde prosseguiram as torturas, pelo delegado Itamar Fernandes de Souza e José Morsch, dentre outros, chegando a ficar detido na Ilha-Presídio no Guaíba. No dia 24 de agosto, seu corpo foi encontrado boiando no rio Jacuí, já em estado de putrefação, com as mãos e os pés amarrados às costas, apresentando

marcas evidentes das torturas sofridas. O fato teve grande repercussão e causou comoção na opinião pública, ficando conhecido como "o caso das mãos amarradas". No inquérito aberto, várias testemunhas contradisseram a versão oficial que afirmava ter Manoel Raimundo sido solto em 13 de agosto. Sua necropsia, feita no Instituto Médico Legal (IML) do Rio Grande do Sul, confirmou as lesões, afirmando que provavelmente teria havido violência na morte, ocorrida entre os dias 13 e 20. Apesar de identificados, os responsáveis pela prisão, tortura, assassinato e tentativa de ocultação do corpo de Manoel Raimundo sequer foram indiciados. Manoel foi enterrado no dia 2 de setembro e uma pequena multidão acompanhou o cortejo. Por onde passou, lojas fecharam-se e foi hasteada a bandeira nacional. Tais informações constam do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa. Em 13 de agosto de 1973, a viúva Elizabeth Challup Soares iniciou ação na Justiça Federal do Rio Grande do Sul. Somente em 11 de dezembro de 2000 foi proferida sentença favorável. Recursos sucessivos da União Federal impediam a decisão definitiva até outubro de 2005, quando foi confirmada a sentença.

Milton Soares de Castro

Militante do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Nasceu em 23 de junho de 1940, em Santa Maria (RS), filho de Marcício Palmeira de Castro e Universina Soares de Castro. Milton era metalúrgico e participou da frente guerrilheira na Serra do Caparaó entre Minas Gerais e Espírito Santo, quando foi preso com outros militantes, em 27 de abril de 1967, sendo levado para um quartel do Exército, em Juiz de Fora (MG). Foi morto no dia seguinte, com a versão oficial de suicídio.

Nilton Rosa da Silva

Militante do Movimiento de Izquierda Revolucionario (MIR), do Chile. Nasceu em Cachoeira do Sul, em 2 de fevereiro de 1949, filho de Adão Alves da Silva e Iraci Rosa da Silva. Ativo militante do movimento secundarista gaúcho, Bonito ou Bem Bolado, como era chamado carinhosamente pelos amigos, foi aluno do Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, e membro da diretoria da UGES, gestão 67/68. Em 1971 viajou para o Chile, integrando-se ao MIR. Apaixonado por literatura, Nilton publicou no Chile um livro de poesias, intitulado *Hombre de América*. No dia 15 de junho de 1973, Nilton participava de uma manifestação pública, quando foi atingido por disparos, morrendo instantaneamente. Seu corpo foi velado na Frente de Trabalhadores Revolucionários por centenas de pessoas e em seu enterro compareceram milhares de chilenos e latino-americanos, junto aos representantes do governo de Salvador Allende e líderes de todos os partidos de esquerda. O MIR chileno, em nota distribuída à população, conclamou: O MIR rende uma emocionada homenagem a este valoroso militante que caiu lutando na primeira fila de combate contra as forças reacionárias do Partido Nacional e da Democracia Cristã e chama a toda classe operária e ao povo a impor o respeito à memória deste militante revolucionário que, sem haver nascido neste país, não vacilou em arriscar sua vida e derramar seu sangue pela classe operária, os pobres e oprimidos do Chile.

Onofre Ilha Dornelles

Militante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nasceu em 21 de julho de 1918, em Santa Maria (RS), filho de Vicente de Paula Dornelles e Celina Cândida Dornelles. Foi presidente da Federação dos Ferroviários Gaúchos e, por isso, teve seus direitos cassados pelo AI-1,

em 9 de abril de 1964. Depois do golpe, foi preso e torturado, acabou morrendo no hospital em 28 de dezembro de 1964. Seu processo não chegou a ser examinado na Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos, por ter sido protocolado quando a Lei 9.140 não abrangia tal situação. Com a ampliação da lei, seus familiares ainda não foram localizados para reiterar o pedido de indenização.

Paulo Mendes Rodrigues

Integrou e comandou as Forças Guerrilheiras do Araguaia, e desapareceu na Guerrilha do Araguaia desde 25 de dezembro de 1973. Nascido em Cruz Alta (RS), em 25 de setembro de 1931, filho de Francisco Alves Rodrigues e Otília Mendes Rodrigues. Economista, foi perseguido desde o início da década de 1960, sendo um dos primeiros militantes a viajar para a região do Araguaia, onde foi comandante de destacamento e membro da Comissão Militar da Guerrilha. Não há contato com seus familiares e nem ao menos sua foto foi localizada.

Rui Osvaldo Aguiar Pfützenreuter

Nasceu em Orleans (SC) no dia 3 de novembro de 1942, filho de Osvaldo Pfützenreuter e Leônoa Aguiar Pfützenreuter. Em Porto Alegre, formou-se em Sociologia e Jornalismo, em 1964. Ainda neste ano, foi preso pelo Exército na capital gaúcha. Depois, viajou para São Paulo, onde organizou e se tornou dirigente do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT). Preso por agentes do DOI-CODI/SP, em 14 de abril de 1972, foi ali morto sob torturas. Em plena ditadura, o parlamentar gaúcho Nadyr Rossetti, em 12 de junho de 1972, leu na tribuna da Câmara dos Deputados carta de denúncia de seu assassinato. Rui, que fora enterrado como indigente no cemitério Dom

Bosco, em Perus (SP), acabou tendo seus restos mortais trasladados para Santa Catarina, graças aos esforços de seu pai.

Silvano Soares dos Santos

Militante do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Nasceu em 15 de agosto de 1929, em Três Passos (RS), filho de Antônio Vieira dos Santos e Malvina Soares dos Santos. Silvano era agricultor e participava da guerrilha, ligada a Brizola, na cidade de Três Passos, no Rio Grande do Sul, comandada pelo coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, em março de 1965, quando foi preso. Depois, em 10 de junho de 1970, foi preso novamente no 2º andar do Batalhão de Fronteiras e morreu 15 dias depois. A denúncia de sua morte fora feita pelo irmão Alberi Vieira dos Santos, que era agente infiltrado dos órgãos de repressão. Os dados relativos à segunda prisão não foram localizados para poder dar à viúva a indenização prevista na Lei 9.140/95 e seguintes.

Sonia Maria de Moraes

Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Nasceu em 9 de novembro de 1946, em Santiago do Boqueirão (RS), filha de João Luiz de Moraes e Cléa Lopes de Moraes. Estudante de Economia e Administração da UFRJ, não chegou a se formar, tendo sido desligada da universidade por força do Decreto 477. Trabalhava como professora de português no Curso Goiás. Em 1º de maio de 1969, foi presa em manifestação de rua, ficando detida até agosto, quando foi absolvida por unanimidade pelo STM. Desde então, passou à clandestinidade, já casada com Stuart Edgar Angel Jones, dirigente do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), desaparecido em 1971. Stuart era filho da famosa estilista Zuzu Angel, morta em 1976, após denunciar ao

mundo da alta costura as torturas e o desaparecimento do filho. Sonia exilou-se em 1970 na França, onde se matriculou na Universidade de Vincennes e trabalhou como professora de português na Escola de Línguas Berlitz. Com a prisão e desaparecimento de Stuart, Sonia decidiu voltar ao país para retomar a luta de resistência. Foi presa juntamente com Antonio Carlos Bicalho Lana, dirigente da ALN, em Santos, em novembro de 1973. Ser filha do tenente-coronel da Reserva João de Moraes não impediu que, enquanto seu pai permanecia preso por ordem do comandante do II Exército, Sonia fosse estuprada, tivesse os seios arrancados, e acabasse por levar um tiro na cabeça para justificar a causa da morte, sendo enterrada como indigente no cemitério de Perus, em São Paulo, com o nome falso de Esmeralda Siqueira de Aguiar. Os pais de Sonia receberam anos mais tarde, via correio, um cassete, com a alusão de que teria sido aquele que lhe teria rompido as entranhas e causado sua morte. Somente em 1991, após processo de retificação de registro de óbito na Justiça e diversas exumações, a família pode enterrar o corpo de Sonia, apesar de, até hoje, não ter claras as circunstâncias de sua morte. A história de Sonia e da busca de seus pais pelo resgate de seu corpo, esclarecimento das circunstâncias da morte e punição dos responsáveis é contada no vídeo *Sonia Morta-Viva*, de Sérgio Waismann, e no livro *O Calvário de Sonia Angel*, de João de Moraes.

Zelmo Bosa

Nasceu em 26 de julho de 1937, em Ronda Alta (RS), filho de Eduardo Bosa e Helena Bosa. Zelmo era agricultor e desenvolveu intensa atividade política na década de 1960, chegando a ser vereador do município de Nonoai. Teria participado do Grupo dos Onze. Sua história foi conhecida a partir da Comissão de Indenização aos presos

políticos do Rio Grande do Sul, já que houve testemunhos que atestaram sua prisão em 1965. O requerimento apresentado para a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos não acrescenta informações de sua militância entre a prisão em 1965, por pertencer ao Grupo dos Onze, e o desaparecimento que teria ocorrido em 1976. Mesmo sem provas ou tais informações, foi deferido o pedido de indenização de seus familiares, com base na Lei 9.140/95 e seguintes.

FONTES

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

COMISSÃO de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos; Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

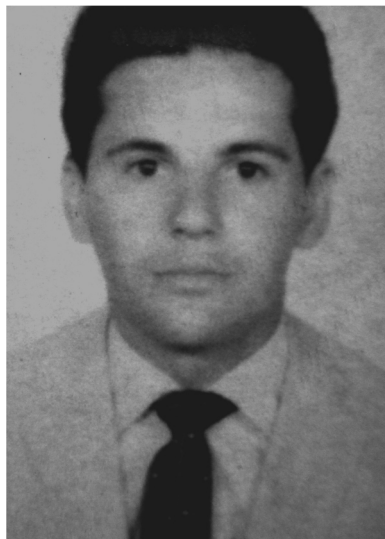
MILITANTES MORTOS E DESAPARECIDOS



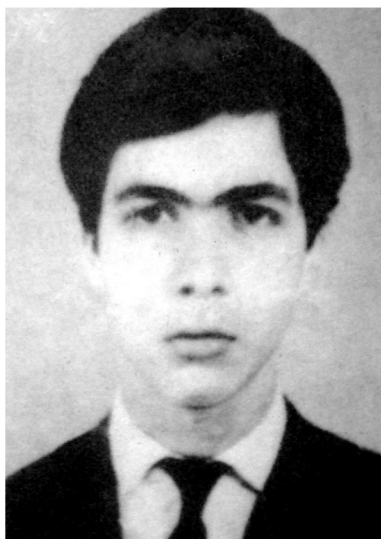
Alceri Maria Gomes da Silva



Alfeu de Alcântara Monteiro



Ângelo Cardoso da Silva



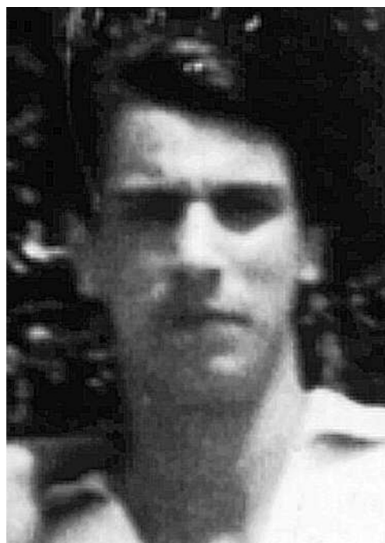
Ary Abreu Lima da Rosa



Avelmar Moreira de Barros



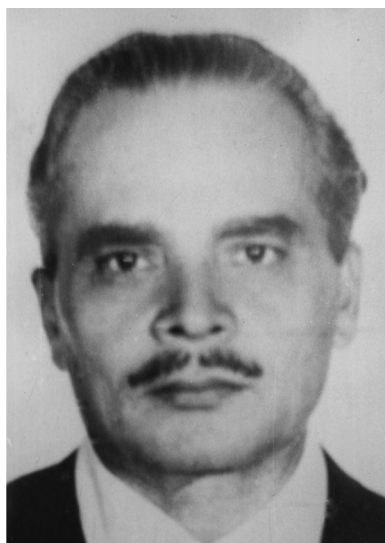
Celso Gilberto de Oliveira



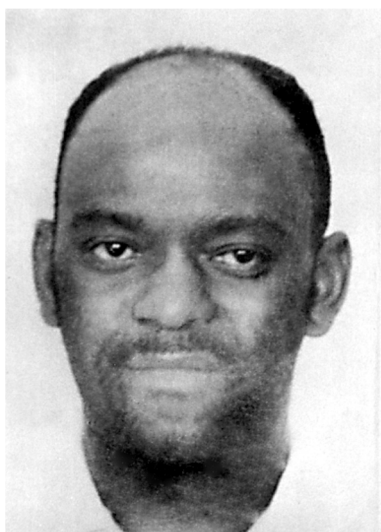
Cilon da Cunha Brum



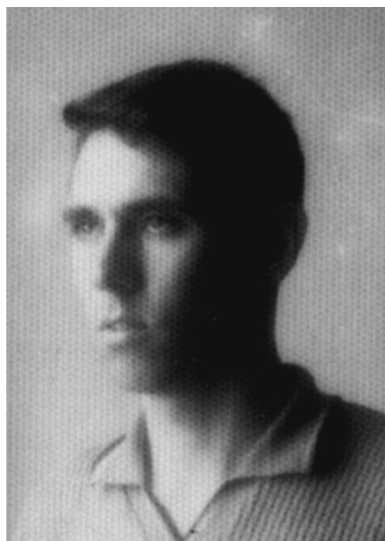
Darcy José dos Santos Mariante



David Capistrano da Costa



Edmur Péricles Camargo



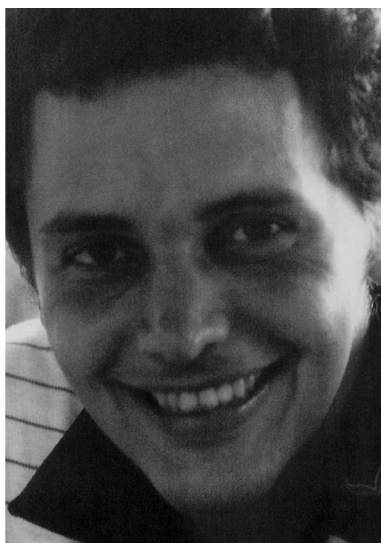
Edu Barreto Leite



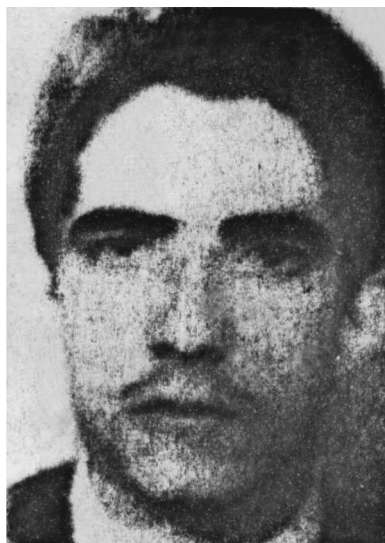
Evaldo Luiz Ferreira de Souza



Guilherme Gomes Lund



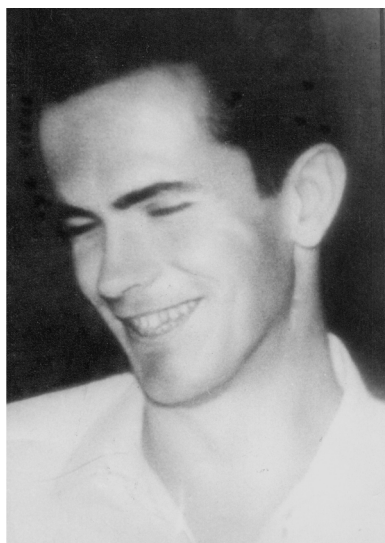
Gustavo Buarque Schiller



James Allen da Luz



João Batista Rita



João Carlos Haas Sobrinho



Joaquim Alencar de Seixas



Joaquim Pires Cerveira



Jorge Alberto Basso



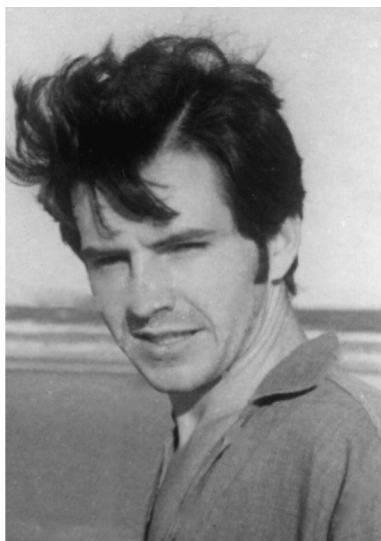
José Huberto Bronca



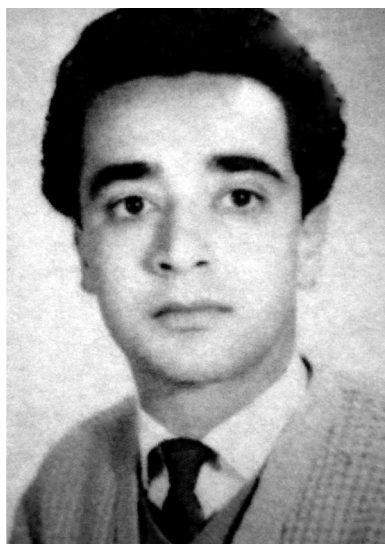
José Roman



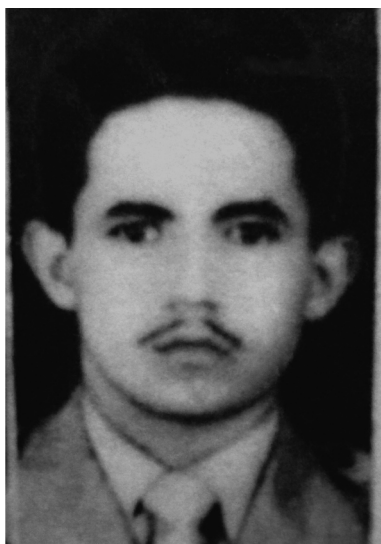
Lorenzo Ismael Viñas



Luiz Eurico Tejera Lisbôa



Luiz Renato Pires de Almeida



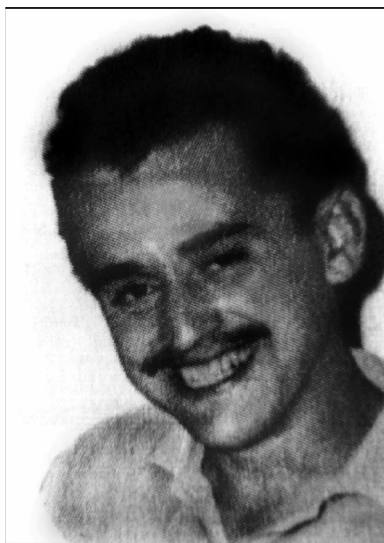
Manoel Raimundo Soares



Milton Soares de Castro



Nilton Rosa da Silva



Rui Osvaldo Aguiar Pfützenreuter



Silvano Soares dos Santos



Sonia Maria de Moraes

Fotos: Acervo pessoal de Criméia de Almeida e Suzana Lisboa.

As fotografias incluídas foram, ainda, cedidas pela Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos. Não há registro fotográfico: Baiano, Bernardino Saraiva, Elvaristo Alves da Silva, Leopoldo Chiapetti, Manoel Custódio Martins, Onofre Ilha Dornelles, Paulo Mendes Rodrigues e Zelmo Bosa.

Este livro foi diagramado em
novembro de 2009,
com tipos Caslon, nos textos e
Century Schoolbook nos
títulos e legendas.